COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO PARA APURAR IRREGULARIDADES NO SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Aos trinta dias do mês de maio de mil novecentos e sessenta e três, perante a Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar irregularidades [illegible] serviço de proteção aos Índios e dá outras providências, compareceu [illegible] Sra. Tereza Delta, brasileira, desquitada, de prendas domésticas, residente na Avenida Brasil, 721, em São Paulo, a qual prestou o seguinte [illegible]epoimento: O SR PRESIDENTE (VALÉRIO MAGALHÃES) - Está aberta a sessão. Pediria, então, que D. Tereza Delta fizesse o compromisso formal que [illegible] Regimento impõe de dizer, perante esta Comissão, a verdade, apenas a ve[illegible]ade, sôbre tudo o que lhe fôr perguntado. A SRA TEREZA DELTA - Prometo V.Exª. e aos demais representantes desta digna Comissão dizer a verda[illegible]e e só a verdade. E se tiver uma Bíblia para que eu sôbre ela ponha a[illegible]o, aqui estou. O SR PRESIDENTE (VALÉRIO MAGALHÃES)- Está deferido o [illegible]promisso. Neste caso, eu pediria ao nobre Relator que, se estiver de [illegible]rdo, permita aos nobres colegas formularem suas perguntas primeiro p[illegible] que S. Exª. encerre depois a inquirição. O SR CELSO AMARAL - Esto[illegible] d[illegible]ordo, Sr. Presidente. O SR PRESIDENTE (VALÉRIO MAGALHÃES) - Está [illegible]ada a palavra ao nobre colega Rachid Mamed. O SR RACHID MAMED - S[illegible]residente, não tenho nenhuma pergunta a fazer, porque as que eu ia [illegible]lar coincidem exatamente com as do Sr. Relator. O SR PRESIDENTE ([illegible]RIO MAGALHÃES) - Então, tem a palavra o nobre Relator, Deputado Ce[illegible]Amaral. O SR CELSO AMARAL - D. Tereza, primeiramente, eu gostaria [illegible]nformasse a esta Comissão qual a sua ligação com o SPI. A SRA TE[illegible]DELTA - Conheci o Coronel Moacir Ribeiro Coelho numa das campanhas [illegible]idenciais em São Paulo. Êste senhor, tendo amizade em casa, disse-[illegible] por diversas vêzes, que não se sentia bem nas Fôrças Armadas, porque perseguid[illegible], [illegible] gostaria de arranjar um lugar, um emprêgo civil. Nas vêzes em que o Sr. Presidente da República estêve em São Paul[illegible] [illegible]rimeira vez -- no Horto, lá estive e, como sempre fui getulista, [illegible]tebista, e continuo sendo janguista, pedi a S. Exª, o Sr. Presidente [illegible]o nunca havia visto a côr do seu dinheiro em sua campanha, a co[illegible]o no SPI do Tenente-Coronel Moacir Ribeiro Coelho. Levava seu pedido [illegible]scrito. S. Exª despachou meu pedido, atendendo, e o entregou nas [illegible] então Chefe da Casa Militar, que é hoje o Ministro da Guerra, [illegible]l Amauri Kruel, e disse-me "Deputada, agora, tenha entendiment[illegible] General, porque a minha já está resolvida." Então passei a ter [illegible]ento com o General Kruel, Chefe da Casa Militar, para a nomeação [illegible]el Moacir para a Diretoria do SPI. Quero, neste meu depoimento, d[illegible]r o Presidente dêste meu pedido, porque sentia na pessoa do Coro[illegible]r o homem adequado para o SPI, para cuidar dêsses que tanto [illegible]s, depois de acompanhar os jornais, de ter certos conheci-

mentos, quero desobrigar o Presidente da República por ter atendido o meu pedido. E dou como testemunha o Ministro da Guerra, o Presidente da República, o Coronel ?, o então Capitaão Paulo, hoje Major Paulo, do Gabinete da Casa Militar, hoje do Gabinete do Ministro da Guerra, de que esta nomeação foi atendida a meu pedido pelo Presidente da República. - Respondendo, agora, à pergunta do Deputado Celso Amaral, S. Exª. não deve desconhecer que em São Paulo minha atividade é na parte de assistência social e educacional e, por esta razão, é que me procuravam para internar índios. Eu internava os índios no Hospital das Clínicas. Consegui com o Deputado Francisco Scarpa, colega de V. Exªs. nesta Casa, um enxoval para o primeiro casamento de uma índia, aqui em Brasília. Foi doado por êste deputado. Esta foi a ligação que me trouxe diretamente ao SPI: assistência aos índios. Posso provar a V. Exªs. Está aqui um telegrama do Sr. Fernando Cruz, pedindo-me a internação de dois índios. (Passa o telegrama ao Sr. Presidente). O SR CELSO AMARAL - Conhece-o, pessoalmente? A SRA TEREZA DELTA - Pessoalmente. O SR CELSO AMARAL- Eu estranho proque, na última vez que estêve aqui Fernando Cruz, êle disse que desconhecia totalmente a Sra.. Estranho, principalmente tendo jurado dizer apenas a verdade. O SR PRESIDENTE (VALÉRIO MAGALHÃES) - V.Exª. é o Relator. Naturalmente, está anotando tôdas estas irregularidades, sobretudo no depoimento do Sr. Fernando Cruz, pois êle depos aqui contràriamente a êste telegrama de sua autoria dirigindo-se à Deputada, que - êle trata de "prezada amiga". Gostaria de saber se a Sra. nos pode passar êste telegrama em caráter definitivo. A SRA TEREZA DELTA - Pois não, Sr. Presidente. O SR CELSO AMARAL - V. Sª. tem conhecimento de arrendamentos de terras do SPI em Mato Grosso? A SRA TEREZA DELTA - Tenho. E, um fato muito interessante, nesta ocasião em que eu tratava de internações de índios e enxovais, fui convidada por êste cidadão, Fernando - Cruz, Inspetor da 5ª Inspetoria em Campo Grande, para assistir uns debates sôbre arrendamentos de terras numa das sociedades do local onde o advogado do SPI era irmão do Prefeito de Campo Grande. Rapaz muito distinto. O SR CELSO AMARAL - Se não me engano, está aqui o irmão dêle; o Deputado Wilson Martins. A SRA TEREZA DELTA - Fui apresentada a êste - rapaz — não sabia que V. Exª., nobre Deputado Wilson Martins, era irmão dêle; permita que continue com a mesma simpatia pelo seu mano — e não quis ir à Associação. Fiquei ouvindo pelo rádio, na Inspetoria, porque tinha interêsse. Casa a política em Mato Grosso, digo, em Campo Grande fôsse contrária ao interêsse do SPI, eu iria fazer um discurso no Parlamento paulista. Mas achei muito interessante. Em Campo Grande, há duas facções: o PSD e a UDN. E, nessa reunião, tanto o PSD como a UDN eram favoráveis à aprovação do aumento do arrendamento. Por sinal, o advogado do SPI se saiu muitíssimo bem. E foi tudo

resolvido. Não havia razão para haver tiroteio e mortes. O SR CELSO AMARAL - Aumento de arrendamento? A SRA TEREZA DELTA - Lá, parece-me que é por rezes o pagamento da terra. Eu sei que tudo foi muito bem. Tôdas as facções políticas concordaram. Os fazendeiros também. Depois é que tive conhecimento que houve tiroteio. Até fiquei surprêsa, porque não era preciso ter acontecido tudo isso. O SR CELSO AMARAL - Quais os funcionários do SPI que tiveram contato com a Sra. em São Paulo ou procuraram a Sra. em sua residência? A SRA TEREZA DELTA - Josias Macedo, Fernando Cruz, um Vereador de Campo Grande, Jurandir; um tal de Silvio Meireles, Francisco Meireles e Alisio de Carvalho, que hoje está na Inspetoria de Campo Grande. O SR CELSO AMARAL - Tive umas informações de que passou por São Paulo uma ocasião um funcionário do SPI com uma importância em dinheiro para ser levada para Pôrto Alegre. Realmente, isto aconteceu? A SRA TEREZA DELTA - Aconteceu. Quero esclarecer bem à Comissão. Era o Sr. Fernanco Cruz. O SR CELSO AMARAL - O homem que não conhece a Sra? A SRA TEREZA DELTA - Sim. Mas o interessante é que êle foi à minha casa e levava uma maleta recheada de dinheiro. O SR CELSO AMARAL - Chegou a ver o dinheiro? A SRA TEREZA DELTA - Não. Cheguei a ver a maleta. Explico ao Deputado como foi. Ele pediu-me que guardasse a maleta no escritório. Eu mandei que êle entrasse e guardasse. Tratava-se de dinheiro e não queria pôr a mão naquilo. E êle me perguntou se eu tinha algum amigo que pudesse emprestar a êle uma pirua para que fôsse para Pôrto Alegre, um município cujo nome não me lembro agora, onde ia visitar a família, espôsa e filhos. O SR CELSO AMARAL - Foram declarações dêle à Sra? A SRA TEREZA DELTA - Foram. Eu arranjei o amigo que emprestasse a caminhoneta que V. Exª. conhece. É o Edmundo, aquêle que faz faixas para os candidatos nas épocas das eleições em São Paulo. Êle emprestou a pirua dêle a Fernando. Ela estava descalça. Êle emprestava se êle desse os quatro pneus. Êle, em vez de dar os quatro, porém, deu dois, e entregou a pirua quebrada. Posteriormente, Josias Macedo, que brigava com Fernando Cruz, é que me contou que Fernando Cruz tinha deixado no apartamento dêle 2 milhões de cruzeiros e, no dia seguinte, apanhou o dinheiro e foi para Pôrto Alegre com êste dinheiro. Quer dizer, eu estou relatando a coincidência. Porque o Josias Macedo disse-me que Fernando Cruz havia deixado no apartamento dêle dois milhões guardados. O SR CELSO AMARAL - No apartamento do Sr. Fernando Cruz? A SRA TEREZA DELTA - No apartamento do Sr. Josias Macedo. O SR CELSO AMARAL - Êle morava em São Paulo? A SRA TEREZA DELTA - No Rio de Janeiro. Apanhou êste dinheiro e foi para o Sul, quando passava por São Paulo. Então, foi quando êle me pediu para guardar aquela maleta de dinheiro que eu mandei que êle guardasse no escritório. O SR CELSO AMARAL - Era uma maleta? Mas a Sra. não tinha conhecimento que tinha dinheiro, não era? A SRA TEREZA DELTA - Êle declarou que tinha dinheiro, mas não disse a importância. E quero declarar -

405

mais a V. Exª. Quem disse a importância foi o Josias Macedo. E quero declarar mais a V. Exª. Quando tive conhecimento de que vinha depor nesta Comissão, fui ao Rio de Janeiro, procurei o Sr. Josias Macedo, disse a êle que viria depor e que êle não negasse o que me havia dito. Agora, êsse dinheiro foi para o Sul. O Sr. Fernando Cruz ficou cinco ou seis dias no Sul. Quando voltou, disse-me o Sr. Josias que vinha sem nenhum tostão. O SR CELSO AMARAL - Mas não poderia levar o dinheiro para alguma Inspetoria no Rio Grande do Sul? A SRA TEREZA DELTA - Era verba destinada à Inspetoria dêle, de Campo Grande! Não poderia levar para outra Inspetoria, se a verba era dêle. E o Sr. Josias Macedo denunciou isto ao Diretor. E o Diretor não tomou nenhuma providência. O Diretor tinha conhecimento do fato denunciado pelo Sr. Josias Macedo. O SR CELSO AMARAL - A Sra. ouviu falar, em alguma ocasião, da compra de caminhões no Estado de São Paulo, na Cidade de Tupã? A SRA TEREZA DELTA - Foram comprados três caminhões. O que acho interessante é que um dêles foi comprado pela renda indígena do Posto de Tupã e vendido ao SPI, novamente! Acho estranho. Se foi comprado pela verba indígena de um posto, como pode ter sido vendido para o SPI, novamente, por Cr$ 2.400.000,00? Foi o Sr. Josias Macedo que me informou isso. Agora, deve ter nota, e estas notas V. Exªs. devem examinar muito bem, porque entre êles eu ouvia falar muito em "notas frias". O SR WILSON MARTINS - Que são? A SRA TEREZA DELTA - Se V. Exªs. me permitem a minha sinceridade — eu tenho o grande defeito de ser muito sincera e muito leal ... O SR CELSO AMARAL - Mas não é defeito. A SRA TEREZA DELTA - Infelizmente, polìticamente, é. Quando os Srs. Deputados foram para êsses lugares, levassem um bom Contador, porque V. Exªs. vão enfrentar pessoas muito hábeis. O SR CELSO AMARAL - Conhece alguma coisa do uso de veículos do Serviço em benefício do Diretor do SPI para transporte do motor do carro particular do próprio Diretor entre São Paulo e Rio? A SRA TEREZA DELTA - Conheço. Veio de Tupã, Rio de Janeiro, apanhar o motor de um carro particular no Rio; levou a São Paulo na Ortonauto; depois, foi a Tupã; quando ficou pronto, voltou a São Paulo, apanhou o motor e voltou ao Rio. Quando os índios, no Hospital das Clínicas, não tinham transporte para sair do Hospital. O SR CELSO AMARAL - Essa caminhonete, que transportou o motor, era de Tupã? A SRA TEREZA DELTA - Sim. O SR CELSO AMARAL - Foi ao Rio pegar o motor? A SRA TEREZA DELTA - Foi. Levou para São Paulo. Voltou para o Rio. E quem deu esta ordem foi o Sr. Josias Macedo. O SR CELSO AMARAL - A 5ª Inspetoria comprou uma caminhoneta pela renda indígena e consta que esta caminhonete ficou no Rio a serviço particular? A SRA TEREZA DELTA - Tenho conhecimento disso. E gostaria de esclarecer direitinho aos Srs. Deputados. Eu estava no Rio de Janeiro. Havia sido operada, quando chegavam no meu apartamento, no hotel, o Sr. Francisco Meireles, o Sr. Fernanco Cruz e o Sr. Silvio Meireles, parece que os três, iam-me procurar para que eu viesse a Brasília -

406
407
1083

para defender a causa dêles, porque havia em Brasília dez caciques que vinham de Campo Grande e não conseguiam falar com o Presidente da República. Porque queriam derrubar o diretor. E êles precisavam da minha presença aqui para entrada nestes índios no Palácio para a manutenção do Diretor e da situação dêles. Porque êles estavam sendo perseguidos e os índios, coitadinhos, iam sofrer com isso!... Mas uma vez — confesso a V. Exªs — fui uma criminosa, por vir a Brasília acreditando nestas mentiras. Procurei os pobres dos índios, tive um contato com êles — dez caciques — em casa do Sr. Meireles, aqui na W3, Quadra 39. Mais uma vez eu errei. Vim a Brasília, sem alta médica, acreditando que os índios quisessem mesmo a manutenção do Diretor. Consegui levar êstes índios, o Sr. Francisco Meireles, o Sr. Fernando Cruz e o Sr. Silvio Meireles na presença do Chefe da Casa Militar, o General Albino Silva, junto com o Coronel Barlei, acreditando que aquilo tivesse saído mesmo dos índios. Mas não é verdade. Não podia ter saído dos índios, porque os índios não teriam dinheiro para sair de Campo Grande, vir a Brasília, ficar hospedados no Brasília Palace. Mas, no Rio de Janeiro, quando eu saia de lá, eu vi o Fernando Cruz conversar com o Sr. Silvio Meireles para que êste lhe arranjasse Cr$ 700.000,00 que, depois, Campo Grande cobriria. E o Sr. Francisco Meireles arranjou os Cr$ 700.000,00, no Rio, e entregou-os ao Fernando. Chegando a Brasília, êle arranjou mais Cr$ 400.000,00, dizendo que vinha de Campo Grande, a mando de uma funcionária por nome de D. Lurdes, do SPI da 5ª Inspetoria. E fui falar com o General. Levei os índios, falaram com o General, e o General ficou comovido. Acreditou que aquilo partisse mesmo dos índios. O Sr. Fernando Cruz, com o maior descaramento — permitam-me que eu seja franca e sincera — acusava o ex-Chefe da Inspetoria de Campo Grande ao General. O General, com a maior boa vontade, disse: "Se o Sr. Diretor concordar, eu nomearei uma Comissão Militar para fazer um levantamento em Campo Grande; e vamos ver, então, como está a situação em Campo Grande." Quando o Diretor soube que o General queria nomear uma Comissão para fazer o levantamento lá ficou horrorizado: "Onde se viu uma Comissão de milicos fazer um levantamento em Campo Grande?" Seria um horror! Iria descobrir o passado e o que se está passando! Então, quando êles foram me buscar para vir a Brasília, no Rio de Janeiro, o Sr. Fernando Cruz vinha de Campo Grande com esta caminhoneta que havia comprado lá. E deixou esta caminhoneta para uso da família do Diretor no Rio. Como testemunha, peço a V. Exª que anote os nomes do Dr. Nelson Peres, do Sr. Josias Macedo e de Hernani Luz, também funcionário do Museu, e o próprio motorista que guiava esta caminhoneta. O SR CELSO AMARAL - O motorista ficou servindo à família dêle no Rio, do Coronel? A SRA TEREZA DELTA - Sim. A caminhoneta ficou à disposição dos familiares do Diretor no Rio de Janeiro. O nome do motorista eu não sei. Mas essas pessoas que citei poderão dar o seu nome. O SR PRESIDENTE (VA-

LÉRIO MAGALHÃES) - Continua ainda à disposição? A SRA TEREZA DELTA - Não, porque oito dias antes de V. Exª. convocarem o Diretor para vir depor nesta Comissão, êle estêve em São Paulo. Foi do Rio com essa caminhonete para São Paulo, percorreu o litoral do interior e mandou a caminhonete para Campo Grande, voltando, em seguida, de avião. O SR PRESIDENTE (VALÉRIO MAGALHÃES) - Em São Paulo, não há nenhum veículo para o fim de atender o Diretor? A SRA TEREZA DELTA - Tem êsse de Tupã. Em São Paulo - não temos Inspetoria, a não ser em Bauru. O SR CELSO AMARAL - Lá é Posto. A SRA TEREZA DELTA - É Inspetoria. O SR CELSO AMARAL - A Sra. se referiu a dez caciques que vieram a Brasília. Como ocorreram as despesas? A SRA TEREZA DELTA - Não posso dizer, porque não poderia provar. V. Exªs. terão que ver no levantamento da Inspetoria de Campo Grande, razão pela qual eu alerto que devem levar um bom guarda-livros. Porque a Prefeitura não foi que pagou. O Vereador que acompanhava os índios, o nome é Jurandir — também não tem posse para custear uma viagem de dez caciques em cima de um caminhão, pagar o Brasília Palace. V. Exª. podem ir até lá e pedir a nota das despesas dos índios ... O SR CELSO AMARAL - Nem a Prefeitura de Campo Grande pode. O SR WILSON MARTINS - Realmente, a Prefeitura jamais forneceu um ceitil ao SPI. O SR PRESIDENTE (VALÉRIO MAGALHÃES) - Mas o Diretor era alheio a esta solicitação dos caciques? A SRA TEREZA DELTA - Esta solicitação dos caciques surgiu de fato devido aquêle tiroteio e armamento de índio. V. Exª. deve estar a par. Os jornais comentaram. Naturalmente, o Sr. Fernando Cruz e o Diretor, com mêdo que a repercussão do fato viesse a ocasionar-lhes a perda do cargo, pegaram - dêsses infelizes e mandaram que êles pedissem a manutenção dêles nos cargos. O SR PRESIDENTE (VALÉRIO MAGALHÃES) - Quer dizer que o Diretor tinha conhecimento disso? A SRA TEREZA DELTA - Tinha. E o Deputado presente, que agora tenho o prazer de saber que foi Prefeito de Campo Grande, deve me endossar ou desmentir, quanto ao que digo que o Diretor do SPI foi chamado pelo Comando da 9ª Região, em Campo Grande, para que tomasse conhecimento do que o Sr. Fernando Cruz estava fazendo com os índios lá. Foi quando o Sr. Diretor saiu daqui e foi para lá. Mas êle já sabia o que o Sr. Fernando Cruz estava fazendo, porque o Sr. Fernando Cruz nunca fêz nada sem autorização do Diretor. O SR WILSON MARTINS - A depoente invocou o meu testemunho. O que observei em Campo Grande, na época, foi o seguinte: houve um desajuste profundo entre o SPI, naquela ocasião chefiado pelo funcionário Fernando Cruz, e os fazendeiros. E tal foi o ambiente de insegurança que o General da Região convocou de fato uma reunião do próprio QG, da qual deviam participar os fazendeiros e o Diretor do SPI. Isso é exato. O SR CELSO AMARAL - Tem conhecimento da venda de gados em Mato Grosso? A SRA TEREZA DELTA - Sei que foi uma ordem lá para vender determinado número, mas parece que foi vendido mais. Era uma confusão. Não posso provar. Houve uma ordem do Diretor para que vendessem

gado lá. O SR CELSO AMARAL - Conhece irregularidades em outras Inspetorias, vamos dizer, Manaus? A SRA TEREZA DELTA - Não. O que tenho que anotar é que o Coronel Diretor do SPI estêve sexta-feira em São Paulo ameaçando-me. Disse que tinha pressa em ir para o Rio e queria falar comigo no Aeroporto. Apanhei uma senhora amiga e fui lá ver o que êle queria. Chegando lá, acredito que o homem não teve coragem de falar comigo, porque quem tem a verdade não teme. Virei as costas e saí. E êle me mandava dizer por essa senhora que eu tivesse cuidado no meu depoimento aqui, quando aqui viesse, porque êle iria me acusar de que eu, Tereza Delta, queria extorquir o SPI. Mas como êle não havia admitido que eu extorquisse o SPI eu estava com esta conspiração contra êle. SR. Presidente, Srs. Deputados, eu peço encarecidamente a V. Exªs. independentemente de política, pelo amor que V. Exªs. tem a suas excelentíssimas e respeitáveis mães, que a todos os funcionários do SPI que aqui vierem depor, ou em outros lugares do País, V. Exªs. exijam que declarem se eu, Tereza Delta, alguma vez, pedi, exigi ou tomei um real do SPI. Quero declarar a V. Exªs, que o SPI me deve Cr$ 15.000,00, pelo Sr. Josias Macedo, pois apareceram uns índios na Assembléia e o Guarda os levou em casa. Êles não tinham passagem. Eu, então, telefonei ao Sr. Josias que êles ficaram hospedados no Abrigo. Êle foi para São Paulo. Eu emprestei Cr$ 15.000,00 para passagens dêstes índios. O funcionário me deu um cheque. Na hora de descontar o cheque, não tinha fundos. Fui ao Rio, devolvi o cheque ao funcionário. O SR CELSO AMARAL - O atual Diretor a ameaçou? A SRA TEREZA DELTA - Ameaçou-me e me disse que abriria um processo contra mim. Eu não tenho mêdo de ninguém, nem de Deus, eu tenho respeito a Deus. A verdade é preciso ser dita, doa a quem doer. O SR CELSO AMARAL - Conhece o atual Inspetor da 5ª, Alísio de Carvalho? A SRA TEREZA DELTA - Conheço. O SR CELSO AMARAL - Há algum processo contra êle? A SRA TEREZA DELTA - Há um processo arquivado e que resultou em suspensão por noventa dias. A própria Comissão pediu o afastamento dêle do SPI. Mas isso não foi feito e o processo foi arquivado. O SR CELSO AMARAL - Conhece Francisco Meireles, um funcionário do SPI? Conhece algum processo contra êle? A SRA TEREZA DELTA - Conheço êste Sr. Para falar a verdade, houve, uma ocasião, a criação de 24 Comissões de Inquérito para apurar irregularidades no SPI. Mas a verdade é que não há um funcionário lá que não tenha processo. Então, temos o seguinte, Sr. Deputado. É nomeada uma Comissão. Esta Comissão não pode apurar o que êste funcionário fêz, porque êste funcionário sabe do processo daquele. Então, não dá nada. O que V. Exªs deviam fazer era terminar com êste SPI, para o bem do País e dêsses verdadeiros brasileiros que são os índios. Cada Estado tomaria conta de seus índios. Aí ninguém teria mais interêsse pelo SPI. O SR CELSO AMARAL - Conhece algum processo em poder do Sr. Josias Macedo para fazer coação? A SRA TEREZA DELTA - Eu não conheço. Mas V. Exª pode inquirir êste funcionário na mi-

nha presença, como qualquer outro sôbre quem depus. V. Exªs. poderão cha-
mar-me novamente na presença dessas pessoas. Mas é um processo que envol
ve o Mota Cabral, o Francisco Meireles. É uma turma de funcionários. És
te processo foi roubado. Está nas mãos do Sr. Josias Macedo, confessado
por êle mesmo a mim. Êle disse que não entregaria êste processo, porque,
assim, êle tem essas pessoas nas mãos. O SR CELSO AMARAL - O negócio é
mais grave do que eu pensava, Sr. Presidente. Conta que aqui, em Brasí-
lia, houve uma ocasião, uma ameaça ou que foi solicitada uma importância
do SPI — 5 milhões de cruzeiros — para manter o Diretor no cargo? A
SRA TEREZA DELTA - Mas quem seria? O SR CELSO AMARAL - Foi um padre. Mas
não sei qual o nome dêsse padre. Foram pedidos a êle 5 mil contos para -
êle manter o Diretor. A SRA TEREZA DELTA - O Padre não pediu. O Sr. Fer-
nando Cruz ofereceu ao padre. O SR CELSO AMARAL - Mas foi dado êste di-
nheiro? A SRA TEREZA DELTA - Não posso dizer se foi dado, porque eu es-
tou em São Paulo. Êstes funcionários viajam que nem passarinho. Quando -
se pensa que estão em Brasília, estão em Campo Grande, estão no Rio, pas-
seando por conta dêstes coitados dos índios. O SR CELSO AMARAL - Qual o
nome dêsse padre? A SRA TEREZA DELTA - Vou dizer a V. Exa. como foi. O
Padre Lúcio — não me lembro agora o seu sobrenome — freqüenta a casa
de um amigo meu aqui em Brasília, que era de São Paulo. É um padre muito
bom, muito distinto. É Vice-Presidente do PTB em Brasília. Mas eu fui
que apresentei o Sr. Sílvio Meireles, que foi exonerado a bem do serviço
público, para que êle fizesse revisão no processo dêle, para ver porque
tinha saído do SPI e, com esta apresentação, chegaram o Sr. Fernando -
Cruz e o Sr. Francisco Meireles e fizeram amizade com êste Padre, e êste
Sr. Meireles, que não tem nada com dos Meireles do SPI, e o Fernando, na
minha presença, na presença de Sílvio Meireles, de Francisco Meireles, de
Alísio de Carvalho, ofereceu 5 milhões de cruzeiros ao padre para manter
o Sr. Diretor no lugar. O SR CELSO AMARAL - Qual a resposta do Padre? A
SRA TEREZA DELTA - O Padre, na minha presença, disse: Não custa nada; é
um favor que eu posso fazer. A SRA TEREZA DELTA - Êle respondeu: "Não,
cinco, dez, quinze, vinte milhões, Padre. Agora, vêm as eleições aqui em
Brasília. O Sr. é candidato a Senador. Nós custeamos a campanha do Sr. e
o Sr. vai ser o representante do SPI no Senado." O SR CELSO AMARAL -
Sr. Presidente, estou satisfeito. É o bastante! A SRA TEREZA DELTA - Eu
acho que não! Eu gostaria que os Srs. perguntassem ao Sr. Diretor se as
viagens dêle é por sua conta própria. O SR CELSO AMARAL - A Sra. é inimi-
ga dêle? A SRA TEREZA DELTA - Depois que êle me ameaçou em São Paulo, êle
me deixou meia braba, porque não gosto de ser ameaçada. O SR PRESIDENTE
(VALÉRIO MAGALHÃES) - V. Sª. declarou que o Diretor só havia sido nomea-
da a seu pedido? A SRA TEREZA DELTA - Sim. O SR PRESIDENTE - Naquela oca-
sião, não tinha animosidade com êle? A SRA TEREZA DELTA - Como não ti-
nha até sexta-feira passada. O SR PRESIDENTE - Mas já era sua velha co-

nhecida. A SRA TEREZA DELTA - Já, sim. O SR PRESIDENTE - O pedido feito ao Sr. Presidente da República resultava dêste conhecimento, desta amizade? A SRA TEREZA DELTA - V. Exª. sabe que todos nós, políticos, temos decepções na nossa carreira; O SR PRESIDENTE - Claro. A SRA TEREZA DELTA - Aqui é um aleijado de que V. Exª. tem pena, compra-lhe uma muleta e, depois, êle quebra a muleta na cabeça de V. Exª. Alí, é um doente que V. Exª ampara e que amanhã lhe vai ser ingrato. Comigo aconteceu a mesma - coisa. Quando vi um Oficial do Exército dizer que nas Fôrças Armadas era perseguido, que queria sair das Fôrças Armadas, que procurava uma colocação civil e conhecendo as dificuldades, a pobreza com que êle vivia, como eu tinha fôrça e prestígio junto ao Presidente da República, procurei ajudar êsse cidadão, como ajudo qualquer um que amanhã me venha procurar. O SR PRESIDENTE Qual o juízo que V. Sª. faz sôbre o Coronel, como Diretor do SPI, no quê tange à movimentação dos dinheiros públicos? A SRA TEREZA DELTA - V. Exª. me obriga agora a dizer uma coisa que ouvi - êle dizer. Êle dizia o seguinte: "Fernando Cruz e Josias Macedo são uns vigaristas e uns escroques profissionais." Muito bem. Se são vigaristas e escroques profissionais, como pode um Diretor confiar uma Inspetoria e uma Chefia de um Museu a qualquer dêles? Eu fico no ar com o que o Sr. - Diretor dizia e a pergunta que V. Exª acabou de me fazer. O SR PRESIDENTE - Não, porque não envolvi nomes de outras pessoas. E peço a V. Sª que me diga sim ou não. Qual o juízo que V. Sª. faz a respeito do Diretor do SPI no que tange ao manuseio dos dinheiros públicos, como Diretor que é dessa instituição? A SRA TEREZA DELTA - O que posso adiantar a V. Exª é que, quando o conheci, êle era pobre, não tinha nem meios para se representar. Logo depois de uns quatro ou cinco meses, comprava um Simca na Ortonauta. A entrada era de Cr$ 200.000,00, o Diretor deu Cr$ 300.000,00 A prestação era de Cr$ 25.000,00; o Diretor deu 30.000,00. O carro ficou guardado na minha casa durante 3 ou 4 meses. Depois, êle mandou o motorista buscar. Não posso responder a V. Exª. de outra maneira. O SR CELSO AMARAL - V. Sª. já fêz um juízo do Coronel... A SRA TEREZA DELTA - Talvez, o Sr. Presidente não compreendesse ... Se o Diretor disse que dois funcionários são escroques e vigaristas e nomeia um dêles Inspetor de Inspetoria, o que posso fazer dêste homem? Que conclusão posso tirar dêle? Boa não é, não é verdade? O SR PRESIDENTE - V. Sª. tem conhecimento de que, na atual administração do SPI, tenha havido despesas não enquadradas completamente nas dotações previstas no Orçamento da República? - Ou que elas, para o enquadramento, sejam representadas por documentos - que não espelhem a realidade destas mesmas despesas? A SRA TEREZA DELTA - Eu disse a V. Exª e aos demais deputados a conversa que ouvi entre êles e "notas frias", razão pela qual eu disse a V. Exªs. que conseguissem - um Contador muito bom. O SR PRESIDENTE - V. Sª. sabe se o Diretor do SPI tem conhecimento dos desvios de verba de arrendamentos, verbas internas

das Inspetorias? A SRA TEREZA DELTA - Não posso afirmar isto, nem confirmar. Só mesmo V. Exª. e os demais Deputados, indo às Inspetorias fazer um levantamento, é que poderiam constatar. Seria muito interessante procurarem em Campo Grande o Presidente da Associação Rural, que tem conhecimento de tudo lá e que fala de cátedra a V. Exªs. Eu ouvia falar em "notas frias". O SR PRESIDENTE - V. Sª. viajou, alguma vez, com passagem fornecida pelo SPI? A SRA TEREZA DELTA - Graças a Deus, não. Eu tinha desconto, como Deputada. O SR PRESIDENTE - Mesmo depois de deixar o mandato, nenhuma vêz lhe foi oferecida passagem pelo SPI? A SRA TEREZA DELTA - Não. E eu não aceitaria. O SR PRESIDENTE - A pergunta veio a propósito, porque V. Sª. disse que vários funcionários passeiam graciosamente e como V. Sª. tinha ligações de amizade com a família do Sr. Diretor e com êle próprio, não era nada de mais que êle lhe tivesse oferecido. Outras pessoas estranhas, de seu conhecimento, têm recebido passagens, não sendo do SPI? A SRA TEREZA DELTA - Quem poderia dar uma informação positiva a V. Exª. neste sentido é o funcionário Ernani Luz. V. Exª. até poderá dizer a êle que eu disse isto. O SR PRESIDENTE - A que atribui V. Sª. êste desejo do Coronel de se manter no cargo a qualquer custo? A SRA TEREZA DELTA - Não sei. Às vêzes, é vaidade; às vêzes, é necessidade. SR PRESIDENTE - Qual o vencimento do Coronel como Diretor? A SRA TEREZA DELTA - Não sei. Como Tenente-Coronel, deve ser Cr$ 110.000,00. Em Brasília é dobrado. Depois, há uma ajuda de custo, parece. Devem ser quase Cr$ .. 300.000,00 mensais. O SR PRESIDENTE - V. Sª. tem conhecimento de que a saída do Inspetor Cruz de Campo Grande resultou de imposições dos políticos de Campo Grande junto ao Diretor? A SRA TEREZA DELTA - Sei que o Inspetor Fernando Cruz saiu de Campo Grande devido ao que êle fêz com os índios. Matou um rapaz, lá; tirou os olhos, a orelha, decepou o corpo. E êle, chorando, com um revólver na mão, disse ao Sr. Josias Macedo, que ia deixar uma carta por escrito contando tudo que havia acontecido no SPI e que ia depois suicidar-se. O Josias Macedo contou a mim e ao Dr. Nelson que estava presente. Foi quando o Josias Macedo foi procurar o ex-Governador de Manaus, parece que o Deputado Mestrinho, pedindo a êle que pedisse ao Ministro a volta de Fernando a Manaus. Isto contado por Josias Macedo. Então, o Sr. Fernando Cruz não se suicidou. O SR PRESIDENTE - Êle declarou que se retirou de Campo Grande por pressão de políticos prestigiosos. Logo, não foi êste o motivo. A SRA TEREZA DELTA - Acredito que não. Porque êle dizia que era prestigiado pelo Senador Filinto Müller! Eu não sei se é verdade porque não conheço o Senador. O SR CELSO AMARAL - Declarou também que foi por receio da própria vida ... O SR PRESIDENTE (VALÉRIO MAGALHÃES) - Pela pressão dos fazendeiros. A SRA TEREZA DELTA - Talvez, mas por política não acredito. O SR PRESIDENTE (VALÉRIO MAGALHÃES) - Mas se êle tinha tantas faltas que eram do conhecimento do Diretor — como V. Sª. mesma disse acrescentando que o Diretor até o tra

tava com adjetivos não muito agradáveis — como se justifica a ida dêle para a Inspetoria do Amazonas? A SRA TEREZA DELTA - A pedido de um político do Amazonas, pelo menos é o que diz o Josias. O SR PRESIDENTE (VALÉRIO MAGALHÃES) - Êsse pedido foi feito ao Presidente da República ou ao Diretor? A SRA TEREZA DELTA - Isso êle não esclareceu, apenas disse que foi um pedido do Deputado Mestrinho. O SR PRESIDENTE(VALÉRIO MAGALHÃES) - Quer dizer que êle está no Amazonas, mais em função política do que mesmo como Inspetor dos Índios, mais por injunções políticas do que pela necessidades do serviço? A SRA TEREZA DELTA - Eu até me admirei dêle ir novamente para o Amazonas porque há um processo no SPI, do Sr. Fernando Cruz, de 6 ou 8 mortes praticadas por êle há tempos, contado por êle mesmo. Não sei onde está êsse processo. O SR PRESIDENTE (VALÉRIO MAGALHÃES) - Êsse processo não chegou à Justiça? A SRA TEREZA DELTA - Não sei,sei é por ofício secreto da Polícia ou do Exército. Se V. Exªs. se interessarem pelo assunto, V. Exªs. irão descobrir. O SR PRESIDENTE (VALÉRIO MAGALHÃES) - A que atribui V. Sª. a viagem do Diretor, quando em inspecção da sua Inspetoria, uma viagem, por exemplo, de Brasília a Campo Grande, efetuada com trajeto Rio-São Paulo e outras cidades mais para depois ir a Campo Grande? A SRA TEREZA DELTA - Tenho conhecimento de que o Diretor foi duas vêzes para o litoral e interior da Capital de São Paulo. Foi logo que êle tomou posse no cargo e 8 dias antes de vir depor na Comissão que êle mandou a caminhonete para Campo Grande. Não tenho conhecimento de que êle tivesse ido a São Paulo mais vêzes pela Inspetoria. O SR PRESIDENTE (VALÉRIO MAGALHÃES) - Sabe de alguma irregularidade no Pôsto de Bauru que possa depor nesta Comissão? A SRA TEREZA DELTA - Sr. Presidente, ouvi falar. Se V. Exª. ficar no meio dos funcionários do SPI, V. Exª põe todo mundo no tipiti ou sai correndo do meio dêles porque é um tal de um falar mal do outro e depois a gente os vê unidos outra vez que não sabe qual o verdadeiro, qual o mentiroso. Eu sei que o Inspetor de Bauru — dito também pelo Sr. Josias Macedo — era um tal de Pimentel e êsse Pimentel parece que deixou até vender os móveis da Inspetoria, mas foi contemplado, foi promovido a chefe de seção na diretoria do SPI. O SR PRESIDENTE (VALÉRIO MAGALHÃES) - Êle continua em Bauru? A SRA TEREZA DELTA - Não, foi promovido para cargo elevado. Saiu da Inspetoria mas recebeu uma promoção de chefe de seção da diretoria. Também foi indicado pelo Fernando Cruz. O SR PRESIDENTE (VALÉRIO MAGALHÃES) - V. Sª. teve conhecimento de uma venda de gado dos índios não sòmente na região do Mato Grosso, mas também no alto Território de Roraima? A SRA TEREZA DELTA - Uma ocasião ouvi falar de uma venda de gado aqui em Goiânia. Depois êles comentavam entre si, era um tal de Francisco Meireles que dizia: pois é, aquêle lote de gado que foi vendido, o homem que comprou só num boi — expressão dêle — apurou 2 milhões porque era um reprodutor. Isto o que ouvi aqui de Goiás. Agora que foi vendido, foi, Presidente. O SR PRESIDENTE

(VALÉRIO MAGALHÃES) - A venda de gado está escrita, não é feita no SPI pròpriamente dito, e sim nas inspetorias. A SRA TEREZA DELTA - Presidente, que eu sei, quando há venda de gado, é um membro do Ministério da Fazenda, um da Agricultura e um do SPI que recebe as propostas, julga e vende o gado. Mas parece que no SPI não existe isso não. O SR PRESIDENTE (VALÉRIO MAGALHÃES) - V. Sª. tem alguma notícia de que o material mencionado em tantas faturas do SPI — material agrícola, material de assistência aos índios, material de uso doméstico — tem sido realmente distribuído aos índios ou está estocado ou nunca existiu? A SRA TEREZA DELTA - Presidente, o que ouvi falar — não sei se é verdade, não assisti — é que em compra de remédios êles têm uma comissão que chega até 35%. O SR PRESIDENTE (VALÉRIO MAGALHÃES) - Mas êles quem? A SRA TEREZA DELTA - Bom, entre a quadrilha lá, Presidente. Por exemplo, quem compra remédios ... O SR PRESIDENTE (VALÉRIO MAGALHÃES) - V. Sª. está dando uma denúncia, tem de ser apurada, de maneira que ... A SRA TEREZA DELTA - É claro. O SR PRESIDENTE (VALÉRIO MAGALHÃES) - Se há uma quadrilha, V.Sª sabe que existe, deve pelo menos materializar, dar os nomes dos seus componentes. A SRA TEREZA DELTA - Permita que eu esclareça melhor. Por exemplo, o Sr. Josias chegou para mim e disse: comprei 4 ou 6 milhões de remédios no Rio de Janeiro... O SR CELSO AMARAL - Devem ser 8 milhões. A SRA TEREZA DELTA - Não, parece que também aqui em Brasília se comprou. Sei que o total é 8 milhões. Então, diz êle: há um laboratório aí que fêz um desconto de 35%, outro de 20%. Eu acho que na situação em que estamos não é possível ser feito êsse desconto. O SR PRESIDENTE (VALÉRIO MAGALHÃES) - V.Sª não pode dizer quais os laboratórios que venderam? A SRA TEREZA DELTA - Não conheço. Sei que são do Rio. Nessa parte de remédios felizmente os índios estão amparados, porque remédios existem. O SR PRESIDENTE (VALÉRIO MAGALHÃES) - Quanto ao material agrícola, não há notícias? A SRA TEREZA DELTA - Posso adiantar que no dia 13 dêste mês estêve na televisão de São Paulo o Padre Cícero com índios da tribu dos gaviões do Belém do Pará pedindo ao povo paulista que mandasse roupas, ferramentas para êles, pois estavam morrendo de fome. Êsse indiozinho está no colégio dêsse Padre Cícero em São Paulo e o Padre declarou que se êle conseguir passar êste inverno êle iria buscar o outro irmãozinho dêle porque êles têm tendência para tuberculose. Então não sei dizermais a V. Exª se êles têm assistência porque eu vejo na televisão se pedir, se esmolar, se implorar. O SR EDSON GARCIA - Sr. Presidente, eu queria perguntar à Sra Tereza Delta se conhece o Sr. Fernando Cruz. A SRA TEREZA DELTA - Conheço. O SR EDSON GARCIA - A Sra. Tereza Delta disse que teria sido ameaçada pelo Diretor do SPI. A SRA TEREZA DELTA - Foi. O SR EDSON GARCIA - Tenho todos os motivos para acreditar no depoimento da Sra Tereza Delta, Sr. Presidente, porque a mim, antes da apresentação do pedido de comissão de inquérito, o Sr. Coronel mandou perguntar, através do Sr. Fernando Cruz, se eu não temia, como Deputado nôvo, uma campanha que êle podia fazer, tinha

como fazer, pela imprensa nacional, que me poria desmoralizado. E numa entrevista aos jornais êle iniciou realmente a sua campanha, procurando inclusive envolver meu sogro e outras pessoas da minha família, citando nomes, como V. Exª. sabe. Chegou-me também uma informação de Campo Grande de que um funcionário, cujo nome esqueço agora, mas que transmiti ao Deputado Celso Amaral, havia mandado pedir, através de um jornalista do Correio do Estado, Sr. Barbosa Rodrigues, a quem procurou para denunciar isso, que êsse funcionário havia sido transferido de Mato Grosso para Itariri, em São Paulo, justamente porque o jornal, 15 dias antes, havia dito que a Comissão iria a Campo Grande. São declarações do jornalista para mim, dizendo que o referido funcionário fôra lá para dizer a êle, Sr. Barbosa: êles estão-me mandando embora porque têm mêdo de que a Comissão, estando em Campo Grande, me ouça: Por isso me mandaram para Itariri, em São Paulo. Veja V. Exª. que são duas informações que só vêm - confirmar essa, digamos assim, petulância dêsse homem em ameaçar a depoente justamente quando ela se preparava para vir depor na Comissão de Inquérito. Era o que queria dizer, precisamente em abono das declarações - de S. Tereza Delta. Queria ainda perguntar à D. Tereza Delta se depois - que o Sr. Fernando Cruz depos na Comissão ela estêve com êle ou se sabe de alguma coisa a propósito disso. A SRA TEREZA DELTA - Não. Não estive. Agora, queria adiantar, Presidente, que eu fui ao Rio, como declarei a V. Exªs., conversei com o Sr. Josias Macedo, liguei para Brasília e falei com o Sr. Sílvio Meireles e êste contou ao Coronel que eu vinha depor. O Coronel foi para o Rio, e chegando lá o Josias naturalmente contou a êle que eu havia estado no Rio. Fui com êle até o aeroporto e o Sr. Josias - mandou um telegrama a V. Exª dizendo que não podia comparecer hoje, ... O SR CELSO AMARAL - Não, na última vez, hoje êle... A SRA TEREZA DELTA - ... porque ia para a bacia, não me lembro onde. Êle mesmo me disse que havia enviado um telegrama à Comissão dizendo que não poderia vir hoje. Sr. Presidente, se me permite, eu não sou funcionária do SPI e sofri esta coação. Imaginem V. Exª. quanto material não teriam nas mãos se êsse diretor fôsse afastado e se os funcionários tivessem mais liberdade, pelo que acaba de expor o Deputado Edson Garcia. A presença do diretor é uma coação e muitos têm mêdo mesmo, não virão depor. O SR CELSO AMARAL - Aí cabe ao Relator... A SRA TEREZA DELTA - Desculpe, Deputado, eu estou falando sôbre a coação que eu sofri. O SR EDSON GARCIA - Sr. Presidente, desejo tão-sòmente agradecer à Sra. Tereza Delta a contribuição que prestou à Comissão. Todos a conhecemos como uma das políticas mais eficientes do Estado de São Paulo e o simples fato de se dispor assim a vir contribuir da maneira como parece que vai contribuir para conseguirmos aquilo que é do nosso interêsse averiguar, faz com que nós lhe sejamos - muito gratos, ainda mais quando se trata de um pedido de um Deputado de Mato Grosso a uma Deputada de São Paulo. Muito obrigado portanto por es-

ta oportunidade à contribuição que D. Tereza Delta nos presta neste processo que nos está parecendo mais escabroso do que supunhamos. O SR CELSO AMARAL - Sr. Presidente, eu tenho um ofício, uma denúncia de um Inspetor Amarinho de Oliveira. V. Exª. chegou a ler essa denúncia? O SR PRESIDENTE(VALÉRIO MAGALHÃES) - Não, passei-a a V. Exª. sem a ler. O SR CELSO - AMARAL - Por ela se vê o que é o SPI. Diz o Sr. Amarinho:"... Quando na chefia da 8ª Inspetoria Regional do S.P.I. sediada na cidade de Goiânia, de onde saiu a pedido, em caráter irrevogável, houve por bem, no curso das suas atividades, acolher e atender ao Ofício nº 38/SOP/62,da Inspetoria Regional do FOMENTO AGRÍCOLA do Ministério da Agricultura, fazendo - cessão de sessenta (60) novilhas da safra de 1959/60 do rebanho da "Ilha do Bananal", solicitadas por aquela unidade (S.P.I. nº 1.452, de 27 de fevereiro de 1962). Posteriormente, em decorrência da cessão mencionada, foi remetido ao Senhor Diretor do S.P.I. o Ofício nº 118, de 6 de julho de 1962, cópia anexa. Sòmente agora, com surprêsa e estarrecimento, chegou ao conhecimento do peticionário, através do "BOLETIM INTERNO" nº 57, página 81, a publicação da "ORDEM DE SERVIÇO" nº 170, de 20 de dezembro de 1962, do Senhor Diretor, Tenente-Coronel Moacyr Ribeiro Coelho, da designação de uma Comissão de Sindicância incumbida de apurar irregularidades constantes do processo referido." Um verdadeiro absurdo, Sr. Presidente. Então, um funcionário cumpre uma determinação e recebe um inquérito? Êste um dos documentos que demonstram realmente a ordem reinante no SPI. O SR PRESIDENTE (VALÉRIO MAGALHÃES) - V. Exª não acha conveniente - convidar êsse funcionário para depor? O SR CELSO AMARAL - Seria, Sr. Presidente, êsse e vários outros. O SR PRESIDENTE (VALÉRIO MAGALHÃES) - Êle é do Rio ou daqui? O SR CELSO AMARAL - Daqui mesmo, de Brasília. O SR - PRESIDENTE (VALÉRIO MAGALHÃES) - Se me permite, eu sugeriria que a Comissão o ouvisse antes de se deslocar para o Rio. O SR CELSO AMARAL - Eu pedi também uma relação de todos os inquéritos, irregularidades, dentro do SPI e até hoje nada me chegou às mãos. O SR PRESIDENTE (VALÉRIO MAGALHÃES) - O ofício foi feito e assinado por esta Presidência. O SR CELSO AMARAL - Chegou relatório aqui de uma comissão de inquérito pedindo a verificação de irregularidades no Pôsto Capitão Vasconcelos, atribuídos - aos Srs. Leonardo Vilas Boas, Cláudio Vilas Boas e Orlando Vilas Boas, - aliás conhecidos mesmo como desbravadores do sertão. A conclusão dessa comissão foi realmente bastante violenta contra êsses irmãos Vilas Boas. O SR PRESIDENTE (VALÉRIO MAGALHÃES) - Em conversas aí fora sugeri mesmo - uma visita a êsse pôsto. A SRA TEREZA DELTA - Presidente, permita-me mais um esclarecimento. Se V. Exª. fôr a Campo Grande, na 5ª Inspetoria, encontrará lá um inspetor, Anísio de Carvalho. Êsse senhor teve 16 anos de seminário. Numa ocasião, conversando com êle no aeroporto de São Paulo, em companhia de uma Sra., Madalena Russo — que também poderá depor — êle me disse que tinha documentos, mas que não os daria à Comissão e se eu dissesse isto aqui êle me desmentiria na cara perante os Deputados e

não entregaria os documentos. Como eu sabia com quem falava, levei essa senhora que poderá confirmar o que digo. Por isso que falei a V. Exª.que lá é um lugar muito melindroso. Êsse inspetor estêve 5 ou 10 minutos para ser padre. O SR PRESIDENTE (VALÉRIO MAGALHÃES) - Não havendo mais nenhum Deputado que queira fazer indagações, só resta à Presidência agradecer à D. Tereza Delta o seu comparecimento. Se fôr necessário, a Comissão a convidará para uma nova inquirição, em ocasião que julgar oportuno. V. Sª. irá assinar o têrmo respectivo e, depois, está desvinculada dos nossos trabalhos, podendo regressar a São Paulo. A SRA TEREZA DELTA -Presidente, quero agradecer a V. Exª. e aos Srs. Deputados membros desta Comissão a gentileza de me terem enviado a passagem para vir aqui. De fato eu precisava, e se não a mandassem eu iria empenhar qualquer coisa para vir depor. Eu agradeço a V. Exªs. e me ponho à disposição da Comissão para ser acareada com aquêles que eu aqui referi. V. Exªs. podem ter certeza de uma coisa: foi uma mulher que veio depor, mas uma mulher que sustenta o que depos , mesmo que lhe custe a própria vida. Obrigado a V. Exªs. O SR PRESIDENTE (VALÉRIO MAGALHÃES) - Está encerrada a sessão.

/MJM

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO PARA APURAR IRREGULARIDADES NO SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS INDIOS.

O SR PRESIDENTE - Havendo número legal, declaro aberta a sessão da Comissão Parlamentar de Inquérito que investiga atos e fatos da administração do Serviço de Proteção aos Índios. Encontra-se presente o Sr. Cildo Furtado Soares de Meirelles, que já foi qualificado e vai prestar o compromisso legal. V.Sa. promete dizer a verdade sôbre o que souber e lhe fôr perguntado? O SR CILDO MEIRELLES - Prometo. O SR PRESIDENTE - Dou a palavra ao Relator, Deputado Celso Amaral, para iniciar o interrogatório. O SR DEPUTADO CELSO AMARAL - V.Sa. prestou, há alguns anos, serviços ao SPI e atualmente presta uma espécie de assistência. O SR CILDO MEIRELLES - Uma vez ou outra, porque me dedico, há muitos anos, a êsse assunto índio. De quando em vez, estão mudando o diretor e, consequentemente, os chefes de secções. Quer dizer, a cúpula do Serviço sofre verdadeira alteração periòdicamente. Por tradição, sabendo que sou um indivíduo estudioso do problema índio, e tendo servido muitos anos no SPI, quando êles têm qualquer dificuldade, sobretudo quanto às questões de terras, pedem para dar minha opinião, porque conheço quase todos os postos do Brasil. Servi em tôdas as inspetorias regionais. Sucede que, às vêzes, há casos fora do conhecimento do diretor, ou do chefe de secção, ou mesmo do chefe de inspetoria, que se vêem em dificuldades e pedem minha colaboração. Êles perguntam se posso dar minha opinião e eu a dou gostosamente, desde que seja em favor do índio. Tenho prestado colaboração. O SR DEPUTADO CELSO AMARAL - V.Exa. não recebe ordenado a título de colaboração? O SR CILDO MEIRELLES - Não. Duas vêzes, quando tive de me locomver, digo, locomover para Campo Grande, numa questão que houve por lá, e como não tinha qualquer interêsse naquela região, porque atualmente me dedico a negócios imobiliários, disse ao Mota Cabral, que tomava conta dêsse setor, que eu não tinha qualquer interêsse em ir lá e, então, me arranjaram um dinheiro. Assim, viajei nessas condições duas vêzes para Campo Grande. O SR DEPUTADO CELSO AMARAL - V.Sa. conhece bem o Coronel Moacir, Chefe atual do SPI? O SR CILDO MEIRELLES - Conheço. Em junho ou julho, mais ou menos, fiquei conhecendo o Coronel. Êle entrou para o Serviço em dezembro de 1961, se não me engano. O SR ANTONIO BRESOLIN - Permite-me nobre Relator? O SR DEPUTADO CELSO AMARAL - Pois não. Até gostaria que fizessem perguntas, porque estou esperando o depoimento do Coronel para poder inquirir o depoente. O SR DEPUTADO ANTONIO BRESOLIN - Em que mês V.Sa. recebeu dinheiro para viajar? O SR CILDO MEIRELLES - Não me recordo. Em agôsto, se não me engano, do ano passado. O SR DEPUTADO ANTONIO BRESOLIN - Qual a importância? O SR CILDO MEIRELLES - 40 mil cru

Cildo Meirelles.

zeiros. O SR DEPUTADO ANTÔNIO BRESOLIN - De uma só vez? O SR CILDO MEIRELLES - Sim. O SR DEPUTADO ANTÔNIO BRESOLIN - Não recebeu outras importâncias? O SR CILDO MEIRELLES - Recebi em outra ocasião, também no mesmo ano. Não me recordo o mês. Se não me engano, foi em janeiro dêste ano. O SR DEPUTADO ANTÔNIO BRESOLIN - Quanto recebeu? O SR CILDO MEIRELLES - Também 40 mil cruzeiros. O SR DEPUTADO CELSO AMARAL - V.Sa. nessa ocasião que foi para Campo Grande, teve contacto com o Diretor ? O SR CILDO MEIRELLES - Não estava lá o Fernando Cruz. O SR DEPUTADO CELSO AMARAL - Refiro-me ao Diretor do SPI, em Brasília. O SR CILDO MEIRELLES - Eu me entendia mais com a secção que cuida dêsse assunto. O SR. DEPUTADO CELSO AMARAL - V.Sa. teve contacto com o diretor alguma vez ? O SR CILDO MEIRELLES - Sim, duas ou três vêzes. O SR DEPUTADO CELSO AMARAL - O que estranho -- e até estou esperando o depoimento do Diretor do SPI -- é que êsse diretor diz que não conhecia V.Sa. O SR CILDO MEIRELLES - Disse que não me conhecia? O SR DEPUTADO CELSO AMARAL - Aqui está a fotografia de uma reunião. Essa reunião foi referente a quê? O SR CILDO MEIRELLES- Foi em novembro do ano passado. Êle convocou todos os chefes de inspetorias, porque não tinha tido contacto com êles e conhecia dois ou três chefes. (O Sr. Presidente exibe uma fotografia e o depoente reconhece que está nessa fotografia). O SR CILDO MEIRELLES - Os chefes são os que estão na mesa. Isto, como disse, foi em novembro de 1962, quando reuniu os chefes de inspetorias para saber das novidades, porque até aquela altura a verba do SPI não tinha sido distribuída, que só o foi em dezembro. Êle ainda não tinha corrido as inspetorias e não conhecia as suas necessiades, digo, necessidades. O SR DEPUTADO ANTÔNIO BRESOLIN - Formulei duas perguntas ao depoente e êle afirmou que em duas vêzes recebeu 40 mil cruzeiros, sendo essas as únicas vêzes. O SR CILDO MEIRELLES - Sim, nas duas viagens. O SR DEPUTADO ANTÔNIO BRESOLIN - Tenho aqui fotocópia de um recibo, assinado por V.Sa., que diz ter V.Sa. recebido Cr$ 18.840,20. Isso em 16 de agôsto de 1962. O SR CILDO MEIRELLES - Sim, recebi. O SR DEPUTADO ANTÔNIO BRESOLIN - Então, além daquelas duas importâncias, V.Sa. recebeu mais esta. O SR CILDO MEIRELLES - Foi para comprar uma passagem. O SR. DEPUTADO ANTÔNIO BRESOLIN - Qual era o objetivo dessas excursões, já que V.Sa. não era funcionário? O SR CILDO MEIRELLES - Não era, nem sou. Fui muitos anos funcionário. O objetivo é que êles me têm em conta de conhecer um pouco o serviço. O SR DEPUTADO ANTÔNIO BRESOLIN - V.Sa. prestou algum serviço ao SPI nessas viagens? O SR CILDO MEIRELLES - Prestei, observando de fora o movimento, diagam, digo, digamos assim, como o caso de Campo Grande, que foi muito saliente naquele ano de 1962. Fui lá, observei o ambiente e dei alguns conselhos, algumas sugestões ao Fernando Cruz. O SR DEPUTADO ANTÔNIO BRESOLIN - V.Sa. nunca transportou nada para o Serviço, não fêz serviços para êles, a não ser dar sugestões? O SR CILDO MEIRELLES - Não. O SR DEPUTADO ANTÔNIO BRESO

Cildo Meirelles

LIN - Aqui também está a fotocópia de um re ćibo assinado por V.Sa. , com carga de inúmeros processos do SPI. O SR CILDO MEIRELLES - Estava faltando a memóra, digo, a memória. Sucede, por exemplo, às vêzes casos de terra. Eu disse há pouco que já viajei por êste Brasil inteiro e cuido de , digo, e me especializei mais no setor de terras, porque acho que a maior defesa do índio é defender sua terra. Há casos em que o chefe da secção me pergunta. Olho o processo e posso dar a minha opinião. Há porém, casos muito mais complexos, mais graves, e preciso fazer consultas etc. Então, eu levava o processo, mas deixava um documento dizendo que o processo estava em meu poder. O SR DEPUTADO ANTÔNIO BRESOLIN - Quantos dêsses processos levou? O SR CILDO MEIRELLES - Não posso calcular. Todos que estiveram em meu poder, deixei recibo . O SR DEPUTADO ANTÔNIO BRESOLIN - V.Sa. tem recibo da devolução dos documentos? O SR CILDO MEIRELLES - Não exigi. Estão, porém, todos entregues. O SR DEPUTADO ANTÔNIO BRASOLIN - Vou passar êstes dois documantos ,às mãos do Relator. O SR DEPUTADO CELSO AMARAL - Volto à pergunta inicial: tôdas as vêzes que V.Sa. prestou serviços ao SPI não foi orientado pelo diretor? O SR CILDO MEIRELLES - Não, absolutamente. Apesar de êle ser Coronel do Exército e ter curso do Estado Maiôr, acho, modéstia à parte, que tenho mais cabeça do que êle e não precisava do seu auxílio como também prescindo do auxílio de muitos doutores, embora eu não seja formado. O SR DEPUTADO CELSO AMARAL - Então, se perguntar ao Coronel Moacir se conhece Cildo Meirelles, êle deve conhecer. O SR CILDO MEIRELLES - Depende da personalidade dêle . V.Exa. disse que êle já negou. Não posso obrigá-lo a dizer que me conheceu. O SR DEPUTADO CELSO AMARAL - Não é obrigar. V.Sa. está aqui para dizer a verdade. O SR CILDO MEIRELLES - Exatamente, dôa a quem doer. O SR PRESIDENTE - O Senhor Relator deseja saber se V.Sa. pode referir fatos que nos convençam de que o Coronel conhece realmente V.Sa. Se êle já lhe deu pessoalmente alguma incumbência; se êle já o chamou pelo nome. O SR CILDO MEIRELLES - Tivemos um assunto de matéria de trabalho. Êle idealizou, a título de experiência, em Buriti, Campo Grande, numa aldeia de índios próxima àquela Cidade, de muito fácil acesso, dar autodeterminação ao grupo de índice, digo, índios Terena, achando que êles já estavam em nível cultural e mental avantajado, prescindindo, pois, da tutela do SPI. Essa era uma idéia antiga do Teixeira Mendes, que era Chefe do Positivismo aqui no Brasil e precedeu a Rondon, que foi seu discípulo. Teixeira Mendes pregava a autodeterminação das corporações indígenas da América. Êle achava que a ação do Govêrno devia ser apenas de assessoria, ajudando aquêle povo a se desenvolver. Pois bem, quando o Coronel Moacir esteve em Buriti, idealizou também, a título de experiência, dar autodeterminação ao grupo Terena. Nessa ocasião, êle me pediu que fôsse olhar, observar o nível cultural dêsse grupo indígena, que é muito apreciável, sendo o maior

Cildo Meirelles

que conheço no Brasil. Visitei os Terenas e apresentei um trabalho pa ra êle, a título particular, como poderia apresentar a qualquer pes - soa, pois não estou impedido disso. Aliás, tenho apresentado a várias pessoas que me pedem, tenho escrito alguma coisa sôbre índios. Escre- vi nessa ocasião sôbre Buriti e também disse, no trabalho que apresen tei, o estado cultural em que encontrei o grupo de Terenas. Foi o tra balho que me lembro ter feito para o Coronel, como faria e tenho fei- to para qualquer outra pessoa. O SR ANTÔNIO BRESOLIN - V.Sa. continua como funcionário? O SR CILDO MEIRELLES - Não, absolutamente. Fui demi tido por sem-vergonhice e perseguição do Ministro João Cleofas, um patife. O SR PRESIDENTE - Foi aberto processo? O SR CILDO MEIRELLES - Foi aberto da maneira como o Ministro quis. Basta dizer que não me dei xaram ser ouvido. Eu, funcionário de 28 anos de serviço, desde o tem- po de Washington Luiz, êle não deixou que eu fôsse ouvido, não deixou que arrolasse testemunhas, nada. Quando tive que apresentar minha de- fesa, ela foi deficiente. Não mandaram o processo à Divisão do Pessoal à Secção de Direitos e Deveres. Levaram o processo às pressas ao Pre- sidente da República, Sr. Getúlio Vargas, que culpa nenhuma teve do ato, pois encontrou aquêle expediente todo feito e assinou minha de - missão a bem do serviço público. Depois disso, o Consultor Geral da República, hoje Ministro do Supremo Tribunal Federal, Dr. Antônio Gon çalves Oliveira, fazendo um estudo do processo, achava que o mesmo de via ser anulado ou, então, fôsse feita uma revisão. Tentei já três vê zes fazer essa revisão e não consigo. V.Exas. desculpem se às vêzes falo animadamente, porque é do meu feitio. O SR ANTONIO BRESOLIN -Nes se trabalho que prestou em Buriti não recebeu nenhuma importância? O CILDO MEIRELLES - Não, recebi a passagem. O SR DEPUTADO ANTÔNIO BRESO LIN - Há uma referência no Boletim Interno nº 57 dizendo que V.Sa. te ria recebido remuneração. O SR CILDO MEIRELLES - Não. Só se outros re ceberam por mim. O Coronel mandou publicar o trabalho sôbre Buriti nes se Boletim 57. O SR DEPUTADO RACHID MAMEDE - Queria fazer algumas per guntas a V.Sa., que tão bem conhece a 5ª Inspetoria, em Mato Grosso . V.Sa. pode informar qual o número de índice, digo, de índios adultos da tribo dos Terenas, que estão na 5ª Inspetoria, ou da tribo dos Te- renas, que estão na 5ª Inspetoria, ou da tribo dos Cajués? O SR CILDO MEIRELLES - Os cajués são outra nação, não pertencem aos Terenas. Os Cajués estão nas fronteiras com o Paraguai, nas fraldas do Maracaju. O SR DEPUTADO RACHID MAMEDE - Qual o número de índios que V.Sa. calcu la? O SR CILDO MEIRELLES - Calculo que existam 5 mil terenas. O Darci Ribeiro, que lá esteve algum tempo, também calcula no seu livro em 5 mil índios. É a maior nação que conheço em todo o Brasil, aliás bem desenvolvida. O SR DEPUTADO RACHID MAMEDE - Quanto aos cajués, qual o número de índios adultos que V.Sa. calcula? O SR CILDO MEIRELLES - Cal culo que sejam 400 e tantos índios, entre mulheres, homens e crianças.

Cildo Meirelles.

O SR RACHID MAMEDE - V.Sa. conhece o caso, tão comnet, digo, comentado e há poucos dias abordado da tribuna da Câmara pelo Deputado Edson Garcia, de políticos de Mato Grosso, especialmente de Aquidauana, haverem procurado comprar eleitores indígenas? O SR CILDO MEIRELLES -- Ouvi êsse fato. Se compraram, não sei. O SR DEPUTADO RACHID MAMEDE - Não conhece o caso? O SR CILDO MEIRELLES - Não conheço, porque o meu interêsse é o assunto terra. Estudei a questão da terra para poder defender o índio dêsses que querem avançar nas suas terras. O SR DEPUTADO RACHID MAMEDE - V.Sa. sabe que na 5ª Inspetoria tem sido arrendada grande parte das terras do cajuês? O SR CILDO MEIRELLES - A Inspetoria foi obrigada a arrendar terras porque os magnatas, os fazendeiros e pecuaristas, invadiram completamente a área dos cajuês, criando, realmente, um fato consumado. O SPI não tinha fôrças nem meios para retirar aquela gente que se apoderou completamente da área dos cajuês. Houve uma enchente no Paraguai, que regressou, digo, represou os afluentes. Os fazendeiros, por justiça, por direito, para defenderem sua propriedade, seus animais, apoderaram-se da área. Diante do fato consumado, o SPI tinha que arranjar um jeito de ajudar os índios quase sem terras contra aquêles fazendeiros que ali foram procurar abrigo, socôrro etc. Na ocasião, o SPI foi obrigado a arrendar as terras. Antes, nunca foi. O SR DEPUTADO RACHID MAMEDE - Sabe V.Sa. qual a importância provável arrecadada por ano? O SR CILDO MEIRELLES- Não posso estimar. Conhecia a parte da invasão e da ocupação e o modus vivendi que encontraram entre os arrendatários e os índios do SPI. Aliás, de modo geral, os fazendeiros que conheci estão de acôrdo em pagar, como de direito e de justiça, aos índios aquelas terras, porque não é vergonhoso o índio oprimido como foi, debaixo de pressão, ser obrigado a arrendar suas terras, terras essas que foram dadas para uso e gôzo dêles e que êles podem usufruir da maneira que entenderem. Mais vergonhoso é os fazendeiros de Mato Grosso, Bahia e Rio Grande do Sul arrendarem, homens de dinheiro, de recursos, de capacidade, arrendarem grandes áreas de Mato Grosso por muito mais do que arrenda o SPI aos fazendeiros que lá estão. O SR DEPUTADO RACHID MAMEDE - Nessa oportunidade em que V.Sa. esteve em Campo Grande, teve ocasião de entrar em contacto com o Inspetor Fernando Cruz? O SR CILDO MEIRELLES - É meu amigo há muitos anos. O SR DEPUTADO CELSO AMARAL- V.Sa. esteve como assessor dêle? O SR CILDO MEIRELLES - Não. Um jornal, por amabilidade naturalmente, vendo que eu era velho e pela conversa que o jornalista teve comigo, deu-me o título de sucessor, digo, de assessor. Isso foi publicado e parece que houve reprodução da notícia. O SR DEPUTADO CELSO AMARAL - Quanto tempo V.Sa. ficou lá? O SR CILDO MEIRELLES- - 15 dias. O SR DEPUTADO ANTÔNIO BRESOLIN - Na oportunidade em que esteve lá, V.Sa. tomou conhecimento de como eram feitos os arrendamentos das terras? O SR CILDO MEIRELLES - Não me interessei pròpriamente por es-

Cildo Meirelles

sa parte. Interessei-me em dar execução ao acordum do Supremo Tribunal Federal. Havia, desde 1961, um acordum do Supremo Tribunal reconhecendo aquela área como limite da nação dos cajuês. Mas, por ignorância daquela gente e descaso mesmo do diretor anterior ao Coronel, êsse acórdão ficou no ar. Essa a verdade. Não foi executado. Eu é que disse ser preciso dar execução, prosseguir. Chamei o Dr. Paulo Bugre, que foi o advogado na primeira fase, para prosseguir, porque queriam dar o assunto até a outro advogado. O mais indicado seria o Dr. Paulo Bugres para anular os títulos. O SR DEPUTADO ANTÔNIO BRESOLIN - Embora não sendo V.Sa. do Serviço de Proteção aos Índios, com sua experiência superou ao próprio diretor. O SR CILDO MEIRELLES - Há pouco disse que não preciso da orientação dêles. O Dr. Bugres propôs ação em juízo, na comarca, para anulação dos títulos que o Estado de Mato Grosso cedeu a algumas pessoas. O SR DEPUTADO ANTÔNIO BRESOLIN - Naquela oportunidade, V.Sa. não tomou conhecimento se naqueles contratos de arrendamento não estava sendo recebida uma jóia também por parte da Inspetoria? O SR CILDO MEIRELLES - Digo com sinceridade que na gestão do Fernando eu ignoro completamente. Ouvi falar -- também não tenho provas, não é documento -- que na gestão de Ericson Mangena, que antecedeu ao Fernando, que recebiam jóias. Acho, porém, que é tudo fantasia. O SR DEPUTADO ANTÔNIO BRESOLIN - V.Sa. profundo conhecedor do SPI, pôde verificar in loco melhoramentos importantes levados a efeito pelo Inspetor Fernando Cruz, que aqui depôs há dias? O SR CILDO MEIRELLES - Na minha opinião, há duas fases na Inspetoria de Mato Grosso: do Coronel Nicolau Horta Barbosa, até 1946. Era um Coronel do Exército reformado, que dirigiu aquela Inspetoria durante alguns anos e deixou obra apreciável. Depois disso, houve verdadeira hiato administrativo na R-5. Quem fêz retornar o trabalho e o amor ao índio foi Fernando Cruz. Fernando Cruz era um líder devotado à causa do índio, embora para obter o que desejava em benefício do índio tumultuava imensamente a sua administração. Êle tinha meios mais moderados, como o atual chefe, para atingir o objetivo, evitando os ataques que êles às vêzes sofriam. Êle construiu um campo de aviação naquela região, que não possuia nenhum. Hoje, em Campo Grande, pode-se tomar um teco-teco e descer naquela região. Restaurou as casas de Tomé, verdadeira cidadezinha; restaurou as escolas de Buriti, iniciando a construção de casas de alvenaria. Fêz cinco estações de rádio. Êle, de Campo Grande, falava para o interior. Instalou motor de luz em duas ou três aldeias. Sobretudo, o índio passou a ter assistência hospitalar, que nunca teve, nem mesmo no tempo do Coronel Horta Barbosa. O SR DEPUTADO RACHID MAMEDE - Sabe V.Sa, se dessa importância arrecadada era recolhida alguma soma para a direção central do SPI? O SR CILDO MEIRELLES- Não sei sôbre essa parte. Não me imiscuia nesses assuntos. Digo, com sinceridade, que me interessava mais pela questão de terras. Em Dourados, por

Cildo Meirelles

exemplo, há uma questão muito séria sem solução até hoje. Eu estudei a quela questão tôda. O Estado doou à Colônia de Dourados uma área e até hoje está uma encrenca. O SR DEPUTADO RACHID MAMEDE - V.Sa. sabe informar se o SPI, durante a presente administração, fês distribuição de - ferramentas, de medicamentos, de arames para essa inspetorias? O SR . CILDO MEIRELLES - Essa parte ignoro, porque não entro nela. V.Exa. pergunte-me sôbre terra, que poderei dar alguma informação. O SR DEPUTADO RACHID MAMEDE - A par das perguntas sôbre terras, faremos outras per - guntas e V.Sa. se tiver conhecimento, informará. O SR CILDO MEIRELLES- Acho que houve distribuição, porque quando fui visitar a R-5, com o Fernando, vi muitas ferramentas lá. O SR RACHID MAMEDE - Essas inspe - torias têm atribuições para arrecadar e dispor sem prestação de con - tas? O SR CILDO MEIRELLES - Não. O SPI, como repartição do Govêrno,da União, tem o seu patrimônio, o patrimônio nacional. Por exemplo: uma máquina de escrever, um arquivo de aço, um bureau, um plantel de ani - mais, isso é patrimônio da União. É uma escrita à parte, pois são bens da União. Ao lado dêsse patrimônio nacional, existe o patrimônio do índio. Amanhã, extinguindo-se o Serviço de Proteção aos Índios, a União só poderá, digo, pode retirar o que é seu. Mas, o gado, que é do ín - dio, a cêrca, que é do índio, a casa, que é do índio, os porcos, a -- criação, lavoura, cafezais, cacauzeiros etc., isso é patrimônio do índio. Êle não será espoliado com a extinção do SPI. O patrimônio de cada tribo continuará sendo particular da tribo. A Ilha de Bananal, por exemplo, em Goiás, já tem um gado muito apreciável, que pertence à coletividade. O SR DEPUTADO RACHID MAMEDE - E sôbre a Inspetoria de Goiás? O SR CILDO MEIRELLES - A Inspetoria de Goiânia superintende todo o Estado de Goiás. Êsse gado da Ilha de Bananal, por exemplo, pertence à coletividade, aos Carajás e, não, à União. O diretor deve ser notificado da venda dêsse gado. Aliás, o gado só poderá ser vendido por autorização do diretor. Só êle pode alienar bens do patrimônio indígena, porque do patrimônio nacional só pode o Ministro. Se pretender vender um caminhão que pertença ao patrimônio nacional, um caminhão velho, im - prestável, tem de fazer concorrência ou coleta de preços: É preciso - que o ministro autorize.Quanto ao patrimônio indígena, o diretor, pelo Regimento, é o seu gestor e presta contas ao ministro. O SR DEPUTADO CELSO AMARAL - Um inspetor de uma inspetoria pode aquirir algum veículo por conta dessa verba indígena, sem autorização do diretor? O SR CILDO MEIRELLES - Não, Precisa ter autorização do diretor. O direot, digo, diretor é o gestor do patrimônio indígena. Ele presta contas anualmente ao ministro. O SR PRESIDENTE - Há um regulamento a respeito disso ? O SR CILDO MEIRELLES - Há. O SR DEPUTADO ANTÔNIO BRESOLIN - Tenho-o a qui. O SR DEPUTADO RACHID MAMEDE - Qual a função do seu irmão que trabalha no SPI? O SR CILDO MEIRELLES - Êle foi chefe da Inspetoria do Pará, de Rondônia, ùltimamente de Goiás e, agora, foi chamado pela Dire

ter aqui em Brasília. Êle é Chefe da Secção de Orientação e Assistên - cia. O SR DEPUTADO RACHID MAMEDE - Depois de ter V.Sa. deixado de ser funcionário do Serviço de Proteção aos Índios, V.ªSa, já foi, por mais de uma vez, convidado para determinados serviços? O SR CILDO MEIREL - LES - Em Campo Grande. O SR DEPUTADO RACHID MAMEDE - Sòmente em Campo Grande? O SR CILDO MEIRELLES - Só. O SR DEPUTADO RACHID MAMEDE - Não teve oportunidade em outras vêzes O SR CILDO MEIRELLES- Não, porque depois foi tumultuado. O Fernando foi para Campo Grande em julho do ano passado e tumltuou imensamente, com o objetivo de fazer bem ao índio, mas tumultuou imensamente a Inspetoria. Saiu pràticamente em ja - neiro. Êle teve uns 4 ou 5 meses de administração. Depois, veio essa chuva de queixas, de acusações contra o diretor, que pràticamente não tem podido administrar o SPI, que, de fato, está parado devido a essa questão. O SR DEPUTADO RACHID MAMEDE - Qual o conceito sincero que V. Sa. faz da vontade de acertar, da capacidade, enfim, o conceito que faz do atual diretor? O SR CILDO MEIRELLES - Ainda ontem dizia ao meu irmão, à noite, que achava o Coronel com interêsse de acertar. Êle de- monstra em vários atos que tem vontade de fazer algum bem pelo índio, de modo geral. Acho, porém, que êle não tem capacidade para isso. Êle é tumultuado. Por exemplo, o meu irmão Francisco Meirelles, grande co- nhecedor dessa parte prática referente ao índio, é assessor do Coro - nel, porque é o Chefe da Secção de Orientação e Assistência. O Fran - cisco conversa com êle, mas na hora o Coronel faz o que lhe dá na ca- beça, e sai cada burrada. Essa a verdade. Êle tem desejo de fazer bem ao índio, mas as consequências são maléficas. Mas, que êle tem inten - ção de fazer o bem, tem. O SR DEPUTADO CELSO AMARAL - V.Sa. tem conhe- cimento de que meses atrás estiveram em Brasília 10 caciques? O SR. CILDO MEIRELLES - Estive com êles. O SR DEPUTADO CELSO AMARAL - Êles vieram aqui para pedir a manutenção do diretor do SPI? O SR CILDO MEI RELLES - Foi, justamente. O SR DEPUTADO CELSO AMARAL - V.Sa. sabe como foram pagas as despesas de viagem dêsses caciques? O SR CILDO MEIREL - LES-Parece-me que foi a Prefeitura de Campo Grande. É o que soube. O caminhão é do Serviço. Foi o que me disseram. O SR PRESIDENTE - Dese - jo esclarecer à testemunha e também aos colegas que nesse tempo o Pre- feito de Campo Grande era eu. De fato, não foi a Prefeitura quem pagou. Êles vieram, segundo me recordo, num caminhão adquirido pouco tempo an tes do Serviço, que, aliás, funcionava ao lado do meu escritório. Quan do vim aqui para tomar posse do cargo de Deputado, juntamente com os demais colegas, vi os índios e os cumprimentos, digo, os cumprimentei. Êles já estavam de regresso também nesse caminhão. De modo que a Prefei tura de Campo Grande não concorreu com nehu, digo, nenhum tostão para êssa viagem. O SR DEPUTADO CELSO AMARAL - V.Sa., então, desconhece quem pagou as despesas? O SR CILDO MEIRELLES - Sim. Sei que, em São Paulo, os Diários Associados hospedaram êsses índios. Sei disso porque o Ja -

randir, Vereador de Campo Grande, me falou que êles foram fazer uma visita ao Chateaubriand e êle os hospedou num hotel e mandou tirar as digo, tôdas as contas em nome dos Diários Associados e ainda deu a importância de 40 mil cruzeiros para prosseguirem viagem para Brasília. Deu-lhes, inclusive, roupas etc. Em Brasília, soube também que foram hóspedes do Prefeito de Brasília, conforme me contou o Jurandir, Vereador de Campo Grande. O SR DEPUTADO CELSO AMARAL- V.Sa. tem conhecimento que na ocasião o Sr. Fernando Cruz precisou de uma importância e o Sr. Francisco Meirelles conseguiu 700 mil cruzeiros? O SR CILDO MEIRELLES - De onde? O SR DEPUTADO CELSO AMARAL- No Rio. Depois, veio o dineh, digo, o dinheiro de Campo Grande para êsse pagamento. O SR CILDO MEIRELLES - Ignoro. O SR DEPUTADO CELSO AMARAL - Quando V.Sa. estava em Campo Grande foi adquirida uma camioneta F-100 pela verba indígena? O SR CILDO MEIRELLES- Sim. Disso estou a par. O SR DEPUTADO CELSO AMARAL - Houve autorização do diretor para àquisição dessa camioneta? O SR CILDO MEIRELLES - Não posso saber, mas sei que foi adquirida pela renda indígena. Tanto que o Fernando não chegou a pagar tôda a importância. Quam acabou de pagar foi o atual chefe. O SR DEPUTADO CELSO AMARAL- Ela ficou servindo em Campo Grande? O SR CILDO MEIRELLES- Ela esteve no Rio de Janeiro, porque as viaturas do SPI estavam no consêrto. Parece que veio para o Museu do Índio. Esteve dois ou três meses e depois foi devolvida a Campo Grande. Foi o que me disseram. O SR DEPUTADO CELSO AMARAL- V.Sa. tem conhecimento que, em Brasília, determinada pessoa recebeu uma importância para pedir que o atual diretor fôsse mantido no cargo? O SR CILDO MEIRELLES- Não ouvi falar. Desconheço isto. O SE DEPUTADO CELSO AMARAL- Completamente? O SR CILDO MEIRELLES- Completamente. O SR DEPUTADO CELSO AMARAL - Quem apresentou V.Sa. ao Coronel? O SR CILDO MEIRELLES- Foi o Mota Cabral, em julho do ano passado. Sabendo que êle estava em dificuldades, com proæessos de terra, assoberbado, sem saber o que fazer, tinha lembrado o meu nome como a pessoa capaz de, pelo menos, empurrar aquilo para diante. O SR DEPUTADO CELSO AMARAL- V.Sa. tem conhecimento de que o Tribunal de Contas devolveu um processo ao SPI por não estar de acôrdo com a prestação de contas? O SR CILDO MEIRELLES- Sou apaixonado pelo índio e me inflamo muito. O Tribunal de Contas, infelizmente, traduz e espelha a antipatia do povo, não do povo que está distante das aldeias dos índios, dos seus habitats, mas a antipatia daqueles que querem avançar em cima das terras dos índios, espoliar o índio. Isso se reflete até dentro da Câmara dos Deputados. Aqui mesmo, por exemplo, há um projeto de lei, um substitutivo apresentado pelo Senador José Varela, que foi unânimemente aprovado em tôdas as comissões do Senado. Chegou à Câmara e ficou procrastinado, até que apareceu um nôno Rondon e deu um impulso para diante. O SR PRESIDENTE- Êsse projeto versa sôbre o que? O SR CILDO MEIRELLES - Está aqui; a propósito eu o trouxe. Êsse substitutivo teve pa

recer de tôdas as comissões do Senado. Particularmente, informo que êsse substitutivo foi redigido por Darcy Ribeiro, quando Chefe da Seção de Estudos do SPI. Darcy Ribeiro, a pedido de Rondon, redigiu êsse substitutivo, que foi aprovado unânimente, digo, unânimemente pelo Senado e está agora na Câmara. Regulamenta o Art. 216 da Constituição. Quer dizer, o Executivo não tem meios para dar uma solução a essa questão de terras, por não dispor de um diploma legal regulamentando o Art. 216 da Constituição. Alguma coisa temos obtido para o índio no Poder Judiciário, porque o Poder Executivo é impotente. Essa a verdade. V.Exa. recorre a um governador ou a um prefeito e êles preferem ficar ao lado do cabo eleitoral, do chefe político local e não atendem o que pedem o chefe do SPI. Êsse substitutivo está na Câmara desde o ano passado. Quanto ao registro dos processos, o Tribunal de Contas tem uma assinatura tremenda em cima do SPI. Todo o processo que lá chega é transformado geralmente em diligência. É quase sistemàticamente. O SR DEPUTADO RACHID MAMEDE - Não seria porque a documentação é insuficiente? O SR CILDO MEIRELLES - Pode ser. Não sei. O fato, porém, é que é coisa sistemática. Por exemplo, para o Tribunal de Contas registrar as verbas de 61 e 62, do SPI, que é uma verba essencial, pois é a que cria o patrimônio indígena e dá assistência e auxílios aos funcionários, digo, aos índios, foi preciso que um grupo de deputados e senadores interviesse, como o Deputado Cunha Bueno, de São Paulo, muito amigo dos índios, o Deputado Abel Rafael, o Senador Filinto Muller e outros -- V.Exa., Sr. Presidente é amigo dos índios mas não estava na Câmara na época -- se não fôssem êsses amigos, que foram pessoalmente pedir aos ministros na segunda quinzena de dezembro, essas verbas não seriam registradas. Isso traria mal tremendo ao Serviço. O maior mal que fazem ao índio, dògo com sinceridade, é a falta de um concurso, de uma seleção. Se o DASP obriga qualquer indivíduo, por mais modesta que seja a função, a um concurso quase acadêmico, quase que lhe dando a láurea de doutor, para ser datilógrafo, escrevente, etc., exigindo, às vêzes, até o conhecimento de idioma estrangeiro, entretanto, para ser funcionário do SPI, a porta está aberta, é uma enxurrada, correm todos para o SPI, porque não há concurso. O SR DEPUTADO CELSO AMARAL - Ùltimamente, têm sido admitidos funcionários? O SR CILDO MEIRELLES - Atualmente, não. Até dois anos atrás, era assim. Se amanhã, o Presidente da República fizer uma circular permitindo a admissão de funcionários, em outras repartições, inclusive no Ministério da Agricultura, só entrarão os que forem hàbilitados em concurso. No SPI, porém, vão entrar aquêles que nunca fizeram concurso para o cargo de inspetor dos índios, chefes de inspetoria, encarregados etc. Gente que nunca viu índio será admitida, só pelo fato de ser coronel etc. O SR ANTÔNIO BRESOLIN - V.Sa. informou que em meados de agôsto do ano passado ... O SR CILDO MEIRELLES - Calculo que foi em agôsto. O

Cildo Meirelles

O SR ANTONIO BRESOLIN - Ainda não acabei de formular a pérgunta. V. Sa. tem conhecimento do número de cabeças de gado vendidas naquele mês? O SR CILDO MEIRELLES - Não posso saber. Tenho idéia de que havia uma comissão, composta do Sr. Diniz, um rapaz de Dourados, e do Sr. Castel, juntando o gado. Isso em agôsto. O SR DEPUTADO ANTÔNIO BRESOLIN - Mas, V.Sa. não sabe o número de rezes vendidas? O SR CILDO MEIRELLES - Não sei. O Diniz ainda se encontra em Dourados. O Castel está no Amazonas. O SR DEPUTADO ANTÔNIO BRESOLIN - Foi baixada uma ordem de serviço interna, nº 113, no dia 16 de agôsto, justamente tratando do assunto. A operação foi realizada e, segundo estamos informados, até hoje, não houve prestação de contas. O SR CILDO MEIRELLES - O diretor tem um ano para prestar contas do patrimônio indígena. Isso foi em agôsto. O SR DEPUTADO CELSO AMARAL - V.Sa. conhece o Sr. Aluízio Carvalho? O SR CILDO MEIRELLES - Há muitos anos. O SR DEPUTADO CELSO AMARAL - Atualmente, sabe onde êle está? O SR CILDO MEIRELLES - Atualmente, é Chefe da Inspeotir, digo, Inspetoria de Campo Grande. É um rapaz culto, preparado, muito sensato, completamente diferente do Fernando. É amigo do índio e muito sereno. O SR DEPUTADO CELSO AMARAL - Êle teve algum processo no Paraná? O SR CILDO MEIRELLES - Ouvi falar que êle esteve envolvido em processo. O SR DEPUTADO CELSO AMARAL - Êsse processo já chegou ao final? O SR CILDO MEIRELLES - Não sei qual o desfêcho do processo, pois é raríssimo o funcionário do SPI que não tenha um processo. Talvez só o Coronel, e tem êste andando aqui. Mas, posso esclarecer à Comissão que êsses processos se originam, quase todos, por politicagem locais do prefeito e dos deputados e senadores. O SR DEPUTADO CELSO AMARAL - Discordo um pouco, porque nós, desta Comissão, já chegamos a uma conclusão. O SR CILDO MEIRELLES - O Deputado Azzis Maron, da Bahia, por exemplo, é um dos grandes invasores da área da reserva de Itabuna. Essa reserva dos índios da Bahia é quase tôda ela em zona de cacau, terra de primeira qualidade. Às vêzes, a terra é boa para o café, mas não presta para o cacau. O filho do Senador Juracy Magalhães, que se suicidou e era deputado, era também dono de outra grande área invadida. O SR DEPUTADO ANTÔNIO BRESOLIN - Já que êsses processos todos são gerados dessa forma, queria perguntar se V.Sa. conhece o posto de Guaríta, no Rio Grande do Sul. O SR CILDO MEIRELLES - Estive lá em 1941. O SR DEPUTADO ANTÔNIO BRESOLIN - Então, V.Sa, deve ter tido conhecimento que só no pôsto de Nonoai foram devastadas mais de 400 colônias de puro pinheiral e mais de 400 colônias no posto dos índios Taquai, onde estão as melhores madeiras da região. No entanto, os índios daquela região vivem na situação mais miserável possível e até hoje nenheu, digo, nenhum daqueles chefes de pôsto foi para a cadeia. Onde foi parar aquêle dinheiro? O SR DEPUTADO CELSO AMARAL - Acho que êsse processo não é político. Pelo contrário. O SR CILDO MEIRELLES - O Sr. Daniel de Carvalho, essa grande in

Cildo Meirelles

teligência e cultura jurídica de Minas Gerais, ex-Ministro da Agricultura, até a época em que exerceu aquela Pasta não houve devastação de florestas. Êle é quem iniciou para proteger os seus amigos políticos do Rio Grande do Sul, Paraná, Santa Catarina etc. O SR ANTÔNIO BRESOLIN - Conheço o caso de um tal Sr. Ronildo, chefe do pôsto dos índios Guarita. Ali os índios plantaram, a enxada, e colheram mais de 400 sacas de trigo, colhido a foice. Êle mantinha em Ijuí uma prostituta, sua amante, que era a mulher que melhor se vestia em minha cidade. Os índios não viram nem cheiro de pão e o tal Ronildo não foi processado O SR CILDO MEIRELLES - Na região dos Caruéus há uma reserva riquíssima de carandá. Trata-se de uma palmeira muito preciosa. O SPI está guardando isso, até o dia em que vier o amigo de um Ministro, que consiga mandar cortar êsses carandás e vender para qualquer firma, como aconteceu com os pinheiros, com a imbuia, etc. O SR CELSO AMARAL - V.Sa. conhece Josias Macedo? O SR CILDO MEIRELLES - Conheço. O SR. CELSO AMARAL - É funcionário do SPI? O SR CILDO MEIRELLES - É inspetor de índios. O SR CELSO AMARAL - Onde está servindo atualmente? O SR CILDO MEIRELLES - Atualmente está no Museu do Índio. Está encons, digo, encostado. Há uma porção de funcionários encostados, enquanto a diretoria está com uma enorme carência de servidores. Não há quem bata um ofício, um telegrama. No Museu do Índio estão encostados mais de 20 funcionários, que não querem vir para Brasília. Só vêm se o Governo lhes der casa. Se não me engano, são 26, inclusive êle. O SR. CELSO AMARAL - Tem conhecimento de que o Sr. Josias Macedo está com o processo de Aloísio Carvalho? O SR CILDO MEIRELLES - Ignoro isso. O SR CELSO AMARAL - O SPI costuma dar requisições para passagens ou dá verbas também? O SR CILDO MEIRELLES - Conforme. Geralmente é uma requisição. O SR CELSO AMARAL - No caso do Senhor foi verba? O SR CILDO MEIRELLES - Foi a Renda Indígena. O SR CELSO AMARAL - O SPI quand precisa de qualquer coisa recorre à Renda Indígena. Por que? O SR CILDO MEIRELLES - É uma verba liberada, de gestão do diretor. Êle é que gere, como entende, essa verba do patrimônio indígena, porque os índios são tutelados. A Renda Indígena é patrimônio indigena, pertence ao índio. Não é verba nacional... O SR CELSO AMARAL - E o índio é espoliado dessa maneira. Compra-se uma camioneta e manda-se para o Ric em vez de estar servindo o índio. O SR CILDO MEIRELLES - Devia estar O SR CELSO AMARAL - E serviu no Rio essa camioneta? O SR CILDO MEIRELLES - Não sei dizer. O SR CELSO AMARAL - Tenho conhecimento de que ficou servindo particularmente. Tem conhecimento de alguma irregularidade, na 1ª Inspetoria. no Amazonas? O SR CILDO MEIRELLES - Estive lá há muitos anos, em 1947. Ultimamente afastei-me do serviço e não estou a par. O SR CELSO AMARAL - Conhece a cidade de Tupã, em São Paulo? O SR CILDO MEIRELLES - Só de nome. O SR CELSO AMARAL - Não tem conhecimento da compra dos caminhões em Tupã? O SR CILDO MEIRELLES

Cildo Meirelles

Não tenho. Sei que um caminhão foi comprado em Tupã, o que está na R-5. Parece que o encarregado do pôsto tinha primeiramente adquirido para o pôsto dessa região. Esqueço o nome do pôsto. Entretanto, pelo fato de Campo Grande precisar mais, porque iria começar essa obra de alvenaria do Buriti - precisava arrastar material de construção, etc. - conseguiu uma transferência da compra do pôsto de Tupã para a inspetoria de Campo Grande, tanto que quem pagou foi o pôsto de Campo Grande, pela Renda Indígena. O SR CELSO AMARAL - Tem conhecimento de um funcionário que estava em Campo Grande e foi transferido recentemente para Iacri, em São Paulo? O SR CILDO MEIRELLES - É o Jaffet Chaves. Êle estava em Capitão Vitorino, no interior de Campo Grande e foi transferido para êsse pôsto de Iacri. Trata-se de um indivíduo muito correto. O SR CELSO AMARAL - A informação que tenho é de que foi transferido para se esconder êsse funcionário. O SR CILDO MEIRELLES - Não. Tenho impressão de que a transferência foi um prêmio. O SR CELSO AMARAL - Conhece a ex-Deputada Tereza Delta, de São Paulo? O SR CILDO MEIRELLES - Conheço. Ela esteve aqui durante um ano e tanto. Sou meio candango em Brasília. Trabalhei algum tempo na Novacap e relacionei-me um pouco no meio da candangada. Ela andou estudando a possibilidade de se candidatar a deputado ou qualquer coisa. O SR CELSO AMARAL - Em relação ao SPI: Ela internava índios em São Paulo ou alguma coisa dessa natureza? O SR CILDO MEIRELLES - Ignoro o assunto. Ela foi-me apresentada com o objetivo de eu colocá-la em contato com os grupos políticos que conheço. O SR CELSO AMARAL - Tem conhecimento de uma expedição científica denominada Arariquera? O SR CILDO MEIRELLES - Foi programada essa expedição para o ano passado. Parece que o dinheiro foi retirado, mas dada a premência de tempo, pois a verba vencia em, creio, 27 de dezembro, não daria para fazer a expedição dentro do exercício financeiro. Tenho impressão que o Josias iria chefiá-la. Não estive com êle. Tenho a idéia de que êsse dinheiro foi devolvido ao Tesouro. Ainda não foram prestadas contas, porque há um prazo mais dilatado para lugares longíquos, como Rondônia e outros. O SR CELSO AMARAL - Sr. Presidente, eram essas as minhas perguntas. O SR PRESIDENTE (Wilson Martins) - Alguém mais deseja fazer uso da palavra? (Pausa) Agradeço a presença do depoente e declaro encerrada a sessão.

Cildo Meirelles

Y32

1109

Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar irregularidades no Serviço de Proteção aos Índios.
Reunião de 14/5/63
Depoente: JOSÉ FERNANDO DA CRUZ

O SR. DEPUTADO VALÉRIO MAGALHÃES, Presidente- Havendo número legal, está aberta a sessão. (LEITURA E APROVAÇÃO DA ATA). Vamos ouvir o depoimento do Sr. José Fernando da Cruz, ex-Inspetor da 5ª Inspetoria do SPI, que espontâneamente passou à Presidência um telegrama, pedindo para vir depor. No momento, está como Inspetor da 1ª Inspetoria, em Manaus. Aliás, já há depoimentos, aqui, que fazem menção à sua pessoa. Solicito ao depoente que faça seu compromisso junto à Comissao Parlamentar de Inquérito, de dizer a verdade, apenas a verdade, sôbre tudo que lhe fôr perguntado. O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ- (presta compromisso). O SR. VALÉRIO MAGALHAES, Presidente- O depoente poderá fazer uma breve exposiçao, de vez que temos compromisso em outra comissao. Depois, o Relator e os demais colegas farao a inquiriçao necessária. O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ- Sr. Presidente, Srs. Deputados, como ex-chefe da 5ª Inspetoria do SPI, na sede de Campo Grande, desejaria, para facilitar meu depoimento,que eu fp, digo,eu fôsse interpelado primeiro. Realmente, comuniquei várias irregularidades. Preferiria ser interpelado inicialmente. O SR. VALÉRIO MAGALHAES, Presidente- A interpelaçao será decorrência da sua exposiçao. Depois desta, cada um de nós anotará os pi, digo, os pontos a serem aclarados e passaremos à interpelaçao. Muitos dêsses pontos poderao já estar em conexao com os depoimentos aqui feitos. Daí por que sua exposiçao é de início mais importante, para que possamos sôbre ela interrogá-lo. O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ- Sr. Presidente, designado para a Chefia da 5ª Inspetoria do SPI, em julho de 1962, assumi o cargo sem um levantamento dos bens pertencentes ao Patrimônio Nacional e ao patrimônio indígena. Solicitei à direçao do Serviço a nomeaçao de uma comissao para que fôsse feito o arrolamento dêsses bens. Essa comissao foi designada mas, até a data em que deixei a Inspetoria, nao foi feito em absoluto êsse levantamento.Na oportunidade em que assumi a Inspetoria, encontrei-a na maior desorganizaçao possível e imaginável, mesmo na parte contábil, que nao havia. Procurei fazer um levantamento dos contratos existentes de arrendamento de terras, em número, se nao me falha a memória, de 61, que, calculadamente, davam à Inspetoria uma renda de 3% sôbre a produçao de gado, no montante de 400 rêses, numa área aproximada de 3 mil hectares. Procurei rever o arquivo e a documentaçao da Inspetoria e nao havia contabilibe, digo, havia contabilidade dessa importância. Imediatamente, mandeir, digo, imediatamente mandei confeccionar os taloes de recebimento numerados e passamos então a fazer

êsse recebimento em talões numerados e a contabilizar tôda a renda proveniente de arrendamentos, que atingiu aproximadamente de 10 a 12 milhões de cruzeiros, num espaço inferior a 7 meses. De 1959 até aquela data, calculo que a Inspetoria tenha arrecadado nada menos de 50 milhões de cruzeiros. O SR.PRESIDENTE- Até que ano? O SR JOSÉ FERNANDO DA CRUZ- Até a minha posse. Comuniquei isso em ofícios à Diretoria, pedindo a instalação de uma comissão de inquérito para apurar essas irregularidades. O SR.DEPUTADO RASHID MAMED- A quem V. Sª substituiu? O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ- Ao Sr. Érico Sampaio. Encontrei também na reserva inúmeras pessoas que ocupavam a área, sem contrato. Imediatamente comuniquei à Diretoria essa irregularidade, conforme consta em ata da reunião de Chefes de Inspetoria, realizada em Brasília. Fiz essa comunicação naquela época. Tomei ciência também de que, por acórdão do Supremo Tribunal Federal, de outubro de 1961, foi assegurado aos índios Carueus a reserva que êles habitam. Existe também, na Inspetoria, um memorial de mediça, digo, de medição e demarcação, se não me falha a memória, do ano de 1903, que assegura também a posse dos índios carueus naquela reserva. Expedi memorandos e notificações a todos os ocupantes da reserva, para que procurassem a Inspetoria, a fim de legalizar a situação. Imediatamente, houve uma revolta geral por parte dos senhores arrendatários, com a minha interferência, procurando tirar o arrendamento da maneira estranha, como era feito, onde os talões de arrendamento, em seis vias, eram usados cada via para um arrendamento. Então, de seis vias êles faziam seis recebimentos. Comuniquei o fato à direção do Serviço e pedi imediatas providências a respeito. Fui pessoalmente ao município de Aquidauana e procurei o Sr. Manoel Aureliano da Costa, ocupante de uma área aproximada de 80 mil hectares da reserva dos índios Caruéus, a área mais rica da reserva, onde se localizam as matas e a área própria para caça. Em ofícios e relatórios enviados à Diretoria, desde o momento em que assumi a chefia da Inspetoria, fui contra os arrendamentos, propondo inclusive medidas judiciais para anulação daqueles que foram feitos de maneira irregular, não tendo o chefe da Inspetoria, na época, credencial devida do diretor para a delegação de competência a fim de realizar êsses contratos. Mas acontece, Sr. Presidente, que a região do pantanal, a região sul do Mato Grosso tem épocas de sêcas como também de inundações, conforme o ilustre Deputado Rashid Mamed conhece perfeitamente. Até certo ponto, era compreensível a localização dêsses fazendeiros, dêsses criadores dentro de nossa reserva, procurando fugir à invasão das águas, coisa que ocorre também nas sêcas. Procuramos

de tôda maneira possível achar um meio para haro, digo, para harmonizar a situação do Serviço com o interêsse da pecuária do sul de Mato Grosso. Foi feita até uma reunião a que compareceu o ex-Deputado Dolor de Andrade, representante da Associação dos Criadores de Campo Grande e de Aquidauana, e na qual ficou mais ou menos assentado um "modus vivendi" entre a Inspetoria e os senhores arrendatários. A maneira como se vinham processando os recebimentos da Inspetoria a ilustre comissão parlamentar de inquérito terá oportunidade de ver: talões de arrendamento em que não figuram os elementos,digo, os elementos exigidos; nuns, constam bois, noutros importâncias em dinheiro, noutros não consta nem a data do pagamento. Outros ocupam áreas superiores a 20 mil hectares, quando no contrato são sòmente 3 mil hectares. Uma situação totalmente difícil e, acredito mesmo, de muito difícil solução, porque está de um lado o interêsse do SPI e, do outro, o interêsse da pecuária, dos fazendeiros localizados no sul de Mato Grosso. Estas são as minhas ponderações com respeito a reserva dos índios Caruéus. Durante minha permanência na chefia da Inspetoria, concedi a três fazendeiros, a três arrendatários que se encontravam em dificuldades para localização do gado-- foi uma das sên, digo, das sêcas bastante acentuadas a dêste ano, no sul de Mato Grosso-- mediante recibo,e êles pagando o arrendamento desde 1959, sendo essas importâncias recebidas devidamente contabilizadas: números de cheques e as importâncias na Contabilidade da Inspetoria. Houve, na minha gestão, três pessoal, digo, três pessoas apenas que colocaram o gado na região dos índios. Aliás, não chegaram a fazê-lo, porque houve um tumulto, uma confusão entre os índios e os arrendatários e êles não tiveram tempo nem sequer de colocar o gado, conforme tinham pedido. O SR. DEPUTADO ANTÔNIO BRESOLIN- Gostaria de perguntar a V. Sª se exerceu suas atividades também durante a administração do Coronel, em exercício, e se suas atividades foram quando o atual diretor do SPI assumiu o cargo. O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ- Iniciei na gestão da atual direção. O SR. RELATOR- Em julho de 1962? O SR.JOSÉ FERNANDO DA CRUZ- Sim. O SR.ANTÔNIO BRESOLIN- Pergunto se tem a escrituração de tôdas as rendas do SPI, na Inspetoria atual. O SR.JOSÉ FERNANDO DA CRUZ- Na minha gestão, existe. Durante o período em que lá estive, está tudo contabilizado. Se V. Exª fôr a Campo Grande, terá oportunidade de ver isso. O SR. RELATOR- V. Sª continua lá? Teve sete meses de gestão? O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ- Sim. O SR. RELATOR- Nesses sete meses, teve uma renda de 10 a 12 milhões de cruzeiros? O SR.JOSÉ FERNANDO DA CRUZ- Sim. O SR.DEPUTADO ANTÔNIO BRESOLIN- Não leve a mal qualquer pergunta minha... O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ- Fico até satisfeito. O SR. DEPUTADO ANTÔNIO BRESO -

433

LIN-... mas gostaria de saber o motivo por que foi afastado da Inspetoria. O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ- Fiu , digo, fui afastado, atendendo primeiro à minha segurança de vida. Porque eu estava ameaçado de assassinato dentro de minha Inspetoria. Em segundo lugar, porque era uma reinvidicaçao dos senhores arrendatários a minha saída de lá. Eu estava criando embaraços sérios aos interêsses dos arrendatários dentro da região. E eu representava o serviço e não os arrendatários. O SR. RASHID MAMED- Durante a gestãa, digo, a gestão de V. Sª é que se deu aquêle incidente? O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ- Exatamente. O SR, DEPUTADO VALÉRIO MAGALHÃES, Presidente-V. Sª pode prosseguir em sua exposição. O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ - Com relação à 5ª Inspetoria, encontrei os postos na maior miséria possível e o Serviço completamente abandonado. No pôsto indígena José Bonifácio, por exemplo, o serviço tinha um grande erval. A produção de erva mate nunca deu entrada, nunca foi contabilizada. O responsável pela produção dêsse erval, deoCr, digo, erval, depois de fazer a erva, incendiou criminosamente o erv, digo, o erval. Isso ocasionou uma comunicação minha à Diretoria, pedindo abertura de inquérito. O SR. DEPUTADO VALÉRIO MAGALHÃES, Presidente- Foi feita? O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ- Sim. O SR. DEPUTADO VALÉRIO MAGALHÃES, Presidente- E o resultado? Chegou a positivar e a punir? O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ- Foi comprovado isso e está nas mãos de uma outra comissão de inquérito, determinada pelo Ministro, também para o mesmo fim: quanto aos arrendamentos e a essas outras irregularidades. Com relação a essa partede arrendamentos, era o que eu tinha a dizer. Com relação às divisas do Serviço, da área pertencente ao Serviço de Proteção aos Índios, isto está bem claro no acórdão do Supremo Tribunal Federal de outubro de 1961 e no memorial de medição e demarcação de 1903. Minha missão, até certo ponto, em Campo Grande, era bastante antipática para aquêles que se localizavam dentro da reserva, porque me competia defender o interêsse do Serviço e, como tal, eu a defendi até o momento em que saí de Campo Grande. O SR. DEPUTADO VALÉRIO MAGALHÃES, Presidente- Por que o Diretor do SPI então deu guarida às denúncias dos arrendatários, se V. Sª estava prestando valioso serviço àquela repartição? Por que motivo foi transferido? O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ- Para segurança de vida. O SR. DEPUTADO VALÉRIO MAGALHÃES, Presidente- Pela sua própria vontade? O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ- Sim, a meu pedido. O SR. DEPUTADO VALÉRIO MAGALHÃES, Presidente- O SPI N, digo, não está à altura de dar a garantia necessária? O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ- Absolutamente; nem a 9ª Região Militar. Quando o arquivo e a prestação de contas foi para lá, porque queriam incendiar a Inspetoria, houve inclusive morte de um funcionário, por causa do inqué

rito. O SR. DEPUTADO VALÉRIO MAGALHÃES, Presidente- Neste caso, estameos, digo, estamos num país onde não se pode punir ninguém. Se um funcionário quer cumprir com seu dever e é forçado a retirar-se porque não há quem lhe dê garantias, então estamos num far-west, não há possibilidade de se agir. O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ- Devo dizer a V. Exª que me sentia sem garantia de vida. O SR. DEPUTADO VALÉRIO MAGALHÃES, Presidente- Poderia citar as pessoas que o ameaçavam? Estamos numa comissão parlamentar de inquérito e V. Sª prometeu dizer a verdade sôbre tudo quanto lhe fôsse perguntado. Deve citar os nomes das pessoas que naquela região têm tanta influência política e administrativa, a ponto de forçar um funcionário que está cumprindo seu dever a afastar-se. O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ- Devo dizer a V. Exª que, no incidente havido na reserva dos índios Caruéus, entre índios e pessoas lá localizadas, morreu um cidadão que não conheci. A família dêsse cidadão culpava a mim e culpa a mim a responsabilidade pela morte dessa pessoa. Então, as ameaças eram constantes à minha pessoa, muito embora eu não estivesse lá. O SR. DEPUTADO VALÉRIO MAGALHÃES, Presidente- V. Sª chegou a denunciar essas ameaças regular e legalmente às autoridades do Estado? O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ- Sim, e isso ocasionou a ida do Secretário do Interior e Justiça, de Mato Grosso, a Campor,gi,digo, Campo Grande. O SR. DEPUTADO VALÉRIO MAGALHÃES, Presidente- Cite o nome das pessoas que o estavam ameaçando. O SR. JOSÉ FA, digo, JOSÉ FERNANDO DA CRUZ- É uma família muito grande, a família Couto. O SR. DEPUTADO VALÉRIO MAGALHÃES, Presidente- Se V. Sª estava tão ameaçado, a ponto de ter deixado o cargo, não é possível esteja na dúvida em citar nomes; deve tê-los bem de seu conhecimento pessoal, visual. O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ- Pessoalmente não conheço nem um membro da família. Mas é a família Couto. O SR. DEPUTADO VALÉRIO MAGALHÃES, Presidente- É muito vago isso. O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ- A pessoa que foi assassinada é Primitivo do Couto. É uma família muito grande em Aquidauana. Dias, semanas depois, num incidente onde o delegado foi prender uma pessoa, o delegado de Polícia de Aquidauana foi também assassinado. O SR. DEPUTADO VALÉRIO MAGALHÃES- Também por elementos dessa mesma família? O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ- Não. Foi fazer uma prisão, êle que presidira ao inquérito policial dentro da nossa reserva, e foi assassinado. O SR. DEPUTADO VALÉRIO MAGALHÃES, Presidente- Se a tese de V. Sª prevalecesse, esta Comissão não iria a Campo Grande. O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ- Há uma grande diferença entre um deputado federal e um modesto funco, digo, modesto funcionário. O SR. DEPUTADO VALÉRIO MAGALHÃES- O Diretor do SPI esteve ausente em providências compatíveis com a sua responsabilidade de chefe? O SR. JOSÉ FERNANDO

DA CRUZ- Tomou tôdas as providências. O SR. DEPUTADO VALÉRIO MAGALHÃES, Presidente- E em lhe dar garantias para que sua atuaçat, digo, sua atuação se fizesse sentir positivamente? O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ- Tomou tôdas as providências. Mas, entre a dúvida e a certeza, preferi a certeza e pedi minha saída de Campo Grande. O SR. DEPUTADO VALÉRIO MAGALHÃES, Presidente- V. Sª pode ainda dar uma informaçao? Êsses índios estavam armados? O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ- Sim. O SR. DEPUTADO VALÉRIO MAGALHÃES, Presidente- Por armas fornecidas pelo SPI? O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ- Na oportunidade do incidente, os índios estavam armados com armas muito antigas, do tempo ainda da Comissão Rondon. Posteriormente, tomei conhecimento de que os fazendeiros iriam fazer uma represália aos índios na região. Entao, providenciei dar aos índios condiçoes para se defenderem, no caso de ser invadida a reserva. O SR. DEPUTADO VALÉRIO MAGALHAES, Presidente- V. Sª entregou armas de que porte ? O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ- Revólveres. O SR. DEPUTADO VALÉRIO MAGALHAES, Presidente- Há algum dispositivo ou regulamento do SPI que dê credencial ao inspetor para armar os índios? V. Sª estava escudado em dispositivo do regulamento do SPI, a ponto de poder pessoalmente, por sua livre e espontânea vontade e sob sua responsabilidade, armar os índios? O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ- O Regimento do SPI determina que o Chefe da Inspetoria é responsável pela manutenção da posse da terra, dos costumes e do respeito às tribos indígenas. Dentro da própria reserva foi assassinado um índio. Pedimos tôdas as, digo, tôdas as providências cabíveis e legais para prender o criminoso. Também não houve nenhuma providência. Houve um verdadeiro tumulto nessa época em Campo Grande. V. Exª não pode imaginar como se formou o ambiente de tensão, de nervos, com relação a êsse fato. Os índios fugiram e localizaram-se na mata. Então, para que eu pudesse ter um domínio sôbre êles, para evitar que êles atacassem fazendas, fizessem violências e praticassem depredações nas fazendas, fui lá e disse a êles que não havia perigo, que ficàssem calmos que nós garantiríamos. A prova de que não haveria violência é que eu instalaria, como instalei, uma estação de rádio e falaria diàriamente com êles. Mas o índio cariéu é de tal índole pacífica, mas não é covarde. Êles, no início, não acreditaram em minhas ponderações; acharam que eu realmente não estava tomando as providências cabíveis. Então, em vista dêsse fato, comprei na Casa Nasser 11 revólveres e disse: " Para provar que estou ao lado de vocês e que devem me ouvir e não praticarem violências, está aqui." E dei a êles. Foi o suficiente para acalmá-los. Sr. Presidente, a maneira de nos entendermos com o índio é um tanto fora do normal, porque é um homem que não tem a nossa evolução intelectual. Temos

de nos entender com êles mais com atos do que com palavras. Porque, se formos analisar bem a vida do nosso Serviço, em cinquenta e dois anos o índio não está sendo realmente assistido. Pacificamos o índio e o entregamos à desgraça, à miséria, porque a têrra é invadida. As aldeias são corrompidas: o vício, a cachaça, a embriaguês destrói os índios. V. Exª conhece perfeitamente o problema da Amazônia e sabe como sofre o índio. O SPI, no Acre, não tem um representante. Lá, o índio vive no mais completo abandono por parte do poder público. Nós, funcionários, quando estamos nesta situação, temos de agir, procurar evitar um mal maior. O SR. DEPUTADO VALÉRIO MAGALHÃES, Presidente- V. Sª não foi escudado em nenhum dispositivo; espontâneamente, achou que devia armar os índios. O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ- Dar-lhes confiança de que eu estaria ao lado dêles. O SR. DEPUTADO VALÉRIO MAGALHÃES, Presidente- Não se trata de confiança. V. Sª mesmo disse que a situação do índio permite tratamento todo diferente de nossa parte, porque não está no mesmo nível de raciocínio. Como então levá-lo a comportar-se como fera? V. Sª mesmo disse que não está nas mesmas condições de raciocínio nosso. Como dar-lhe armas, o que não só o regimento proibe, ou melhor, não diz taxativamente, nem sequer de longe que se possa armar os índios, bem como a própria legislação federal e, mais, a de segurança do indivíduo? Se nós mesmos não podemos andar armados senão com prévia permissão policial, nós que estamos numa Capital, como é que o índio recebe armamento do próprio Inspetor do SPI? O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ- Estou dizendo realmente a verdade. Fiz um juramento. O SR. DEPUTADO VALÉRIO GUIMA, digo, VALÉRIO MAGALHÃES, Presidente- V. Sª tem grande responsabilidade. O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ- É a verdade. O SR. DEPUTADO VALÉRIO MAGALHÃES, Presidente - Se em tôda a parte onde houvesse falta de garantia cada um de nós achasse que devia armar, então viveríamos num pandemônio neste País. Daí por que a Comissão registra êsse ponto do seu depoimento... O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ- Como expressão da verdade. O SR. DEPUTADO VALÉRIO MAGALHÃES, Presidente- As consequências da Comissão virão depois, mas não está perfeita a atitude que V. Sª tomou. O SR JOSÉ FERNANDO DA CRUZ- Permite-me V. Exª terminar meu pensamento ? O índio caiapó, no Estado do Pará, ataca o seringueiro para tirar-lhe a arma. Êle não tem contra o seringueiro outro problema a não ser a posse da arma. Isso trouxe ao Serviço sérios embaraços. Desde que se fêz a pacificação dos índios Caiapós, no Pará, em que o Serviço atendeu a êles nas suas necessidades, V. Exªs têm visto que se têm mantido calmos, serenos. Depois dêsse fato, devo dizer a V. Exª que não houve sequer uma violência praticada pelos índios. E assumi a responsabilidade pùblicamente em Campo Grande por

qualquer coisa, qualquer ato de violência praticada pelos índios. Eu assumiria inteira responsabilidade. Apenas quis dar a êles uma demonstração de que êles não ssriam molestados e que ficassem tranquilos. Quer dizer, minha atitude se traduz num linguajar para um homem que vive abandonado, desgraçado, relegado à sua própria sorte. Se V. Exª tiver oportunidade de ver como vivem os índios caiapós, no estado de miserabilidade chocante... O SR. DEPUTADO VALÉRIO MAGALHÃES, Presidente- Aliás, todo o serviço de proteção aos índios, no Brasil, eu já disse, tem sido um fracasso. O SPI não trouxe para a civilização, até hoje, realmente com bases positi - vaw, digo, bases positivas, nenhum elemento indígena que pudesse estar aqui, como deputado, ou como promotor, advogado ou médico.O SPI não nos trouxe até hoje nenhum índio para vir comungar conosco. Os índios têm sido explorados na realidade. É o que estamos constatando nesta comissão parlamentar de inquérito e V. Sª está também positivando isto, quando diz que a situação deixada pelo seu antecessor é de completo abandono. O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ- Em todo o Brasil, por todos os locais onde passei. O SR. DEPUTADO VALÉRIO MAGALHÃES, Presidente- Eram os arrendatários? Não. Êles pagab, digo, êles pagavam. O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ- Religiosamente. O SR. DEPUTADO VALÉRIO MAGALHÃES, Presidente- Então, eram os elementos do SPI. Então, êsse Serviço tem protegido mais seus próprios funcionários do que os índios. O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ- São administrações. Não posso lançar tôdas as administrações do serviço nessa posição. O SR. DEPUTADO VALÉRIO MAGALHÃES, Presidente- Mas lá foi assim. O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ- A administração atual do Serviço está procurando acertar, coordenar essas coisas. V. Exª sabe perfeitamente que defender o interêsse do pequeno é dificílimo; é difícil e até certo ponto antipático, perante o poder público. Para defender o interêsse do SPI, precisaríamos ter de fato o interêsse do Congresso, a fiscalização do Con - gresso, comissões permanentes para isso. Tôda a nossa verba, até o ano retrasado, não dava uma enxada para cada índio. As prelasias do Amazonas recebem 3% da verba da SPVEA. O SR. DEPUTADO VALÉRIO MAGALHÃES, Presidente- Essa renda vai para as missões, mas as missões têm colégios que dão ensino primário gratuito. Não é bem o caso de se comparar o SPI com as missões, em que um têrço talvez dos colégios é constituído dos Salesianos. Deposi, digo, depois as Missões já trouxeram resultados positivos de assistência ao índio. Conheço um pader, digo, um padre índio, um médico índio, dois advogados índios. Um foi meu colega de ginásio. Os Salesianos já provaram que o índio é recuperável. Ms o SPI ani, digo, Mas o SPI ainda não provou. O SR. ANTÔNIO BRESOLIN- Dentro da argumenta

ção do ilustre depoente, de que as verbas não eram pagas, pergunto: V. Sª informou que em sete meses de Inspetoria arrecadou 12 Milhões? O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ- Sim. O SR. ANTÔNIO BRESOLIN- Em que foram aplicados? O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ- V. Exª e os ilustres membros da Comissão Parlamentar de Inquérito terão oportunidade de ver que êsse dinheiro foi aplicado em algo palpável: casas, ferramentas, oficinas, ambulatórios. V. Exªs, terão oportunidade de comprovar centavo por centavo dessa verba. Assumo inteira responsabilidade se comprovarem um só deslise na aplicação dessa verba. O SR. DEPUTADO ANTÔNIO BRESOLIN- É justamente isso que queremos saber. Queremos ressalvar a sua administração. O SR. DEPUTADO VALÉRIO MAGALHÃES, Presidente- Uma pergunta puxa outra. A renda anterior não estava contabilizada, segundo declaração de V. Sª. Há lá, também palpável, uma casa, um curral, uma cêrca, qualqer coisa que demonstre a aplicação? O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ- Absolutamente nada. Em Campo Grande, só existe uma obra executada pelo Coronel Nicolau Horta Barbosa, e assim mesmo tôda em ruínas. Foi a única coisa que se realizou no sul de Mato Grosso. Nada mais. O SR. DEPUTADO VALÉRIO MAGALHÃES, Presidente- Em quanto estima, a grosso modo, a renda dos índios, no que tange à exploração do erval, do arrendamento da terra? O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ- Acredito que aproximadamente, de 196, digo, de 1959 à data em que assumi o cargo, os arrendamentos deveriam ter dado ao SPI uma renda nada inferior a 50 milhões de cruzeiros. O SR. DEPUTADO VALÉRIO MAGALHÃES, Presidente - Vinte milhões de ano, digo, por ano, mais ou menos? O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ- Varia muito, em virtude do preço do gado, que é oscilante. O SR. DEPUTADO VALÉRIO MAGALHÃES, Presidente- E com o erval? O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ- O erval dá relativamente pouco, O de José Bonifácio, por corte, dá uma base aproximada de Cr$........ 150.000,00. O SR. DEPUTADO VALÉRIO MAGALHÃES, Presidente- No total? O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ- Não tive tempo de fazer um levantamento. O SR. DEPUTADO VALÉRIO MAGALHÃES, Presidente- A sua renda foi de 10 milhões, em sete meses? O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ- De 10 a 12 milhões. O SR. DEPUTADO VALÉRIO MAGALHÃES, Presidente- Dá uns 18 milhões por ano, aproximadamente. O SR. DEPUTADO EDSON GARCIA BRITO- Sr. Presidente, queria dizer a V. Exª que conheço o depoente, Sr. José Fernando da Cruz, que foi o Inspetor Regional da 5ª Inspetoria, com quem travei os primeiros conhecimentos, logo à sua chegada, quando de sua passagem pelo meu município, Aquidauana, rumo às terras dos índios caruéus. Digo a V. Exª que acreditei mesmo na sua boa intenção de bem dirigir o Serviço que acabava de lhe ser destinado. Quando eu tomava assinaturas para a formaçao da Comissão Parlamentar de Inquérito, fui por êle procurado, por duas ou três

vêzes, quando teve êle a oportunidade de me prestar informações que eu julgava necessárias ao meu conhecimento, para poder melhor esclarecer a própria comissão parlamentar de inquérito, contra a qual êle não se insurgia. Êle gostaria até que a comissão o ouvisse. Mas eu gostaria que o depoente expusesse à Comissão: em primeiro lugar, êle encontrou, nessa questão de arrendamento da 5ª Inspetoria, cêrca de 62 contratos realizados. Êle notificou todos os contratantes, para que comparecessem à sua Inspetoria, a fim de liquidar os débitos por ventura existentes. A maioria dêles, ou quase todos êles lá compareceram e lhe exibiram recibos de pagamentos já efetuados. O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ- Justamente. O SR. DEPUTADO EDSON GARCIA BRITO- Além disso, muitos dos arrendatários, como dizia, a maioria dêles lá comparecia, a seu chamado, e exibia recibos fornecidos pelo Serviço, de pagamentos já feitos, pagamento ora em, digo, ora em dinheiro, ora em gado. Êsses contratos, como já foi exposto aqui, totalizaram cêrca de 60 a 70 mil cabeças de gado, existentes em tôda a reserva, rendendo uma média de 12 rêses por 400 cabeças, ou seja um total de quase 2 mil cabeças anuais. O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ- Permite-me V. Exª? Devo esclarecer que nem todos os arrendatários davam exatamente o número de rêses que tinham. Quando davam aproximadamente o número de rêses que tinham no pasto, davam 800. Não há nenhum que tenha declarado número superior a 1 200. De forma que não dá cálculo exato. O SR. DEPUTADO EDSON GARCIA BRITO- Sei. No contrato de arrendamento, se exigia que o arrendatário tivesse pelo menos 400 cabeças . O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ- Sim, no mínimo. O SR DEPUTADO EDSON GARCIA BRITO- São 60 arrendatários, e são 24 000 cabeças, o mínimo existente lá. Eu gostaria que explicasse à Comissão quais os seus antecessores na direção da 5ª Inspetoria, que explicitamente V. Sª acusa como responsáveis pelo desvio dessa renda paga. É a primeira pergunta. V. Sª disse à Comissão que, no seu período, de julho a dezembro de 62, arrecadou cêrv, digo, arrecadou cêrca de 10 a 12 milhões de cruzeiros. Nesse período foram feitas vendas de gado indígena, produto dêsses arrendamentos? A quanto montaram essas vendas? Por concorrência ou não? Êsse dinheiro foi contabilizado? O SPI forneceu à Comissão uma relação da Receita de 1962 e disse que tem, de arrendamento, 769 milhões. O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ- Minha prestação de contas não foi terminada, está sendo ultimada pelo meu sucessor, porque não tive tempo. O SR. DEPUTADO EDSON GARCIA DE B, digo, GARCIA BRITO- Êsse movimento financeiro foi mandado pelo SPI à Comissão. O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ- Mas, digo , mas não consta ainda a minha gestão. O SR. DEPUTADO EDSON GARCIA BRITO- Não se refere ao seu período? O SR JOSÉ FERNANDO DA CRUZ-Aí não está computada a minha arrecadação. Fizemos a arrecadação e aplica-

mos. Entao, essas prestações de contas vêm para a aprovação da Diretoria. O SR. DEPUTADO EDSON GARCIA BRITO- Aí é só receita, e não despesa. O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ- Não foi computada ainda. O SR. DEPUTADO EDSON GARCIA BRITO- Diz o SPI que, em 6 meses, arrecadou 769 milhões de arrendamento e 4 milhões e 125 de pecuária. Pecuária é quê? Venda de gado? O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ- O arrendamento é pago em bezerros e êstes são contabilizados pelo preço da venda. É contabilizada a renda em dinheiro. Também é escriturado o número de bezerros que se recebem, pelo talão, e quando são vendidos são convertidos em dinheiro. Então, será a produção. Porque o arrendamento não é pago em dinheiro, mas em bezerros. Alguns fazendeiros, por dificuldades, pagam à razao de bezerro, pelo preço existente. O SR. DEPUTADO EDSON GARCIA BRITO- Quais são os nomes dessas pessoas que administraram a 5ª Inspetoria antes do senhor, e responsáveis pessoalmente pelo desvio de tôda a importância arrecadada anteriormente à sua administração, já que diz que, quando lá chegou, não encontrou nada? O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ- Absolutamente an, absolutamente nada. Substitui, na Inspetoria, o Sr. Érico Sampaio. O SR. DEPUTADO EDSON GARCIA BRITO- Êle foi Inspetor por quanto tempo? O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ- Por mais de cinco anos, se não me engano. O SR. DEPUTADO EDSON GARCIA BRITO- É funcionário do SPI? O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ- Aposentou-se. O SR DEPUTADO EDSON GARCIA BRITO= Onde reside? O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ- Em São Paulo. Tem fazenda lá. Aliás, devo esclarecer um caso bastante curioso: em Campo Grande, os funcionários do Serviço, todos êles, são econômicamente independentes. Há uns com frotas de caminhões, fazendas. É o caso de jo, digo, de José Mongenor Filho. Também o Sr. Érico Sampaio é proprietário. O SR. DEPUTADO VALÉRIO MAGALHÃES, Presidente- Quer dizer que, como frisei há pouco, o Serviço é de proteção aos funcionários. O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ- V. Exª há de convir em que tomei as providencias tôdas. O SR. DEPUTADO EDSON GARCIA BRITO- O Sr. Érico Sampaio é fazandeiro em São Paulo? O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ- Sim, na cidade de Braúna. O SR DEPUTADO EDSON GARCIA BRITO- O Sr. José Mongenor Filho também foi Inspetor? O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ- Trabalhou lá, dirigiu o Serviço lá e recebia também os arrendamentos. O SR. DEPUTADO EDSON GARCIA BRITO- O Sr. Érico Sampaio tem algum processo contra êle? O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ- Tem um inquérito. O SR. DEPUTADO EDSON GARCIA BRITO- Por desvio? O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ- Não estou bem lembrado se é por essa razão ou por outra. Parece-me que responde a um inquérito, ou respondeu, ou foi afastado por qualquer motivo. O SR. DEPUTADO EDSON GARCIA BRITO- E o Sr. José Mongenor Filho? O SR. JOSÉ FEN, digo, JOSÉ FERNANDO DA CRUZ= Quanto a êsse, co

muniquei à Diretoria, pedi comissão de inquérito e até hoje ela não atuou. O SR. DEPUTADO EDSON GARCIA BRITO- Pediu abertura de inquérito para apurar o que? O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ- Para fazer uma devassa na Inspetoria e apurar a responsabilidade pelos desvios que eu reputava superiores a 50 milhões de cruzeiros. O SR. DEPUTADO EDSON GARCIA BRITO- E o Coronel não tomou providências? O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ- Pediu ao Ministro a instalação de uma comissão de inquérito. Ao que me consta, ela até hoje não funcionou. O SR. DEPUTADO VALÉRIO MAGALHÃES, Presidente- Não foi instalada? O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ- Não posso afirmar, porque estou ausente de Brasília. Segundo soube, ela foi constituída agora, depois da instalação da comissão parlamentar de inquérito. Parece-me que foi isso. Não posso garantir. Parece-me que foi nomeada essa comissão. O SR. DEPUTADO EDSON GARCIA BRITO- Depois que V. Sª tomou posse na Inspetoria, foi feita alguma venda?, digo, venda de gado? O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ- Foram feitas três vendas de bezerros: uma no valor de 4 milhões e 246 mil cruzeiros, aproximadamente. Sei que o total foi de 6 milhões e pouco. O SR. DEPUTADO EDSON GARCIA BRITO- Só de venda de gado? O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ- De gado indígena. O SR. DEPU, digo, SR. DEPUTADO EDSON GARCIA BRITO- Êsse dinheiro foi totalmente aplicado? O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ- Sim, na minha gestão. O SR. DEPUTADO EDSON GARCIA BRITO- Além dêsses 6 milhões que V. Sª recebeu pela venda do gado, recebeu ainda de arrendamento...O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ- Mais ou menos 6 milhões. O SR. DEPUTADO EDSON GARCIA BRITO- Também aplicados? O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ- Totalmente. Inclusive, na minhagestão, digo, minha gestão foi feito o levantamento da área de todos os arrendamentos feitos pelo Serviço. Até a data em que saí de Campo Grande, o que tinha menor área de terra ocupada tinha 5 mil hectares, quando o contrato dava tão sòmente 3 mil hectares. O SR. DEPUTADO EDSON GARCIA BRITO- Quantos arrendatários V. Sª levantou? O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ- V. Exª se refere a quantos tiveram medidas a área? Até minha saída, uns seis ou sete. O SR. DEPUTADO EDSON GARCIA BRITO- Dos sessenta e tantos? O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ- As distâncias são grandes e há uma turma só de medição. O SR. DEPUTADO EDSON GARCIA BRITO- Quantos arrendatários, entre contratados e não contratados, pagam lá o arrendamento? O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ- Todos pagam. O SR. DEPUTADO EDSON GARCIA BRITO- Quantos? O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ= Calculo em mais de 100. O SR. DEPUTADO EDSON GARCIA BRITO- A 5 mil hectares cada um, a quanto vai essa área? O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ- Da reserva? Alguns ocupam 5 mil, outros 20 mil. Há um detalhe: nessa área, acredito que exista mais de 300 mil hectares. O SR. DEPUTADO EDSON GARCIA BRITO- Qual a que o senhor supões haja lá? O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ-Não

foi feito levantamento por perímetro. Foi feito dos arrendamentos. O SR. DEPUTADO EDSON GARCIA BRITO- Mas o Coronel disse que foi feito por perímetro e deu um cálculo de 800 mil hectares. O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ- Calculadamente isso... O SR. DEPUTADO EDSON GARCIA BRITO- Em que se baseia êle para essa informação? O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ- Nós nos baseamos no fato de que entre a Serra da Bodoquema, Niutaca, Nabileque e Aquidauana, se sobrevoarmos as extremidades norte a sul, pela velocidade do avião, se nota que o tempo que leva para cobrir a distância dá mais de 300 mil hectares. Não temos uma medição de perímetro. O memorial de medição e demarcação é de 1903. O SR. DEPUTADO EDSON GARCIA BRITO- Mas êsse dá 364 mil hectares. O SR JOSÉ FERNANDO DA C RUZ - Não estou capacitado a responder a essa pergunta. O SR. DEPUTADO EDSON GARCIA BRITO- Não lembra dos dados? O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ - Não lembro. Calculo que seja isso. O SR. DEPUTADO EDSON GARCIA BRITO- Ainda sôbre a reserva do Estado, V. Sª mandou proceder ao levantamento do gado existente sob cuidados do Serviço? O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ- Em primeiro lugar, o nosso maior problema é pessoal. Procedi à contagem do gado da reserva e encontrei 2025 reses nos postos da reserva. O SR. DEPUTADO EDSON GARCIA BRITO- São dois postos? O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ- Ialique e São João. O SR. DEPUTADO EDSON GARCIA BRITO- Entre gado adulto e bezerro? O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ- Sim, o que foi ferrado. Porque o gado do SPI, nesta região, até a gestão do Coronel Moacir, não conhecia ferros. Todo o gado ferrado por mim tem a marca 62 no cupim. O SR. DEPUTADO EDSON GARCIA BRITO- O Coronel Moacir foi nomeado para o SPI? O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ- Em dezembro de 1961. O SR. DEPUTADO EDSON GARCIA BRITO- O senhor só foi em julho de 1962. Tem um espaço de sete meses a gestão de Érico Sampaio e do Coronel Moacir, concomitantemente. Nesse período não houve marcação de gado? O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ- Conheço da minha gestão o que marquei. Acredito possa ter havido. Marquei 2025 cabeças. Ferrei no cupim. O SR. DEPUTADO EDSON GARCIA BRITO- Êsse gado vive em que área? O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ- Na reserva do PI, no Lique. O gado vive dentro da reserva. Não temos aramados. Quem tem são os arrendatários. Só temos um aramado que divide o campo ao meio. O SR. DEPUTADO RACHID MAMED- Todos os contratantes têm aramado? O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ- Têm. Foi feito à vontade de cada um: estendeu a linha, cercou e fechou. O SR. DEPUTADO EDSON GARCIA BRITO- Quantos índios adultos, homens, há na reserva dos caruéus? O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ- Acredito que uns cento e poucos, entre adultos, mulheres e homens. O SR. DEPUTADO EDSON GARCIA BRITO- Só quero homens. O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ- Uns 80 ou 90. Não tenho cer-

teza, porque não tínhamos iniciado o censo demográfico. O SR. DEPUTADO EDSON GARCIA BRITO- Êsses 80 homens vivem nos postos? O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ- São João e Alves de Barros. O SR. DEPUTADO EDSON GARCIA BRITO- Êsse Alves de Barros não fica no pantanal? O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ- Fica no pé da serra. O SR. DEPUTADO EDSON GARCIA BRITO- Tem campo de aviação? O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ-Tem. Aliás, mandei fazer um em São João também. O SR; DEPUTADO EDSON GARCIA BRITO- V. Sª disse à Comissão que calcula existirem cêrca de 139 arrendatários. O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ- Porque uns substabelecem o arrendamento a outros, subdividindo o arrendamento. Não se pode precisar o número exato. O SR. DEPUTADO EDSON GARCIA BRITO-V. Sª é proprietário, arrenda sua terra e há de ter um levantamento. O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ- V. Exª há de compreender que se fôr computar o número exato de cabeças de gado numa fazenda de V. Exª, V. Exª não pode dizer... O SR. DEPUTADO EDSON GARCIA BRITO- Não estou falando em cabeças de gado. Quero o nome dos arrendatários. O SR;JOSÉ FERNANDO DA CRUZ- Não conheço. O SR. DEPUTADO EDSON GARCIA BRITO-Dos que pagam a renda. O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ= Não conheço.São 61. O SR. DEPUTADO EDSON GARCIA BRITO- O SPI tem a relação dêles? O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ- Dos arrendamentos. O SR; DEPUTADO EDSON GARCIA BRITO- Então, dos arrendatários. O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ-Mas há os que não têm arrendamentos. Todos êles pagam. O SR. DEPUTADO EDSON GARCIA BRITO- V. Sª disse que calcula em 50 milhões a renda já paga, antes da sua administração. O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ-Daí para fora. O SR. DEPUTADO EDSON GARCIA BRITO- E sua administração? O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ- Pelo que recebi, pelo que contabilizei, calculo... O SR. DEPUTADO EDSON GARCIA BRITO- V. Sª recebeu 6 milhões. O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ- Mais ou menos. O SR. DEPUTADO EDSON GARCIA BRITO- Pergunto pelo levantamento mandado efetuar pelo senhor, qual a renda suposta. Há de concordar em que deve receber o SPI muito pelo arrendam, digo, pelo arrendamento, considerando o número de cabeças declarado e o número de arrendatários existentes. O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ- Primeiramente, não tem menos de 90 mil cabeças de gado dentro da reserva. Acontece que o arrendatário não diz que tem 500, mas que tem 50, quando êle tem 2 mil ou 3 mil até. O SR. DEPUTADO EDSON GARCIA BRITO- Isso é normal no Brasil. O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ- Estou respondendo pela norma. O SR. DEPUTADO EDSON GARCIA BRITO- Pergunto: pelo levantamento existente no SPI, o cidadão faz contrato, o cidadão declara pagar o número de cabeças tal. Por isso quero saber. O senhor disse que as administrações anteriores receberam 50 milhões. Êsses 50 milhões são calculados sôbre determinada quantia. O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ - Há um fato a mencionar. Por incrível que pareça, na nossa reserva

nos nossos pastos de criação, o gado daquela região é diferente do gado de todo o Brasil. A tendência do nosso gado é diminuir. Enquanto um fazendeiro com 3 mil cabeças de gado produz, o do SPI se acaba. O SR. DEPUTADO VALÉRIO MAGALHÃES, Presidente- É uma verdade.Na Amazônia, as 20 mil cabeças estão reduzidas a 2 mil e poucas. O SR DEPUTADO EDSON GARCIA BRITO- Existem X arrendatários regularmente pagando sua renda. Essas rendas foram recebidas pelos anteriores e também pelo senhor. É claro que, quando começou a administrar a Reserva, V. Sª fêz um cálculo do que iria receber, não pelo existente só no campo, mas pelo existente nos arquivos do próprio SPI. O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ- É muito fácil. Pelos contratos temos a base exata, uns com 400 reses, outros com 800 e, se não me engano um ou dois com 1 200 reses. Na época, somei e fiz o cálculo. O SR. DEPUTADO EDSON GARCIA BRITO- Deu quanto? O SR.JOSÉ FERNANDO DA CRUZ- Não sei de cabeça. Mais ou menos 500. O SR. DEPUTADO EDSON GARCIA BRITO- Calculou receber quanto? E só recebeu 6. O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ- Recebi o fim, porque a safra já tinha sido feita. Recebi dos retardatários o pagamento. O SR. DEPUTADO EDSON GARCIA BRITO- Exatamente isso é que quero. Porque eu disse que a renda ,aquela suposta, é de 48 milhões de cruzeiros. O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ- V. Exª foi benevolente. Vai a mais. Calculo que vá a mais de 50 milhões. Já declarei isso à Comissão. O SR. DEPUTADO EDSON GARCIA BRITO- Pelos contratos existentes e pelos contratos de fato,reconhecidos pelo Serviço. O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ- Por aquêles que ew, digo, que estão dentro da Reserva. Se formos computar o declarado na Associaçao dos Criadores e Associaçao Pecuária, vai a 90 mil cabeças de gado, dentro da Reserva. Acontece que êles pagam na base talvez de 30 mil. O SR. DEPUTADO EDSON GARCIA BRITO- Os arrendatários, até certo ponto, têm razao, porque, se êles pagam 1/3 do que deviam pagar e êsse têrço é dilapidado, como pagar os 3/3? O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ- Se o SPI tem essa falha, os senhores arrendatários também têm grandes falhas. O SR. DEPUTADO EDSON GARCIA BRITO- Estamos apurando a responsabilidade do nosso serviço. O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ- Eu também, procuro também chamar a atenção para a responsabilidade dos que se encontram dentro da Reserva, porque nosso Serviço está sendo examinado, está sendo feita uma radiografia do Serviço e, como tal, deve aparecer tudo; deve aparecer também que dentro de nossa reserva se escondem elementos da pior espécie, inclusive na aldeira, digo, na aldeia, Como V. Exª sabe perfeitamente. Existem lá criminosos, existem egressos de penitenciárias, existem criminosos paraguaios. O SR. DEPUTADO EDSON GARCIA BRITO- Essa declaração, Sr. Presidente, eu pediria a V. Exª que anotasse. Realmente, isso que o depoente acaba de declarar é um fa

to triste para o SPI. O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ- Não para o SPI, mas para as autoridades policiais do sul de Mato Grosso a quem temos nos dirigido e não têm tomado providências. Inclusive pus à disposição da autoridade policial do sul de Mato Grosso condução e homens para ser feita uma batida na região. O SR. DEPUTADO EDSON GARCIA BRITO- Dentre êsses 80 homens existentes na Reserva dos caruéus V. Sª confirma existirem também egressos de penitenciárias, pessoas que não são índios nem têm origem indígena. O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ- Inclusive há arrendamentos feitos a crianças de oito anos de idade. V. Exª quer saber melhor? O SR. DEPUTADO EDSON GARCIA BRITO- Pergunto entre os habitantes da Reserva, não os arrendatários. O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ- Atinjo a todos. O SR. DEPUTADO EDSON GARCIA BRITO- Vamos por partes. Quero saber: entre os índios, ou tidos como tais, há egressos de penitenciárias, há conhecidos criminosos ? O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ- Há inclusive arrendatários que são criminosos condenados e estão dentro da Reserva. V. Exª quer focalizar tão sòmente a ação dos índios, mas quero focaç, digo, quero focalizar também a ação dos arrendatários. Quero tornar bem ampla esta parte. Há arrendatários criminosos e condenados pela Justiça. Há elementos dessa natureza entre os índios e entre os arrendatários. O SR. DEPUTADO EDSON GARCIA BRITO- Sei que existem. E o SPI faz muito mal em arrendar-lhes as terras. O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ- Nenhum dêsses arrendatários tem contrato. São aquêles sem contrato. O SR. DEPUTADO VALÉRIO MAGALHÃES, Presidente- V. Sª pode indicar os nomes? O SR JOSÉ FERNANDO DA CRUZ- Posso, inclusive o primeiro, que respondia por crime de morte e que foi morto, era criminoso. O SR. DEPUTADO VALÉRIO MAGALHÃES, Presidente- Há outros que estejam vivos? O SR JOSÉ FERNANDO DA CRUZ- O Sr. Vieira Branco, cujo apelido não recordo- é carmelinho, ou qualquer coisa assim. Temos êsse dentro da Reserva. Na época, comprometi-me com o Deputado Edson Garcia Brito-- e quero que V. Exª confirme oque vou dizer-- a entregar à Justiça todos aquêles que praticaram violências. A Inspetoria responsabilizou-se a entregá-los à Justiça. O SR. DEPUTADO VALÉRIO MAGALHÃES, Presidente- V. Sª não pode nem precisar os nomes? O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ- Estou falando dos índios. O SR. DEPUTADO VALÉRIO MAGALHÃES, Presidente- Mas os arrendatários que não têm contrato e são criminosos e estão lá? O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ- Não os conheço a todos. O SR. DEPUTADO VALÉRIO MAGALHÃES, Presidente- V. Sª esteve durante sete meses à frente do serviço. O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ- V. Exª conhece a região pode ver que nem em três anos se pode conhecê-la. O SR. DEPUTADO VALÉRIO MAGALHÃES, Presidente- V. Sª cita fatos e não diz os nomes? O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ- Não posso precisar, porque não os tenho de memória. O SR. DEPUTADO VALÉRIO MAGALHÃES, Presidente- Então está acusando a esmo junto à Comissão. O SR.

JOSÉ FERNANDO DA CRUZ- O Sr. Vieira Branco, Primitivo Couto e paraguaios numa quantidade enorme. Tenho documentos com nomes e tudo , mas estou de passagem por Brasília...O SR. DEPUTADO VALÉRIO MAGALHÃES, Presidente- Então V. Sª nos mande em caráter reservado à Presidência o nome de todos os arrendatários que não têm contrato e que não, digo, que têm crimes. O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ- Daqueles que conheço, porque dentro da Reserva é quase impossível uma pessoa precisar tudo. O SR. DEPUTADO EDSON GARCIA BRITO- Entre os índios há elementos que não são índios e que vivem até em concubinato, no meio dos índios, exercem influência sôbre os índios,vivem inclusive nas malocas ou nas suas habitações., dirigem os passos dos índios, comandam os índios nos assaltos que êles praticam. Entre êsses índios existem criminosos, desordeiros, pessoas que não têm família, que não têm bens, não têm coisa alguma e vivem em comum com os índios,sob os olhos complacentes da direçãodo SPI. O SR JOSÉ FERNANDO DA CRUZ- Peço a V. Exª que se refira à Inspetoria,porque o Chefe da Inspetoria é o responsável direto, porque está em contato direto com os índios. Quanto a essas pessoas a que V. Exª se refere, pedi uma relação delas e faria entrega à Justiça.Conversei com V. Exª na época a respeito, em Campo Grande. O SR. DEPUTADO EDSON GARCIA BRITO- Pergunto: V. Sª confirma o que medisse, isto é, que realmente sabe da existência dessas pessoas? O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ- Não tenho a menor dúvida. Existem. O SR. DEPUTADO EDSON GARCIA BRITO- Veja V.Exª, Sr.Presidente,nesses fatos já referidos, dos assaltos havidos ou dos choques com posseiros da região vizinha... O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ- Não posseiros; invasores. O SR. DEPUTADO EDSON GARCIA BRITO- V. Sª chama invasores, eu chamo posseiros. ... do qual resultou a morte dêsse menino Primitivo do Couto, êsses índios foram comandados por essas pessoas, que falam corretamente, correntemente o português e que dirigiam os passos dos índios nos, digo, índios no assalto a essa propriedade vizinha, de que resultou a morte dêsse Primitivo do Couto. Inclusive V. Sª sabe de fazendeiros residentes bem longe da Reserva, no alto da serra, como é o caso daquele... ... O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ- Vê como , digo, vê V. EXª como é difícil gravar os nomes? V.Exª conhece e não sabe o nome. O SR. DEPUTADO EDSON GARCIA BRITO- Como é o nome? O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ- Não me recordo. O nobre Deputado tinha conhecimento, porque reside em Aquidauana, é filho da região e conhece muito melhor a região do que eu. Eu estava numa Inspetoria com sete postos para percorrer. Acredito que o nome seja Olívio Couto, da pessoa a quem V. Exª se refere. O SR. DEPUTADO EDSON GARCIA BRITO- Êsse é o fazendeiro. V. Sª sabe que é o fazendeiro que teve sua fazenda ameaçada, mandaram avisá-lo que iam

cercar a fazenda no dia aprazado. Êle retirou seu gado, sua fazenda, foi à sede da Polícia Militar do Estado para pedir garantias, e a Polícia, tomando conhecimento do fato, mandou que soldados fôssem para lá... O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ- Quem forneceu o avião, a condução à Polícia fui eu . Tomei tôdas as providências exigidas na lei. O SR. DEPUTADO EDSON GARCIA BRITO- Agora, quero exatamente esclarecer com o senhor depoente a segunda parte, justamente a dêsse assalto dos índios aos fazendeiros vizinhos, que o senhor Fernando chama de invasores. Existe uma demanda judicial entre os proprietários do Condomínio do Nabileque e a Reserva dos índios Cadiuéus do SPI, disputas judiciais de limites, fixando a divisa do Condomínio do Nabileque e da Reserva, cujos domínios sao nesses limites que se supoem... O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ- Acredito que haja essa disputa judicial. O SR. DEPUTADO EDSON GARCIA BRITO- Não estou dando informaçao, estou indagando sôbre um ponto. Essa disputa judicial existe? Vi nas maos de V. Sª uma representaçao do SPI para o Tribunal, sôbre êsses limites, fixando êsses limites. O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ- V. Exª está equivocado. Nao foi isso. V.Exª viu em minhas maos uma açao que propus na Comarca de Pôrto Motim, para anulaçao... O SR. DEPUTADO EDSON GARCIA BRITO- Isso é outra coisa. O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ- Os limites estao no acórdao do Supremo Tribunal Federal. O SR. DEPUTADO EDSON GARCIA BRITO- Refiro-me aos limites das terras dos índios cadiuéus, o título do antigo Condomínio Nabileque. O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ-É bem posterior. O SR. DEPUTADO EDSON GARCIA BRITO- O título é posterior ao título da Reserva. O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ- Eu queria pedir a V. Exª que me apontasse irregularidades do Serviço, porque nao estou capacitado a responder sôbre êsse assunto de terras. O SR. DEPUTADO EDSON GARCIA BRITO- Estou pedindo a sua colaboração. Existem dois tipos de terra: o da Reserva, de 1903, e o do Condomínio do Nabileque, de 1914. O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ- Aliás, V.Exª sabe tanto quanto eu. O SR. DEPUTADO EDSON GARCIA BRITO- Mas Comissão não sabe, ilustre depoente. O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ- V. Exª sabe tanto quanto eu que esta questão de terras em Mato Grosso é bem complexa. Aliás, quero nesta oportunidade dizer à Comissão que V. Exª foi um dos que muito se interessaram pela questão das terras dos índios cadiuéis. Se há êsse problema do condomínio Nabileque e da Reserva dos indíos cadiuéus, acredito que a Justiça se fará sentir, dando direito a quem tem. Eu disse a V. Exª das vêzes em que o procurei: que eu faria todo o possível para uma solução honesta e criteriosa, não criando nenhum embaraço à ação da medição. O SR. DEPUTADO EDSON GARCIA BRITO- É justamente por isso que quero ser honesto com V.Sª e quero que V. Sª o seja comigo. O SR. JOSÉ FER-

NANDO DA CRUZ- Com todo o prazer. O SR. DEPUTADO EDSON GARCIA BRITO- Quero que V. Sª explique à comissão que realmente existe essa disputa entre os condôminos do Nabileque e o SPI, numa questão de limites em determinada área cujos títulos se superpõem. O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ- V. Exª está me fazendo uma pergunta bastante difícil de responder. Reconhecendo que existe essa disputa entre o Condomínio Nabileque e o SPI, estou dando a argumentação para que V. Exª me venha dizer que é legal a invasão das terras. O SR. DEPUTADO EDSON GARCIA BRITO- Mas há essa disputa. O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ- Se há contestação,deve ser, não contra o SPI, mas contra o Supremo Tribunal Federal. Não conheço o caso, sei dêle por ouvir de V.Exª essa declaração. Não tive nenhum documento em minhas mãos. Aliás, tive um mapa que eu fiz do Condomínio Nabileque, e que é a única coisa de que tive ciência. O SR. DEPUTADO EDSON GARCIA BRITO- E a representação que o SPI fêz ao Supremo Tribunal Federal...O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ- Eu não era o chefe da Inspetoria. O SR. DEPUTADO EDSON GARCIA BRITO- Sei disso, mas estou apelando para os fatos. Houve uma representação. O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ- Houve. O SR. DEPUTADO EDSON GARCIA BRITO- E ela falava dêsses limites. O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ- Não conheço o texto dessa representação. O SR. DEPUTADO EDSON GARCIA BRITO- Havia- insisto. O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ- Apenas sei que o Supremo Tribunal Federal deu os limites para a Reserva. O SR. DEPUTADO EDSON GARCIA BRITO- Êsses limites falam no rio Niutaca? O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ- Falam. O SR. DEPUTADO EDSON GARCIA BRITO- E o SPI, através do General Horta Barbosa, diz: nasce num determinado lugar... Porque para o SPI nasce num determinado lugar. O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ= E para o Condomínio do Nabileque nasce em outro. O SR.DEPUTADO EDSON GARCIA BRITO- Isso existe? O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ- V. Exª me mostrou o mapa. O SR. DEPUTADO EDSON GARCIA BRITO- Existe essa situação? O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ- No mapa que eu vi... O SR. DEPUTADO EDSON GARCIA BRITO- Diga se os condôminos do Nabileque argumentam assim. O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ- V. Exª está bem a par dessa parte,porque inclusive foi advogado dessa firma. Não estou a par. O SR. DEPUTADO EDSON GARCIA BRITO- Certo. O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ- Sei dizer a V. Exª que na medição existente, quer dizer, na demarcação está: Serra do Bodoquema, Niutaca, Nabileque, Aquidauana e Paraguai. Não sei onde nasce o rio. Deve nascer na Serra do Bodoquema. O SR. DEPUTADO EDSON GARCIA BRITO- Êsse Valter dos Santos, que tinha uma posse e cuja casa foi queimada, pagava arrendamentos? O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ- Não. O SR. DEPUTADO EDSON GARCIA BRITO- Que alegava êle para não pagar? O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ- Alegava que a posse havia sido dada pelo Sr. Manuel Aureliano da Costa pa-

ra ocupar a terra no prazo de seis anos e depois devolvê-la ao proprietário. O SR. DEPUTADO EDSON GARCIA BRITO- Que alegava Manoel Aureliano da Costa para não pagar êsse arrendamento? O SR.JOSÉ FERNANDO DA CRUZ- Alegava que era dêle.O SR.DEPUTADO EDSON GARCIA BRITO-Por fôrça de título? O SR.JOSÉ FERNANDO DA CRUZ- Eu alegava que era do Serviço,por fôrça de um acórdão do Supremo Tribunal Federal. O SR.DEPUTADO EDSON GARCIA BRITO- E êle alegava que era dêle? O SR.JOSÉ FERNANDO DA CRUZ-Sim. Aliás, procurei-o duas vêzes na residência e tenho dêle a melhor das impressões. Acredito que, se eu tivesse conhecimento, na época, de que havia essas pessoas residindo dentro da Reserva, e conhecendo as pessoas, como conheci o Sr. Walter dos Santos talvez eu tivesse evitado isso. V. Exª deve compreender que essa área ocupada é a área mais importante da Reserva, é a mais rica, onde estão localizadas as matas e as reservas de caça. O SR. DEPUTADO EDSON GARCIA BRITO- Que alegavam os índios para fazer os assaltos? O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ - Alegavam que a terra era dêles. O SR. DEPUTADO EDSON GARCIA BRITO- Essas pessoas tinham as terras há muito tempo? O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ- Quando cheguei lá já ocupavam as terras. Inclusive um índio que foi lá tratar dêsse assunto e que na minha gestão foi até espancado e tem um defeito na mão, proveniente de uma surra... O SR. DEPUTADO EDSON GARCIA BRITO- Antes de sua gestão? O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ- Sim. O Sr. DEPUTADO EDSON GARCIA BRITO- E êles resolveram fazer a revanche, já no fim? O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ- Resolveram isso desde o momento em que eu, com a obrigação de funcionário, fiz sentir que a posse das terras da Reserva dos cadiuéus havia sido assegurada a êles, como fiz vêr a todos os índios em tôda a região. Inclusive, obtive do ex-deputado Fernando Ribeiro facilidade para solução do problema daquelas terras do Limão Verde, em que havia grande disputa. Êle prometeu solucionar amigàvelmente. O SR. DEPUTADO EDSON GARCIA BRITO- É isso que nos faz descrer daquela boa intenção que V. Sª manifestou quando da sua ida para o Serviço. V. Sª fêz duas afirmações hoje, anotadas pelo Sr. Presidente. A primeira é a do fornecimento das armas. O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ- Não posso negar. Jurei dizer a verdade. O SR. DEPUTADO EDSON GARCIA BRITO- Claro. V. Sª diz que a revanche que os índios tiveram contra dois posseiros ou invasores, seis meses depois de um fato acontecido antes de sua administração; que só foi tomada a revanche depois que V. Sª os cientificou de que as terras eram dêles e que, portanto, tinham o direito de defendê-las. Era justamente isso que êles próprios, índios, declaravam quando chegaram a essa casa; declarações essas que foram prestadas pelas vítimas sobreviventes. Os índios chegaram lá e declararam: " Os senhores têm de dar as terras, porque nosso chefe disse que elas são nossas, e que, se não defendermos o que é nosso,

êle irá fazer isso por nós." E V. Sª disse mais: que só resolveu cientificar dessa situação, depois que teve o acórdão do Supremo Tribunal Federal, dando aos índios o direito sôbre essa faixa habitada por intrusos. Pergunto se, diante dessa situação, não ficaria melhor para a tranquilidade pública e para o prórpio, digo, o próprio SPI, já que arrendava a terra de índios, resolver êsse impasse através da via judicial, e não ir dizer aos índios que estavam no pleno direito de expulsar os invasores. Que entemdem índios de Supremo Tribunal Federal? O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ- Não foi dito isso. Que êles sao donos das terras? Posso dizer a V. Exª que inclusive um ex- Ministro da República foi um dos que defenderam êsse ponto de vista. Esteve lá o ex-Ministro Darci Ribeiro e esclareceu bem o fato. Rogo a V. Exª que convide o ex- Ministro Darci Ribeiro a vir dizer aqui que os índios, já naquela época— não só êles, mas muitos outros— sabiam que as terras pertenciam a êles. Acontece que, completamente desassistido e mesmo não acreditando nos propósitos do chefe da Inspetoria, que vem se arrastando de maneira dolorosa desde que saiu o Coronel Nicolau Horta Barbosa, êles não acreditavam mais. Se eu tivesse tido oportunidade de mais vêzes estar com êles, não teriam ocorrido êsses fatos. V. Exª sabe que de Campo Grande à Serra da Bodoquema um aviao cobra Cr$ 35.000,00. É uma viagem dispendiosa. Fui lá umas oito vêzes. Gastei mais de seiscentos contos de avião para ir lá contornar a situaçao. Eu não poderia estar lá permanentemente. O SR. DEPUTADO EDSON GARCIA BRITO- V. Sª há de convir em que êsses assaltos feitos aos fazendeiros das redondezas tiveram origem depois de a direçao do SPI procurar reconquistar limites perdidos para invasores— para usar a palavra do depoente—. Segredou aos índios que cabia a êles tomar providências, já que é irresponsável e ninguém os levará a cadeia pelo fato. O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ - O índio é responsável quando pratica crime de morte. Isso prevaleceu, se nao me engano, até três anos atrás. Agora, êle responde criminalmente pelos crimes que pratica. O SR. DEPUTADO EDSON GARCIA BRITO- Depois que o SPI resolveu cientificar os índios de que cabia a êles tomar as providências para expulsar os invasores...O SR. PRESIDENTE- Aliás, o Diretor declarou aqui, e hoje numa entrevista que concedeu ao Correio Braziliense, que acha que o índio é autosuficiente e autodirigível, tese esta que, então, daria margem ao SPI não existir. Se êle, por si próprio, pode agir, ir e vir e pensar, resolver seus problemas, o SPI é um órgão obsoleto. O SR. DEPUTADO EDSON GARCIA BRITO- Enquanto isso se dá, com relação aos vizinhos ou aos possuidores de terras de limites duvidosos, por outro lado arrenda o SPI quase tôda a reserva, numa demonstração de que realmente não precisa das terras para que os índios possam viver livremen-

te. Isto é que causa espécie. Isso põe em pânico— não êsses vizinhos, que são poucos, são três, quatro ou cinco—os arrendatários. Porque índio não sabe discernir entre invasor e arrendatário, entre o que paga e o que não paga. Para êle, é a mesma coisa, todos estão na sua terra. O SR. DEPUTADO VALÉRIO MAGALHÃES, Presidente- Mesmo porque o índio não recebe o benefício dêsse pagamento. Está provado pelo próprio depoente que o dinheiro não foi escriturado, nem encontrado, nem transformado em utilidades necessárias ao índio. O SR. DEPUTADO EDSON GARCIA BRITO- Êle há de supor que também são invasores. O SR. DEPUTADO VALÉRIO MAGALHÃES, Presidente- Se o dinheiro foi transformado em benefícios aos próprios funcionários— o depoente declarou que quase todos os serventuários do SPI estão bem de vida—logo, tanto faz ao índio ser arrendatário, pagar ou não pagar. É a mesma coisa. O SR. DEPUTADO EDSON GARCIA BRITO-Essa situação botou em pânico os arrendatários. Êsse pânico aumentou, desde o tempo em que a Inspetoria chamou a si o direito de municiar os índios ou de armá-los. Essas armas seriam contra os invasores ou contra os arrendatários? É a pergunta. O SR. DEPUTADO VALÉRIO MAGALHÃES, Presidente- Resta saber do depoente se o diretor do SPI esteve de acôrdo com essa providência de armar os índios. Que sabe o depoente a respeito? O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ- Absolutamente; fiz sob minha inteira responsabilidade. O SR. DEPUTADO EDSON GARCIA BRITO- Diante do fato, tem V. Sª conhecimento de que os arrendatários se armaram? OSR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ- Tnh, digo, tenho, inclusive, de que V. Exª solicitou tropa. Eu estava procurando responder, sem levar êsse assunto no sentido das paixões. Mas sou forçado a dar maiores esclarecimentos. V. Exª inclusive sabe que armaram muitos homens em Aquidauana para invadir a Reserva. Foram dramáticos os apelos que fiz, pelo rádio, ao Delegado de Polícia de Campo Grande, para que não invadissem a Reserva. O SR. DEPUTADO VALÉRIO MAGALHÃES, Presidente- Depois de terem os índios sido armados? O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ= Antes, muito antes. Que poderia eu fazer com 100 ou 50 homens armados contra , digo, armados entrando na Reserva? As armas que têm ainda datam da Comissão Rondon. O SR. DEPUTADO VALÉRIO MAGALHÃES, Presidente- Não foram as novas armas fornecidas por V. Sª? O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ- Foram; depois que o Deputado Edson solicitou e que os ânimos estavam mais calmos e não havia violências, foram tôf, digo, foram tôdas recolhidas. O SR. DEPUTADO EDSON GARCIA BRITO- Que eu solicitei? O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ= V. Exª teve a oportunidade de dizer na Inspetoria que eu era responsável por ter armado os índios, e eu disse a V. Exª que, embora me custasse perder o emprêgo, eu cumpria a obrigação de defender a integridade do índio e que iria mesmo pa

ra ser massacrado junto com êle. Disse a V. Exª e repito: o que me atingir me atingirá consciente, porque sou obrigado a defendê-los. O SR. DEPUTADO EDSON GARCIA BRITO- Eu lhe disse isso? Quantos dias depois do assalto? O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ- Nao houve assalto. O SR. DEPUTADO EDSON GARCIA BRITO- Mas as casas queimadas. O SR.JOSÉ FERNANDO DA CRUZ- Sinto-me constrangido, porque V. Exª tem ilustração bastante, tem cultura bastante para me interrogar e eu não estou à altura de travar com V. Exª um diálogo dessa natureza. Tudo que faço, como funcionário do Serviço, é apenas na defesa do índio. Não posso discutir problemas de Justiça com relação a terras. Não posso discutir problemas dessa natureza. Apenas digo que as pessoas que se localizaram naquela área são invasores. Êste é o meu ponto de vista. O SR. DEPUTADO VALÉRIO MAGALHÃES, Presidente- O que o SPI até hoje nao fêz foi legalizar ou tirar os invasores. O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ- Perdoe-me V. Exª. Foram chamados à Inspetoria para encontrarmos uma fórmula. O SR. DEPUTADO VALÉRIO MAGALHAES, Presidente- Se até aqui em Brasília se despejam Deputados , como nao despejar lá invasores? O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ- Como? O SR. DEPUTADO VALÉRIO MAGALHAES, Presidente- Pela lei. O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ- V.Exª compreende o que representa o poder da pecuária no sul de Mato Grosso? V. Exª nao pode nem imaginar. O SR. DEPUTADO VALÉRIO MAGALHÃES, Presidente- Acho que perante a lei não há poder. Só há a lei. O SR. DEPUTADO EDSON GARCIA BRITO- Eu gostaria de esclarecer à Comissao, para que ela se capacitasse do alcance dessas medidas. Eu já disse que duas posses foram queimadas, duas apenas. Numa delas foi morto um fazendeiro que lá se encontrava e que era seu primitivo dono. Na outra, as pessoas que lá se encontravam foram despejadas. Êsse fato mobilizou tôda a polícia do sul do Estado, inclusive o Exército Nacional, já que foi solicitada pelo Inspetor a cobertura do Exército para salvaguarda da vida dos índios. Nesses dois ou três dias, logo depois dêsses dois fatos. Mas o que causou apreensão foi justamente o fato de que tôda a investida, todo o preparo era feito, nao no sentido de expulsar êsses dois invasores, mas o índio, assim instruído, passou a atentar contra tôda, digo, contra todo êsse número de cento e tantos arrendatários dos quais o SPI recebia renda. Porque o arrendatário nao podia esperar que o índio distinguisse entre invasor e arrendatário. Entao, os arrendatários se armaram, diante do que podia acontecer, já que duas casas tinham sido incendiadas. Ainda mais que o índio havia sido rearmado pela Inspetoria. Acredito que o Inspetor, quando armou os índios, o tivesse feito no intuito de defensiva contra uma possível revanche dos arrendatários. Mas o que nao se pode negar é que os arrendatários tiveram razao de se pôr em pânico, diante da ori-

entaçao que o SPI dava aos índios irresponsáveis. Foi um Deus nos a cuda em Campo Grande| O Exército foi chamado, o Senador Filinto Müller foi chamado, a Associaçao Rural de Campo Grande, que até entao nao tinha tomado parte ativa no momento, se mobilizou. A reunião na sede da Associação Rural foi coisa monstruosa. Todos os fazendeiros, não contra o índio, mas diante da própria situação que se criava, quando o próprio SPI armava os índios, ficaram em pânico. Eram as explicações que eu queria que V. Sª prestasse à Comissão. O SR. JOSÉ FERNANDO DA CRUZ- Com relação a essa movimentada assembléia da Associação dos Pecuaristas, nada mais é do que o desejo ardente de que se processe, dentro da Reserva dos índios cadiuéus, uma reforma agrará, digo, reforma agrária. Êste é o desejo. Então, quando da reunião estabelecida pelo General Hugo Alvim, quando os arrendatários foram levar conhecimento do fato ao Comandante da Região, no momento em que foi marcada a reunião, não compareceu um só arrendatário. O representante dos arrendatários foi um médico, se nao me engano, que acabava de ser eleito Vice-Presidente da Associação. Nessa ocasião, foi solicitado ao General que determinasse o desarmamento dos índios. Êle respondeu que determinaria o desarmamento, desde que fossem também desarmados os arrendatários. Encaminhei à 9ª Região Militar fuzis de guerra novos, munição, balas de metralhadora inclusive, dos senhores arrendatários, que foram apreendidos. O SR. DEPUTADO VALÉRIO MAGALHÃES, Presidente- Também dos índios foram recolhidas? O SR; JOSÉ FERNANDO DA CRUZ- Tôdas encaminhadas ao Comando da Região. O SR. DPUT, digo, SR. DEPUTADO VALÉRIO MAGALHÃES, Presidente- Suspendo aqui o depoimento para atender a uma reunião do PSD. Voltaremos a êle amanhã, às 10 horas da manhã. Encerro e levanto esta sessão.-

José Fernando da Cruz

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO PARA APURAR IRREGULARIDADES NO SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS.

DEPOENTE: José Fernando da Cruz
REUNIÃO: 15 de maio de 1963 (matutina)

O SR. PRESIDENTE - Havendo número legal, declaro aberta a reunião. (Feita a leitura da ata da reunião anterior pela Secretária, é retificada.) Dou a palavra ao nobre Relator, para proceder a inquirição que julgar necessária. O SR. RELATOR - Sr. Presidente, gostaria que outro Deputado formulasse antes de mim as perguntas, porque estou aguardando um documento que ainda não foi datilografado. É uma questão de dez minutos. O SR. PRESIDENTE - Com a palavra o nobre Deputado Rachid Mamed. O SR. RACHID MAMED - Tenho apenas, Sr. Presidente, duas ou três perguntas a fazer. Antes, porém, queria que o depoente nos esclarecesse, o que naturalmente será útil ao nosso Relator, qual a situação em que encontrou a Inspetoria a que está afeta a sua administração, no Amazonas, parece. Que Inspetoria é essa? O SR. DEPOENTE - Primeira Inspetoria. O SR RACHID MAMED - Gostaria que o depoente nos fizesse um rápido relato sôbre a situação em que encontrou essa Inspetoria, e se ela, como tantas outras, possui fontes de renda e em que condições se achavam. É uma informação que antecipamos para um estudo posterior. O SR. DEPOENTE - Sr. Deputado, ao ser designado para a Primeira Inspetoria do Serviço de Proteção aos Índios, encontrei-a em estado calamitoso. Revendo-se o arquivo da repartição, não foram encontradas as prestações de contas referentes aos anos de 1959 a 1961, originando isso um pedido de inquérito feito ao Sr. Diretor do Serviço de Proteção aos Índios. Tomei conhecimento também da existência, na prestação de contas do ex-Chefe daquela Inspetoria Regional, de recibos falsos nos valores de 150 mil cruzeiros, 300 mil cruzeiros, 30 mil cruzeiros etc. O SR. RELATOR - Gostaria que V. Sa. citasse o nome dêsse seu antecessor. O Sr. DEPOENTE - Substituí o Sr. Manoel Moreira de Araújo. Em virtude da representação do funcionário José Farnela, que denunciou êsses fatos, encaminhei ao Sr. Diretor o competente pedido de abertura de inquérito. O SR. PRESIDENTE - Foi aberto inquérito? O SR. DEPOENTE - O pedido de inquérito foi encaminhado ao Ga-

binete do Sr. Ministro, a fim de que S. Exa. designasse os membros da Comissão de Inquérito. Com relação aos postos da Inspetoria, só tive tempo de visitar dois, porque as distâncias na Amazônia são bastante grandes. Nesses dois Postos, o Manoel Miranda e outro, cujo nome não me recordo agora, encontrei escolas funcionando em estado precaríssimo, as crianças sentadas em cima de táboas, e coberta a casa com palha. Na administração do Sr. Alberto Pizarro Jacobina as escolas haviam sido deixadas com telhas e os prédios funcionando regularmente. Encontrei também obras, que haviam sido feitas nas administrações anteriores, no mais completo abandono, com as casas caindo, e numa situação calamitosa, com o índio completamente desassistido. Com relação aos outros Postos da Inspetoria, tive informação de que funciona do Pôsto indígena de Jatapu uma companhia de mineração, de exploração de manganês. O SR. PRESIDENTE - Dentro da terra dos índios? O Sr. DEPOENTE - Sim. Sr. Presidente. O SR. PRESIDENTE - Sabe o nome dessa Companhia? O SR. PRESIDENTE - Sr. Presidente, de momento não me recordo.Mas sei que é de propriedade do Sr. Sócrates Bonfim. O SR. PRESIDENTE - Dentro das terras dos índios? O SR. DEPOENTE - Segundo as informaçoes que me chegaram, porque não estive lá. Tomei conhecimento de irregularidades praticadas na Fazenda de São Marcos, no Território do Rio Branco, onde tem havido abate e venda de gado de maneira irregular. O SR. PRESIDENTE - Em particular posso dizer que essa Fazenda há trinta anos tinha cêrca de 20 mil cabeças e hoje possìvelmente se tiver 2 mil será o máximo. O SR. DEPOENTE - Acredito que não tenha isso, Sr. Presidente. V. Exa. deve conhecer bem essa situação. O SR. PRESIDENTE - O gado particular aumenta. O do govêrno desaparece. O SR. DEPOENTE - Exatamente. O SR. PRESIDENTE - Não encontrou V. Sa. nenhuma escrituração a respeito da venda do gado da fazenda de São Marcos? O SR. DEPOENTE - Sr. Presidente, foi feita a escrituração da última venda, no valor de 2 milhões e poucos mil cruzeiros. Encontrei escriturado isso. O SR. PRESIDENTE - Foi a última venda? O SR. DEPOENTE - Sim. O SR. PRESIDENTE - Mas todos os anos, segundo estou informado, lá desde 1959 se vende gado para Manaus. O SR. DEPOENTE - Justamente. Sempre é vendido para Manaus. O SR. PRESIDENTE - Os Territórios vendiam para os marchantes também, e uma parte para Boa Vista, por intermédio do próprio govêrno. O SR. DEPOENTE - Sôbre esta parte não estou bem informado, porque estou lá há apenas um mês, e V. Exa. há de convir que no Amazonas, Acre e Território do Rio Branco é difícil tomar conhecimento de todos êsses problemas. Devo dizer a V. Exa. que no Estado do Acre não existe uma representação do Serviço. Não há funcionando nenhum Pôsto. O SR. PRESIDENTE - Mas nao há um Pôsto criado? O SR. DEPOENTE - Há o Pôsto de Sena Madureira para o qual foi adquirido

material para a sua instalação. O SR. PRESIDENTE - No entanto, o Diretor do Serviço, aqui, em resposta a uma das indagaçoes, nao sei se do nobre Relator ou do Sr. Deputado Edson Garcia, declarou que todos os Postos estavam funcionando. O SR. DEPOENTE - É que nos Relatórios consta isso, Sr. Presidente. O Sr. PRESIDENTE - A resposta deve estar aí com o Sr. Relator. Êle disse que todos estao em funcionamento, quando se sabe que vários estão parados. O SR. DEPOENTE - Êle ignora, Sr. Presidente. O SR. PRESIDENTE - Mas como um Diretor de Serviço, que já está no cargo há mais de um ano, ainda ignora que um Pôsto está parado? O SR. DEPOENTE - Sr. Presidente, V. Exa. sabe que no Amazonas as viagens levam meses... O SR. PRESIDENTE - Mas aí o caso nao é de viagem. Êle já viajou muito e seus funcionários também, para cima e para baixo. Êle deveria, logo que assumiu, organizar uma rede de funcionários que percorressem êsses Postos todos. E os que fôssem para o Amazonas iriam até êsses Postos fantasmas, onde as prestações de contas das verbas a êles atribuídas sao feitas nas sedes das Inspetorias. O SR. DEPOENTE - Aliás, V. Exa. conhece bem a situação do Amazonas. Na administração do Sr. Alípio Edmundo Lage, se não me engano, foram fechados sete Postos. O Coronel Moacyr determinou a abertura do Pôsto de Sena Madureira, já tendo adquirido o material suficiente para iniciar os trabalhos de sua localizaçao. O total da verba destinada a êsse material já foi adquirido e se encontra em Manaus. São 2 milhoes de cruzeiros, como V. Exas. poderão verificar quando da visita da Comissao Parlamentar de Inquérito ao Amazonas. O SR. PRESIDENTE - Por aí V. Sa. vê como o SPI funciona sem uma base certa e segura. Conheço o Acre. Sou, aliás, funcionário do Estado; era do extinto Território. Fui Governador lá. Sena Madureira é o lugar talvez menos indicado para a instalaçao de um Pôsto. O SR. DEPOENTE - A instalaçao foi a pedido do govêrno. O SR. PRESIDENTE - Talvez sob aspecto político. Mas acontece que no SPI nao se deve fazer política. A meu ver, o Diretor do Serviço de Proteção aos Índios nao deveria atender ao pedido do govêrno, mas, sim, êle próprio mandar verificar qual o local mais indicado. O SR. DEPOENTE - O SPI atendeu à determinaçao do Congresso. Trata-se de verba específica do Congresso para a instalaçao do Pôsto de Sena Madureira. O SR. PRESIDENTE - Isso é errado completamente. Lá nao há índios. Os índios estao no Alto Itaroacá. É outra bacia. Sena Madureira está no Iaque, que é afluente do Purus, na Bacia do Acre . Pega la em baixo, ao passo que Itaroacá e Envira são da Bacia do Juruá. Veja V. SA. como êsse Pôsto não vai poder dar assistência ao índio, O SR. DEPOENTE - De maneira nenhuma. E eu fiz um relatório ao Diretor sôbre a impraticabilidade da instalaçao do Pôsto em Sena Madu

reira, visto como a lozalizaçao dificulta a concentração dos índios - que estão na Bacia do Purus. O Sr. PRESIDENTE - E que estão lá em Itaroacá e Envira, muito em cima. Êles foram corridos pelos seringueiros. O SR. DEPOENTE - E êles nao viriam para Sena Madureira. Mas como a verba é específica, dada pelo Congresso para a instalaçao de um Pôsto Indígena em Sena Madureira, nada podemos fazer. O SR. PRESIDENTE - V. Sa. pode prosseguir no seu depoimento sôbre a Amazônia, porque realmente das suas informações já deveremos ter dados seguros para a nossa ida a essa regiao. O SR. DEPOENTE - Encontrei as lanchas do Serviço, a nao ser uma que foi recuperada, em péssimo estado de funcionamento, oferecendo até perigo de vida para os que nelas viajavam. O SR. PRESIDENTE - É possível à Comissao Parlamentar de Inquérito, chegando a Manaus, deslocar-se para pelo menos um Pôsto na área pròpriamente da Bacia do Solimões? O Sr. DEPOENTE - V. Exa. poderia ajudar-me? A que pôsto se refere? O SR. PRESIDENTE - Sao vários os Postos. Por exemplo, o do Alpés (?), na Bacia do Rio Negro. Já acho muito distante para ir de lancha. O SR. DEPOENTE - V. Exa. pode ir lá com uma lancha nossa em vinte e quatro horas. O SR. PRESIDENTE - Veja V. Sa. que o Alpés fica muito lá em cima. Acho que se levam uns quatro ou cinco dias de lancha. O SR. DEPOENTE - Nao me recordo o nome do Rio em que está localizado êsse Pôsto. O SR. PRESIDENTE - Não é no Altar-Mirim, no Município de Itacoatiara? O SR. DEPOENTE - Para os Postos de Barbosa Rodrigues e Manoel Miranda é fácil o acesso. Agora lembro o nome. É altar-Mirim, que confundi com Alpés. Há êsses dois Postos de fácil acesso. Seria interessante também que a Comissao Parlamentar de Inquérito inspecionasse a Fazenda de Sao Marcos. O SR. PRESIDENTE - Essa, aliás, é uma das pretensões do Presidente, porque, sendo filho de lá, sinto-me na obrigação moral de apurar o que lá ocorre. Sempre reclamei contra isso, e agora que estou na Comissao Parlamentar de Inquérito seria até uma omissao da minha parte junto à regiao da qual sou filho, se nao fôsse com os ilustres colegas até São Marcos. Inclusive quando era representante do Território de Roraima, ex-Rio Branco, na tribuna da Câmara várias vêzes reclamei e chamei a atençao do SPI para essa Fazenda. Há até projeto meu pedindo que a Fazenda de São Marcos passasse à administraçao do Território e saísse do Serviço de Proteção aos Índios. Não se justifica uma Fazenda nacional daquelas completamente abandonada, quando o Território poderia ter nela uma fazenda-modêlo, uma escola de iniciaçao agrícola. Os colegas vao visitar a regiao e terao oportunidade de verificar que ali é o ponto nevrálgico para uma escola de iniciação agrícola, a fim de preparar, sobretudo, os práticos rurais para vacinaçao do gado em tôda a área,

porque São Marcos está situada num ponto chave, na embocadura de dois rios formadores do Rio Branco. Esta Comissão deve ir até lá, embora tenhamos que viajar duas horas e meia de rio, de Manaus até Boa Vista, e depois mais ou menos vinte minutos até a fazenda de São Marcos, de avião. Aliás, eu chamaria a atenção do Sr. Inspetor para um campo muito bom que existe lá, mas completamente abandonado. O SR. DEPOENTE - Sr. Presidente, não é só o campo que está abandonado. Também a casa está caindo. O SR. PRESIDENTE - A casa é uma das melhores daquela região. O que se fêz é um crime. Os senhores deputados vão ver como se joga fora o dinheiro desta Nação. A casa foi feita, e naquela época havia escola, estação de rádio; os índios vinham e eram atendidos. Hoje está tudo em completo abandono. O SR. DEPOENTE - Aliás, o irmão de V. Exa. chefiou a Inspetoria do Amazonas e seria também bastante interessante o depoimento dêle, que há de consubstanciar as minhas afirmações sôbre o estado de abandono em que se encontra aquela Inspetoria. O Sr. PRESIDENTE - Naquela época êles terminaram essa casa. Foi concluída por um rapaz que é meu primo, engenheiro agrônomo Durval Magalhães. O Sr. DEPOENTE - É a melhor construção que existe dentro do Serviço de Proteção aos Índios. O Sr. PRESIDENTE - É uma construção que deve valer hoje, mesmo abandonada como está, uns 5 milhões de cruzeiros, e que se prestaria muito bem para instalar a escola de iniciação agrícola. O SR. DEPOENTE - É pensamento, dentro da nova organização do serviço, com relação ao Território do Rio Branco, a criação de uma Inspetoria com os postos de Pia e Xerixanã, na margem esquerda do Rio Mucajaí, junto à Cachoeira dos Índios para assistir os indígenas daquela região. O SR. PRESIDENTE - É lá que estão os americanos, conforme falei aqui. Esta Comissão, se fôr até lá, fatalmente terá que visitar êsses postos. Como disse aqui, foi feito um campo e a FAB está descendo na Serra Parima. Além dêsses há um pôsto sôbre a margem do Rio Mucajaí, e outro sôbre a margem do Alto Aripuera.(?) Nesses postos não há ninguém do SPI. Lá estão os americanos. Tenho dêles a melhor impressão, como homens dedicados. Mas as denúncias que chegam à região são de que vez por outra vem um avião da Guiana Inglêsa com técnicos em geologia, americanos, a fim de estudarem aquela área. Segundo se fala em Boa Vista, já existe até um mapeamento muito bem feito. Dizem também que os aviões voltam carregados de areia monazítica. Só quem não conhece o pêso da areia monazítica é que pode afirmar isso. Transporte dessa natureza só poderia ser feito de navio, não em avião. Êles não fazem contrabando. Isso eu positivei. O que êles fazem, tenho a certeza, de par com a assistência ao índio, que é

precária, porque estao apenas colhendo dados etnológicos e linguísticos, é uma pesquisa daquilo que haja de material radioativo e sobretudo do material estratégico, para que os Estados Unidos saibam quais as possibilidades do país com que podem contar. Quando precisarem do auxílio do Brasil, poderão dizer: vocês têm aí isto e aquilo; vocês não sabem, mas eu sei. É o que se fala em Boa Vista. Realmente acho que devemos visitar êsses Postos. Estou dizendo aos meus companheiros que a região não é de fácil acesso, a não ser de avião. Mas estaremos arriscando a vida, porque são aviões pequenos sobrevoando uma região de matas e de montanhas. O campo ali existente está precisando de limpeza e de reparos para que se possa descer ali imediatamente. O SR. DEPOENTE - Sr. Presidente, devo esclarecer a V. Exa. que êsse Posto a que me referi vai ser criado ainda, bem como o Pôsto de Peri-Surucucu, situado na serra do mesmo nome, para assistir os índios aicanterri; o Pôsto Iupiá-Parima, situado na Serra do Parima, nas cabeceiras dos dois formadores do Rio Parima, para assistir os índios xamatari;e o Pôsto indígena Iuacá, situado no Uraripuera, acima do Igarapé da Saútabama, para assistir os índios do Iuacá. O SR. RACHID MAMED - Quero perguntar ao depoente se, além desta renda da venda do gado ali existente, há alguma outra que esteja sob o contrôle da la. Inspetoria, como arrecadação através de vendas de madeira, extraçao de borracha, aluguel dos pastos de invernada etc. O SR. DEPOENTE - A la. Inspetoria é considerada a mais rica do SPI na indústria extrativa da borracha, do caucho, do pau rosa, do curare. Há venda de madeiras de lei, e acredito, não tenho certeza, há informações, de que alguns postos pertencentes à nossa Inspetoria estão invadidos por particulares que estão explorando minério etc. V. Exa. há de convir que basta eu chamar um dêsses elementos a fim de esclarecer junto à Inspetoria a sua posição para que seja pedida imediatamente a minha transferência, como aconteceu em Campo Grande. O SR. RACHID MAMED - Dessas fontes de arrecadaçao com quais delas V. Sa. já tem entrado em contato, recebido ou acertado forma de pagamento? O SR. DEPOENTE - Da la. Inspetoria ainda não recebi um centavo de arrecadação de nenhum setor, nem mesmo do Território Federal do Rio Branco. Foi a gestão anterior quem recebeu. Pedi a instauração de uma comissão para proceder ao levantamento de bens e materiais da Inspetoria, patrimônio indígena, patrimônio nacional. Com a minha ausência ficou interrompida essa minha gestão e não estou a par se já entrou algum arrendamento. Acredito que não. O SR. RACHID MAMED - V. Sa. encontrou contratos anteriores? O SR. DEPOENTE - Nenhum contrato. Existe invasão. O SR. RACHID MAMED - Sr. Presidente, estou satisfeito. O SR. PRESIDENTE - Com a palavra o Sr. Relator, para inquirir o depoente. O SR. RELATOR - Ontem, V. Sa. declarou

rou que a renda da 5a. Inspetoria foi mais ou menos entre dez e doze milhões de cruzeiros. Gostaria de saber também se houve alguma dotação orçamentária. O SR. DEPOENTE - A Inspetoria recebeu, no exercício de 1961, 7 milhões da verba de auxílios aos índios; para motores: 1 milhão e 500 mil cruzeiros, e para a compra de gado reprodutor 500 mil cruzeiros. O SR. RELATOR - E em 1962, em que V. Sa. estêve como Chefe? O SR. DEPOENTE - No exercício de 1962 a verba foi entregue - nos últimos dias do ano. Aliás, tivemos o prazo de sòmente três dias para aplicação dessa verba. O SR. RELATOR - A compra de uma camioneta Ford F-100, chapa 3-11-53, de Mato Grosso, pela sua Inspetoria foi feita por que verba? O SR. DEPOENTE - A Inspetoria não só comprou esta viatura como também um caminhão, uma camioneta Chevrolet e dois jipes, com a verba de arrendamentos. Com relação a nossa camioneta não recebemos dinheiro. Entregamos bezerros em pagamento. O SR. RELATOR - Todos êsses veículos ficaram servindo em Mato Grosso? O Sr. DEPOENTE - A camioneta F-100 veio servir na Diretoria dos Funcionários da Asa Norte e se encontra aqui em Brasília. O SR. RELATOR - Conhece V. Sa. o Sr. Sílvio Meireles, no SPI? O SR. DEPOENTE - Conheço. O SR. RELATOR - Sabe se pertence ao quadro do SPI? O SR. DEPOENTE - Êste funcionário está fora do Serviço. O SR. RELATOR - Há quanto tempo? O SR. DEPOENTE - Há muitos anos. O SR. RELATOR - O Sr. tem conhecimento se correu alguma lista entre os servidores de apoio à administração do Coronel Macedo Ribeiro Coelho, ùltimamente? O SR. DEPOENTE - Tenho. Aliás, assinei essa lista. O SR. RELATOR - O Deputado Edson Brito declarou que a Inspetoria estava passando os contratos de 3 para 6%. O SR. DEPOENTE - Justamente. Quem propôs êsse aumento fui eu numa reunião efetuada com os pecuaristas da região, e foi feito um acôrdo no sentido de que êles pagariam os 6%. O Sr. RELATOR - Houve êxito, então, nesses entendimentos. O SR. DEPOENTE - Posteriormente, êles pediram que baixasse a percentagem, que depois da minha saída foi para 4,5%. O SR. RELATOR - O Deputado Edson Brito declarou que tôdas aquelas divergências com os índios se referiam a questões entre a reserva e o condomínio da NABILEC, e que para solucionar isso se deveria fazer uma faixa, de maneira pacífica, e que o Inspetor Fernando Cruz, da 5a. Inspetoria, era responsável, o que não acontecia com o Coronel Macedo Ribeiro Coelho. Daí o grande conflito que abalou tôda a região. Realmente houve isso? O SR. DEPOENTE - Absolutamente. Carece de verdade essa afirmação. O Deputado Edson Garcia de Brito defende 80 mil hectares de terras invadidas pelo seu sogro Manoel Orellano da Costa. Êsse o ponto de vista de que parto e a acusação que faço. Inclusive, Sr. Presidente, quero pedir garantias de vi-

da para poder depor e esclarecer exatamente o fato em si. Pediria também garantias quanto à minha situaçao funcional para poder depor exatamente a verdade. Fui procurado pelo Deputado Edson Garcia de Brito na Inspetoria com um mapa do Fomento Argentino, hoje Condomínio Nabilec. Nessa ocasião S. Exa. ainda não estava eleito Deputado Federal. Fazia-me sentir que eu estava errado nos limites da terra e que o Rio Niotaque corria de maneira diferente. No mapa que o Deputado me mostrou, os Morros da Lontra e da Arara figuravam no lado oposto do Rio. À margem esquerda do Rio Niotaque pertence ao Serviço de Proteção aos Índios. Há nesse mapa uma inversão da margem do rio. Êsses morros estão do lado direito do rio. Então não concordei. Discutiu mais de duas horas comigo. Inclusive, ameaçou-me com uma Comissão Parlamentar de Inquérito por estar tentando ocupar uma área que não pertencia ao Serviço de Proteção aos Índios. Apresentei, então, o memorial e os documentos que tinha, provando que a terra nos pertencia. Vem aí essa pendenga, êsse conflito todo com relaçao a essa área de terra. Não reconheço, sob hipótese nenhuma, o Condomínio NABILEC dentro da área pertencente ao Serviço de Proteção aos Índios. Aliás, invoco o testemunho do Deputado Rachid Mamed, que conhece a região e que sabe que o Condomínio NABILEC nada tem a ver com a margem esquerda do Rio Niotaque. O Condomínio do NABILEC fica na margem direita dêsse Rio. Não tem nenhuma penetração. O SR. RACHID MAMED - Não conheço <u>in loco</u>, mas através das plantas do Estado. Mas passou pelas minhas mãos um projeto de lei de desapropriaçao de uma área dessas terras do SPI. O SR. DEPOENTE - Mas é da margem esquerda, nao é, Sr. Deputado? O Sr. RACHID MAMED - Exatamente. Só quero esclarecer que não conheço <u>in loco</u>. O SR. DEPOENTE - O projeto de V. Exa., na época, dava na margem esquerda. O SR. RACHID MAMED - O projeto nao era de minha autoria. O Sr DEPOENTE - Não tenho elementos e cultura para discutir o assunto juridicamente. Mas há um acórdão do Supremo Tribunal Federal, dizendo que a margem esquerda do Rio Niataque pertence ao Serviço de Proteçao aos Índios. Não compete a mim, Chefe de Inspetoria, conceder permissão para que uma pessoa se intitule dono da terra. Posso, quando muito, propor à Diretoria que essa pessoa pague um arrendamento e que fique naquela área. Propus mesmo ao Sr. Manoel Orellano da Costa que entrasse em entendimentos com o Diretor do Serviço e procurasse legalizar aquela área pagando o arrendamento, coisa que êle nao fazia e a arrendava a outros. Êsse fato é público e notório, Sr. Presidente. Estou defendendo o meu Serviço e o direito do índio à terra. Por isso tive que sair de Campo Grande, porque achei vergonhosos os arrendamentos feitos dentro da nossa reserva, pois, se disputamos, se pedimos a ter-

462 463 1141

ra para o índio, nao é para arrendar essa terra, mas para que nós mesmos promovamos a exploraçao agrícola e a pecuária em benefício do índio. Mas já que existe êsse mal, já que existe êsse arrendamento por imposiçao na época de 1959, quando se deu a enchente, quando fomos pressionados e o SPI teve que ceder essa área para os pecuaristas , ainda admito isso como um mal necessário se a renda auferida nesses arrendamentos fôr honestamente aplicada, criteriosamente aplicada. É um benefício aos índios. Estamos atendendo à pecuária do sul de Mato Grosso e dando realmente assistência ao índio. O que nao se pode aceitar é o fazendeiro, por ser um homem poderoso, um homem rico, tratar o índio num regime escravagista, num regime em que nao tem direito sequer às aguadas. Portanto, Sr. Presidente, peço a V. Exa. que quando fôr à reserva dos Calduéus, muito embora esteja desde a minha saída o Deputado Edson Garcia de Brito movimentando tôdas as fôrças da pecuária do sul do Estado de Mato Grosso para comprovar em contrário às minhas afirmaçoes, verifique o que existe. Tôdas as aguadas, inclusive as nossas, estão fechadas pela cêrcas de fazendeiros. Isso nao é possível. O Serviço nao tem a menor fôrça dentro da área. O índio sente-se desprotegido, Sr. Presidente. Depois que cheguei disse aos índios que iria protegê-los e que estaria com êles. Disse inclusive que morreria com êles na defesa dos seus direitos. E isso nao é demagogia , Sr. Presidente, nem fôrça de expressao, porque acho que na posiçao que ocupava tinha duas alternativas: ou me submetia, trazendo vantagem para mim, aos interêsses econômicos, recebendo importâncias que variavam de 5 milhoes de cruzeiros para mais para atender ao subôrno, aceitando aquela condiçao, ou entao me incompatibilizava. Saí de Campo Grande, Sr. Presidente, numa situaçao bastante deprimente para mim. O SR. PRESIDENTE - Houve ofertas? O SR DEPOENTE - Inúmeras ofertas. O SR. PRESIDENTE - Pode V. Sa. precisar alguma delas? Ou o autor de alguma delas? V. Sa. está falando perante uma Comissao Parlamentar de Inquérito e tem que esclarecer todos os pontos duvidosos, porque em relaçao ao depoimento de V. Sa. também em Campo Grande outros irao dizer talvez o contrário de V. Sa. Assim, é necessário que V. Sa. diga o que sabe. Para isso fêz o juramento perante a Comissao. O SR. DEPOENTE - Exa., tenho dito até fatos que me prejudicam. O SR. PRESIDENTE -V. Sa. diz que recebeu inúmeras propostas de subôrno. Dê, pelo menos, uma. Materialize uma delas. O SR. DEPOENTE - O Deputado Edson Garcia de Brito propôs o meu retôrno a Campo Grande, por escrito, num papel da Câmara, que cansei de procurar e não encontrei, primeiro, dando garantias à minha vida... O SR. PRESIDENTE - Até aí nao havia maldade nenhuma. V. Sa., sendo um bom funcionário, êle estava procurando trazê-lo de

volta. O SR. DEPOENTE - Mas acontece que eu saí de lá a pedido dêle. O SR. PRESIDENTE - Naturalmente reconheceu que necessitava do seu retôrno. O SR. DEPOENTE - Propôs o meu retôrno desde que eu recordasse em que a situação das terras invadidas ficasse a critério da Justiça. O SR. PRESIDENTE - Até aí, permita-me, está perfeito, desde que a Justiça é que iria decidir. O SR. DEPOENTE - Mas a Justiça já decidiu , Sr. Presidente. Há um acórdão do Supremo Tribunal. Não posso permitir que se invada a área. O Sr. PRESIDENTE - Até aí não vejo subôrno por parte do Deputado Edson Garcia. Subôrno seria o que V. Exa. disse antes, que houve oferta até de 5 milhões de cruzeiros. Mas de quem? O de quem é que a Comissão precisa saber. O SR DEPOENTE - Sr. Presidente, tive oportunidade de receber dentro da minha Inspetoria inúmeros arrendatários que até diziam que eu era um homem com quem não era possível entrar num acôrdo. Permiti a três fazendeiros da região que localizassem o seu gado num período difícil de sêca, em Campo Grande , naquela área do pantanal, e êles se propuseram a cumprir tôdas as formalidades exigidas pela direção do Serviço, inclusive propondo-se a pagar o arrendamento desde 1959. Estou procurando fixar-me na identidade das pessoas, para que possa caracterizar bem o fato. Recebemos propostas por intermédio de fazendeiros, de arrendatários de que, se concordássemos em não mandar medir os arrendamentos - o maior conflito originou-se justamente da medição dos arrendamentos - a Inspetoria não teria problema nenhum. Inclusive tôdas as vêzes que precisávamos de qualquer importância para efetuar um pagamento-para que V. Exa. veja que procurávamos acertar - os próprios arrendatários se propunham fazer pagamento dos arrendamentos por adiantamento. Na minha gestão devo ter recebido dois pagamentos. Estou procurando lembrar-me da pessoa. O SR. PRESIDENTE - V. Sa. ainda não respondeu à minha pergunta . Queria saber um caso positivo de subôrno. Qual a pessoa que ofertou a V. Sa. quantia aproximadamente de 5 milhões de cruzeiros, como disse V. Sa. O SR. DEPOENTE - Recebi ofertas do Sr. Ivo Mota e de um outro, parece-me que o Sr. Baldomero. Disse a êles que de maneira nenhuma aceitaria; que se o problema dêles era êsse, cederia o local para colocarem o gado, porém sem nenhuma vantagem econômica. O SR. PRESIDENTE - Acha V. Sa. que os seus antecessôres tinham incorrido nessa irregularidade, nesse grave crime? O SR. DEPOENTE - Não tenho provas, Sr. Presidente. O SR. PRESIDENTE - Mas êles viviam bem e em paz com êsses arrendatários? O SR. DEPOENTE - Acredito que o único que se deu mal com êles fui eu. O SR. PRESIDENTE - Foi encontrada escrituração dessas quantias? O SR. DEPOENTE - Não encontrei. Não havia contabilidade organizada. Quero dizer ainda a V. Exa. que naquela região os campos sê-

sòmente se igualam aos da Ucrânia, tal o seu valor em pastagem. V.Exa. há de convir que uma coisa é receber propostas e outra, receber. E recebi muitas, Sr. Presidente. Mas temia e temo sempre a intenção das pessoas. Acredito que fui muito experimentado lá dentro da minha Inspetoria, e testado várias vêzes. Para um funcionário que ganha Cr$... 26.600,00 receber 5 milhões e poder comprar um apartamento é a solução de um grande problema. E V. Exa. pode mandar fazer uma devassa para ver qual a propriedade que tenho, ou qual o bem que possuo. O Sr. PRESIDENTE - O nobre Relator pode prosseguir. O SR. RELATOR - V. Sa. declarou que houve proposta do Sr. Ivo Mota. É êsse o nome ou é Alfredo Mota? O SR. DEPOENTE - Ivo Mota. A situação dêle era tão angustiante que êle se propôs a pagar ao Serviço qualquer importância que fôsse, contanto que pudesse colocar o gado dentro da reserva; tanto êle como inúmeros outros. Acho, Sr. Deputado, que o desespêro do fazendeiro, do pecuarista no sul do Estado de Mato Grosso é tão grande que êles não medem sacrifícios em dar 10 milhões para poderem colocar o gado. Quando chega o período da sêca, o quadro é simplesmente trágico. O SR. RELATOR - V. Sa. tocou o nome do Sr. Baldomero, não foi? O SR. DEPOENTE - Sim, Sr. Deputado. O SR. RELATOR - Aqui diz à página 6: "Ainda ontem V. Sa. declarou, dirigindo-se ao Coronel" - Diretor do Serviço de Proteção aos Índios - que durante a sua gestão nenhum contrato havia sido realizado. O SR. DEPOENTE - Não foi feito nenhum contrato. O SR. RELATOR - "Lembrei que os Srs. Alceu..." - não sabe o sobrenome - ..."Alfredo Mota... O SR. DEPOENTE - Ivo Mota. O SR. RELATOR - Então houve engano. "... Baldomero Pena Ferraz entregara ao Sr. Fernando Cruz 1 milhão... a título de arrendamento." Quer dizer que êsse Sr. Baldomero ofereceu 5 milhões e foi feito o arrendamento. O SR. DEPOENTE - Êsses três fazendeiros propuseram-se a pagar ao Serviço o que fôsse necessário, até mais de 5 milhões de cruzeiros, para que pudessem colocar o gado dentro da reserva. A Inspetoria acedeu à solicitação, atendendo à necessidade urgente dêles, sem receber um centavo a mais, a não ser o que estritamente prescreviam os antigos arrendamentos. Estou explicando a V. Exa. que atendemos ao problema sem nenhuma vantagem e sem nenhum benefício. O SR. RELATOR - Conhece V. Sa. alguma irregularidade mais na 1a. Inspetoria do Amazonas, fora essa que o Sr. declarou agora a pedido do Deputado Rachid Mamed? O Sr. DEPOENTE - Conheço essa invasões nos pastos, nas minas, essa exploração do caucho, da extração da essência do pau rosa, e o índio vivendo num regime escravagista. O SR. RELATOR - Declarou o Deputado Edson Garcia, novamente falando sôbre a questão dos arrendamentos em Campo Grande, na 5a. Inspetoria: "Acredito, Sr. Presidente, que êles este -

jam cobrando àqueles que têm contrato ainda nao vencidos 3%, passando a exigir 6% por contrato vigente. Poderei citar, entre os que sei de memória, Ivo Mota, Baldomero..." Volta novamente o Sr. Baldomero. O SR. DEPOENTE - Sr. Deputado, na Inspetoria existe uma contabilidade organizada. Existem os recibos dessas importâncias, o número do cheque, a quem foi pago, onde foi gasto êste cheque. E segundo estou informado a 9a. Regiao Militar também tem tôdas as informaçoes referentes à minha gestao. O SR. RELATOR - Com relaçao a essa jóia de 500 mil cruzeiros para terem direito a arrendamento, realmente havia isso? O SR. DEPOENTE - Nao houve essa jóia. É computado, a fim de que possa ser feita a cessão da terra, o arrendamento desde 1959, data da enchente. Então êles se propuseram, para que cedêssemos a área, a efetuar o pagamento ao Serviço, desde 1959. Na cópia dos recibos, assinados por mim, deve haver a parte dêsses senhores. Pelo texto, V. Exa. terá a oportunidade de ver a maneira como foi cobrada essa importância. O SR. RELATOR - Quer dizer que, na sua gestao, nao foi feito nenhum contrato nôvo? O SR. JOSÉ FERNANDES CRUZ - Absolutamente. Foram feitas três cessoes para que o diretor julgasse da conveniência ou nao, desde que havia êsse problema, mais de pastagem, de localização do gado. O SR. RELATOR - Êsse advogado que foi para a Inspetoria, Dr. Salvador, cujo nome está declarado aqui... Declara o Deputado Edson Brito que conhece a assinatura dêsse contrato. Êle próprio redigiu o contrato e o nôvo Inspetor Fernandes Cruz teve oportunidade de celebrar outros. Essas três pessoas, Ivo Mota, Baldomero Flôres e Alceu Queirós, êsses três deveriam fazer contratos e fizeram. O SR. JOSÉ FERNANDES CRUZ - Não houve contrato. Êles têm em sua posse o documento relativo ao pagamento, que receberam a título precário. O SR. RELATOR - Então, não houve novos contratos na sua gestão? O Sr. JOSÉ FERNANDES CRUZ - Houve essas três cessões, que foram devidamente escrituradas e contabilizadas. O SR. DEPUTADO EDSON GARCIA BRITO - O senhor disse que não houve contratos. Êles pagaram Cr$500.000,00 para usar determinada área por determinado tempo, pagando arrendamento pelo tempo em que a usaram. A isso V. Sa. chama de permissão? O SR. JOSÉ FERNANDES CRUZ - Não celebramos nenhum contrato, porque não temos delegação de competência para isso. Atendemos a uma necessidade premente dêsses três Fazendeiros que não tinham onde colocar o gado. E nem colocaram o gado na reserva, dados os conflitos que se originaram naquela região. O SR DEPUTADO EDSON GARCIA BRITO - Pergunto se essa importância foi recebida pelo SPI, de Cr$500.000,00, para atender a isso. Por êsse pagamento, êsses cidadaos adquiriram o direito de usar determinada área ,

por determinado tempo, pagando determinada renda. O SR. JOSÉ FERNANDES CRUZ - Êles se propuseram a pagar desde 1959, para se candidatar, para, vamos dizer, pedir, para demonstrar o interêsse em colocar o gado. Não abrimos precedente nenhum. Se houvesse um precedente que fôsse beneficiar A, B ou C, teríamos recebido arrendamento desde 1959, porque êles se propuseram inclusive a pagar 5 ou 10 milhões, se fôsse possível, para o contrato. A necessidade dêles era tal, que não mediriam esforços para pagar, e permitimos, pagando êles tão sòmente a importância que consta do recibo, que está devidamente escriturado. O SR. DEPUTADO EDSON GARCIA BRITO - Insisto na pergunta. A informação que tenho é de que o SPI recebeu Cr$500.000,00 de cada um dêles. O SR JOSÉ FERNANDES CRUZ - Não chegou a receber de todos. Foi 1 milhão e 400, se não me engano. Não chegou a Cr$500.000,00 cada um. O SR DEPUTADO EDSON GARCIA BRITO - Mas recebeu essa importância, para permitir o quê? O SR JOSÉ FERNANDES CRUZ - Que êles localizassem 1.200 cabeças de gado, cada um, na região. Êles pagaram pela pastagem do gado. O SR DEPUTADO EDSON GARCIA BRITO - Quando houve o incidente, êles se encontravam na região? O SR. JOSÉ FERNANDES CRUZ - Sim, e não colocaram o gado. O SR DEPUTADO EDSON GARCIA BRITO - Encontravam-se na região. Suas armas foram apreendidas pelos índios, suas ferramentas, cavalos e outras coisas, porque êles estavam procurando o lugar para fazer posse, nessa época. Sr. Presidente, nao entendo essa situação. Cidadãos pagaram Cr$500.000,00 para localizar 1 200 cabeças de gado e estavam no local. Se isso não é contrato de arrendamento, não entendo o que seria contrato de arrendamento. O SR JOSÉ FERNANDES CRUZ - O contrato, V. Exa me permite, é celebrado de forma legal. Nao houve contratos. V. Exa. deve ter a cópia do recibo assinado pelo Chefe da Inspetoria. O SR DEPUTADO EDSON GARCIA BRITO - Houve permissão de ocupação. O SR. DEPUTADO VALÉRIO MAGALHÃES, Presidente - Queria lembrar ao depoente que o contrato de arrendamento se faz de duas maneiras: verbal ou por escrito. Os contratos que o SPI teria feito antes da sua investidura no cargo foram por escrito. Mas êsses a que se refere agora não deixaram também de ter a condiçao de contrato, embora apenas verbal. O SR. JOSÉ FERNANDES CRUZ - Nao; foram por escrito. Quitei que a importância que recebi. Não houve contrato porque não houve assinatura nem as características de avalista etc. O SR DEPUTADO VALÉRIO MAGALHAES, Presidente- Eu queria manifestar que o contrato de arrendamento se celebra verbalmente ou por escrito. De maneira que os contratos a que se refere o Deputado Edson Garcia são de fato contratos, embora celebrados em condições diversas das anteriores. O SR JOSÉ FERNANDES CRUZ - Inclusive aguardamos o julgamento da Diretoria, de momento que não se localizaram

O Sr. EDOSON, digo, EDSON GARCIA BRITO - Basta fazer a devolução da importância. O SR. DEPUTADO VALÉRIO MAGALHAES, Presidente - Acredito que o SPI sob sua gestão, embora nao quisesse prosseguir na orientação anterior de executar contratos celebra-os para atender às circunstâncias especiais conforme a referência que V. Sa. fêz. O SR. JOSÉ FERNANDES CRUZ - V. Exa. sabe, Deputado Edson Garcia, que quando da sêca na região, o gado nem sequer pode locomover-se no pantanal. O único local que êles solicitavam era o suficiente para colocar o gado. Não seria eu que iria dar prejuízo à pecuária do sul de Mato Grosso em mais de 3.000 cabeças de gado. O SR; EDSON GARCIA BRITO - Não divirjo daqueles que em boa hora, tendo campo para oferecer, o puseram à disposição daqueles que no pantanal do Nabilec estavam carentes. O SR. JOSÉ FERNANDES CRUZ - Se mais tivesse, mais teria cedido. O SR. EDSON GARCIA BRITO - Quero que fique esclarecido que o SPI, não só anteriormente à administraçao atual, como na atual, continua celebrando contratos. Portanto nao pode lançar-se contra os arrendatários de modo geral. Contrato se não me falha a memória é altamente favorável ao SPI, pois tôdas as benfeitorias realizadas na área ao fim do contrato ficam com o SPI sem nenhuma indenização. Por isso estranho essa campanha que o SPI faz contra os arrendatários. O SR. JOSÉ FERNANDES CRUZ - Não é contra os arrendatários. O SR. EDSON GARCIA BRITO - Porque nao só êle os venha corretando, fazendo novos contratos ou recebendo renda dos já existentes, como se dispõe os arrendatários a pagar, como disse o depoente nao só Cr$500.000,00 mas até Cr$10.000.000,00, desde que o SPI dê a terra. Não vejo por que o SPI se deveria negar a atender a essa situação, quando o próprio depoente reconhece que nao seria êle capaz de dar êsse prejuízo à pecuária. O SR. JOSÉ FERNANDES CRUZ - O SPI se nega a celebrar contratos com maus elementos e admiti-los na reserva. A prova é que êsses 3 senhores a quem deu consentimento para colocar o gado na reserva sao reconhecidamente homens de bem. O SR. RELATOR - O Sr. declarou, a uma das indagações do Sr. Presidente os nomes das pessoas que tinham oferecido ao Serviço a quantia. O SR. JOSÉ FERNANDES CRUZ - Tôdas elas. O SR. RELATOR - V. Exa. citou um Ivo Mota. O SR. JOSÉ FERNANDES CRUZ - Inúmeras outras, tôdas as que precisam da terra. O SR. RELATOR - V. Sa. disse que tentaram comprar. Agora diz que sao homens de bem. O SR. JOSÉ FERNANDES CRUZ - Porque êles precisam, Sr. Presidente, pagam até Cr$.... Cr$10.000.000,00, se puderem, para colocar o gado na Reserva. Se recebêssemos de uma pessoa necessitada 10 milhões para permitir a colocaçao do gado, haveria de nossa parte má fé no recebimento dessa importância. Recebemos ùnica e exclusivamente dentro das bases do con -

contrato, isto é, o que é previsto e nem um centavo a mais do que as 12 rêses anuais. E computamos o valor do gado. O SR. EDSON GARCIA - V. Exa. acabou de dizer: recebemos ùnicamente aquilo que está dentro das bases do contrato... O SR. DEPUTADO VALÉRIO MAGALHAES, Presidente - Êle queria se referir à base dos contratos anteriores, talvez das bases fixadas pelo Serviço. O SR. JOSÉ FERNANDES CRUZ - Nao foi cobrado excedente nenhum. Nao aceitamos nenhuma gratificaçao, nenhuma importância a mais do que aquilo que pela lógica eu julgava que deveria ser pago. O SR. DEPUTADO EDSON GARCIA - É justamente isso: essa importância fixada e foi tendo em vista os contratos anteriores? O SR. JOSÉ FERNANDES CRUZ - Justamente. O SR. DEPUTADO EDSON GARCIA - Aplicou-se a norma dos contratos anteriores a êsses três casos? O SR. JOSÉ FERNANDES CRUZ - Eu nao poderia aumentar nem receber importância a mais, porque estaria completamente fora daquilo que já havia. Havia uma rotina. Entao, atendi aos casos estritamente dentro daquilo que já era previsto. O SR. DEPUTADO EDSON GARCIA - Outra coisa: êsses três cidadaos estavam, como se disse, no local onde se deu a chacina ou o assalto ou a queimada das casas, já referida aqui anteriormente. Era justamente aquêle o local onde se encontravam, tanto que foram apanhados pelos índios; e ali estavam fixando posse. V. Sa. confirma isso? O SR. JOSÉ FERNANDES CRUZ - A prova de que eu ignorava essa atitude dos índios é, inclusive, a de que êles estavam legalizados. Quanto ao que ocorreu com êles, se eu tivesse qualquer pressentimento de que pudesse haver, teria oferecido garantias a êles, que estavam no local. Houve uma coisa imprevista nesse ataque dos índios. O SR. DEPUTADO EDSON GARCIA - Pergunto se realmente êles se encontravam nessa área onde se deu o choque e de que resultou a morte do Sr. Primitivo do Couto. O SR. JOSÉ FERNANDES CRUZ - Êles declaram que se encontravam. Eu nao estava presente. O SR. DEPUTADO EDSON GARCIA - Mas declararam ao senhor? O SR. JOSÉ FERNANDES CRUZ - Declararam a mim. O SR. DEPUTADO EDSON GARCIA - Ali é que êles tencionavam formar... O SR. JOSÉ FERNANDES CRUZ - Não sei, porque não conheço a região. V. Exa. há de convir em que, para conhecer a Reserva dos Índios Caruéus, é meio difícil. Conheço o perímetro. O SR. DEPUTADO EDSON GARCIA - Quando V. Sa. autorizou a formaçao de posse, V. Sa. nao designou local? O SR. JOSÉ FERNANDES CRUZ - Sim. O SR. DEPUTADO EDSON GARCIA - Não seria êsse o local ? O SR. DEPUTADO EDSON GARCIA - Não posso precisar a V. Exa Eu apenas me informei de que o local estava vago e que poderia ser colocado o gado. Nao oferecia nenhum prejuízo. Louvei-me nas informaçoes do Sr. Leôncio de Souza, que reputo de idoneidade moral. O SR. DEPUTADO EDSON GARCIA - Os locais estavam vagos? O SR. JOSÉ FERNANDES CRUZ -

Não; porque era área ocupada pelo Sr. Primitivo do Couto. Depois é que vim a saber que área que êles pediram era justamente essa área. O SR. DEPUTADO EDSON GARCIA - Qual a área que cada um dos três podia ocupar pelo contrato de arrendamento, de permissão? O SR. JOSÉ FERNANDES CRUZ - De 3 mil hectares, cada um. O SR. DEPUTADO EDSON GARCIA - Era 9 mil hectares? O SR. JOSÉ FERNANDES CRUZ - Aproximadamente. O SR DEPUTADO EDSON GARCIA - Essa área, como V. Sa. diz, estava ocupada pelo Sr. Primitivo do Couto e por Walter dos Santos? Ou só por Primitivo do Couto? O SR. JOSÉ FERNANDES CRUZ - Acredito que pelos dois. Não conheço bem a região. O SR. DEPUTADO EDSON GARCIA - O senhor Manoel Aureliano da Costa, no caso apontado como patrao dêsses dois, ocupa só 80 mil hectares de terra? O SR. JOSÉ FERNANDES CRUZ - Aproximadamente é essa a base. O SR. RELATOR - Então, o Sr. Manoel Aureliano da Costa tem a posse da área? O SR. JOSÉ FERNANDES CRUZ - Êle a ocupa, sem contrato; nao paga arrendamento. Êle alega que é propriedade dêle. O SR. DEPUTADO EDSON GARCIA - O senhor afirma que ocupa, baseado em que? O SR JOSÉ FERNANDES CRUZ - Baseado em que êle me disse que a terra é dêle. V. Exa. mesmo disse... O SR DEPUTADO EDSON GARCIA - Eu nao disse isso. A gente, quando afirma... O SR JOSÉ FERNANDES CRUZ - V. Exa. levou inclusive o mapa do Condomínio do Nabileque. O SR. DEPUTADO EDSON GARCIA -... tem de fornecer os elementos. Quando V. Sa. diz que um cidadao ocupa determinada área, V. Sa. deve falar, primeiro, que êle tem essa área fechada, que tem benfeitorias na área e que exerce realmente... O SR. JOSÉ FERNANDES CRUZ - Domínio. O SR DEPUTADO EDSON GARCIA - ... domínio. Quais os elementos que V. Sa. tem para fazer essa afirmação: de que há um cidadão ocupando determinada área? O SR. JOSÉ FERNANDES CRUZ - Porque êle cedeu essa área com arrendamento pelo prazo de seis anos, ficando em benefício dêle as benfeitorias, após êsse prazo. O SR DEPUTADO EDSON GARCIA - Cedeu a quem? O SR. JOSÉ FERNANDES CRUZ - A essas pessoas que lá estavam. O SR DEPUTADO EDSON GARCIA - V. Sa. entao afirma que essas duas pessoas, Primitivo do Couto e Manoel Aureliano da Costa, ocuparam 80 mil hectares? O SR. JOSÉ FeRNANDES CRUZ - A área disputada é de 80 mil hectares. O SR DEPUTADO EDSON GARCIA - Eu nao disse disputa; falei em posse daqueles 80 mil hectares. O SR JOSÉ FERNANDES CRUZ - Para V. Exa. dizer que ocupam, terá de fechar 80 mil hectares. V. Exa. disse que a propriedade se resume no fechamento e na posse. O SR DEPUTADO EDSON GARCIA - Nao sofisme. V. Sa. afirmou aqui que arrendou, permitiu que ocupassem, três cidadaos, 3 mil hectares cada um; que êsses três cidadaos nao puderam efetivar sua posse, porque essa área estava ocupada por Primiti-

vo do Couto e Waldo do Couto. O que sei é que êsses dois cidadãos tinham nessa área um rancho, um curral feito de madeira branca, um fecho de 1 hectare em tôrno da casa e cêrca de cento e poucas cabeças de gado, cada um dêles. O SR JOSÉ FERNANDES CRUZ - V. Exa. vai me perdoar. Quero consignar em meu depoimento que a família do Sr. Primitivo do Couto e do Sr. Walter reivindica 400 cabeças de gado extraviados do Serviço. V. Exa. disse cento e poucas. Quero consignar que a responsabilidade do Serviço é de cento e poucas. O SR. DEPUTADO EDSON GARCIA - Que sejam 200 cabeças. O SR JOSÉ FERNANDES CRUZ - V. Exa. disse cento e poucas. O SR DEPUTADO EDSON GARCIA - Que sejam , digo, Nao estou falando em nome da família do Sr. Primitivo do Couto, mas em nome próprio e tentando esclarecer os demais membros da Comissao sôbre o fato. Como V. Sa. observou, a família reivindica 400 cabeças de gado. Pois bem, êsses dois moços de vinte e poucos anos cada um possuiam duas benfeitorias e 200 cabeças de gado cada um. O SR JOSÉ FERNANDES CRUZ - Entao, já atingiu 400. Eram cento e poucas. O SR DEPUTADO EDSON GARCIA - Sôbre essa área, quase tôda ela mata... O SR JOSÉ FERNANDES CRUZ - A melhor área que existe. O SR DEPUTADO EDSON GARCIA - Eu a sobrevoei inclusive. Êsses dois rapazes criaram essas cabeças de gado. Nao é crível que alguém possa afirmar, alguém com responsabilidade da direçao de um Serviço, como êsse, que essas duas pessoas, possuindo apenas isso, exerçam posse sôbre aquêles 80 mil hectares. O SR JOSÉ FERNANDES CRUZ - V. Exa. me permite? O SR DEPUTADO EDSON GARCIA - E que, dentro dêsses 80 mil hectares, três pessoas nao possam tirar, com a permissao do SPI, três áreas de 3 mil hectares cada um. Tenho impressão de que nao havia necessidade. Mas, se a Comissao fôr à regiao e sobrevoá-la, vai custar a localizar êsses dois ranchos que foram queimados, vai custar a descobrir, dentro dessa área tôda, onde estao realmente essas duas posses. O que o Sr. Fernandes Cruz nao explicou ainda à Comissao é que ela terá oportunidade de verificar que há muitos anos há uma luta, naquela regiao, para que se legalize a situaçao de mil e tantos posseiros. Nao sao 139, mas mil e tantos. O SR JOSÉ FERNANDES CRUZ - Dos quais V. Exa. é advogado, no Condominio Nabileque. O SR DEPUTADO EDSON GARCIA - Mil e tantos posseiros do Condominio Nabileque. O Condomínio Nabileque é uma antiga propriedade de uma companhia argentina com sede em Buenos Aires. Essa Companhia nao realizou uma só benfeitoria, permitindo que posseiros se apoderassem de tôda a área. São mil e tantos, com áreas desde 2 mil a 8 mil hectares, o máximo permitido pelo Govêrno do Estado. O Govêrno do Estado conseguiu apoderar-se de 454 mil hectares e, depois ,

de mais 239 mil hectares dessa companhia. Através de lei votada pela Assembléia, o Governador Ponce de Arruda, seu ilustre correligionário, distribuiu a todos os posseiros a área, legalizando portanto sua posse. São mil e tantos cidadãos que tiveram como patrono o hoje Senador Vicente Bezerra Neto e seu colega, na defesa de seus interêsses. Acredito que eu tenha sido levado a isso, porque meu sogro era um dos posseiros e através dêle tomei conhecimento do problema. O SR JOSÉ FERNANDES CRUZ - Quer dizer que V. Exa. reconhece que o sogro de V. Exa. está dentro dessa área? O SR DEPUTADO EDSON GARCIA - Do Condomínio Nabileque? Como não? O SR JOSÉ FERNANDES CRUZ - Da margem direita do Miutaca? O SR DEPUTADO EDSON GARCIA - Não sei qual é a área. Estou falando de 1 milhão de hectares. V. Sa. está falando de 80 mil hectares. O SR JOSÉ FERNANDES CRUZ - Pergunto se é à margem direita ou esquerda. O SR DEPUTADO EDSON GARCIA - Às duas margens. O SR JOSÉ FERNANDES CRUZ - Não é possível. O SR DEPUTADO EDSON GARCIA - Mas, Sr. Presidente, como eu estava dizendo, é êste o fato. Êle, o meu sogro, se tornou, podemos dizer assim, o líder de tôda essa classe de posseiros, defendendo interêsses, inclusive mobilizando a opinião pública para forçar o Govêrno a resolver a situação dêles. O SR JOSÉ FERNANDES CRUZ - E forçaram a minha saída de Campo Grande. O SR DEPUTADO EDSON GARCIA - Pra conseguir a legalização dessa situação. Hoje, êle está sendo acusado de grileiro de terras, quando o que possui é apenas um título que lhe foi cedido pelo Govêrno do Estado, de 8 mil hectares de terra. O SR PRESIDENTE - Pediria nos cingíssemos tanto quanto possível à finalidade da comissão. O SR JOSÉ FERNANDES CRUZ = Está sendo desviada. Das irregularidades do SPI estamos indo para caso de terras, e não conheço esta parte. O SR DEPUTADO VALÉRIO MAGALHÃES, Presidente-O Relator, que tem a responsabilidade final de apresentar o relatório com as conclusões desta Comissão, tem de prosseguir em sua inquirição. O SR. DEPUTADO EDSON GARCIA - Perfeitamente, Sr. Presidente. O SR PRESIDENTE - Naturalmente trazem luz as indagações que estamos fazendo, mas solicitaria aos nobre colegas que tanto quanto possível fôssem concisos. O SR DEPUTADO EDSON GARCIA - Vou terminar, Sr. Presidente. O SR. PRESIDENTE - E o depoente já alegou que não poderia demorar mais em Brasília. Já está à nossa disposição há dois dias. O SR. DEPUTADO EDSON GARÇIA - Apenas eu trouxe êsse fato, que, afinal, está sendo resolvido na Justiça. Mas não podemos permitir, Sr. Presidente, que a direção do SPI, no intuito de aumentar sua área, para facilitar novos arrendamentos a novos arrendatários, venha criar conflitos em seus limites, procurando desalojar posseiros que negam ao SPI o direito de cobrar-lhes arrendamento para nesse lugar colocar arrendatários que es -

tejam dispostos a êsse pagamento.É para isso que estou chamando a a-tenção da Comissão. V. Exa. está vendo que, justamente nos lugares onde se fizeram os assaltos pelos índios, posseiros que estavam com contrato já feito com o SPI estavam procurando localizar-se. Então, o SPI estava no dilema: conceder a área a essa gente que não tem nem ga do para colocar... O SR JOSÉ FERNANDES CRUZ - Êles não tinham gado pa ra colocar na reserva. Ficam consignadas as palavras de V. Exa. O SR DEPUTADO EDSON GARCIA - O SPI procurava lançar os índios contra seus vizinhos, para que êstes, se retirando da área, proporcionassem ao SPI mais área para novos arrendamentos. Para êste pormenor é que chamo a atençao da Comissao, porque isso explica todos os assaltos a pro priedades ali feitos pelos índios, que são comandados pelo próprio SPI. Foi o Serviço que foi levar aos índios a palavra de que tais á-reas lhes haviam sido destinadas pelo Supremo Tribunal Federal e que cabia a êles defender sua propriedade. Depois, o próprio SPI, uma vez feito isso, ia arrendar a outros. O SR JOSÉ FERNANDES CRUZ - V. Exa. me permite? O SR PRESIDENTE - O nobre Relator está com a palavra, para a inquiriçao. V. Sa responderá às perguntas de S. Exa., para darmos norma a nossos trabalhos. O SR RELATOR - V. Sa poderia informar qual o período em que esteve como chefe na 5a. Inspetoria? O SR JOSÉ FERNANDES CRUZ - De julho a novembro. O SR RELATOR - Durante o período das últimas eleiçoes de outubro, V. Sa estava como chefe lá? O SR JOSÉ FERNANDES CRUZ - Exatamente. O SR RELATOR - Poderia informar o que houve com venda de votos e compra de votos dos índios? O SR JOSÉ FERNANDES CRUZ - Devo explicar a V. Exa que eu ia tocar nesse assunto agora. Em Aquidauana, uma das mais prósperas cidades do sul do Estado de Mato Grosso, que o ilustre Deputado Edson Garcia representa no Congresso, decide-se a eleiçao por cinquenta votos, entre o PSD e a UDN. Eu era o chefe da Inspetoria e os índios, na regiao, que atingiram o nível intelectual, onde existem professôres - devo esclarecer a V. Exa que há professôres que tornam os índios artífices, relojoeiros, alfaiatas - êsses índios tiveram o assédio dos políticos. Na regiao, havia dois candidatos fortes: um da UDN, Dr.Fernando Alves Ribeiro, ex-Deputado, de quem tenho a honra de dizer que sou grande admirador, e do PSD o Dr. Elói, cujo sobrenome nao me recordo. Às vésperas das eleiçoes, os índios tiveram promessas de tratores, promessa de construçao de escolas, para que votassem nos candidatos. Então, a UDN, por intermédio de seu candidato a prefeito, oferecia um trator aos índios, conforme o documento que apresentarei a esta Casa, para que votassem na UDN. O PSD, por intermédio do seu chefe político na regiao ofereceu

dois tratores. Começou, nessa altura, no dizer no Deputado Edson Garcia, um verdadeiro leilao. O Sr. EDSON GARCIA - Presidido por V. Sa. O SR JOSÉ FERNANDES CRUZ - Com muita honra. Fui chamado e fui participar dêsse leilao, de fato. A UDN oferecia um trator, e o PSD dois tratores aos índios. Minha atitude era um tanto difícil. Eu disse aos índios: Vocês votem em quem bem entenderem. Nao exerço a menor influência. Invoco mesmo o testemunho de várias pessoas da regiao. Entao, o PSD, o Sr. Adelino Costa encheu o cheque de 3 milhoes e 600 mil cruzeiros e entregou ao índio Joao Evangelista; êste me entregou o cheque. O SR RELATOR - Êsse cheque foi dado antes da eleiçao? O SR JOSÉ FERNANDES CRUZ - Sim. O SR RELATOR - Com data posterior? O SR JOSÉ FERNANDES DA CRUZ, digo, O SR JOSÉ FERNANDES CRUZ - Com data do dia em que foi emitido. Apanhei o cheque e depois, falando aos índios, disse-lhes o seguinte: que achava que êles deveriam votar no candidato que mais benefícios trouxessem na criaçao de escolas. O Deputado Fernando Alves Ribeiro nos ajudou na construçao de dois campos de pouso, em Toné, e nos prometeu auxiliar na perfuraçao de poços para água destinada aos índios. Devo dizer mesmo a V. Exa.: a figura do Deputado Fernando Alves Ribeiro é bastante simpática aos índios. Acontece que peguei o cheque e fui a S. Exa. o Senador Filinto Muller entregar o cheque, antes das eleiçoes, para que S. Exa. inutilizasse o cheque. Invoco o testemunho de S. Exa. que recebeu e inutilizou o cheque. Êsse cheque era ao portador e fiz a entrega dêle. Com êsse ato meu, fui imediatamente explorado. Aconteceu que o PSD perdeu as eleiçoes, porque eu devolvi o cheque. Ganhou a UDN. Se houve algum êrro de minha parte, foi ter devolvido o cheque antes das eleiçoes, para que êles , tomando conhecimento, votassem na UDN. Acho que o Deputado deve estar satisfeito, porque teve vitória o seu partido, nesse caso. O SR EDSON GARCIA - V. Sa. permite um esclarecimento? Êsse leilao a que V. Sa. se referiu foi realizado dois dias antes. O SR JOSÉ FERNANDES CRUZ - Êsse leilao vinha de muitos dias. O SR EDSON GARCIA - Foi formalizado dois dias antes das eleições, em praça pública, na aldeia, presentes as autoridades, os índios. O SR. JOSÉ FERNANDES CRUZ - As autoridades civis. O SR EDSON GARCIA - Obedeceu a um ritual, com a presença de V. Sa. A cena, Sr. Presidente, chegou a ser cômica, porque um dizia: Eu dou tanto; o outro dizia: Rebato para tanto. E os índios a tudo assistindo. O SR PRESIDENTE - Isso vem provar que o SPI, longe de evitar os males que a civilização leva aos índios, nesse particular estava agindo diretamente para que êsses males fôssem incutidos nêles. O SR JOSÉ FERNANDES CRUZ - Proibimos a entrada de políticos na região. O SR PRE-

474 ~~475~~ 1153

SIDENTE - O índio naturalmente, embora eleitor, vendo que, com a presença de um Inspetor, havia solicitação de votos, achava que isso era legítimo. E em praça pública, com a presença de V. Sa., que era chefe dêles. O SR JOSÉ FERNANDES CRUZ - Devo dizer a V. Exa. que proibimos comícios dentro da nossa Reserva, proibimos a penetração de políticos. O SR PRESIDENTE - Mas recebeu êsse cheque na frente dos índios? O SR JOSÉ FERNANDES CRUZ - Recebi; entregue por um índio. O SR DEPUTADO EDSON GARCIA - Na hora da oferta da importância, o ofertante não tinha seu talão de cheques. Para que a oferta se concretizasse, um dos presentes ofereceu seu talão de cheques. - "É para valer? Então toma o talão de cheques." E isso na frente dos índios: arrancou o cheque e êle subscreveu no talão alheio. Pediria ao Sr. Fernandes Cruz que confirmasse: se êles fôssem vitoriosos, a Prefeitura, até abril, poderia à, digo, poria à disposição do SPI um trator para ser usado nas terras dos índios, trator êsse que seria entregue ao SPI, para fazer o trabalho dentro da Reserva. O SR JOSÉ FERNANDES CRUZ - Devo dizer a V. Exa que meu interêsse era incluir na gestão do atual Prefeito de Aquidauana, Dr. Fernando Alves Ribeiro, alguns benefícios aos índios daquela região. Entao, êle se prontificou a nos dar assistência. Quanto à parte dêsse leilão, eu me encontrava no pôsto no dia em que houve êsse entendimento entre os políticos. V. Exa. sabe que, apesar de ser o Deputado Fernando Alves Ribeiro candidato a prefeito, tinha imunidades parlamentares e podia entrar em qualquer repartição pública, em qualquer local. Eu não poderia de maneira alguma proibir o acesso dêle às aldeias indígenas, coisa que fiz com relação a outros elementos. Cheguei a proibir a distribuição de bebidas alcoólicas. Dias antes, houve um conflito num comício, se não me engano do PSD, ou da UDN, nao me recordo o partido, onde deram até facada em índio, uma confusão tremenda que o Deputado esqueceu de mencionar. Minha situação era por demais difícil ante aquilo que ocorria. Eu não poderia de maneira alguma evitar que se processasse aquêle comício a que um deputado federal estava presente. Tenho certeza de que, se V. Exa. ouvir a palavra do Deputado Fernando Alves Ribeiro, êle irá defender-me, irá dizer a verdade. Minha situação era bastante difícil. A prova é que não foi beneficiado em nada o Serviço, porque fiz a devolução do cheque. Acredito que a política do Senador Filinto Muller, no Estado de Mato Grosso, é bastante conhecida e êle é um homem que jamais permitiria processar-se um escândalo dessa natureza. Levei o cheque a S. Exa., que ficou bastante contrariado, bastante chocado com o fato. Sou um tanto suspeito para falar, porque pertenço ao PSD

e me vejo numa situaçao bastante difícil. O SR. EDSON GARCIA - Não acredito que o depoente tivesse tentado trair aquêles que haviam conseguido, diante dos índios, votos mediante a emissao daquele documento. Mas estou seguramente informado de que realmente o cheque foi entregue ao Senador Filinto Muller, depois de verificado que não tinha a devida cobertura. O SR. JOSÉ FERNANDES CRUZ - Protesto, Sr. Presidente. Se me permite, não houve nem sequer apresentação dêsse cheque. Protesto, porque o Senador Filinto Muller nao cogitou sequer de saber se tinha fundo, e inutilizou o cheque. O SR. EDSON GARCIA - Sr. Presidente, preocupa essa situação na colônia dos postos indígenas de Toné e Ipeque, porque essa reserva que, parece-me, tem 3.600 hectares, é lindeira a um distrito judicial, que é o de Toné, já quase uma cidade e, inclusive, deverá ser município. Essas duas povoações indígenas distam cêrca de 2 ou 3 quilômetros no máximo da sede do Distrito e êsses índios sao a grande populaçao do Distrito e nao sao nem 200 ou 300. Se fôrmos contar todos os seus descendentes que fazem a vida daquele distrito, êles se elevam a 2 ou 3 mil. Êles se espalharam por tôdas aquelas fazendas da redondeza. Em tudo V. Exa. vai encontrar uma série enorme de trabalhadores índios. Êles fazem de Toné o centro de sua convergência. Mesmo quando morrem fora de lá, trazem o corpo para ser enterrado em Toné. Mas estao sendo vítimas, agora, da negligência do SPI, de uma verdadeira exploração dos partidos, nesse afã de aliciá-los, de tal maneira que o alistamento dêles foi feito completamente à revelia do partido, porque houve um juíz preparador indicado especialmente para fazer êsse alistamento, sem que se designasse o local onde êsse alistamento seria feito. Fomos surpreendidos pela chegada ao Cartório Eleitoral de cêrca de 400 ou 500 títulos eleitorais, assim como que jogados ex-abruptamente diante dos fiscais - e eu era um dos credenciados junto ao Juiz Eleitoral - sem que se dispusesse pelo menos de tempo para fazer um exame, a fim de verificar se as pessoas existiam ou nao. A verdade é que hoje foram incorporados ao nosso ról de eleitores, e quando chega a época de eleições a maioria dêles comparece trazendo no bolso uma cédula com um quadrinho recortado no lugar correspondente àquele em que deve fazer o X. Na hora da votaçao vai à mesa eleitoral, tira a cédula do bolso, assinala o X, e acabou-se a história. O SR. PRESIDENTE - É o que ocorre em todo o Brasil. O SR. DEPOENTE - Isso não é culpa minha. Já encontrei êsses eleitores feitos lá e a maioria, com a permissao de V. Exa., feitos em Aquidauana, que êsses índios foram feitos eleitores em Aquidauana. O SR. EDSON GARCIA- Apenas contei a história. O SR.DEPOENTE-Mas V. Exa. dá a entender, com isso,

que o Serviço de Proteção aos Índios é culpado. O SR. EDISON GARCIA - O que há é negligência do Serviço, que deveria evitar isso...O SR; DEPOENTE - Mas como? O SR EDISON GARCIA - ...pois os índios são seus tutelados. O SR DEPOENTE - Absolutamente. Protesto, Sr. Presidente ! O SR. EDISON GARCIA - Inclusive as certidões de nascimento sao fornecidas pelo SPI e juntadas ao processo. O SR. DEPOENTE - Absolutamente , Sr. Presidente. O SR. PRESIDENTE - Atenção. A testemunha deve, na ocasiao oportuna, esclarecer os fatos. Mas não pode entrar em diálogo com o Deputado que está interrogando. O diálogo nesta base nao é permitido pelo próprio Regimento. O SR. RACHID MAMED - Sr. Presidente , V. Exa. naturalmente tem acompanhado êsses serviços eleitorais em seu Estado e sabe que essa crítica só pode ser geral, como diz o nobre Deputado. Nao pode atingir a êste ou àquele Partido, porque cada um dêles tem o seu delegado a quem está afeta essa fiscalizaçao. Nao seria uma Inspetoria de Índios que poderia estar encarregada de fiscalizar se estao ou nao dentro da lei, ou se estao sendo aliciados para determinado Partido. Mas o que podemos depreender de todo êste debate é que quem levou a melhor foi, sem dúvida nenhuma, o Partido do nobre Deputado Edison Garcia que conseguiu, ou pela influência direta do Prefeito ou pela benevolência do entao Diretor da Inspetoria, eleger-se Prefeito por uma diferença muito pequena naquele Município. Podemos confessar que o nosso ex-colega Fernando Ribeiro já tinha sido Prefeito daquele mesmo Município e foi um dos melhores dali. Isso nao implicaria em que o seu outro contendor de agora fôsse também um bom administrador. De forma que estamos numa polêmica que nao vem ao caso, que nao é o motivo da nossa presença nesta reuniao ao qual parece nos devemos ater. Deveríamos interrogar o depoente e pô-lo à liberdade, logo depois da inquiriçao. O SR PRESIDENTE - Realmente, Deputado Edison Garcia, não devemos entrar em detalhes que nao tragam esclarecimentos precisos sôbre a finalidade da Comissao Parlamentar de Inquérito solicitada por V. Exa., e pediria mesmo que deixasse prosseguir o nobre Relator com o interrogatório, mesmo porque a hora já se faz adiantada. Com a palavra o nobre Relator. O SR. RELATOR - V. Sa. tem conhecimento de uma expedição científica à Arariquera, em Mato Grosso ou Goiás? O SR PRESIDENTE - Deve ser no Território do Rio Branco. O SR. DEPOENTE - Nao estive lá ainda. Nao conheço. O SR. PRESIDENTE - Sao essa missoes dos americanos. O SR. RELATOR - V.Sa. conhece a ex-Deputada paulista Teresa Delta? O SR DEPOENTE - Nao, Sr. Deputado. O SR. RELATOR - V. Sa. uma ocasiao passou por São Paulo com uma importância de 2 milhões de cruzeiros para ser entregue no Rio Grande do

Sul? O SR. DEPOENTE - Absolutamente. O SR. RELATOR - Eu até pediria que se convocasse a ex-Deputada, porque fui procurado por ela que declarou que V. Sa. havia passado por São Paulo com aquela importância para ser entregue ao Rio Grande do Sul. O SR. DEPOENTE - Eu? O SR. RELATOR - Sim. O SR. DEPOENTE - Acho que há equívoco. O SR. RELATOR - Isto será esclarecido posteriormente. O ex-Diretor da la. Inspetoria fêz uma representaçao ao Coronel Moacyr, ao Conselho de Segurança Nacional. V. Sa. tem conhecimento disso? O SR; DEPOENTE - Tenho, Sr. Deputado. O SR. RELATOR - V. Sa. foi ouvido sôbre essa representaçao? O SR. DEPOENTE - Não, Sr. Deputado. O SR. RELATOR - Na ocasião em que houve êsse atrito entre posseiros e índios em Mato Grosso, V. Sa. soube se o Exército, tomando conhecimento disso, quis intervir? O SR. DEPOENTE - O Exército determinou, a meu pedido, a ida de um observador militar à regiao, mas nao sei qual foi a conclusao a que chegou o observador. O SR. RELATOR - Sr. Presidente, essas sao as perguntas que desejaria fazer ao depoente. Estou satisfeito. O SR. PRESIDENTE - Há mais algum dos senhores membros desta Comissão que deseje interrogar o depoente? O nobre Deputado Rachid Mamed tem ainda alguma pergunta a formular? O SR. RACHID MAMED - Nao, Sr. Presidente. O SR. PRESIDENTE - O nobre Deputado Edison Garcia? O SR. EDISON GARCIA - Nao, Sr. Presidente. O Sr. PRESIDENTE - O nobre Deputado Wilson Martins? O SR. WILSON MARTINS - Nao, Sr. Presidente. O SR. PRESIDENTE - A presidência agradece o comparecimento do depoente e se reserva o direito de convocá-lo novamente, se fôr necessário, no decurso dêste inquérito. Naturalmente, com as viagens a que iremos proceder a presença de V. Sa. será necessária para esclarecer pontos que possam vir a ser focalizados no decurso de nossa incursao ao Estado de Mato Grosso. O SR. DEPOENTE - Estarei à disposiçao desta Comissao Parlamentar de Inquérito, sempre que fôr necessário. O SR. PRESIDENTE - Assim sendo, V. Sa. já está desvinculado do compromisso prestado de aqui permanecer em Brasília. O SR. DEPOENTE - Sr. Presidente, queria pedir permissao a V. Exa. para , antes de encerrada a reuniao, dar um pequeno esclarecimento que reputo da mais alta importância no meu depoimento, com referência ao nosso Regimento, ou seja, ao Art. 11, sôbre as competências das Inspetorias. A alínea a diz o seguinte: "Compete às Inspetorias executar ou fazer executar, por intermédio dos Postos, medidas de proteçao, assistência e educaçao ao índio, amparando-lhe a vida, a liberdade e a propriedade, defendendo-o do extermínio, na conformidade das instruções;...executar e pacificar...; nao permitir violência contra o índio, promovendo a puniçao dos crimes que se cometerem contra êle, garantindo o respeito à família indígena e promovendo a punição dos que violarem ou tenta -

rem violar." Quero esclarecer a V. Exa. que medidas foram tomadas junto à Polícia de Campo Grande para a prisao de criminosos existentes dentro da nossa reserva, por ofícios a ela dirigidos solicitando providências, e nenhuma atitude foi tomada por parte da Polícia do Estado de Mato Grosso nesse sentido. Quero apresentar também à Comissao Parlamentar de Inquérito a apreciaçao feita à nossa gestão pelo órgão de imprensa campo-grandense pertencente ao Bispado de Campo Grande , apreciação feita pelo Frei Tobias de Samanduva, do Bispado de Campo Grande, com respeito às nossas atividades. Há um outro recorte aqui que me levou a iniciar as medidas de moralização com a denúncia nominal feita pela imprensa, do seguinte teor: "Em um esfôrço de reportagem conseguimos apurar que estão sendo envolvidos como principais acusados os seguintes funcionários: Eurico Sampaio, José Mongenot (pai e filho), Pantaleão Barbosa de Oliveira, Alcebíades Martins Ferreira, Arindo, Alberto e Arlindo Ferreira e Leandro Correia da Rocha." Êsses funcionários foram denunciados pela imprensa por espoliações e uma série de crimes praticados contra o patrimônio indígena. O SR. PRESIDENTE - Fêz o SPI inquérito sôbre isso? O SR. DEPOENTE - Sim. O SR. PRESIDENTE - Chegou a conclusões? O SR. DEPOENTE - Êsse inquérito foi anexado a um outro do Ministério da Agricultura. O SR. PRESIDENTE - Está em mãos do Sr. Ministro? O SR. DEPOENTE - Está com a comissão designada por S. Exa., o Sr. Ministro da Agricultura. O SR. PRESIDENTE - Essa Comissão não terminou ainda os seus trabalhos? O SR. DEPOENTE - Creio que não. O SR. PRESIDENTE - Peço a V. Sa. encaminhe à Comissão essa leitura que fêz e também, se possível, o Regimento, face à citação que V. Sa. fêz nesta reunião. O SR. DEPOENTE - Há ainda uma outra parte que pediria também para ler, porque se trata de um documento que seria interessante para a Comissão, da Comissão de Pré-História de São Paulo, assinado pelo Professor Paulo Duarte, Diretor, onde S. Sa., entre outras coisas, diz dirigindo-se ao Sr. Presidente da República: "Essas gravíssimas revelações foram feitas pela primeira vez por uma alta autoridade"... - referindo-se ao Diretor do Serviço de Proteção aos Índios - ... mas os fatos denunciados são do conhecimento do país, inclusive o massacre, em massa, de índios assaltados em suas malocas, permanecendo os ladrões de terra e gado freqüentemente protegidos por partidos poderosos que garantem a impunidade de tais sórdidos criminosos." "Não é a primeira vez que o Instituto Histórico de São Paulo se manifesta contra a prova de selvageria e barbaria que o Brasil vem reiterando com a vergonhosa indiferença diante dêsses atentados contra os nossos, digo, cometidos contra os nossos índios.

Há pouco tempo enviou o Instituto uma longa representação ao então Presidente do Conselho, na qual demonstrava a importância social, científica e humana da assistência aos índios e chamava a atenção do govêrno em relação a êles. Permita-me V. Exa. que relembre algumas das razões que levaram o Centro de Pesquisas Científicas, intimamente ligado à sociologia e à etnologia, a dirigir-se àquela alta autoridade executiva do Brasil, no momento em que se anuncia a disposição do Executivo nacional em treinar índios para guerrilhas no sertão." O SR. PRESIDENTE - Uma vez que V. Sa. leu êsse documento, há de convir que êle terá que ficar com a Comissão de Inquérito, pois são citadas aí acusações até ao Executivo. O SR. DEPOENTE - Êsse documento, Sr. Presidente, foi enviado pela Casa Civil da Presidência da República ao Serviço de Proteção aos Índios, e eu solicitei ao Sr. Diretor a permissão de trazê-lo para aqui explicar a V. Exa. e aos demais membros desta Comissão o fato de que até o Executivo pretende treinar os índios para guerrilhas no sertão. O SR. PRESIDENTE - Trata-se de documento de particular importância, eis que, digo, por que a Comissão Parlamentar de Inquérito o requisita. O SR. DEPOENTE - Pediria então a V. Exa. que o requisitasse do Serviço de Proteção aos Índios, e êste documento viria então à Comissão. O SR. PRESIDENTE - A Secretaria tomará providências no sentido de que seja requisitado êsse documento do SPI. O SR. DEPOENTE - Essas, Sr. Presidente, as considerações que desejava fazer perante esta Comissão. O SR. EDISON GARCIA - Sr. Presidente, solicitaria se anotasse o nome da autoridade encarregada da Polícia Civil do Sul do Estado, com jurisdição sôbre a 5a. Inspetoria de Mato Grosso, que é o Major Benedito Couto... O SR. DEPOENTE - Primo do representante que foi assassinado. O SR. EDISON GARCIA -... que, inclusive, estava em companhia do depoente na reserva dos Caldueus e poderá prestar à Comissão esclarecimentos sôbre o fato, mesmo porque foi lembrado aqui que a autoridade policial do sul do Estado não havia tomado quaisquer providências para punir os possíveis criminosos apontados pela Inspetoria do SPI. Poderia até, se fôr o caso, fornecer cópia dos inquéritos policiais abertos nesse sentido. O SR. PRESIDENTE - Aliás, o depoente mencionou, no caso, uma das famílias que por diversas maneiras teria influído para a sua saída de Campo Grande. Daí por que o Major Couto será ouvido, quando de nossa ida àquela região. O SR. DEPOENTE - Aliás, o Secretário do Interior e da Justiça do Estado de Mato Grosso, tomando ciência dos fatos que ocorriam em tôrno dessa invasão de terras, estêve em Campo Grande e responsabilizou o Major Couto pela minha vida. O SR. PRESIDENTE - O nobre Relator deseja ainda fazer mais

alguma pergunta? O SR.RELATOR - Terminando, Sr. Presidente, gostaria que a Comissão solicitasse ao Ministro da Agricultura uma relação dos inquéritos existentes no Serviço de Proteção aos Índios com os nomes dos indiciados, informando quantos já foram concluídos e quantos estão ainda para serem terminados, como também as representações contra funcionários e Diretores do Serviço de Proteção aos Índios. O SR. DEPOENTE - Solicitaria também à Comissão que pedisse o inquérito instaurado pelo Sr. Jaime Moreira, no Estado do Rio Grande do Sul, e um outro feito contra a venda de pinheiros a que respondeu o Sr. José Maria da Gama Malcher, responsável pela venda de cerca de 180 milhões de cruzeiros de pinheiros naquele Estado. O SR. RELATOR - Seria interessante também solicitar os inquéritos, ou ao Sr. Ministro, ou ao Sr. Diretor do SPI, pois não sei onde os mesmos se encontram. O SR. DEPOENTE - Sei que o Coronel está encontrando dificuldades para localizar êsses inquéritos, porque a maioria desapareceu. O SR. PRESIDENTE - Peço à Secretaria faça as anotações, a fim de que os ofícios sejam expedidos. Convoco uma reunião de caráter ordinário para amanhã, às 15,00 horas, a fim de traçarmos as diretrizes para a nossa viagem, neste mesmo local. O SR. DEPOENTE - Gostaria, Sr. Presidente, que V. Exa. informasse qual os transportes que deseja sejam postos à disposição da Comissão Parlamentar de Inquérito em Manaus. O SR. PRESIDENTE - No momento não posso precisar, porque daqui a Manaus iremos de avião. De lá seguiremos naturalmente o roteiro traçado pelo Relator. Com certeza iremos à Fazenda Nacional de São Marcos, e apenas pediria a V. Sa. a providência de mandar preparar o campo. Há lá um campo muito bom, mas sei que está abandonado. É talvez um dos melhores do Território de Roraima, em terreno sólido, bem encostado à Fazenda, e nos dará bastante facilidade para ir de Boa Vista até lá em vinte minutos, no máximo. Mas êsse campo não está sendo praticável há mais de três anos. De maneira que a utilização dêle como está importa em perigo e pediria essa providência preliminar, a fim de facilitar a ida da Comissão àquela região. Quanto a Manaus, possìvelmente não teremos tempo hábil de visitar todos os Postos, e de acôrdo com as observações feitas <u>in loco</u>, após ouvirmos alguns depoimentos, é que o Sr. Relator sugerirá quais os Postos que deveremos visitar, aquêles que a Comissão julgar conveniente. O SR. RELATOR - A base aérea de Manaus possui helicóptero? O SR. DEPOENTE - Não. O SR. PRESIDENTE - Nobre Relator, há pouco falava com o nobre Vice-Presidente desta Comissão, e parece que na ocasião poderemos ter em Manaus - entrarei em entendimentos com o Sr. Ministro da Aeronáutica - um bimotor à nossa disposição. Nada mais havendo a tratar, vou levantar os

trabalhos. Está encerrada a reunião.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO PARA APURAR IRREGULARIDADES NO SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS

Presidente: Deputado Valério Magalhães.
Depoente: Benedito Pimentel
Reunião de 6 de junho de 1963

O SR PRESIDENTE - Sr. Benedito Pimentel, o Sr., antes de iniciarmos as perguntas que queremos formular, V. S. prestará compromisso de que irá dizer a esta comissão parlamentar de inquérito, a verdade sôbre tudo que lhe seja perguntado? O SR DEPOENTE (BENEDITO PIMENTEL) - Prometo dizer a verdade. O SR PRESIDENTE - V.S. é funcionário do SPI há quantos anos? O SR DEPOENTE - Na função de inspetor estou há 18 anos. O SR PRESIDENTE - Tem o cargo de inspetor, mas no momento chefia a Seção de Administração. O SR DEPOENTE - Exatamente. O SR PRESIDENTE - Chefiando essa Seção de Administração a parte contábil sôbre as verbas da União está devidamente escriturada nessa sua seção ou na seção financeira? O SR DEPOENTE - As verbas? O SR PRESIDENTE - A verba da União. O SR DEPOENTE - A verba orçamentária é escriturada na minha seção. Os adiantamentos são feitos por intermédio da seção. As prestações de contas, por intermédio da seção. É verba orçamentária e de acôrdo com o Regimento pertence à seção de Administração. O SR PRESIDENTE - Tôdas as compras têm obedecido rigorosamente ao preceito do código de contabilidade pública, isto é, quando atinge aquêle teto estabelecido nesse código, mediante tomada de preços, aquilo que esteja aquem dêsse teto e as de concorrência pública, as que estejam além? O SR DEPOENTE - Aqui no nosso Serviço a verba é distribuida às inspetorias, tanto as verbas orçamentárias, quando as específicas. A aplicação não é feita por intermédio da seção. A seção requisita os adiantamentos e o diretor determina a distribuição de acôrdo com o plano de trabalho para as inspetorias. O SR PRESIDENTE - Mas as compras, como temos notícia, de medicamentos, não foram feitas pelas inspetorias e sim pela diretoria. A sua seção deve ter conhecimento. O SR DEPOENTE - A única compra que foi feita para a inspetoria foi de uma verba de 400 mil cruzeiros. A compra maior foi feita por intermédio da Seção de Estudos no Rio de Janeiro. O SR PRESIDENTE, - Essa seção tem alguma coisa com a compra? O SR DEPOENTE - Foi suprido o chefe da seção, por ordem do diretor. O SR PRESIDENTE - Mas êsse dinheiro transitou por sua seção. O SR DEPOENTE - Não. Nos últimos dias de dezembro é que saíram as verbas específicas, as verbas grandes, que foram de 8 milhões e 600 mil cruzeiros. O Coronel Moacyr e mais o Mo-

ta Cabral, que era o chefe titular da Seção no Rio, fizeram o suprimento às pessoas que deveriam fazer a aplicação. O SR PRESIDENTE - E a prestação de contas foi enviada para quem? O SR DEPOENTE - Foi enviada para eu fazer os balancetes e encaminhar. O SR PRESIDENTE - A entrada da documentação veio à sua sua seção? O SR DEPOENTE - Está vindo porque tem o prazo de acôrdo com a Lei 2.583, de setembro de 1940, que regula nossa aplicação, que dá o prazo de 9 mêses para aplicação. Êles vão mandando para fazermos. Algumas já foram encaminhadadas. Outras estamos aguardando a vinda da documentação. O SR PRESIDENTE - Inclusive a da compra de veículos. O SR DEPOENTE - Aqui teve um veículo que foi comprado no Rio, por um funcionário da Seção de Estudos. O SR PRESIDENTE - Como é o nome dêle? O SR DEPOENTE - João Bezerra de Melo. O SR PRESIDENTE - Comprou com verba diretamente enviada para êle? O SR DEPOENTE - Distribuida no Rio e entregue a êle. O SR PRESIDENTE - da União ou da renda? O SR DEPOENTE - Da verba orçamentária, que é 4. 2 Investimentos. Foi comprado um caminhão. O SR PRESIDENTE - A escrita da sua seção está perfeitamente em dia? O SR DEPOENTE - Não porque falta a comprovação dêsse pessoal todo. O SR PRESIDENTE - Eu digo no que tange aos adiantamentos feitos. Por exemplo, se esta comissão pedir uma inspeção à sua escrita e chegando lá haja um adiantamento de 4 milhões para êsse fim. V. S. havia já recebido 3 milhões em documentos. Está perfeitamente palpável de que 1 milhão ainda está a descoberto. Pder-se-á ver isso pela escrita? O SR DEPOENTE - Não. Estamos apenas com 2 funcionários na seção, duas moças. De 11 só temos 2 moças. O SR PRESIDENTE - E os outros? O SR DEPOENTE - A maioria foi saindo. Mesmo Contador ou técnico de contabilidade nós não temos. O SR PRESIDENTE - Mas já na gestão do Coronel Moacyr? O SR DEPOENTE - Tinha mais funcionários. O SR PRESIDENTE - Quantos funcionários tinha quando o Coronel começou? O SR DEPOENTE - Quando vim para aqui tinha D. Margarida, Queiroz Garcia, eu, D. Cremilda... Êsses funcionários sairam. O SR PRESIDENTE - Por que sairam? O SR DEPOENTE - Não era eu o chefe. O chefe era o Mota Cabral. O SR PRESIDENTE - Por que êle e outros funcionários deixaram a seção? O SR DEPOENTE - Um foi posto à disposição do Tribunal Regional Eleitoral. D. Cremilda foi relotada numa outra repartição no 8º andar. O Wilson Queiroz de Garcia pediu demissão porque êle era agente nível 6 e foi nomeado assessor de imprensa, no Departamento Federal de Segurança Pública, nível 17. Conseguiu a nomeação antes das proibições. D. Margarida continua, mas está licenciada para tratamento de saúde. O SR PRESIDENTE - De modo que sua escrita não está em dia porque falta funcionários. O SR DEPOENTE - Estou agora treinando um funcionário. O SR PRESIDENTE - Por êsse motivo não poderá dar a esta comissão as informações que necessita na parte contábil. O SR DEPOENTE - Posso dar naquilo que foi suprido e nas prestações de contas

que estão chegando. O SR PRESIDENTE - Não está em dia a movimentação? O SR DEPOENTE - A maioria das prestações de contas não vieram. Foram recebidas dia 17, dia 19, dia 21, até 27 de fevereiro foram recebidos adiantamentos. Foram supridos no Rio por uma exposição de motivos que o Mota fêz ao diretor. O SR PRESIDENTE - Foi para a compra de medicamentos? O SR DEPOENTE - Para tudo, essa verba de 86 milhões. O SR PRESIDENTE - O funcionário do Rio que recebeu êsse dinheiro era o chefe da Seção de Estudos? O SR DEPOENTE - Josias Ferreira de Macedo. O SR PRESIDENTE - Foi o funcionário que recebeu êsse numerário? O SR DEPOENTE - Uma parte do numerário, 7 milhões e pouco. O SR PRESIDENTE - Por intermédio dêle foram feitas as compras de medicamentos. O SR DEPOENTE - Exatamente. O SR PRESIDENTE - Uma última pergunta: Essas passagens, requisição de passagens, passam pela sua seção? O SR DEPOENTE Não, as requisições são feitas pela Seção Administrativa. O SR PRESIDENTE - Só são feitas para funcionários. O SR DEPOENTE - Eu só faço para funcionários. Se tem alguém de fora não sei. Não faço sem uma ordem de serviço, para poder justificar no Tribunal de Contas. O SR PRESIDENTE - V.S. assegura que não há nenhuma requisição a não ser para funcionários em serviço, pagos pelo SPI? O SR DEPOENTE - Não posso afirmar porque algumas foram feitas por ordem do Gabinete. O SR PRESIDENTE - O Gabinete tem verba própria? Não passa pela sua seção, uma vez que se trata da Seção Administrativa, e as verbas são orçamentárias? O SR DEPOENTE - Eu quero explicar. O SR PRESIDENTE - Como o Gabinete faz requisições e V. S. paga sem conhecer se essas requisições foram feitas e para quem? O SR DEPOENTE - Foram feitas por funcionários do Gabinete. O SR PRESIDENTE - Mas se já outras requisições não feitas para funcionários, elas são feitas com verba da União. Como vão pagar? O SR DEPOENTE - Aqui na seção não foi feito. O SR PRESIDENTE - V. S. falou, talvez pelo Gabinete. O SR DEPOENTE - O Gabinete tem algumas passagens que não são para funcionários nossos, mas funcionários do Gabinete do Ministro. Parece-me que até a comissão aqui pediu umas passagens terrestres. O SR PRESIDENTE - Que eu saiba nós não pedimos nenhuma passagem terrestre. O SR DEPOENTE - Parece que a comissão pediu que dissessem as passagens para pessoas estranhas nos processos tais e tais. Eram 4 processos. Êsses não são funcionários. É de uma missão lá de Jacutinga. Isso sei que foram fornecidas pelo Coronel, mas são passagens ferroviárias. São 4 processos dos quais foram pedidos os números. O SR PRESIDENTE = Estou satisfeito. O SR CELSO AMARAL - Qual foi o Decreto que citou que dispõe sôbre a aplicação de créditos? O SR DEPOENTE - 2.583, de 14 de setembro de 1940, que dá no Art. 2º, 9 mêses de prazo para comprovação da aplicação. O SR CELSO AMARAL - O Sr. declarou que essas requisições são feitas ùnicamente para funcionários do SPI. O SR DEPOENTE - Do -

SPI. Algumas foram pedidas pelo Gabinete para funcionários de lá, inclusive chefe de gabinete. Eram funcionários do gabinete do Ministro. O SR CELSO AMARAL - Nós temos uns documentos aqui que comprovam o fornecimento, não sei se de passagens aéreas ou ferroviárias a um ex-funcionário do SPI, Silvio Meireles. O SR DEPOENTE - Passagens requisitadas pelo Serviço, pelo Diretor?O SR CELSO AMARAL - Sim. O SR DEPOENTE Não tenho conhecimento. No meu arquivo não consta nenhuma requisição. Se a requisiçao foi feita, o foi então da seção. O SR CELSO AMARAL - Outra coisa que me causou bastante estranheza é um ofício assinado - pelo Sr., um relatório assinado por V. S., sôbre o Inspetor Iridiano Amarinho de Oliveira. Êsse ofício chegou às nossas mãos no dia 4 de junho, ante-ontem, na hora em que o funcionário vinha depor, sem uma requisição nossa, sem um pedido nosso. O SR DEPOENTE - Ofício assinado - por mim? O SR CELSO AMARAL - Exatamente. Brasília 30 de maio. O SR DEPOENTE - Pode ser um relatório sôbre uma sindicância mandada proceder pelo diretor. O SR CELSO AMARAL - Quem a pediu, o próprio diretor? O SR DEPOENTE - Sim. Ordem de Serviço nº 22, de 20 de março, determinando que eu fizesse uma sindicância na 8ª Inspetoria, sôbre pessoal ex-assalariado. Fiz a sindicância. Não citei nome de ninguém. Citei sôbre a chefia. O SR CELSO AMARAL - Houve ordem do diretor para que êsse ofício chegasse em hora e data determinadas? O SR DEPOENTE - Não tenho conhecimento disso. Apresentei apenas o relatório a êle, diretor. O SR CELSO AMARAL - Êle pediu há quanto tempo? O SR DEPOENTE - Aí cita a Ordem de Serviço de 20 de março. O SR CELSO AMARAL - Dêste ano? O SR DEPOENTE - Isso deve constar do início. O SR CELSO AMARAL - O Sr. diz que há duas contabilidades, e que uma é a renda indígena, que está fora da seção. O Sr. está com a parte orçamentária? O SR DEPOENTE - Exatamente. O SR CELSO AMARAL - Antigamente era uma seção só. A Seção de Contabilidade é que fazia tôda a escrita? O SR DEPOENTE - Não,pelo menos não tenho conhecimento. A verba orçamentária sempre foi da Seção de Administração, apesar de não ser eu o chefe. Era o Mota. O SR CELSO AMARAL - Há um contador responsável por isso na sua seção? O SR DEPOENTE - Não. Tinha um que saiu no ano passado, e que está agora no Tribunal Regional Eleitoral. O SR CELSO AMARAL - Quer dizer que não há contabilidade, não há contador? O SR DEPOENTE - A seção não tem contador. O SR RACHID MAMED - O Sr. é contador? O SR DEPOENTE - Sou inspetor. O SR CELSO AMARAL - Quem assina os documentos contábeis? O SR DEPOENTE - A prestação de contas é encaminhada pelo chefe da Seção de Administração. Foi o Mota. Agora, na minha administração eu é que encaminho os balancetes. O SR CELSO AMARAL = Não há contador para assinar os balancetes, então? O SR DEPOENTE - Não. O SR CELSO AMARAL - O Sr. conhece o Laboratório Leo, nesta cidade? O SR DEPOENTE - Conheço o representante dêles aqui. O SR CELSO AMARAL - Houve uma compra de

486 -5- 1228

remédios. Sabe porque dotação foi paga? O SR DEPOENTE - Deve ter sido paga pela verba orçamentária. O SR CELSO AMARAL - Sr. Presidente, eram essas as perguntas que desejava fazer. O SR PRESIDENTE - O nobre Deputado Rachid Mamed tem alguma pergunta a fazer? O SR RACHID MAMED - V. S. é velho funcionário do SPI? O SR DEPOENTE - Sim. O SR RACHID MAMED V. S. está há dois mêses aqui em Brasília? O SR DEPOENTE - Há dois - meses chefiando a Seç~o de Administração. O SR RACHID MAMED - V. S. está aqui desde que o SPI foi transferido? O SR DEPOENTE - Assumi aqui em 2 de março de 1962. Vim trabalhar como semples funcionário. O SR RACHID MAMED - Desde que o Coronel Moacyr assumiu a chefia? O SR DEPOENTE - Vim pouco depois. Parece que êle entrou em 1961 e eu vim para cá em fins de fevereiro de 1962 e comecei a trabalhar no dia 2 de março de 1962, em Brasília. O SR RACHID MAMED - Temos percebido pelos interrogatórios que têm sido feitos a funcionários do SPI que vários dêles têm-se mostrado descontentes, desgostosos com a orientação do atual diretor. Outros têm abandonado o SPI, por êste ou aquêle motivo. Eu queria ouvir o ponto de vista de V. S. a respeito do diretor, da sua orientação, um ponto de vista franco, que esclarecesse a comissão, com a franqueza que lhe é peculiar. O SR DEPOENTE - Eu acho que êle vem orientando o Serviço de acôrdo com o que deve ser feito. Agora, há divergências com outros funcionários. Eu não tenho divergências com ninguém. O SR RACHID MAMED - Com o Coronel V. S. se entende perfeitamente? O SR DEPOENTE - Me entendo perfeitamente. Não tenho queixa de nenhum funcionário. Não tive atritos com ninguém. Dou-me com todos, com os que estão com êle e com os que sairam. Não faço restrições a nenhum. Quanto à administração do Coronel acho que está, pelo menos até agora, perfeitamente bem. O SR RACHID MAMED - O Sr. Fernando Cruz estêve na 5ª Inspetoria, em Campo Grande. Fêz arrecadações que êle mesmo nos confessou vultosas. Destas arredadações alguma importância teria sido remetida aqui para a direção do SPI e estaria registrada ou escriturada? O SR RACHID MAMED - A renda indígena não é da minha seção. É da Seção de Orientação e Assistência. O SR RELATOR - V. S. não tem conhecimento disso? O SR DEPOENTE - Não, porque não se referia a minha seção. Lá não ouvi dizer que tenha havido qualquer coisa. Não tomei conhecimento de nenhum recolhimento, nem de recebimento, nem do "quantum" do recebimento. Sei que chegou lá, que lá há renda e movimento. Mas do montante não tenho conhecimento. O SR RELATOR - Era o que eu tinha a perguntar, Sr. Presidente. O SR PRESIDENTE - Perguntaria ao Depoente se nota, dentro do SPI, no momento, certa irregularidade no funcionamento dessa repartição quanto a funcionários em choque com o Diretor, ou o Diretor com alguns funcionários. O SR DEPOENTE - Disse que desde o princípio, que lá cheguei noto irregularidade e divergência de funcionários com o Diretor ou do Diretor com funcionários. Isso tôda

repartição tem, como a nossa também. Uns descontentes, outros contentes. O SR PRESIDENTE - As viagens do Diretor para Campo Grande são feitas sempre pelo trajeto Rio-São Paulo-Campo Grande. Há muita dificuldade de ter outro meio de locomoção daqui para Campo Grande? Aliás pergunto em causa própria, porque quero ir lá. Terei que ir ao Rio, a São Paulo, para chegar lá? O SR DEPOENTE - Não. O SR PRESIDENTE - Posso ir daqui... O SR DEPOENTE - Daqui a São Paulo. O SR PRESIDENTE - Daqui a Campo Grande não posso? Tenho de ir a São Paulo? Por Goiânia não há possibilidade? O SR DEPOENTE - Nunca viajei para lá, nunca requisitei, nessas condições, nem paguei. Apenas sei que as viagens têm sido ou por São Paulo ou pelo Rio. Mesmo porque há no Rio a seção que está lá, agora transferida para cá. O SR PRESIDENTE - Em São Paulo, qual a seção que tinha para atender? O SR DEPOENTE - No Rio. Em São Paulo o SPI não tem seção. O SR PRESIDENTE - Outros funcionários, quando nessas viagens, fazem o mesmo percurso? O SR DEPOENTE - Têm feito: Rio, São Paulo... Outros, daqui a São Paulo. O SR PRESIDENTE - Pode informar à Comissão se agora, já em junho, a verba de passagens já ultrapassou os duodécimos? Essas passagens da verba normal? O SR DEPOENTE - Bem...O SR PRESIDENTE - A escrita é sua, da sua seção. O SR DEPOENTE - Precisaria ver os empenhos, as requisições que tenho feito. Fazemos a requisição de passagem hoje e a conta vem daqui a um, dois meses. O SR PRESIDENTE - V. Sa. pode avaliar pelas requisições e empenhos se a verba está ultrapassada no duodécimo. Somando duas, três, quatro, cinco requisições, sabendo o preço da passagem, V. Sa. podia dizer realmente o montante... O SR DEPOENTE - Creio que tenham ultrapassado as requisições feitas para funcionários. Vinte e poucos que foram no fim de dezembro para o Rio receber adiantamentos. Foram funcionários do Pará, um do Amazonas, quatro de Recife,... O SR DEPOENTE O adiantamento não podia ser enviado pelo Banco do Brasil? É preciso que o funcionário venha ao Rio de Janeiro, fazendo despesa muito maior do que a comissão que o Banco poderia cobrar? O SR DEPOENTE - Não temos pagamento aqui ao funcionário, ou remessa. Tem que ser recebido no Tesouro. O SR PRESIDENTE - Mas o Diretor- Geral tem autoridade, pelo Regimento, para receber verbas do SPI. V. Sa. disse há pouco que êle é que faz o adiantamento. Fêz para o Rio de Janeiro, faria para qualquer Inspetoria. O SR DEPOENTE - Não faz. O SR PRESIDENTE = Eu disse que êle, Diretor, receberia o montante e faria a transferência para tôdas as Inspetorias. O SR DEPOENTE - Mas não faz. Estou bem a par, trabalhei muitos anos na administração, desde o José Maria de Paula que trabalhei no Rio. O adiantamento, quando anterior a julho, pode ser dividido em duas parcelas. Uma se recebe no primeiro semestre, outra no segundo. Cada funcionário só pode receber dois adiantamentos. O SR PRESIDENTE - Está certo. Mas aí manda pelo Diretor. O SR DEPOEN-

TE - Não pode sair no nome do Diretor. Temos 20 verbas: as 20 verbas têm que sair em 40 requisições. O Diretor não pode recebê-las tôdas e distribuí-las. O SR PRESIDENTE - Permita voltar a êste assunto. Conheço administração pública e bem, releve-me a imodéstia. Posso dizer que os diretores, chefes de serviço recebem no Tesouro, diretamente. A não ser que não queiram. Por sua vez, fazem o adiantamento, normalmente. E prestam contas ao Tribunal de Contas. O SR DEPOENTE - O Diretor, que encaminha... O SR PRESIDENTE - Logo, essas importâncias, êsse numerário poderia ser enviado por intermédio do Diretor, que o recebia e mandava pelo Banco o adiantamento. Não só dava escrita no Banco, como se escriturariam as idas e vindas; e se usaria com maior eficiência a dotação se o dinheiro fôsse, e não viesse o funcionário de Manaus ao Rio de Janeiro para receber 50 mil cruzeiros, gastando quase isso. O SR. DEPOENTE - Podia fazer a consulta e trazer êsse documento, onde o Tribunal recusou registro porque o funcionário tinha já dois adiantamentos. O SR PRESIDENTE - Mas aí não é adiantamento feito pelo Tesouro, porém adiantamento interno, feito pelo Diretor, que recebe a quantia correspondente e êle, então, distribui pelas diversas Inspetorias as quotas. Seria movimento interno, escrita interna. O SR DEPOENTE - O Diretor não pode receber várias consignações, só duas. Nenhum funcionário pode receber mais de dois adiantamentos. O SR PRESIDENTE - Fui Governador do Acre e recebia o trimestre integral. O SR DEPOENTE - Aí é verba específica, global. O SR PRESIDENTE - Também essa é específica. O SR DEPOENTE - A nossa não é global. O SR PRESIDENTE - Também a nossa não é . As dos Territórios não o são. O SR DEPOENTE - Mas é feita com adiantamento global para distribuição, e a nossa não. O SR PRESIDENTE - Bem, o assunto veio à baila porque V. Sa. queria justificar as viagens dêsses funcionários. A meu ver, são supérfluas, continuo dizendo, porque mesmo que recebessem, podiam passar procuração para isso. V. Sa. sabe que é possível, dentro da lei. O SR DEPOENTE - Posso provar com as requisições... O SR PRESIDENTE - O procurador tem plenos poderes para receber dinheiro em qualquer parte do Brasil em que êle tenha importâncias a receber. Desde que a procuração esteja legal, em ordem, êle recebe. O SR DEPOENTE - Posso trazer documentos que provam o contrário, que não aceitam mais que dois adiantamentos; que o Tesouro exige comprovação da pessoa. Recebi vários adiantamentos na dotação passada. Foi recusado um, em meu nome, porque a comprovação anterior não tinha sido homologada pelo Tribunal de Contas. O SR RELATOR - Quer dizer que é normal? O SR DEPOENTE - Sim, só aceitam dois adiantamentos. A nossa é tôda uma legislação especial. Aí está o Código de Contabilidade de União, Lei 830, que especifica: 60 dias, com prorrogação de 30 outra comprovação dos adiantamentos em todos os Ministérios e repartições. O SR PRESIDENTE - Mas V. Sas. têm 9 meses. O SR DEPOEN-

TE - Por isso digo que nossa legislação é especial, específica. Ela nos dá 9 meses. O SR PRESIDENTE - O nobre Relator tem alguma pergunta a formular? O SR RELATOR - Não, Sr. Presidente. O SR PRESIDENTE - Por mim, estou satisfeito. O SR DEPOENTE - Pos não. O SR PRESIDENTE - Teremos, possívelmente, necessidade de sua presença em outra ocasião. O SR DEPOENTE - Muito obrigado. O SR PRESIDENTE - V. Sa. está liberado nesta reunião. O SR DEPOENTE - Pois não.

Ressalva: na fls. 1, última linha, leia-se: "88.600.000,00 em vez de 8 milhões e 600 mil cruzeiros.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO PARA APURAR IRREGULARIDADES NO SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS

Presidente: Deputado Valério Magalhães.
Depoente: Luís de França Pereira Araújo.
Reunião de 6 de junho de 1963

O Sr. PRESIDENTE - Está aberta a sessão. Vamos passar a ouvir o depoente, Sr. Luís de França Pereira Araújo, funcionário do SPI. De acôrdo com a Constituição e o regimento que preside os trabalhos das comissões parlamentares de inquérito, V.S. deverá prestar o compromisso de que dirá, perante os membros desta comissão, a verdade, sòmente a verdade, sôbre tudo quanto lhe fôr perguntado. O SR DEPOENTE - Direi sòmente a verdade. O SR PRESIDENTE - Temos sempre procurado ouvir, primeiramente, o depoente para então, depois, fazermos as inquirições. Gostaríamos de saber do nobre relator se poderemos seguir o rítmo normal ou se deveremos passar às perguntas e se alguma coisa for omitida em nossas perguntas, ao final o depoente poderá acrescentar. O SR CELSO AMARAL - Seria mais interessante. O SR PRESIDENTE - Sendo assim me permitiria formular algumas perguntas antes de passar a palavra aos outros membros da comissão e principalmente ao Relator. Trabalha no SPI há quantos anos? O SR DEPOENTE - 10 anos, mais ou menos. O SR PRESIDENTE - Qual tem sido sempre sua atividade junto à Diretoria do SPI? O SR DEPOENTE - Contabilidade. Com o concurso que prestava, naturalmente, ascendi à chefia da seção a que pertencia como Contador e onde continuo como Contador. É a seção de Orientação e Assistência. Posteriormente, há uns 2 ou 3 mêses atrás, é que fui exonerado, exoneração essa que já havia pedido por duas vêzes à atual direção. O SR PRESIDENTE - No momento não está chefiando nenhuma seção mas continua no trabalho? O SR PRESIDENTE - digo, O SR DEPOENTE - Nenhuma seção mas continuo no trabalho de contabilidade. O SR PRESIDENTE - V.E. na qualidade de contabilista tem feito inspeções às inspetorias, nas escritas de cada uma delas? O SR DEPOENTE - Nunca foi determinada essa inspeção. O SR PRESIDENTE - Não houve qualquer inspeção nas escritas das inspetorias? O SR DEPOENTE - Procedidas pelo serviço contábil não. O SR PRESIDENTE - A escrita da diretoria é atualizada? O SR DEPOENTE - Não. Com a mudança da diretoria para Brasília houve uma redução muito grande de funcionários. Êsse serviço ficou bastante atrasado. O SR PRESIDENTE - Por que essa redução de funcionários? Ficaram no Rio de Janeiro? O SR. DE-

POENTE - Exatamente. O SR PRESIDENTE - Tem alguma seção do SPI no Rio? O SR DEPOENTE - Seção de Estudos, onde está instalado o Museu do Índio. O SR PRESIDENTE - Lá ficaram vários funcionários que eram de outras seções? O SR DEPOENTE - Alguns de outras seções, outros que conseguiram lotação em outras repartições do Ministério. O SR PRESIDENTE Mas são pagos pelo SPI e continuam no quadro do SPI? O SR DEPOENTE - Êsse detalhe não estou a par. O SR PRESIDENTE - À grosso modo poderá dizer quantos funcionários do SPI ficaram no Rio? O SR DEPOENTE - Aproximadamente, sem contar a Seção de Estudos, calculo uns 10 a 15 funcionários. O SR PRESIDENTE - E a Seção de Estudos quantos funcionários tem, também aproximadamente? O SR DEPOENTE - Uns 15, não sei dizer exatamente. O SR PRESIDENTE - No Rio, então, devem estar uns 30 funcionários? O SR DEPOENTE - Talvez um pouco menos, uns 20 e poucos. O SR PRESIDENTE - Passo para o setor objetivo de V. S, antes de dar a palavra aos demais colegas e principalmente ao relator a quem cabe tôda a responsabilidade no que concerne a nossas conclusões finais. Felizmente esta comissão está òtimamente servida. Tenho observado que o relator está realmente desejoso de trazer a esta comissão parlamentar de inquérito aquela contribuição indispensável ao êxito que esperamos, porque as comissões parlamentares de inquérito já estão um pouco desmoralizadas no conceito público. Elas se constituem e pràticamente nada sai ao final. Esperamos que com a nossa, graças ao grande relator, isso não aconteça. Vamos às perguntas: De que se compõe a renda indígena, tão falada? O SR DEPOENTE - Compõe-se de resultados comerciais - na atividade da agricultura, da indústria extrativa e algumas indústrias rudimentares e também da pecuária. O SR PRESIDENTE - São 4 fontes, consequentemente, para a renda indígena. Tôdas as inspetorias têm essas fontes ou alguma delas como renda indígena? O SR DEPOENTE - Tôdas elas têm, dependendo da região. Umas têm mais de agricultura, outras, como nas regiões do norte, mais a indústria extrativa. O SR PRESIDENTE - Essa indústria extrativa é feita por intermédio dos índios? O SR DEPOENTE - Dos índios e também sem ser por parte dêles. Os índios participam. O SR PRESIDENTE - Há uma outra fonte que V. S. não citou e que aqui já se falou sôbre ela. É a renda dos arrendamentos. O SR DEPOENTE - Escapou-me. Há também os arrendamentos para a exploração da própria terra, arrendamentos para pastagem. Isso existe. O SR PRESIDENTE - Então são cinco fontes. V.S. como contador - não iremos pedir números redondos, mas aproximadamente - calculando essa renda indígena - de tôdas as inspetorias para o SPI, a grosso modo, num exercício, digamos no de 1962, a quanto montaria, aproximadamente uma pela outra ? O SR DEPOENTE - Há uma oscilação de ano para ano, oscilação por influência, vamos dizer, das operações com a pecuária, porque essas operações, com a pecuária, não são comuns, normais, constantes. O SR PRESI

DENTE - Elas variam? O SR DEPOENTE - Variam. E a venda de gado. O SR. PRESIDENTE - Agora, quanto a essa venda de gado. Quantas são as fazendas do SPI, fazendas de pecuária? O SR DEPOENTE - As mais importantes são São Marcos, Getúlio Vargas, a que nós chamamos as reservas dos caduels, em Mato Grosso e depois vêm outras em plano secundário. O SR CELSO AMARAL - A Fazenda Getúlio Vargas fica localizada em que Inspetoria? O SR DEPOENTE - Pertence ao posto indígena Getúlio Vargas, situado na Ilha do Bananal e subordinada à 8ª Inspetoria. O SR PRESIDENTE - Acho, nobre Relator, que depois dessa viagem a Mato Grosso teremos que fazer uma a Goiás, porque a 8ª Inspetoria é em Goiás. O SR DEPOENTE - A 8ª tem séde em Goiânia. O SR PRESIDENTE - De Goiânia poderemos ir a êsse posto. Mas essa renda da pecuária, tôda ela está escriturada na Diretoria ou algumas inspetorias, acidentalmente, mandam seus resultados. O SR DEPOENTE - Essa operação obedece a certos preceitos. Por exemplo, o encarregado do posto e também o chefe de inspetoria não pode promover uma operação dessa ordem sem autorização, sem um entendimento com a Diretoria. O SR PRESIDENTE - Depende sempre de autorização prévia da Diretoria? O SR DEPOENTE - Exatamente. O SR PRESIDENTE - A venda de gado tem sido só de bois ou também de matrizes? Gado de corte ou gado de cria? O SR DEPOENTE - Não estou bem certo mas suponho que também é possível que entrem matrizes. Mas a orientação é sempre de conservar as matrizes. O SR PRESIDENTE - A Diretoria do SPI poderá fornecer-nos nomes de pessoas que tenham adquirido gado dessas fazendas? O SR DEPOENTE - Sim sr., é possível. O SR PRESIDENTE Eu pediria ao nobre Relator, caso esteja de acôrdo, que solicitasse os nomes de tôdas as pessoas que têm comprado gado do SPI, mencionando as fazendas e a qualidade, se de corte ou de cria, para podermos ter uma base. Há informações de que até funcionários compraram gado de cria, por preço muito baixo e hoje são pequenos fazendeiros, inclusive no Rio Branco, na minha terra natal, eu tenho notícia disso. Daí porque seria interessante termos os nomes dos adquirentes e mais se se trata de gado de corte ou de cria, ou uma coisa e outra. O SR DEPOENTE - A orientação é sempre para conservar as matrizes. O SR PRESIDENTE - V.S. sabe se houve venda de gado na gestão atual? O SR DEPOENTE - Houve. O SR PRESIDENTE - Em tôdas as inspetorias onde há fazendas ou particulariza alguma? O SR DEPOENTE - As que me recorde foram uma realizada em Mato Grosso, na inspetoria de Cuiabá, outra realizada em Campo Grande e uma que foi feita mais a título de cessão, foi negociada com a IFA, em Getúlio Vargas, no Bananal. O SR PRESIDENTE - 3 vendas de gado na atual gestão. O SR CELSO AMARAL - De fato, essas vendas por leilões, concorrência... O SR DEPOENTE - Essa de Cuiabá e a de Campo Grande foram realizadas mediante concorrência pública e essa de Getúlio Vargas foi negociada com a IFA, que é a inspetoria regional de fomento animal,

me parece. O SR CELSO AMARAL - Quantas cabeças, o Sr. recorda? O SR DEPOENTE - Não estou bem certo mas me parece que 60. Não afirmo categòricamente, mas me parece que foram 60 rezes. O SR PRESIDENTE - Pergunto: O resultado dessa venda é depositado no banco? Qual é a maneira de recolhimento dêsse dinheiro? O SR DEPOENTE - O resultado dessa venda é depositado no Banco do Brasil. O SR PRESIDENTE - Todo êle? O SR DEPOENTE - Todo êle. O SR PRESIDENTE - É movimentado com uma escrita à parte, de renda indígena? O SR DEPOENTE - Êsses depósitos são feitos na conta do SPI, conta de depósitos de rendas do patrimônio indígena. É uma conta que conseguimos na gestão do General José Luís Guedes, em que apesar de ser de uma entidade pública, ela rende juros. Essa conta é movimentada pelo diretor e em seu impedimento pelo seu substituto legal. O SR PRESIDENTE - As inspetorias têm escrita sôbre a venda de gado, inclusive a de Campo Grande? O SR DEPOENTE - Não estou capacitado a declarar, porque, como já disse, de início, nunca fui mandado... O SR PRESIDENTE - Mas deveriam mandar balancetes que devem ter passado pelas suas mãos. O SR DEPOENTE - Geralmente, quando há venda, vem à parte vem em processo especial, em processo próprio da venda. Ali contém tudo. O SR PRESIDENTE - A própria inspetoria recolhe o dinheiro? O SR DEPOENTE - Recolhe ao Banco do Brasil lá, transferindo para Brasília. O SR PRESIDENTE - Geralmente há balancetes de tôdas as vendas realizadas já na gestão do atual diretor do Serviço? Há balancetes na sua contabilidade que se possam verificar? O SR DEPOENTE - Dessas 3 existem. Há outras pequenas vendas, 10 cabeças, 20 cabeças... O SR PRESIDENTE - ... que são feitas pelos próprios chefes dos postos. O SR DEPOENTE - Êles pedem sempre permissão. O SR PRESIDENTE - E êles mesmo aplicam essa renda. O SR DEPOENTE - Essas pequenas vendas são sempre feitas para atender necessidades imediatas, de forma que quando é assim, em pequeno número, o diretor autoriza. O SR PRESIDENTE - Aplicam lá mesmo? O SR DEPOENTE - É aplicado lá mesmo. É para necessidade local. O SR PRESIDENTE - E a renda dos arrendamentos está tôda escriturada aqui ou também é escriturada nos postos? O SR DEPOENTE - Deve ser escriturada nos postos, nas inspetorias e na diretoria. O SR PRESIDENTE - Mas na diretoria V. S. tem conhecimento se já passaram pelas suas mãos os balancetes das vendas de arrendamento, anualmente, com pontualidade, sem nenhuma falha? O SR DEPOENTE - Êles mandam o mapa de caixa mas não há, vamos dizer, uma investigação, para ver se aquilo representa a realidade. O SR PRESIDENTE - Todos os anos, inclusive de Campo Grande, mandam pontualmente as demonstrações dos arrendamentos feitos? O SR DEPOENTE - A de Campo Grande mandou em fevereiro, uma prestação de contas de arrendamento cobrado em atraso. De lá para cá não chegou mais nada. Não digo que não tenha mandado mas não chegou às minhas mãos. O SR PRESI

DENTE - Isso de 1962. E de 1961 e 1960, vieram? Há no arquivo da sua seção documentos que nosso relator pudesse manusear mediante os quais se tivesse certeza dêsses recolhimentos? O SR DEPOENTE - Não posso dizer com precisão porque houve uma viagem do diretor logo no início, a essas inspetorias. O SR PRESIDENTE - Êsses arrendamentos são sempre autorizados pelo diretor ou os inspetores lá fazem arrendamentos a seu bel-prazer? O SR DEPOENTE - O problema de arrendamento é muito complexo, Já vem isso de anos, muitos anos. Êsse de Mato Grosso foi provocado por uma enchente que dizem ter havido num daquêles rios, uma inundação muito grande e que os pecuaristas se viram forçados a invadir uma parte daquela reserva pertencente aos índios. Depois, o Coronel Tasso procurou legalizar uma forma de compensação por essa invasão na área dos caduels e promoveu, vamos dizer, um convênio, um acôrdo, um contrato, entre os pecuaristas e o SPI. Mas com precisão não sei dizer a quanto montam êsses contratos e se êles estão atualizados, e se outros arrendamentos foram feitos posteriormente, porque não sei se algum outro pecuarista, se aproveitando... O SR CELSO AMARAL - Durante a gestão do Coronel, o Sr. soube se houve algum arrendamento? O SR DEPOENTE - Não é do meu conhecimento. Sei até que assim que chegou instaurou uma comissão de inquérito para fazer uma apuração dêsse problema, mas não é do meu conhecimento o resultado do inquérito. O SR PRESIDENTE - V.S. sabe se o diretor tomou algumas providências moralizadoras a respeito das denúncias que o Deputado Edson Garcia formulou? O SR DEPOENTE - Não tenho conhecimento. Se êle tomou é completamente desconhecido de mim. O SR PRESIDENTE - Mas sabe se tem havido compra de veículos e se essa compra foi feita mediante concorrência? O SR DEPOENTE - Consta que houve compra de veículos. O SR PRESIDENTE - Mas se V.S. trabalha numa contabilidade, acho que deve saber o que se passa na contabilidade. O SR DEPOENTE - Quando passa na contabilidade. O SR PRESIDENTE - Nem sempre passa na contabilidade? O SR DEPOENTE - Essa operação de compra de veículos não sei se foi cumprida, digo não sei se foi compra com o dinheiro da renda indígena, porque isso não me chegou às mãos. O SR PRESIDENTE - A renda indígena não é contabilizada também aí? O SR DEPOENTE - Mas na minha mão não passou. O SR PRESIDENTE - Há outro contador? O SR DEPOENTE - Não. O SR PRESIENTE - Como se explica êsse fenômeno de se fazerem compras de vulto e o chefe de contabilidade ou mesmo não sendo mais o chefe, desconhecer? O SR DEPOENTE - Desconheço. Não sei se na época havia verba orçamentária para aquisição dêsses veículos. O SR PRESIDENTE - A verba orçamentária não é escriturada à proporção que é paga? O SR DEPOENTE - Não Sr. O SR PRESIDENTE - Por exemplo, recebe-se uma parte da quota destinada no orçamento ao SPI e não se escritura? O SR DEPOENTE - A verba orçamentária fica sob a responsabilidade

495 497 1238

de outra seção, que é a Seção de Administração. O SR PRESIDENTE -Não fica contabilizada na contabilidade pròpriamente dita? O SR DEPOENTE A minha contabilidade é do patrimônio indígena. O SR PRESIDENTE -Nesse caso do patrimônio há financiamentos, houve aplicação de financiamentos, inversões, etc.? O SR DEPOENTE - Houve sim. Houve aplicação em despesas de ordem administrativa, de ordem assistencial e também financiamentos, adiantamentos a algumas inspetorias para uma posterior reposição. O SR PRESIDENTE - Essas reposições têm sido feitas? O SR DEPOENTE - Só houve uma reposição do meu conhecimento, que foi a da Inspetoria de Cuiabá. O SR PRESIDENTE - Uma última pergunta para que eu possa dar a palavra aos colegas. Essa compra de medicamentos, tão falada, foi tomada de preço ou concorrência pública? O SR DEPOENTE - Soube que houve uma compra de vulto, considerável. O SR PRESIDENTE - Não passou pelas suas mãos? O SR DEPOENTE - Não, não passou. O SR PRESIDENTE - Quer dizer que não foi pela renda indígena, deve ter sido pela renda do Orçamento da União. O SR DEPOENTE - Deve ter sido por alguma verba orçamentária determinada para isso. O SR PRESIDENTE- Não parece ao nobre relator estranho que o SPI tenha realizado compras vultosas que o próprio serviço de contabilidade desconheça? O SR CELSO AMARAL - É bastante estranho. O SR PRESIDENTE - V.S. sendo o contador e já com 10 anos de casa deveria trazer-nos informações positivas e não assim por ouvir dizer ou por constar. Isso demonstra que sua seção, no particular, está posta de lado. Será que o diretor pôs sua seção de lado? É uma pergunta que faço porque suas informações nos dão a compreender que é isso o que ocorre. O SR DEPOENTE - Não sei se ocorre isso. O SR PRESIDENTE - Compras como essa, de medicamentos, no valor de cêrca de 8 milhões de cruzeiros, segundo ouvi falar, V.S. desconhece? O SR DEPOENTE - Desconheço. Atribuo o fato a que tenha sido compra por verba orçamentária e essa verba orçamentária é movimentada pela Seção de Administração. O ST PRESIDENTE - Quem é o chefe da Seção de Administração? O SR DEPOENTE - O Sr. Benedito Pimentel. O SR CELSO AMARAL - Êste estava aqui há pouco . Mandei até chamá-lo. O SR DEPOENTE - Permita-me que esclareça. O diretor fêz a nomeação de uma comissão de concorrência. Não sei se essa compra vultosa de medicamentos foi apreciada por essa comissão. O SR PRESIDENTE - Sabe dizer qual foi o laboratório ao qual foi dada a compra? O SR DEPOENTE - Sei que foram várias. O SR CELSO AMARAL - Uma pergunta: O Laboratório LEO forneceu medicamentos? O SR DEPOENTE - Forneceu. O SR CELSO AMARAL - Nessa última compra entrou o Laboratório LEO, também? O SR DEPOENTE - Não me recordo. Agora me recordo também o seguinte: Houve uma parte , porque a compra excedeu a reserva à disponibilidade do orçamento, da verba que estava destinada e houve uma parte que foi paga pela renda indígena. O SR PRESIDENTE - Isso está escriturado na sua seção? Não sabe qual foi o laboratório? O SR DEPOENTE - Essa foi . Não me recordo -

qual foi o laboratório. O SR PRESIDENTE - De minha parte estou satisfeito. Darei a palavra ao nobre colega Rachid Mamed. O SR RACHID MAMED - V.S. já estêve como chefe da Seção de Orientação e Assistência? O SR DEPOENTE - Sim, Sr. O SR RACHID MAMED - Com os conhecimentos que tem V.S. do SPI, queria que nos esclarecesse quando do início da gestão do Tenente Coronel Moacyr, estiveram suspensas as autorizações - para missionários nas fronteiras? O SR DEPOENTE - Estiveram por uma determinação, suponho, do Conselho de Segurança Nacional. O SR RACHID MAMED - Pode-nos informar se já houve o restabelecimento dessas autorizações? O SR DEPOENTE - Houve um restabelecimento para êsses missionários voltarem aos postos em que estavam anteriormente. O SR RACHID MAMED - Essas autorizações atingiram ás regiões que estavam interditadas pelo Serviço de Segurança Nacional? O SR DEPOENTE - Eu digo que sim, porque alguns missionários que chegaram credenciados em Manáus, pelo Serviço, foram impedidos de ir à região, porque esta estava ainda interditada. O SR RACHID MAMED - Os missionários foram impedidos? O SR PRESIDENTE - Êsse assunto é de particular importância, porque, como filho que sou do Território de Roraima, ouvi várias denúncias a êsse respeito e parece-me que há uma região em que até o Conselho de Segurança Nacional havia, de um certo modo, pedido que houvesse essa proibição. Não sei se o informante poderá dizer alguma coisa . V.Exa. é que está fazendo a inquirição mas veio a propósito êsse caso.O SR DEPOENTE - Eu afirmo porque êles chegaram em Manáus e foram impedidos de viajar, parece que pelo comando da região. O SR RACHID MAMED - Por parte da Inspetoria de Manáus qual a medida tomada no caso? O SR DEPOENTE - Êle fêz essa comunicação por telegrama, ao Diretor e há também uma movimentada entrevista que êle concedeu a um jornal semanário, ao Coronel Jocely Brasil, a respeito dessa atividade de missionários nos postos do Serviço, que por sinal, não sei por que, êles - sempre preferem essas regiões de fronteira, essas regiões mais penetrantes do nosso Brasil. Quase nunca êles se dedicam ao estudo de língua ou à divulgação religiosa nos litorais. Procuram sempre o índio - mais próximo da fronteira. Então, a Região Amazônica, é a preferida. Mas o Inspetor chefe de Manáus, concedeu uma entrevista... O SR RACHID MAMED - Quem era êle na ocasião? O SR DEPOENTE - Manoel Moreira de Araújo. Nessa entrevista relatou certos detalhes, cer as particularidades que me puseram na desconfiança do Sr. Diretor, porque êle ficou quase certo de que fôra eu quem houvera fornecido essas informações ao Sr. Manoel Moreira de Carvalho. Mas na própria entrevista, quem a lê bem, verifica-se que foi o próprio americano quem revelou, êsses detalhes, essas particularidades mais íntimas. O SR RACHID MAMED - A pergunta que formulamos neste instante é justamente em virtude dessa suspeita que há quanto à atitude de V.S. Daí pedirmos que

colaborasse com a comissão fazendo um relato que nos esclareça per-
feitamente. Faria, ainda, uma pergunta: Como chefe de Orientação e As
sistência da época V.S. deve saber da existência de um processo a res
peito de um convênio a ser firmado para a instalação de um campo de
pouso para aviões em postos do Serviço? Há expediente da mesma insti-
tuição sôbre a instalação de rêde de rádio no SPI? O SR DEPOENTE -Que
ro realçar aqui essa desconfiança do atual Diretor estar quase que se
transformando em ameaça futura, em tôrno de depoimento que eu teria -
que prestar aqui. O SR PRESIDENTE - Há alguma palavra positiva dêle -
sôbre isso? Porque êle há de convir que V.S. e os demais são funcioná
rios credenciados do SPI. Esta comissão não está buscando incriminar
esta ou aquela pessoa. Quando a comissão se constituiu achou que to-
dos estão à altura para responder pelos seus cargos. A nós nos cabe
apurar os fatos. De maneira que essa atitude do Diretor nos deixa -
surprêsos e ao mesmo tempo vem êle, por si próprio, inculpar-se daqui
lo que não estamos dizendo seja êle culpado. O SR DEPOENTE - Digo a-
qui francamente que estou enfrentando uma situação muito delicada. O
SR RACHID MAMED - Nós conhecemos que V. S. é um homem pacato e ponde-
rado em suas atitudes. De forma que queremos deixá-lo à vontade para
responder com essa calma que lhe é peculiar a essas perguntas. Não há
outra finalidade senão a de verificar os fatos. Esteja à vontade para
responder. O SR DEPOENTE - Muito obrigado. De forma que cada vez mais
essa desconfiança, êsse propósito dêle em relação a mim se agrava, por
que não sei quem o informou que aqui na comissão de inquérito alguns
membros exibiram fotocópia de documentos e êle tinha a certeza de que
fôra eu que teria fornecido o original para essa fotocópia, a ponto -
de chegar lá, um dia dêstes, na minha mesa e perguntar: O SR RACHID -
MAMED - Isso o Coronel Moacyr? O SR DEPOENTE - Exatamente. O SR RACHID
MAMED - Já que V.S. está afirmando isso quero deixar V.S. tranquilo .
Êle é que nos forneceu muitos documentos nesse sentido. O SR DEPOENTE
É bom que fique bem claro. Então, chegou na minha mesa, olhou para o
cofre e perguntou: "Quem tem a chave daquêle cofre?" "Eu disse: Eu" .
"Não há outro funcionário que tenha a chave do cofre?" "Não Sr." "Sò-
mente você?" "Sòmente eu". "Quer abri-lo?" Por infelicidade eu havia
esquecido a chave do cofre. "Coronel, infelizmente hoje me esqueci da
chave, tanto que coloquei o cofre no segrêdo e quando fui abrir veri-
fiquei que tinha esquecido a chave". "E onde são guardados os compro-
vantes da contabilidade?" "Aqui neste armário". Mostrei. Abri e mos -
trei. São 3 prateleiras cheias de processos. "Não guarda isso no co-
fre?" "Não Sr., nunca foi guardado, mesmo porque no cofre não caberi
am tantos documentos". Nisso chamaram-no ao telefone. Não me procuro
mais. Mas soube que êle tem afirmado que aquêles que vão concorrer. P
ra uma situação difícil para uma situação ruim para êle, que êle a

ssim que atravessar esta crise êle sabe o que vai fazer. Não sei se isso é verdade. Estou apenas detalhando isso para V. Exas. verem que minha situação é delicada. Além de mim eu tenho uma filha que trabalha lá e êle pode - tudo indica que é um homem frio e vingativo e os exemplos que temos no SPI são bastantes - amanhã, fazer uma represália. O SR RACHID MAMED - Inclusive pelo que se está apurando êle pode amanhã ser dispensado também. O SR DEPOENTE - Mas êle está certo que não. Mas V.Exas. me permitam. Quis sòmente ilustrar minha situação aqui. Vou entrar na questão. A respeito dêsses convênios, dessas propostas de convênios, existe um processo. Aliás deveriam existir dois. Esistem - dois mas foram juntados por solicitação minha, porque ambos eram propostos por uma mesma entidade. O SR RACHID MAMED - Foram juntados formando um só processo? O SR DEPOENTE - Se não me engano é o SPI-882 ou 822. O SR RACHID MAMED - Nós temos o número do processo. O SR DEPOENTE - Como disse de início, a perda de uma porcentagem considerável de funcionários fêz com que cada funcionário de maior responsabilidade - ficasse com um volume de serviço extraordinário e êsses dois processos ficaram na minha mesa por algum tempo. Mas não sei por que êle - próprio se antecipou e certa vez me chamou e mandou que fôsse taquigrafada uma proposta de convênio. Não sei se foi redigida por êle e isso foi batido na minha seção, uma proposta de convênio que, pelo teor, teria o objetivo de ser submetida ao Sr. Ministro que na época não sei se era o Dr. Renato Costa Lima ou o Dr. Armando Monteiro. Era um dos dois. Não sei se essa proposta de convênio que foi datilografada na minha seção, foi apreciada pelo Ministro e nem sei do seu resultado. Passadas algumas semanas fui a êle e disse: "Coronel, tenho êstes dois processos em mão solicitando o pronunciamento da seção mas não sei se, em face daquela proposta de convênio que o Sr. mandou datilografar na seção, se ainda é necessário o pronunciamento da mesma."Êle olhou e disse: "Não. E necessário você oferecer o pronunciamento da seção". Então, em ambos eu disse que o assunto era de importância para o País e que não havia outro recurso senão consultar ou ouvir a palavra autorizada dos órgãos especializados das Fôrças Armadas. Foram os processos, então, para a mão dêle. E desde essa data não me foi dito coisa nenhuma. Concedeu-me a exoneração da chefia. Posteriormente, chegou à seção o pronunciamento do Estado Maior das Fôrças Armadas, digo, o Estado Maior da Aeronáutica, porque o convênio era para ser firmado entre o SPI e o Summer Institute of Linguistic e a Aeronáutica. Algum tempo depois deu entrada na seção um expediente do Ministério - da Aeronáutica, onde havia o pronunciamento do Estado Maior da Aeronáutica, contrariando, rigorosamente, a proposta do convênio, dizendo que absolutamente não poderia ser firmado aquêle convênio. E não o foi porque o próprio Estado Maior da Aeronáutica o combateu. O SR RACHID MA-

MED - Parece a V. S. no caso então, que não se voltou a conceder? O SR DEPOENTE - Não se voltou. O SR RACHID MAMED - Em virtude do pronunciamento... O SE DEPOENTE - O pronunciamento da Aeronáutica foi vigoroso... O SR RACHID MAMED - Contra. O SR DEPOENTE - ... foi um pronunciamento patriótico, profundamente patriótico. O SR RACHID MAMED - O Coronel Moacyr tem se cercado de novos elementos? Eu tenho a impressão, por aquilo que temos ouvido aqui, que aquela velha equipe de funcionários estão todos afastados de S.S. É uma nova equipe que êle trouxe - ou êle se encontra isolado de todos? O SR DEPOENTE - Êle não trouxe - uma equipe. De início se cercou de elementos velhos, elementos de tradição já no Serviço. Mas não sei se sua maneira de administrar, seu temperamento, fizeram com que êle se chocasse com os mesmos. Não digo isto como despeito ou ressentimento pois poderia ou poderei citar uma verdadeira, vamos dizer, evasão de funcionários, mesmo aquêles que não estavam em contato mais íntimo, por profissão ou por função. Saíram - vários funcionários do SPI. Apelam para ser lotados em outras repartições. São vários. E essa gente velha foi-se afastando, utilizando, êle, então, aquêles que vão sobrando. Não sei até que ponto êle chegará. Posso citar vários que saíram do SPI: Bandeira Plínio, Lourival da Mota Cabral, Dr. Iridiano Amarinho de Oliveira, e últimamente sairam mais 3 funcionários. O SR PRESIDENTE - Saem expontâneamente? O SR DEPOENTE - Expontâneamente? Suponho que sim. O SR PRESIDENTE - Pressionados? O SR DEPOENTE - De certa forma sim. Sentem-se diminuidos sentem-se em dificuldade de trabalhar num ambiente... O SR PRESIDENTE - Fechado. O SR DEPOENTE - Num ambiente de intriga. Todo mundo desconfia um do outro, porque o Sr. Fulano ouve uma conversa e corre para lá, Coronel, Coronel... É um ambiente tenebroso, sombrio. O SR PRESIDENTE - Então o SPI, no momento, é uma repartição mais de assombração do que de trabalho útil ao índio. Se é assim, êsse ambiente prejudica, de muito, a assistência ao índio. O SR DEPOENTE - Particularmente, muito secretamente, informo aqui que ainda não procurei êsse recurso porque não sei, se feliz ou infelizmente, herdei de meu pai êsse censo de responsabilidade muito profundo de não querer sair sem que o serviço que está sob minha responsabilidade esteja rigorosamente atualizado. Foi por isso que ainda não procurei um recurso para sair. Outros tantos que não se encontram nessa situação têm procurado. Saíram agora, repito, Augusto de Sousa Leão, Lourival da Mota Cabral, Iridiano Amarinho de Oliveira, D. Cremilda Silva, saiu a filha e mais outra funcionária. Isto que eu me lembro. O SR RACHID MAMED - Sr. Presidente, as perguntas que tinha a fazer já foram formuladas. O SR PRESIDENTE - Tem a palavra o nobre Relator. O SR CELSO AMARAL - Eu gostaria de consultar V. Exa., Sr. Presidente, se poderíamos interromper um pouco a inquirição do Sr. Luís França Araújo, para ouvir o Sr. Pimentel, em duas ou três perguntas.

O SR. PRESIDENTE - Não há inconveniente. O SR. CELSO AMARAL - V. S. esperaria um pouco lá fora. O SR. DEPOENTE - Pois não. (Pausa. Neste momento foi interrompido o depoimento do Senhor Luiz de França Pereira Araújo, a fim de que pudesse ser ouvido o Senhor Benedito Pimentel, que se encontrava, eventualmente, na Câmara dos Deputados). O SR. PRESIDENTE - O nobre Relator pode reiniciar a inquirição. O SR. RELATOR - Antes de reiniciá-la, gostaria de dizer a V. Senhoria, senhor Luiz, que esta Comissão tem poderes para dar-lhe tôdas as garantias contra a coação que está havendo no SPI. Por isso, não tenha V. Senhoria receio de dizer a verdade, temendo perseguição a membros de sua família. Absolutamente. Qualquer coisa comunique imediatamente ao Presidente desta Comissão ou a um de seus membros. Queria que dissesse o que se está passando dentro do Servipo de Proteção aos Índios. O SR. DEPOENTE - Pois não. O SR. RELATOR - Qual a razão por que está V. Senhoria pedindo exoneração do cargo? O SR. DEPOENTE - A exoneração foi solicitada já por duas vêzes e concedida há dois meses, suponho que em fevereiro. A razão é que minha maneira de conduzir-me não se coaduna perfeitamente com a maneira de administrar do Diretor. Várias coisas resolvia por cima da seção, e quando eu vinha a saber já era fato consumado. Verifiquei que aquilo me parecia uma advertência, como quem diz: "Você está sobrando e pode pedir sua exoneração." Senti isso. Como tenho brio, recorri ao que podia recorrer, que era solicitar minha exoneração da função, da Chefia. A primeira vez, houve interferência de funcionários, e êle ficou mantendo-me. Mas finalmente, com o decorrer do tempo, exonerou-me, e me senti até melhor com isso, porque estava pràticamente numa situação de não poder trabalhar de forma nenhuma. Não sei se pela minha maneira de oferecer parecer sôbre certos problemas e êsses pareceres contrariavam os objetivos dêle. Não sei porque. Com isso, pedi exoneração, recorri ao que podia recorrer, que era exonerar-me da função de Chefia, e deixaria de ser um dos auxiliares imediatos dêle. O SR. RELATOR - Pediu a exoneração só da Chefia, não do serviço? O SR. DEPOENTE - Exato. Não fiz isso ainda, como disse anteriormente, porque, quando eu estava na função de Chefia, o Serviço de Contabilidade ficou completamente abandonado, pois eu não poderia de maneira nenhuma fazer contabilidade e Chefiar a seção, principalmente com escasso número de funcionários que a Diretoria hoje tem em Brasília. Fiquei como contador. O SR. RELATOR - O Sr. Pimentel hoje chefia a Seção de Administração, que tem sob sua orientação a parte de contabilidade do Serviço de Proteção aos Índios. O SR. DEPOENTE - parte de contabilidade do serviço, digo, Contabilidade que diz respeito a verbas orçamentárias. O SR. RELATOR-

Exatamente. Êle tem algum contador? Quem assina os balancetes? O SR DEPOENTE - Não tem contador. Não há contador na Seção de Administração O SR RELATOR - Não há assinatura nos balancetes? O SR DEPOENTE - Não. Há um contrôle das verbas, um livro onde se registram as verbas e tôda operação que se faz com aquela verba. O SR RELATOR - Quanto ao fornecimento de requisição para passagem, está afeto a sua Seção ou à Seção Administrativa? O SR DEPOENTE - Está afeto à Seção de Administração. O SR RELATOR - Uma requisição para alguém fora do SPI é feita - na Seção de Administração ou no próprio Gabinete do Diretor? O SR DEPOENTE - Não estou bem inteirado dêsse articular, mas suponho que as requisições de passagens sejam firmadas pelo Diretor, ou, em seu impedimento, pelo seu substituto legal, que é o Diretor-Substituto. O SR RELATOR =Minha pergunta vem ao caso do Sr. Sílvio Meireles. Conhece-o? O SR DEPOENTE - Conheço. O SR RELATOR - Ex-funcionário, não pertence mais ao quadro do SPI. O SR DEPOENTE - Não pertence. O RELATOR - Fêz umas viagens à 5ª. Inspetoria. O SR DEPOENTE - Fêz. O SR RELATOR -Sabe como foram pagas? Donde saiu o pagamento? O SR DEPOENTE - Fêz uma viagem, e foi-me determinado que entregasse uma importância a êle. O SR RELATOR - determinado por quem? O SR DEPOENTE - Pelo Diretor. O SR RELATOR - Pelo Diretor? O SR DEPOENTE - Sim. Fiz a entrega do dinheiro, mas não sei se foi êle próprio quem viajou, ou se êsse dinheiro - foi para outra pessoa viajar. O SR RELATOR - Quer dizer que foi entregue a uma pessoa estranha ao SPI? O SR DEPOENTE - Sim. O SR RELATOR - A questão dos processos no Tribunal de Contas. O Tribunal , hoje, devolve a maioria dos processos, achando que não estão instruídos necessàriamente para o seu registro. É por essa desorganização do SPI que é devolvido ou existem algumas irregularidades? O SR DEPOENTE - O assunto, como diz respeito a verba orçamentária, está afeto à Seção Administrativa. Mas é sabido, dado o volume de processos descidos em diligência pelo Egrégio Tribunal, que provoca comentários entre os funcionários, pelos próprios funcionários que se sentem prejudicados, como responsáveis por êsses adiantamentos. Não estou incluído na relação dêsses funcionários, porque não tenho nenhum adiantamento no meu nome êste ano, ou do ano que passou. O Tribunal devolve por falha de documentação. Às vêzes, é por impropriedade da aplicação; às vêzes por falta de cumprimento de certas exigências legais. Vários são os motivos por que os processos podem ser devolvidos à repartição. Tem havido alguns casos de multas. O SR RELATOR - O Tribunal impõe uma multa? O SR DEPOENTE - Sim. O SR RELATOR- Por má orientação da documentação? O SR DEPOENTE - Por falta de preenchimento ou do exato preenchimento das formalidades que a lei exige em relação às prestações de contas. Tem havido caso de multa em funcionário. Desconta em vencimentos. O SR RELATOR - O Sr. Fernando Cruz, quando estêve nesta Comissão, declarou que ficou à frente da 5ª. Inspetoria durante 7 meses. O SR DEPOENTE - Es-

têve à frente da Inspetoria. Não posso asseverar categòriamente o tempo exato. Mas estêve à frente da Inspetoria de Campo Grande. O SR RELATOR - Naquela ocasião, existiam 61 arrendatários com contrato e 60 e poucos sem contrato. Pode dizer qual a atitude para regularização da situação dêsses arrendatários sem contrato? O Coronel tomou alguma atitude, deu alguma ordem? O SR DEPOENTE - Assim não me recordo. É possível que tenha dado alguma instrução, na reunião que houve de Chefes de Inspetorias. Talvez tenha instruído o Sr. Fernando Cruz para regularizar essa situação. Mas não chegou as minhas mãos qualquer expediente, qualquer documento, qualquer processo que me capacite a asseverara categòricamente que houve, de fato, na prática, uma medida para regularizar situação. O SR RELATOR - Declarou o Sr. Fernando Cruz, quando assumiu em 1959, na ocasião em que estêve lá, deve ter dado aproximadamente renda de 50 milhões de cruzeiros a 5ª Inspetoria. O SR DEPOENTE - Revelou isso? O SR RELATOR - Sim. (Lê) "Acredito que aproximadamente em 1959 - deve ser êrro de data aqui - quando assumi o cargo, os arrendamentos deveriam ter dado ao SPI renda nada inferior a 50 milhões de cruzeiros." O SR DEPOENTE - Não sei se falei já alguma coisa a respeito disto. O Coronel, com pouco tempo que tomou as rédeas da Diretoria, fêz uma viagem de inspeção a Campo Grande. Lá chegando, verificou essa situação dos arrendatários e promoveu, inicialmente, uma comissão de inquérito para apurar o alcance dêsse problema. Êsse inquérito foi na administração do Inspetor Eurico Sampaio, a pessoa que dirigia a Inspetoria anteriormente. Êsse inquérito, parece-me, foi concluído. Após êsse tempo tôdo, deve ter sido concluído, mas não sei a que resultado chegou a comissão. Na contabilidade, em que são registradas essas operações da renda indígena há apenas um processo de prestação de contas, como já disse, de arrendamento, de cobrança atrasada ou débitos anteriores; mas não monta nem a 1 bilhão de cruzeiros. Feita ainda pelo Eurico Sampaio. Essa prestação de contas monta mais ou menos a 769 ou 770 mil cruzeiros. De lá para cá não me chegou às mãos nenhuma prestação de contas a mais. Ouço falar que há uma renda fabulosa naquela região, mas documentos, comprovantes a respeito disso não possuo. Não digo que a Diretoria não a tenha recebido, mas às minhas mãos não chegou. O SR RELATOR - Deveria passar pelas suas mãos. O SR DEPOENTE - Forçosamente. O SR RELATOR - Declarou também que os arrendamentos são pagos com bezerros, que são contabilizados pelo preço de venda. A venda em dinheiro é escriturada. Não manda nem a comprovação da escrituração de lá? Nada?! O SR DEPOENTE - Até agora não. Aliás, já não é o Chefe da Inspetoria de Campo Grande, e sim da 1ª Inspetoria, com sede em Manaus. O SR RELATOR - Houve a compra de uma camioneta em Mato Grosso, Ford F-100, chapa 3-11-53. Quando se comprou êsse veículo foi pela verba indígena? O

SR DEPOENTE - Há vários comprados. Pode haver compra de veículos pela renda indígena, devidamente autorizada pelo Diretor. Mas em relação a essa compra não tenho elemento nenhum para dizer que foi procedida através da renda indígena. O SR RELATOR - O próprio Diretor declarou que tinha sido comprada pela venda indígena. Se V. Ea. faz a escrituração da renda indígena, estranho que não tenham chegado a suas mãos os comprovantes. O SR DEPOENTE - Possívelmente estão para mandar-me, mas ainda não chegaram. O SR RELATOR - Depois de um ano e meio, quase? O SR DEPOENTE - Sim. Não chegaram às minhas mãos. O SR RELATOR - E acompra de 3 caminhões em Tupã, pelo SPI? Conhece algo sôbre essa compra, no Estado de São Paulo? O SR DEPOENTE - Houve. Houve não, há um processo em que o encarregado do Pôsto - não sei se fica perto de Tupã; suponho que seja o pôsto no município de Tupã, Pôsto Indígena Vanluíli, em São Paulo. Há um processo dêsse encarregado em que êle faz uma exposição ao Diretor e solicita permissão para a compra de um caminhão, mostrando, paralelamente, que existia condições, que o pôsto podia efetuar a compra dando não sei quanto de entrada e fazendo os pagamentos mensais até a conclusão da operação. Êsse processo passou nas minhas mãos e foi informado, e autorizado pelo Diretor a compra do caminhão. Ouço falar que foi comprado êsse caminhão, mas não veio, digo, não me veio às mãos até agora qualquer documento da compra realizada. O SR RELATOR - Pela renda indígena? O SR DEPOENTE - Sim. Devidamente autorizada. Foi autorizada a compra do caminhão, mas o comprovante da operação de compra não me chegou às mãos. O SR RELATOR - É "milagrosa" essa verba indígena, não?... O SR DEPOENTE - Realmente. O SR RELATOR - Ela é aplicada sem planejamento, sem nada? O SR DEPOENTE - Não há planejamento. O SR PRESIDENTE - É ao Deus dará... O SR DEPOENTE - O que acontece de muitos anos é que na realidade raríssimos são os postos beneficiados por alguma parcela da verba orçamentária. O SR RELATOR - Sim, mas mesmo que não seja... O SR DEPOENTE = De forma que o que o Pôsto produz em conseqüência da sua atividade rural é sempre aplicada ali mesmo, na manutenção, para atender às necessidades do índio e do pôsto. Tem sido sempre assim. O SR RELATOR - A aplicação de verbas, ou melhor, os adiantamentos de 1962 foram liberados (as verbas) no dia 27 de dezembro de 1962, três dias antes de encerrar-se o exercício de 1962. E teriam que ser aplicadas naquele exercício. Como em 3 dias ou 2, porque 29 era domingo... teve, portanto, 1 dia e meio para a aplicação da importância de 99 ou 100 milhões de cruzeiros. Como em um dia e meio se pôde aplicar essa verba? O SR DEPOENTE - É pràticamente impossível. A não ser mediante outra maneira. Não sei como foi aplicada. Sei que houve êsse fato, as verbas se retardaram bastante, a ponto de saírem no último dia útil do execício. O SR RELATOR - Exatamente. No

último dia útil. O SR DEPOENTE - Não é assunto da minha seção, mas sei, porque era fato tão importante e decisivo para a vida da repartição, e tôdos os funcionários dêle tinham conhecimento. Não sei a que atribuir retardamento tão grande. O SR RELATOR - Caberia mais à Fazenda que ao SPI explicá-lo. O SR DEPOENTE - Ignoro-o, porque é problema tratado pela Seção de Administração. Sei que até se perdeu verba. Andamos perdendo também verba orçamentária. O SR RELATOR - Estiveram em Brasília 10 caciques, que vieram pedir a manutenção do Diretor do SPI à frente do Serviço. Sabe quem organizou essa concentração ou como foram pagas as despesas dêsses índios em Brasília? O SR DEPOENTE- Não sei. O SR RELATOR - Tem conhecimento de que estiveram aqui? O SR DEPOENTE - Sim. Estiveram na televisão, tentaram falar com o Presidente da República. Até assisti a um programa de televisão em que falaram e pediram a permanência de Fernando Cruz em Campo Grande e do Coronel Moacir na Diretoria. Sei que foram trazidos numa camioneta por um rapaz que suponho seja Vereador em Campo Grande ou numa outra cidade de Mato Grosso. Chama-se Jurandir. O SR DEPOENTE - A camioneta era do SPI, ou particular? O SR DEPOENTE - Não sei dizer. Mas é quase certo que pertencesse ao SPI. O SR RELATOR - Tem conhecimento de adiantamentos ou de dinheiro emprestado pelo Sr. Francisco Meireles para ser entregue ao Sr. Fernando Costa, digo, Fernando Cruz, empréstimo que foi pago depois com verba de dinheiro enviado a Campo Grande? O SR DEPOENTE - Não sei. O SR RELATOR = Conhece processos contra o Sr. Josias Macedo, funcionário do SPI? O SR DEPOENTE - Não sei. Poderia especificar, para que eu pudesse orientar-me? O SR RELATOR - Há processo referente a venda de pinho, de gado, em que estão envolvidos Francisco Meireles, Mota Cabral e Francisco Cruz. Conhece alguma coisa sôbre isso? O SR DEPOENTE - O problema do pinho é antigo, veio de administração muito passadas. Êsses contratos de explocação do pinho foram tôdos levantados e anulados na administração do General José Luís Guedes. Parece que um ou dois exploradores de madeira recorreram à Justiça e conseguiram ganhar a questão, mantendo a exploração do pinho até a conclusão do contrato que haviam firmado com o Serviço. O SR RELATOR - Quanto à dotação orçamentária, diversas Inspetorias recebem verbas. Não poderia informar quanto recebeu a 5ª Inspetoria? O SR DEPOENTE - Há ver, digo, uma verba orçamentária que deveria ser aplicada através da minha seção, a Seção de Orientação e Assistência, que é a verba de assistência ao índio. Para aplicação dessa verba sistemàticamente é feito um plano de aplicação, o qual é submetido à apreciação e aprovação do Sr. Ministro e do Sr. Presidente da República. Êsse plano de aplicação foi feito, mas não estou habilitado a informar se a aplicação da verba obedeceu rigorosamente a êle. O SR RELATOR - Tem conhecimento de uma lista que cor

reu entre os servidores, com o pedido de que se mantivesse o Diretor Moacir Ribeiro Coelho à frente do SPI? O SR DEPOENTE - Tenho. O SR RELATOR - Quem a encabeçava? O SR DEPOENTE - Não sei bem se era Lourival da Mota Cabral. Não me recordo bem disso, mas houve a lista. O SR RELATOR - Solicitando ao funcionário pedir que fôsse mantido o Diretor? O SR DEPOENTE - Exato. Propala-se que foi iniciativa do próprio Coronel. Não posso afirmá-lo com precisão. O SR RELATOR - Tem conhecimento de que determinada pessoa co, digo, pessoa em Brasília recebeu oferta de um funcionário do SPI, no valor de 5 milhões de cruzeiros, para manter o Coronel à frente do SPI? O SR DEPOENTE - Ouvi referência a essa oferta. O SR RELATOR - Foi o Sr. Fernando Cruz quem fêz a oferta? O SR DEPOENTE - Dizem que foi. Êle nada me disse. Mas já ouvi terceiros comentando-o. O SR RELATOR - Sr. Presidente, eram estas as minhas perguntas. O SR PRESIDENTE - Antes de liberar o informante, quero dizer-lhe que possìvelmente teremos que ouvi-lo em outras oportunidades, conforme tenhamos maiores esclarecimentos. O SR DEPOENTE - Pois não. O SR PRESIDENTE - Gostaria de fazer uma pergunta: sôbre o Coronel, atual Diretor do SPI, no que diz respeito a sua atuação como cidadão, probo quanto ao manuseio dos dinheiros públicos, qual o juízo que V. Sa faz? O SR DEPOENTE - Não poderia ser escusado de dá-la, Sr. Presidente? Hoje estou quase como desafeto dêle. O SR PRESIDENTE - V. Sa acha que sua resposta poderia ser tida pela Comissão como parcial. Mas estamos inquirindo V. Sa. Se acha que êle, na Chefia do Serviço, tenha manuseado os dinheiros públicos dentro daquela justeza que o Serviço requer, para maior rendimento dos trabalhos, ou se êle tem negligenciado nessa aplicação, prejudicando o Serviço ou êsse rendimento. Uma coisa é eu ter numerário para aplicar, tempo hábil, para uma ordem prioritária; outra é aplicá-lo assim: tenho de comprar arados ou terçados, mas também posso comprar perfumes, então compro perfumes. É o que quero dizer. Se V. Sa acha que no cômputo geral a administração do Coronel está sendo útil ou prejudicial ao SPI. Acho que não está tolhido de dizer sua opinião, ou dar uma informação de cidadão. Está prestando um depoimento a esta Comissão. . O SR DEPOENTE - Em relação à aplicação das verbas orçamentárias, não tenho elementos para fazer um julgamento, porque tudo é feito entre êle e a Seção de Administração. Em relação à outra renda, pelo que me vem às mãos, considero que a aplicação tem sido mais ou menos regular. Acho também que há preferências. O SR PRESIDENTE - Preferências em que sentido? O SR DEPOENTE - De ordem pessoal. Não tenho certeza, porque foi modificado a aplicação, não me falaram nada, quando eu era Chefe da Seção, na época, mas suponho que a Inspetoria de Manaus não foi contemplada com uma parcela dessa renda de assistência ao índio. Não posso assegurá-lo, mas suponho que não e

fôra. O SR PRESIDENTE - Quer dizer que as preferências vêm atender aos reclamos desta sôbre aquela Inspetoria? O SR DEPOENTE - Exato. O SR PRESIDENTE - Às vêzes, há uma Inspetoria que prioritàriamente deveria ser atendida, e o Coronel acha que deva ser atendida outra. Acha que isso tem ocorrido? O SR DEPOENTE - Acho. O SR PRESIDENTE - Estou satisfeito. Vamos dar por encerrado êste depoimento. Tenho o têrmo de assentada para V. Sa assinar. A Presidência lhe agradece a colaboração prestada e as informações que aqui deu aos que o interpelaram. Pedimos que aguarde nova convocação, se fôr necessária. O SR DEPOENTE - Estarei sempre a disposição da Comissão. O SR RELATOR - Peço que nos comunique qualquer coisa que haja. Aqui estamos para ouvir a verdade. Se tolhida, tem de haver uma reação. O SR DEPOENTE - Ainda hoje eu soube que, dando a Comissão um atestado de honestidade ao Diretor, êle vai pegar um por um. O SR RELATOR - Por que êsse receio? O SR DEPOENTE - Tem feito com outros. Em São Paulo houve um caso: êle se incompatibilizou com um empregado do Pôsto de Iacrili e o transferiu. Mas êsse rapaz, bem relacionado, com amigos políticos, recorreu a um Deputado de São Paulo, o qual veio interceder pelo rapaz. E o Diretor foi até chamado ao Gabinete do Ministro, vendo-se então forçado a conservar o rapaz no Pôsto. Mas sob ameaça. Disse: "Vou lá fazer uma investigação, uma fiscalização nesse Pôsto." Passados alguns dias foi lá. Resultado: não sei o que se passou, mas êle suspendeu o rapaz por 30 dias, o rapaz e a espôsa, também funcionária. O SR PRESIDENTE - Sabe o nome dêsse Deputado de São Paulo? O SR DEPOENTE - Sei que é Brizola, não-sei-o-que Brizola. Um senhor de certa idade. O SR PRESIDENTE - Já tinha dado V. Sa por liberado, mas faria ou, digo, faria ainda outra pergunta: qual sua impressão, como cidadão, não como funcionário, sôbre êsse desejo manifesto do atual Diretor do SPI de se manter no pôsto, servindo-se, para isso, de tôdos os meios? O SR DEPOENTE - É bem sintomático o apêgo a um cargo espinhosíssimo. Basta dizer que já houve mudança de dois ou três Ministros, e êle nem sequer por uma questão de boa ética apresenta exoneração dêle, nem coloca o cargo à disposição. Isso tem trazido reflexos um pouco desairosos a certos funcionários, êsse apêgo tão arraigado a cargo público. Mesmo com a instalação desta Comissão Parlamentar de Inquérito êle estaria, por questão de brio ou hombridade, no dever de colocar o cargo à disposição e ausentar-se, pelo menos, dando margem a que tudo se provasse com inteira lisura. Ainda -é depoimento, Sr. Presidente? O SR PRESIDENTE - Sim. O SR DEPOENTE - Estou certo de que funcionários que aqui já depuseram, não teriam, com êle fora da Diretoria, dado o mesmo depoimento. O SR PRESIDENTE - Estamos satisfeitos com as respostas de V. Sa.

Assino, com as ressalvas anexas.
Jaik de França Pereira de França

507/ 509/ 1250

ERRATAS

1) pg. 7 - Onde se lê: Manoel Moreira de Carvalho; leia-se: Manoel Moreira de Araújo.

2) pg. 9 - Onde se lê: taquigrafada; leia-se: datilografada.

3) pg.10 - Onde se lê: Bandeira Plínio; leia-se: Bandeira Braule Pinto.

4) pg.12 - Onde se lê: Sílvio Meireles; leia-se: Cildo Meireles.

5) pg.13 - Onde se lê: Eurico; leia-se Érico Sampaio. Onde se lê: um bilhão; leia-se: um milhão.

6) pg.14 - Onde se lê: Pôsto Indigena Vanluíle; leia-se: Pôsto Indígena Vanuire.

7) pg.15 - Onde se lê: O Sr. Depoente - A Camioneta era etc. leia-se: O Sr. Relator - A Camioneta era etc.

8) pg. 17 -Onde se lê: Pôsto de Iacrili; leia-se: Pôsto de Iacri.

Brasília, 4 de setembro de 1963.

Luiz de França Pereira de Araújo
LUIS DE FRANÇA PEREIRA DE ARAÚJO

J 741

508
907
Prado 1252

510

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO PARA APURAR IRREGULARIDADES NO SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS

PRESIDENTE: Deputado Valério Magalhães
DEPOENTE: Walter Samari Prado
REUNIÃO: De 6/6/63

Aos seis dias do mês de junho de 1963 perante a Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar irregularidades no Serviço de Proteção aos Índios, compareceu o Sr. Walter Samari Prado, o qual prestou o seguinte depoimento: O SR PRESIDENTE - Antes de começarmos a inquirição peço ao Depoente que faça o compromisso de praxe, estabelecido pelo nosso Regimento Interno e pela própria Constituição, de dizer a esta Comissão Parlamentar de Inquérito a verdade sôbre tudo quanto lhe seja perguntado. O SR DEPOENTE - Perfeitamente. O SR PRESIDENTE - V.Sa é funcionário do SPI há muitos anos? O SR DEPOENTE - Há sete anos. O SR PRESIDENTE - Qual o seu cargo lá? O SR DEPOENTE - Técnico de motores a combustão. O SR PRESIDENTE - Técnico na parte de transportes? O SR DEPOENTE - Sim. Não exerço essas funções. Trata-se de uma readaptação. Estou deslocado de minhas verdadeiras funções. O SR PRESIDENTE - No momento, qual o serviço que executa? O SR DEPOENTE - Meu serviço em Brasília é na Diretoria, quase específico de atender os índios em trânsito por esta Capital, como também serviço de inspeção fora. Tenho feito muitas viagens. O SR PRESIDENTE - Mas o seu cargo é mesmo de mecânico. O SR DEPOENTE - Sim. O SR PRESIDENTE - Tem inspecionado até as próprias Inspetorias? O SR DEPOENTE - Não: postos. Inclusive antes de Brasília, em 1957 e 1958, trabalhei em serviço de atrações, no Xingu, com o Inspetor Meireles. O SR PRESIDENTE - Nesse serviço de inspeção a postos V. Sa não é encaminhado a êle por intermédio do próprio Inspetor, ou vai diretamente ao pôsto, sem que o Inspetor disso tenha conhecimento oficial? O SR DEPOENTE - Não. Sempre nos apresentamos ao Inspetor-Chefe das Inspetorias. É quase uma praxe, apesar de ter uma ordem de serviço para executar a missão a atribuído ao funcionário. Mas é questão de praxe. Em atenção aos colegas, entramos sempre em contato com êles. O SR PRESIDENTE - Outra coisa: nessa parte do atendimento aos índios que passam por Brasília. Há verba específica para isso? O SR DEPOENTE - Não. O SR PRESIDENTE - As despesas com o índio são feitas e pagas como? O SR DEPOENTE - Com a verba de assistência ao índio. O SR PRESIDENTE -Quem paga? O SR DEPOENTE - A Seção de Orientação e Assistência. O SR PRESIDENTE - Qual o Chefe dela aqui? O SR DEPOENTE - O Chefe atual é o Meireles. O SR PRESIDENTE - Êsses índios, êsses caciques que estiveram aqui: a quanto montou aproximadamente a manutenção

dêles na sua permanência em Brasília? O SR DEPOENTE - É muito difícil poder fazer um cálculo das despesas. Em determinada época, transitou por Brasília grande número de índios. O SR PRESIDENTE - Pergunto êsses caciques... O SR RELATOR - Os dez caciques. O SR PRESIDENTE - ... que vieram pedir a permanência do Coronel. O SR DEPOENTE - Não foram entregues a mim. O SR PRESIDENTE - Onde foram hospedados? O SR DEPOENTE - Se não me falha a memória, no Dó-Ré-Mi ou no Anexo de Brasília. Não tive nenhum contato com êles. O SR PRESIDENTE - Não sabe dizer como foi feito o pagamento? O SR DEPOENTE - Não. O SR PRESIDENTE - Nem a assistência que tiveram? O SR DEPOENTE - Não. Sei que mereceram tratamento bom, em relação aos outros que por aqui transitaram. O SR PRESIDENTE - Quais as autoridades com quem estiveram? O SR DEPOENTE - Como acabei de dizer, não tive contato com êles. Naturalmente ouvi dizer. Êles tiveram audiência com diversas autoridades. O SR PRESIDENTE - Com o próprio Ministro da Agricultura? O SR DEPOENTE - Sim. Com o Sr. Prefeito de Brasília, Parece-me que foram levados mesmo ao Planalto. Não sei se conseguiram falar com alguma autoridade ali. O SR PRESIDENTE - Quantos dias passaram em Brasília, grosso modo? O SR DEPOENTE - Grosso modo, uns 12 dias. O SR PRESIDENTE - Há viaturas do SPI em Brasília? O SR DEPOENTE - São três viaturas. O SR PRESIDENTE - E em São Paulo? O SR DEPOENTE - Em São Paulo? Não tenho conhecimento. O SR PRESIDENTE - E no Rio? O SR DEPOENTE - No Rio, ao que me consta, há uma camionete DKW, Vemaguette. O SR PRESIDENTE - À disposição de quem? O SR DEPOENTE - Da Seção de Estudos. O SR PRESIDENTE - Ela só presta serviços a essa Seção? Ou presta serviços a terceiros? O SR DEPOENTE - Estive no Rio recentemente, não em missão do Serviço, mas passei mais de um ano sem ir lá, de maneira que de lá para cá perdi o contato inteiramente com a nossa repartição lá. O SR PRESIDENTE - Aqui em Brasília essas camionetas só fazem serviços oficiais? O SR DEPOENTE - Ao que sei, sim. O SR PRESIDENTE - Em Campo Grande há uma camioneta também? O SR DEPOENTE - Há tempos, há meses, estêve aqui uma camioneta. Não cheguei a vê-la. Soube que é de marca Chevrolet, pertencente à Inspetoria de Campo Grande. O SR PRESIDENTE - V.Sa como mecânico não tem contato nenhum com os veículos? O SR DEPOENTE - Não. O SR PRESIDENTE - Seu trabalho é no setor de assistência ao índio? O SR DEPOENTE - De inspeção. O SR PRESIDENTE - Com a palavra o nobre Relator. O SR RELATOR - Sr. Depoente, quando êsses índios estavam aqui, já que está afeta a V. Sa a assistência aos índiso, não ouviu falar de onde saiu a verba para êsse pagamento? O SR DEPOENTE - Não. Sei que receberam tratamento nunca dado aos demais. Não tenho a mínima idéia. O SR RELATOR - Queria explicar-lhe que esta CPI dará as garantias a V. Sa. Mas queremos saber a verdade, sem cogitar de amea-

ças do Sr. Diretor ou de quem quer que seja. O SR DEPOENTE - Sinto-me realmente à vontade. O SR RELATOR - Se existe qualquer coação, a Comissão poderá tomar qualquer iniciativa, para que tal não suceda. Quero de V. Sa tôda a verdade. O SR DEPOENTE - É exatamente o que irei relatar. O SR RELATOR - Nessas vige, digo, viagens de inspeção de V. Sa tem visto assistência do SPI, em questão de remédio, de implementos agrícolas a essas aldeias e postos? Há alguma queixa? O SR DEPOENTE - As queixas são generalizadas. O SPI, na minha opinião, atravessa crise muito séria. O S R RELATOR - Crise financeira ou crise de homens? O SR DEPOENTE - De modo geral... O SR RELATOR - As duas? O SR DEPOENTE - Sim. É serviço que dispõe de poucos recursos financeiros, e, na minha maneira de entender, sem um plano prèviamente traçado para aplicação. Acho que não há um critério de boa aplicação em benefício da assistência ao índio. Naturalmente que as verbas são pequenas em relação à grandiosidade do serviço. Acho um Serviço admirável, o SPI. O SR RELATOR - Concordo em que é admirável e as verbas são pequenas. O S R DEPOENTE - Não, digo, Mas não há uma aplicação criteriosa. O SR RELATOR - No ano passado, o SPI recebeu 100 milhões de verba orçamentária. O SR DEPOENTE - Estou até mais ou menos à vontade para falar sôbre isso, porque sou, no Serviço, dos que sempre lutaram, inclusive junto ao Congresso, à Câmara, para conseguir, através de emendas, recursos financeiros para o nosso Serviço. Tenho lutado há dois anos. E no ano passado tivemos a felicidade de obter resultado, ou melhor, no ano retrasado, quando foram liberadas as verbas; tivemos a satisfação de ver alguns pedidos nossos atendidos através de emendas assinadas por Deputados amigos do índio. E, acima de tudo, a satisfação de vê-las aprovadas e liberadas. A aplicação dêsse dinheiro é que infelizmente, no meu modo de entender, não obedece aos planos prèviamente traçados e aprovados. O SR RELATOR - Veja V.Sa: só a verba orçamentária vai a 100 milhões de cruzeiros. V.Sa não desconhece que a Inspetoria de Mato Grosso, a 5a Inspetoria, tem uma renda anual superior a 50 milhões de cruzeiros. Só uma Inspetoria. E muito mal aplicada. Quer dizer que a crise é de homens, da má aplicação. Não crise financeira. O SR PRESIDENTE - Fora da renda indígena? O SR DEPOENTE - Sim. Mas a Inspetoria de Campo Grande não foi beneficiada por emendas. De fato, ela pode e deve dar melhor assistência àqueles índios, porque é Inspetoria considerada por nós das mais ricas ou talvez a mais rica do SPI, com rendas, apesar de não estarem legalizadas dentro da repartição, mas há anos vem obtendo recursos do arrendamento da Reserva do Caiuéus. O SR PRESIDENTE - São perfeitamente escrituradas as rendas? Constam das escritas das Inspetorias? O SR DEPOENTE - Temos poucos dados na repartição sôbre isso. De maneira que devia haver

melhor assistência, já que os recursos são grandes lá, com as rendas provenientes dos arrendamentos. Oficialmente são 60 e poucos arrendamentos; mas o levantamento que estão fazendo possìvelmente vai levar à conclusão de que é muito mais que isso. O SR RELATOR - Fiz esta pergunta: nas suas viagens de inspeção, quais as queixas que recebe dos indígenas? O SR DEPOENTE - De modo geral, ferramentas e medicamentos. Pedem o mínimo. O SR PRESIDENTE - Os postos têm enfermeiros? O SR DEPOENTE - Poucos dêles. Raríssimos os que têm. O SR PRESIDENTE - Mas há enfermeiros no quadro. O SR DEPOENTE - No quadro do SPI há. O SR PRESIDENTE - Estão na sede, aqui? Se os postos não têm enfermeiros, mas existem no quadro os cargos e estão preenchidos, onde estão êsses enfermeiros? O SR DEPOENTE - São cento e tantos postos. Não sei se temos para cada pôsto um enfermeiro. O certo é que êles não recebem assistência, não há enfermeiro para orientar a aplicação dos medicamentos. O SR PRESIDENTE - O Coronel já procurou sanar essa dificuldade ou essa falta de assistência, na administração dêle? Acha que êle tenha dado maior assistência a êsses postos que a assistência dada pelos antecessores? O SR DEPOENTE - O Coronel viaja muito. O SR PRESIDENTE - Mas viajar não é dar assistência. Êle não é enfermeiro. Pergunto se êle objetivamente tem procurado levar ao índio, através das Inspetorias, o material, medicamentos, ferramentas, sementes e assistência, com enfermeiro, médico vez por outra passando lá. Não tem sido feito isso? O SR DEPOENTE - Não há assistência regular. O SR PRESIDENTE - Mesmo na administração atual? O SR DEPOENTE - Sim. Se há providências nesse sentido, são tomadas por lá mesmo, sem têrmos conhecimento na Diretoria. Não me lembro de ter lido relatório sôbre qualquer providência nesse sentido. Se houve a providência para sanar ou melhorar a assistência ao índio, com ferramentas, medicamentos, foi tomada lá mesmo. Não temos elemento nenhum em mãos. O SR PRESIDENTE - V. Sa pertence à Seção de Assistência aos Índios? O SR DEPOENTE - Sim. O SR PRESIDENTE - Veja que organização perfeita tem o SPI: pertencendo ao Serviço de Assistência aos Índios, V. Sa desconhece o plano de assistência aos índios. O SR DEPOENTE - Embora pareça incrível. O SR PRESIDENTE - Não pela sua vontade, mas pela própria administração, que não o faz chegar ao seu conhecimento. Falta de planejamento. O SR DEPOENTE - Acima de tudo, só entendo administrar com um plano. O SR PRESIDENTE - Claro. O SR DEPOENTE - Pode ser modificado de acôrdo com a necessidade do Serviço, mas em tôdo setor da Administração pública tem que haver o plano de trabalho. Não se pode trabalhar sòmente de improviso. O SR PRESIDENTE - Nessa assistência aos índios, há Inspetorias com mais proteção que outras ou mais aquinhoadas pelas verbas? O SR DEPOENTE - A distribuição de verbas é feita por uma seção, a Seção

de Administração, à qual não estou ligado. Podia ser feita pela minha, que é de orientação e assistência e tem obrigação de conhecer as necessidades das Inspetorias. A outra é apenas Seção Administrativa. O SR PRESIDENTE - Êsse descontentamento muito grande entre funcionários do SPI, uns pedindo transferência, outros solicitando comissionamentos, qual a razão disso? O SR DEPOENTE - Tem havido muitos casos de colegas nossos que se têm afastado da Diretoria. Todos êles em choque com a administração. Não concordam com os métodos de administração do Sr. Coronel. O SR PRESIDENTE - Só dois depoentes concordam, de todos que ouvi. O SR DEPOENTE - Ainda existem funcionários dentro do Serviço que, pelo seu passado de luta ali, tem amor ao índio. Êsses sentem-se descontentes, porque o Serviço é de assistência ao índio e quando vêem que não há ambiente para trabalhar, procuram afastar-se. Assim têm feito muitos, e, naturalmente, outros irão segui-los. O SR RELATOR - Quer dizer que está de acôrdo em mudar o nome de SPI para SPC, Serviço de Proteção aos Civilizados?... O SR PRESIDENTE - E aos funcionários... O SR DEPOENTE - Perfeitamente. O SR RELATOR - Hoje, pelo que vejo, o SPI funciona entre panelas de funcionários. Fernando Cruz é muito ligado ao Coronel Ribeiro Coelho? O SR DEPOENTE - Sim. O SR RELATOR - Conhece bem o Sr. Fernando Cruz? O SR DEPOENTE - Conheço Fernando Cruz, apesar de estar sem contato com êle há bastante tempo. Desde que veio de uma expedição a Rondônia, tive poucos contatos com êle. O SR RELATOR - Houve caso de mortes lá, em que foi êle acusado de ser o principal mandante? Ou qualquer coisa nesse sentido? O SR DEPOENTE - Não estive presente, mas é assunto bem propalado, não só na repartição, como fora. O SR RELATOR - Foi aberto inquérito nesse sentido? O SR DEPOENTE - Não me recordo. O SR RELATOR - Como foi o caso. Tem mais ou menos conhecimento dêle? O SR DEPOENTE - Passei 1957 e 1958 no Pará, em trabalho de mo, digo, de pacificação dos índios Caiapós. Quando por lá andei, soube que Fernando Cruz teria entrado em choque com elementos do Alto Tapajós, e nesse choque armado teria havido vítimas. O SR RELATOR - Vítimas do lado dos índios? O SR DEPOENTE - Entre êle, com índios, contra moradores da região. O SR RELATOR - Conhece o Sr. Josias Macedo? O SR DEPOENTE - Conheço. O SR RELATOR - Qual a função dêle, hoje, no SPI? O SR DEPOENTE - Hoje é funcionário ligado à Seção de Estudos, sem cargo de Chefia. Deixou de ser chefe de seção há dois ou três meses. O SR RELATOR - E essa Seção de Estudos é no Rio de Janeiro? O SR DEPOENTE - Sim. O SR PRESIDENTE - Ministério da Agricultura? O SR DEPOENTE - Sim. É o Museu do Índio. O SR PRESIDENTE - Nobre Relator, devíamos fazer uma visita a êsse museu. O SR RELATOR - Sim, mas acho o tempo exíguo. O SR PRESIDENTE - Estarei no Rio sábado. Quando chegaria V. Exa? O SR RELATOR - No dia que V. Exa de-

513 514 1257

terminar. O SR PRESIDENTE - Sábado estará aberto? O SR DEPOENTE - Por algumas horas, para atender aos visitantes. O SR RELATOR - Acho que poderia ser dispensada essa visita. O SR PRESIDENTE - Seria para verificar se seu funcionamento justifica as verbas e os funcionários que tem. O SR RELATOR - Dizem que falta contador, falta tudo, tudo. O SR PRESIDENTE - Estarei lá no sábado. O SR RELATOR - Sr. Depoente, há quanto tempo está no SPI em Brasília? O SR DEPOENTE - Vim para cá em março de 1961. O SR RELATOR - Já na gestão do Coronel Moacir? O SR DEPOENTE - Não, do Coronel Tasso de Aquino. O SR RELATOR - E continua aqui até agora? O SR DEPOENTE - Continuo. O SR RELATOR - Qual a razão da existência do cargo de mecânico no SPI? O SPI tem motores? O SR DEPOENTE - Sr. Deputado, fomos admitidos como assalariados, naturalmente para aproveitar as vagas. Eu, por exemplo, jamais exerci a função de técnico de motores ou de motores a combustão. Sempre fiz trabalho considerado de Inspetor. O SR PRESIDENTE - Como V. Sa há outros funcionários deslocados de suas respectivas funções no SPI? O SR DEPOENTE - Existem alguns. O SR PRESIDENTE - Menciona-se na fôlha como mecânico, mas não é. Ou é, mas não exerce a função. Como o caso do técnico agrícola, que também não exerce essa função. O SR DEPOENTE - Exatamente. O SR RELATOR - Eu estou satisfeito, Sr. Presidente. O SR PRESIDENTE - Há no SPI, nas Inspetorias, periódicamente, alguma inspeção aos roçados dos índios por algum técnico ou mesmo prático agrícola, já que o agrônomo não possa ir? O SR DEPOENTE - Não. O SR PRESIDENTE - Quer dizer que o índio faz o roçado pelo primitivismo de antanho? Nada recebeu de orientação do SPI quanto a êsse aspecto? A técnica é a primitiva? O SR DEPOENTE - Sim, Sr. Deputado. O SR PRESIDENTE - É derrubar a mata, queimar, plantar; derrubar, queimar, plantar? O SR DEPOENTE - Sem orientação do Serviço. O SR PRESIDENTE - Nem quanto ao emprêgo da máquina que entrega? O SR DEPOENTE - Exatamente. O SR PRESIDENTE - Quer dizer que nesse particular o SPI mantém o rudimentarismo dos tempos primitivos? O SR DEPOENTE - Como no estado primitivo. O SR PRESIDENTE - Mas há técnicos agrícolas, ou práticos rurais ali? O SR DEPOENTE - Não. O SR PRESIDENTE - No quadro não há?! O SR DEPOENTE - Não. O SR BRESIDENTE - Então, o SOPI, digo, o SPI, em rigor, não procura chamar o índio à civilização. Não é só domesticá-lo: é trazê-lo para ser elemento útil à sociedade. O SR DEPOENTE - Não basta sòmente domesticar o índio, trazê-lo para o nosso convívio, porque devíamos antes de pacificá-los criar condições para a subsistência dêles. O SR PRESIDENTE - Decerto. Mas desde que esteja pacificado, o SPI não promove sua integração na comunidade nacional, pois que até êsses princípios básicos de como trabalhar a terra, os mais rudimentares possíveis, o SPI não lhes dá. O SR DEPOENTE - Exato. O SR PRESIDENTE - É, conseqüentemente, uma domesticação como de qualquer animal. A anta é

animal que, domesticado, fica conosco dentro de casa, anda no quintal, passa a comer em nossas mãos, mas não entra para a civilização. O SR DEPOENTE - Tem sido assim. E se não houver uma modificação nesse sistema, a tendência é desaparecer o índio, que não tem nossa resistência física. O SR PRESIDENTE - V. Sa vem confirmar aquilo de que estamos seguros: O SPI tem sido inoperante. Pode ter tido sua fase áurea, mas nos nossos dias é repartição... O SR DEPOENTE - Que não cumpre a sua finalidade. O SR PRESIDENTE - ... que não cumpre a finalidade para a qual foi criada. É pêsso morto, digo, é pêso morto nas rendas da Nação, em última análise. O SR DEPOENTE - Infelizmente, na parte de assistência ao índio... O SR PRESIDENTE - Que o SPI não dá. O SR DEPOENTE - Perfeitamente. Existia uma organização grandiosa... O SR PRESIDENTE - Na sua participação pessoal de patriota, de brasileiro - e devemos defender a pátria intransigentemente - na sua impressão de cidadão, não acharia mais meritório que essas rendas, mediante convênios sérios ou no Mihistério que vai ser criado, fôssem aplicadas por aquelas entidades assistenciais que já deram provas provadas, concretas de recuperação do índio? Cito um exemplo que conheço, que vi, no Acre, onde tive um colega de turma de ginásio que é índio puro: a obra dos Salesianos. Não seria preferível, já que prestam êsse amparo tôdo sem ter possibilidade de rendimento, que as verbas lhes fôssem entregues mediante convênio, que seria fiscalizado? O SR DEPOENTE - Mediante convênio... O SR PRESIDENTE - Seriam aplicadas por essas entidades, para que tivessem maiores recursos e pudessem agir com maior desembaraço, na situação de bem servir o índio aquêles que deram provas de que realmente o assistem. Qual sua opinião nesse particular? Acentuo que haveria a cúpula administrativa do SPI, mas a parte assistencial seria mediante convênios. O SPI teria sua diretoria, seu serviço burocrático administrativo do conjunto; e mediante convênios dava-se assistência ao índio, fiscalizando a aplicação dêsse dinheiro através do cumprimento dêsses convênios. Não lhe parece que o rendimento seria maior? O SR DEPOENTE- Sr. Presidente, devo ser um sonhador, porque ainda acredito na recuperação do SPI. Acho que com modificações, o SPI ainda poderá vir a cumprir com sua verdadeira finalidade de assistir o índio realmente. Não podemos mesmo deixar de lado essas entidades religiosas, principalmente a católica, que nos tem dado... O SR PRESIDENTE - Pode ser protestante, desde que dê assistência. Sou católico, mas... O SR DEPOENTE - Mencionei os católicos, porque os padres se têm destacado. O SR PRESIDENTE - Estive num lugar em um afluente do Alto Rio Negro, viajando até certo ponto em trecho bem encachoeirado. Cheguei ao cair da noite. No dia seguinte, o padre convidou-me para assistir ao início das aulas. Mais ou menos às 7 da manhã lá che

gamos. No prédio da escola estavam cêrca de 300 índios formados. Isso na fronteira com a Colômbia. Sou muito emotivo e muito patriota, como tôdos devemos ser. Pediram-me que hasteasse o Pavilhão Nacional. Quando peguei na driça, as crianças entoaram o Hino Nacional. Com falhas, sobretudo na pronúncia; mas aquilo me comoveu profundamente. Defronte a Colômbia, em plena selva amazônica! Passei seis dias ali. Fui à maloca, já necleada: o índio já saía alfabetizado para o Núcleo. E nunca apareceu ninguém do SPI nessa região. Vi, então, êsse exemplo. De volta, embarquei na lancha que me traria aonde estava o avião. O bispo veio comigo. Enfrentamos outra vez o trecho encachoeirado. Na proa, um homem; na malagueta do leme, outro. O padre, com a varinha, mostrando o caminho. E desde o ajudante de cozinheiro e o motorista ao homem da malagueta, o prático, o comandante, - tôdos índios! Minha vida e a do bispo entregues a êles, num trecho encachoeirado do Rio Negro. E o SPI lá nunca fêz nada. É triste, não lhe parece, Sr. Depoente? O SR DEPOENTE - Sim. O SR PRESIDENTE - Um Serviço criado para êsse fim! O SR DEPOENTE - Tenho muita saudade daqueles que considero os meus maiores amigos: os bravios Caiapós. Hoje nem se procura saber notícias dêles. Já quis perguntar por êles, sei que muitos já morreram, daqueles a quem se veio pacificar. Passei dias alegres com êles no Xingu. Hoje estão talvez abandonados. Há muito tempo não vou por lá e não sei se voltaria. O SR PRESIDENTE - O SPI apenas transforma agora, ou naquele momento, os índios em homens que deixaram de ser bichos do mato. Mas as gerações futuras continuarão a sê-lo. O SR RELATOR - O caso dos Xavantes é exemplo. Depois que a civilização lá chegou, o império xavantino, como o chamavam, não existe mais. O SR DEPOENTE - Os mais belos índios, os Xavantes, uma nação de índios robustos, sadios. Hoje lá estão, reduzidos a trapos. O SR RELATOR - Parece que o SPI, ao invés de os proteger, os extingue, não? O SR DEPOENTE - Mas tenho esperança de ver o SPI - desde que se possa fazer modificações, levando para lá homens abnegados que tenham amor ao índio - transformado pelo menos num serviço de assistência e proteção ao índio. O SR PRESIDENTE - Agradeço sua colaboração. Se tivermos necessidade de nova inquirição, faremos a convocação. O SR DEPOENTE - Estarei à inteira disposição da Comissão. O SR PRESIDENTE - Está encerrada a sessão.

/mss

Comissão Parlamentar de Inquérito sôbre Irregularidades no Serviço de Proteção aos Índios.
Presidente : Deputado Valério Magalhães.
Depoente : Heloísa Tôrres.
Reunião de : 10 de junho de 1 963 (tarde).
Local : Palácio Tiradentes - RIO.

Aos dez dias do mês de junho do ano de mil novecentos e sessenta e três, perante a Comissão Parlamentar de Inquérito sôbre Irregularidades no Serviço de Proteção aos Índios, a Senhora Heloísa Tôrres, na qualidade de Presidente do Conselho Nacional dos Índios, prestou o seguinte depoimento: O SR. PRESIDENTE - Está aberta a sessão,digo, a reunião. Estamos reunidos em Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar irregularidades diversas que chegaram ao nosso conhecimento através de denúncias a respeito do Serviço de Proteção aos Índios. Por êsse motivo a presidência, aprovando parecer do nobre Relator, achou por bem convidar V. Sa. para vir, na qualidade que é de presidente do Conselho dos Índios , prestar algumas informações para que possamos estar a cavaleiro da missão que nos foi confiada. Antes, porém, dêsses esclarecimentos, de acôrdo com o Regimento das Comissões Parlamentares de Inquérito e com a nossa Constituição, pediria a V.Sa. prestasse o compromisso de dizer a verdade, sòmente a verdade, sôbre tudo o que lhe fôr perguntado. A SRA.HELOÍSA TORRES - Comprometo-me a dizer a verdade, sòmente a verdade, sôbre o que me fôr perguntado. O SR. PRESIDENTE - V.Sa. é Presidente do Conselho Nacional dos Índios? A SRA; HELOÍSA TORRES - Sim. O SR.PRESIDENTE - Há quanto tempo? A SRA. HELOÍSA TORRES - Primeiramente, substituí interinamente o Marechal Rondon, doente desde novembro de 1 955 até 19 de janeiro de 1 958, data em que faleceu. A nomeação para efetivação demorou bastante tempo. Não tenho lembrança exata da data. O SR PRESIDENTE - O Conselho é constituído de quantos membros? A SRA. HELOÍSA TORRES - Sete. O SR. PRESIDENTE - Membros natos? A SRA. HELOÍSA TORRES - Membro nato apenas o Diretor do Serviço de Proteção aos Índios. É o único. O SR. PRESIDENTE - Os demais são todos nomeados? A SRA HELOÍSA TORRES - São. Um representante do Museu Nacional, um do Conselho Florestal, os outros de nomeação do Presidente da República. O SR. PRESIDENTE - Êstes representantes são indicados pelo Ministro da Agricultura ao Presidente? A SRA. HELOÍSA TORRES - Creio que sim, ou pelo próprio Serviço. Não tenho certeza sôbre como se faz isso. O SR. PRESIDENTE - O Conselho é subordinado ao Ministro de Estado da Agricultura? A SRA. HELÓISA TORRES - Sim. Foi subordinado ao Ministro. No momento, o Conselho encontra-se numa situação muito estranha, porque não foi in-

incluído na lei delegada e não foi tão pouco extinto. O SR. PRESIDENTE - Onde é a sede do Conselho? A SRA. HELOÍSA TORRES - No Rio de Janeiro. O SR. PRESIDENTE - Reúne-se com que regularidade? A SRA. HELOÍSA TORRES - Pelo Regimento, duas vêzes por mês. Mas, desde a mudança para Brasília, têm sido muito irregulares essas reuniões, porque um dos membros do Conselho é o Dr. Daci Ribeiro, digo, Dr. Darci Ribeiro, que está permanentemente em Brasília. Raramente vem ao Rio. Foi um representante do Conselho. O Conselho Florestal, que tinha também um representante, foi extinto. De forma que as reuniões se tornam difíceis. O Brigadeiro Aboim, outro membro do Conselho, viaja muito. É difícil haver número. Estamos precisando de uma revitalização, quanto aos funcionários que possui o Conselho. Temos um Secretário, que é o Sr. José da Gama Maria Malcher, um bibliotecário, um escriturário, um mestre eletricista, que aliás, exerce funções de contínuo, e um rapaz que faz o serviço de mimeógrafo. Isto na sede do Conselho. Há um outro setor que funciona no Ministério da Guerra, constituído pelos remanescentes da carta de Mato Grosso. Embora a carta esteja pronta e já distribuída, até o presente o General Jaguarybe de Matos não redigiu o texto que deveria acompanhar a carta. De forma que numa sala do Ministério da Guerra temos algum material e uns poucos funcionários considerados talvez como do Conselho, mas que já pusemos à disposição do Ministério porque não vão mais ser necessários. O SR. VALÉRIO MAGALHÃES - São pagos por verba? A SRA. HELOISA TORRES - Verba do pessoal do Ministério da Agricultura lotado no Conselho. O SR. VALÉRIO MAGALHÃES - O Conselho tem verba própria todos os anos? A SRA. HELOISA TORRES - Tem, e houve no momento situação muito desagradável. Com o fato de não ter figurado o Conselho na Lei delegada, passaram tôdas as verbas do Conselho para o plano de economia. Assim, não temos um vintém no Conselho. O Conselho não tem jeton; os membros exercem a função gratuitamente; o Presidente, também. Eu sou Diretor agregado no Ministério de Educação e membro do Conselho desde a sua criação. Fui nomeada Vice-Presidente pelo Presidente Café Filho, e depois assumi a presidência por doença do Morechal Rondon. O SR. VALÉRIO MAGALHÃES - Mas pertence ao Ministério? A SRA. HELOISA TORRES - Pertenço ao quadro do Ministério da Educação. O SR. VALÉRIO MAGALHÃES - Pediria ao nobre Relator a fineza de têrmos anotada esta parte - que o Conselho está fora da Lei Delegada e que suas verbas passaram para o plano de economia - a fim de, ao chegarmos a Brasília, mesmo antes de prosseguir nas nossas indagações até o final, fizéssemos comunicar esta particularidade ao Presidente da Câmara, para que, não sei se por nós diretamente ou por intermédio dêle houvesse providências no sentido de sanar essas irregurl, digo, essa irregularidade. O SR. CELSO AMRAL - Acho que caberia ao próprio Ministro. O SR. VALÉRIO MAGALHÃES - Chegar ao Ministro, por nosso intermédio ou pela Mesa da Câmara, êsse fato, para que êle junto ao Executivo tome as providências necessárias. Mas dese-

518

desejava fazer à depoente, antes que o Relator inicie sua inquirição, algumas perguntas. A ligação entre o Conselho Nacional do Índio e o Serviço de Proteção aos Índios é íntima? A SRA. HELOISA TORRES - Não; é uma situação legal, absolutamente ineficiente. O Decreto-Lei de criação do Conselho do Índio não lhe deu capacidade alguma sôbre a ação do Serviço de Proteção aos Índios, e com uma agravante: no parágrafo único do art. 5º coloca o Conselho a pouca distância de subordinação ao Serviço, porque determina que as comunicações do Conselho ao Govêrno sejam feitas através do Serviço. De forma que, em decorrência dessa situação anômala, verificamos que, durante os primeiros quatro anos, o Diretor do Serviço de Proteção aos Índios não levantou a menor dúvida quanto à participação do Conselho nos trabalhos. Tudo correu admiràvelmente bem, com proveito mútuo, nós atendendo às consultas, estudando os problemas de que o Serviço precisava. Mas ao cabo de quatro anos, com mudança da Diretoria do SPI, o nôvo Diretor achou que não deveria consultar o Conselho para assunto algum, e assim se deu nestas duas Diretorias consecutivas. Em 1 951, entrou José Maria da Gama Malcher, cujo entrosamento com o Conselho foi perfeito. Mas novamente, com a mudança do Diretor, entramos numa fase de um pouco mais do que afastamento porque passou a ser pràticamente hostilidade do Serviço para com o Conselho. Temos alguns documentos desagradáveis ao nosso arquivo. De forma que desde o primeiro intervalo improdutivo da ação do Conselho o Marechal Rondon dirigiu-se ao Govêrno, pedindo a modificação da Lei; desejava mesmo fundir os dois órgãos. E retomou-se intensamente essa atividade de pedir a revisão da Lei, depois da saída do Sr. Gama Malcher, em 1 955. E essa luta tem se prolongado até o presente, sem resultado algum. O SR. VALÉRIO MAGALHÃES - No momento, as relações do Conselho com o Diretor atual do Serviço de Proteção aos Índios continuam nesse pé de incompreensão, ou melhorou? A SRA. HELOISA TORRES - Com o atual Diretor? O SR. VALÉRIO MAGALHÃES - Sim. A SRA. HELOISA TORRES - Não podemos queixar-nos absolutamente dêle. Tem-nos visitado algumas vêzes. O que nos afasta mais é essa situação Rio-Brasília das duas entidades. Eu tenho muito respeito pela atuação dêle. Parece-me uma pessoa de bem, que deseja moralizar. Porque o Serviço de Proteção aos Índios é hoje, infelizmente, um dos mais desmoralizados da República. Tendo começado com um corpo de idealistas, não pôde ser mantido assim na situação da vida moderna, de marcha para a industrialização. Temos de substituir aquela motivação puramente idealística do Marechal Rondon e das pessoas que trabalharam com êle por uma fundamentação científica. E é por isso que nos batemos. Tenho tido vários contatos com o grupo da reforma administrativa, contatos que parecem que vão ser muito profícuos, a fim de que o Conselho possa ter a posição que realmente lhe compete, de órgão de cúpula nos serviços de assistência e proteção aos ídn, digo, aos índios, o traçador da política indigenista brasileira e o fiscalizador da execução

519 1264

dessa política. E mais ainda: como, no momento, o próprio Diretor do Serviço é o primeiro a declarar que não dispõe de elementos categorizados para fazer os levantamentos, os estudos necessários à fundamentação dêsse trabalho, é possível que tudo isso, parte de pesquisas também, reverta a atividades do Conselho. O SR. VALÉRIO MAGALHÃES - E essa Seção de Cultura? A SRA. HELOISA TORRES - Exatamente, precisamos fazer um estudo da distribuição dos grupos, das relações do grupo com o ambiente, com o seu habitat, da cultura dêsse grupo e sobretudo o tipo e grau de contato com a comunidade nacional. O problema do índio do Brasil não é sòmente questão administrativa brasileira; êle atrai a atenção do mundo inteiro. A Sociedade Internacional de Antropologia acaba de dar alguns mil dólares para estudar um grupo indígena do Paraná. É fato que vale a pena ser relatado, pela sua curiosidade: no Noroeste do Paraná, debaixo dos nossos olhos, foi encontrado, nos anos últimos, um grupo indígena na idade da pedra, um grupo que não conhece a mandioca, não tem cultivo de espécie alguma. São remanescentes um pouco numerosos êsses indivíduos. O SR. CELSO AMARAL - Nem o Serviço de Proteção aos Índios conhecia êsses indivíduos? A SRA. HELOISA TORRES - Teve notícia dêles, fêz postos de atração - a eterna orientação errada do pôsto de atração. Todo o Serviço de Proeteção, digo, de Proteção aos Índios precisa de remodelação completa. O SR. VALÉRIO MAGALHÃES - Minha opinião sincera, como homem do interior, é de que o Serviço de Proteção aos Índios, no que diz respeito à assistência e principalmente - a meu ver o que deveria ser sua maior finalidade - à integração dêsses nossos patrícios à comunidade nacional, fracassou totalmente. A SR. HELOISA TORRES - Fracasso completo. O SR. VALÉRIO MAGALHÃES - E não se diga que isso seja impossível; a assimilação é possível. Na Amazônia, através da assistência direta dos salesianos, chegamos a ter já um padre índio, mais de um padre, um médico, um bacharel que foi até meu colega no ginásio, índio puro, sem mescla. No Rio Negro, há índios eleitores, reservistas. Por que o Serviço de Proteção aos Índios não consegue isso? Aqui se diz que é falta de verba. Hoje estêve aqui o General Guedes, o único que já disse que a renda dos índios, se fôsse bem aplicada, daria só ela para tornar autori, digo, auto-suficiente o SPI. A SRA. HELOISA TORRES -Não sei se chegaremos até lá, talvez haja um pouco de exagêro. O SR. VALÉRIO MAGALHÃES - Bem aplicada e posta em movimentação poder-se-ia chegar a isso. A SRA. HELOISA TORRES - V.Exa. mencionou casos individuais de índios que tiveram situação boa no nosso grupo de civilizados, equivalente à de tantos outros. Mas a questão são os grupos coletivos. Os mundurucus produziram no Pará, em linha ascensional, aumentando todos os anos, uma borracha esplêndida que o Banco da Borracha sempre adquiria. Pois bem, destruiram todo o material de trabalho dos mundurucus e êles são hoje escravos de uma companhia do Tapajós. O Sr. Celso Amaral - - Quem destruiu? A SRA. HELOISA TORRES - Não posso informar, porque só

gosto de dizer as coisas que posso provar, mas a informação que tenho é de que foi o próprio Serviço de Proteção aos Índios. Enfim, foi a derrocada total de uma produção que ia sempre crescendo. O SR. VALÉRIO MAGALHÃES - Os índios só são chamados à civilização pelos brancos na Amazônia para serem escravizados no trabalho da extração da hévea. Certa vez, quando Governador do Acre, eu viajava através de um seringal, de uma bacia para outra, do Purus para a bacia do Acre, e encontrei um grande grupo transportando borracha. O produto ia no lombo dos animais e dos índios, as alimárias carregavam quatro bolas e os índios uma cada um, iam subindo e descendo com todo êsse pêso aquêles barrancos todos por uma distância enorme. Vinham trazidos por dois civilizados. Um dos índios falava bem o português. Perguntei-lhe quanto ganhavam por dia, e êle me mostrou apenas: a roupa e a comida. De forma que é um tipo de escravidão o que encontramos no Amazonas nos seringais. Agora o SPI está ausente. É como disse a ilustre informante. Pensam que passando lá um encarregado do Pôsto e dando alguns metros de fazenda e missangas já cumpriram o seu dever. O tal Pôsto serve de um contato ligeiro e às vêzes levando o que o índio não conhecia: os males da civilização. Às vêzes penso que seria melhor terminar com o SPI e estudarmos uma outra fórmula de chamar essa gente à nossa civilização. Há perto de 300 mil índios no país. No Território de Roraima, do qual sou filho, são 18 mil, dos quais 4 ou 5 mil estão em contato com os brancos. Conhece o Frei Protásio? A SRA. HELOISA TORRES - É da ordem da Consolata. Conhecço, digo, conheço. O SR. PRESIDENTE - Êle encontrou índios que não usam arcos nem flechas. Estive com êles. Caçam com paus. Vivem no estado mais primitivo possível. A SRA. HELOISA TORRES - O que há é falta de planejamento. O dinheiro que o govêrno dá a entidades religiosas e privadas é mais vultoso que o que recebe o SPI, embora algumas delas realizem trabalho interessante. Mas deveriam realizar um trabalho planejado e fiscalizado. O SR. PRESIDENTE - O trabalho é feito sem esquema e sem orientação de cúpula, cada um agindo a seu modo. O ideal seria que êsses índios viessem para Manaus ou para outra cidade industrializar-se e viessem realmente, inclusive no crescimento, a comungar conosco, da nossa nacionalidade. A SRA. HELOISA TORRES - Difundir entre êles, por gente especializada, educação de base que a UNESCO preconisa, que consiste em tratamento sadio, higiene e hábitos sanitários. E um pouco de aprendizagem também. Há atualmente no Brasil um grupo interessadíssimo. Êles têm um nome um tanto estranho: Instituto de Lingüística de Verão. A Universidade de Oklahama, dos Estados Unidos, todos os verões dava cursos intensivos de adestramento e dados lingísti, digo, linguísticos a missionários e estudiosos. E assim foi-se constituindo um Instituto que tomou êsse nome. Estudam a língua indígena e fazem cartilhas bilíngues. Há o desenho do objeto e o respectivo nome na língua indígena e em português. O ensino entre os índios até hoje não foi cuidado. A criança

521 ~~907~~ ~~523~~ 1266

vai à aula e escreve: O Dado. Mas êle não sabe o que é o dado. Isso para ela é vazio de sentido. Pedimos então a um dêsses grupos que fizessem a experiência. As crianças ficaram radiantes. A maior parte é monolíngue. Não fala português. De maneira que o dado, além de não querer dizer nada na língua dêles, não tem uma significação. O SR. PRESIDENTE - Os padres salesianos adotam mais ou menos êsse método. Nos primeiros seis meses dedicam-se apenas a que o índio deixe os hábitos silvícolas. Depois é que vem o aprendizado. O primeiro ano decorre quase sempre com a adaptação. Às vêzes levam dois anos para a alfabetização, para ler e escrever mal. Visitei uma missão no Rio Branco e verifiquei que êles tem mais a preocupação lingüística, porque a variedade de dialetos é tremenda de uma região para outra na mesma faixa. A SR. HELOISA TORRES - Às vêzes, essa gente do Instituto de Lingüística de Verão trabalha dois meses. A Cidade de Filadélfia ofereceu dois aviões para fazerem linhas de ligação entre êsses grupos, e uma outra Cidade entregou um outro avião à FAB. O SR. CELSO AMARAL - Dona Heloisa Torres, qual o número do decreto que criou o Conselho? A SRA. HELOISA TORRES - Decreto-lei nº 1 794, de 22 de novembro de 1 939, públicado no Diário Oficial de 24.11.39, página 27.213. O SR. CELSO AMARAL - Quais são as atribuições do Conselho? A SRA. HELOISA TORRES - As atribuições do Conselho são quase líricas: estudar, de um modo geral, todos os aspectos da vida dos índios e apresentar ao govêrno sugestões sôbre os métodos de proteção, através do Serviço de Proteção aos Índios. Resumem-se nisso. O SR. CELSO AMARAL - Sôbre essa questão de verba do Serviço de Proteção aos Índios, eu já disse, numa de nossas reuniões, que devíamos mudar o nome dessa repartição para Serviço de Proet, digo, de Proteção ao Civilizado. Do que recebe o SPI... A SRA. HELOISA TORRES - E eu assino essa proposta. O SR. CELSO AMARAL - ... 70 ou 80 por cento vai para pagamento de funcionários. Um mínimo é que fica para assistência e proteção aos índios. Existe a verba indígena, a qual realmente não é fiscalizada, ficando a maior parte desviada, razão pela qual o Serviço não dá assistência ao índio, nenhuma, nehhuma. Nós os civilizados temos a sorte de conseguir alguma cultura pela orientação dos nossos pais, e seríamos obrigados a dar assistência, como seus verdadeiros tutores, aos índios, e não temos dado coisa alguma, nada, nada. E sabemos que a capacidade de assimilação do nosso selvagem é grande. Como vimos, temos casos de médicos, advogados, padres, freiras. Eu sou representante do Estado de São Paulo, e não conhecia essa barbaridade que se comete no Brasil a titulo de dar proteção e assistência aos índios. A luta interna no Serviço de Proteção aos Índios é qualquer coisa de inacreditável. Todos os Inspetores, e são nove Inspetorias, sofreram sindicâncias, processos administrativos, inquéritos. Não existe gente cpa, digo, gente capacitada para êsse trabalho, a realidade é esta. Acho difícil uma saída. É o que penso, como Relator desta Comissão Parlamentar de Inquérito, depois de ou-

ouvir tantas barbaridades. Poderia a Senhora dizer qual o Diretor que mais se dedicou à sua tarefa no Serviço de Proteção aos Índios, durante o tempo em que a Senhora é Presidente do Conselho Nacional do Índio? A SRA. HELOISA TORRES - Eu assisti a três Diretorias no Serviço de Proteção aos Índios... O que V. Exa. quer que eu diga, Sr. Deputado? O SR. CELSO AMARAL - Nenhuma? A SRA. HELOISA TORRES - A Diretoria realmente atuante foi anterior - eu já era do Conselho, mas não Presidente - a de 1951-1955, do Sr. Gama Malcher. O grande problema, permita-me V. Exa. que o diga, é o seguinte: a escolha do Diretor é feita sem nenhuma exigência de formação técnica ou científica no campo das ciências sociais, ou sequer de tarimba no campo indigenista. O SR. VALÉRIO MAGALHÃES - É cargo para o homem, não o homem para o cargo. A SRA. HELOISA TORRES - Criou-se no subconsciente administrativo brasileiro, pelo fato de ter sido militar o idealizador e criador do Serviço - o Marechal Rondon - essa mentalidade de que o militar deva ser preferentemente o Diretor. O SR. VALÉRIO MAGALHÃES - Já tive a minha impressão quanto aos territórios e posso dizer que, com honrosas exceções, o fracasso foi completo. A SRA. HELOISA TORRES - No entanto, sabemos, todos conhecemos militares que têm formação boa de ciências sociais. Mas nenhum dêsses foi escolhido para Diretor do Serviço dos Índios. O SR. VALÉRIO MAGALHÃES - A região amazônica, como sabe, são 5.200.000 kms. quadrados, dos quais temos conhecimento de dois milhões; só conhecemos ao longo dos rios. E note-se que o Brasil tem 8 milhões de kms. quadrados. Pois na Amazônia não conhecemos dois milhões de kms. quadrados. Entre um rio e outro, há um desconhecido. O SR. CELSO AMARAL - Dona Heloisa, conhece alguma irregularidade no Serviço de Proteção aos Índios? A SRA HELOISA TORRES - Algumas relatadas pelo último Diretor, em visita que fêz ao Conselho Nacional do Índio, e relatadas também por outras pessoas no correr dos tempos. A gente vai sofrendo, ouvindo uma porção de coisas. Mas o próprio Diretor fêz referência a problemas de venda de gado em Mato Grosso, e acreditava que num simples pôsto, se não tivesse vendido outra coisa a não ser bezerro, que é mais barato, o desvio deveria ter sido de 100 milhões de cruzeiros. Isso num só pôsto. O SR. CELSO AMARAL - O último Diretor, o Coronel Moacyr? A SRA HELOISA TORRES - O atual Diretor. O SR. CELSO AMARAL - Êle mesmo autorizou a venda de gado para comprar camioneta, quando deveria ter autorizado a compra de implementos agrícolas. É uma lástima. A SRA HELOISA TORRES - Por isso eu digo que não desejo articular nenhuma acusação que eu não possa provar. Apenas repeti um fato que ouvi. O SR. CELSO AMARAL - E êle nessa ocasião o que declarou? Expôs a maneira como poderia sanar isso, abrir um processo? Citou nome de alguém? A SRA HELOISA TORRES - Houve inquérito promovido pelo Ministério da Agricultura que não provou coisa alguma. Não; o primeiro creio que não foi promovido pelo Ministério da Agricultura. Sei que êle pediu novas providências ao Ministro. Resultou o inquérito no fato de que

não havia irregularidade alguma. Então, pediu ao Ministro que procedes se a um inquérito feito por pessoas enviadas de fora do lugar. Disso agora estou bem lembrada. O SR. CELSO AMRAL - A Senhora conhece as missões de catequese pelo Brasil? A SRA HELOISA TORRES - Não; conheço vários sacerdotes e alguns religiosos que trabalham junto a Índios. Êles nos procuram muito no Conselho, e justamente é a melhor fonte de informação de que dispomos; são os sacerdotes e também funcionários do Serviço que nos procuram quando vêm ao Rio. Com isso conseguimos fazer um mapa muito bom, com a distribuição dos índios atuais no Brasil, e num outro mapa a distribuição de todos os centros de assistência e proteção aos índios, oficiais, religiosas, etc... Pode-se, por ali, chegar a uma conclusão interessantíssima: onde há mais índios, não há postos. O SR. CELSO AMARAL - E poderia mandar para a Comissão alguns dêsses mapas, para orientar-nos? A SRA HELOISA TORRES - Um dêles é enorme. Mas está para sair um trabalho - e vou mandar ver na Imprensa Nacional se já nos podem ceder um avulso - do Sr. Gama Malcher, que deverá ser publicado no máximo dentro de um mês. Assim, com mais êsse elemento, estou redigindo algumas sugestões que talvez possam ser úteis aos trabalhos desta Comissão Parlamentar. O SR CELSO AMARAL - Realmente. A SRA HELOISA TORRES - Mas o que falta é planejamento, falta fundamentação científica, falta ação conjunta de todos os órgãos interessados. Há necessidade de se constituir um corpo científico. Isso chegou a ser iniciado no Serviço de Proteção aos Índios na administração 1951-1955. Mas depois os Diretores hostilizaram por tal maneira os cientistas que todos se afastaram. Eram Eduardo Galvão, Roberto Cardoso Oliveira, hoje no Museu Nacional, Darci Ribeiro, hoje na Universidade de Brasília, uma gente de gabarito como o Serviçode, digo, Serviço de Proteção aos Índios não poderá mais conseguir, não só porque se tornou cara demais, como ainda porque alcançaram expressão alta no panorama nacional. De forma que temos de formar essa gente dentro do Conselho Nacional do Índio, no Serviço de Proteção aos Índios. Isso é que vamos vèr de que maneira a reforma administrativa nos ajudará. Outra coisa de que ninguém se serve no Serviço de Proteção aos Índios é da experiência. Justamente o que caracteriza o homem é que é o único animal com capacidade de acumular experiência. Pois bem, o Serviço de Proteção aos Índios, com experiência de cinquenta anos, já de realizações, de erros e de acertos, poderia tirar do seu arquivo uma lição maravilhosa. Êles ignoram o arquivo, desconhecem sua experiencia, e não se tira nenhum proveito disso. É preciso que haja uma fundamentação em ciências sociais, porque hoje as ciências sociais vão realizando enormemente todos os problemas da sociedade humana. Durante a guerra, o Govêrno americano tinha 50 antropólogos como consultores seus. Quando uma tropa expedicionária devia desembarcar num continente distante, os antropólogos redigiam pequenos manuais de bem proceder de acôrdo com os habitantes, os costumes daqueles povos, para evi

524 1269

evitar atritos. A população de Biquine, que foi deslocada para aquelas experiências que se realizaram de energia nuclear, foi trazida de novo ao seu ambiente. Lá estavam administradores, professôres, tôda aquela gente e ninguém inquietou a população. Foram os antropólogos que renormalizaram a vida dos habitantes daquela região. Esta fundamentação das ciências sociais é recurso enorme, e por isso digo: um Diretor que não tiver grande tarimba indigenista deveria ter uma grande experiência, grande conhecimento no campo das ciências sociais aplicáveis. O Sr. Gama Malcher, que eu saiba, foi até hoje talvez o melhor Diretor do Serviço de Proteção aos Índios, porque soube fazer-se calçar de gente boa, foi êle que se cercou de fgn, digo, de gente como Darci Ribeiro, Roberto Cardoso, Eduardo Galvão. Êle não tem nenhuma formação técnica em ciências sociais, mas tem tarimba indigenista. Começou como simples funcionário no Serviço do Índio; interessado, dedicado, inteiramente devotado ao índio, passou a chefe de inspetoria no Maranhão; depois, no Pará; veio chefiar uma Seção no Serviço; e, finalmente, acabou Diretor do SPI. A exoneração do Sr. Malcher do Serviço de Proteção aos Índios... O SR. CELSO AMARAL - Pediria a V.Sa. que continuasse a sua exposição, porque a finalidade da Comissão não é só a de apurar irregularidades, mas ter uma orientação. A SRA HELOISA TORRES - Temos que modificar a motivação. Não pode mais haver aquela ideologia que existia em outros tempos, em que ninguém penetrava no serã, digo, no sertão. A singularidade do problema do índio é uma coisa impressionante. Se V.Exa. pretender enquadrar qualquer serviço público num órgão superior da administração, num Ministério, não terá hesitação alguma. Resolverá seu problema. Quando desejar colocar num Ministério o SPI vai ter hesitações tremendas. A prova disso é que, tirado do Ministério da Agricultura em 1 912, passou para o Ministério da Guerra, foi para o Ministério do Trabalho, voltou ao Ministério da Guerra, e agora encontra-se no Ministério da Agricultura. O SR. CELSO AMARAL - Já se pensou em transformar o SPI em autarquia? A SRA HELOISA TORRES - Foi o sonho dourado do Marechal Rondon e meu sonho dourado do Conselho: uma autarquia de organização normativa fiscalizada pelo Executivo. Desconheço qual seja a atitude dêsse grupo de trabalho da reforma administrativa com relação ao problema das autarquias. Houve certo tempo, e com razão, com fundamento, em que as autarquias ficavam tôdas subordinadas à Presidência da República, que acabou onerada por cinquenta ou sessenta órgãos. Mas se poderia arranjar um outro modo. Na verdade me parece um pouco pesado que a Presidência da República, tendo que olhar para todos os problemas, ainda tenha diretamente sôbre si dezenas e dezenas de órgãos do serviço público. O SR. CELSO AMARAL - É possível que êsse grupo de trabalho já esteja procurando um meio de solucionar o problema. A SRA HELOISA TORRES - É possível que tenha encontrado uma solução. Já vimos o problema da dispersão das verbas sem uma ação conjugada que permitisse os frutos. Já vimos o valor da expe-

525 527 127

experiência, a transferência da motivação idealística para a motivação científica e histórica. O SPI não se deu conta de nada disso, de coisa alguma. Vou encaminhar a V.Exas., se tivermos, o trabalho todo de Malcher, que penso seria de uma utilidade enorme. O SR. CELSO AMARAL - Tenho a impressão de que êle virá depor amanhã. Poderia realmente dar uma orientação e enviar êsse trabalho para Brasília. A SRA HELOISA TORRES Êle conhece a vida pregressa do Serviço muito bem, porque foi funcionário e Inspetor, Chefe de Seção, Diretor. De maneira que lendo, por exemplo, o plano qüinquenal de trabalho do Diretor que precedeu o Coronel Moacyr... O SR. CELSO AMARAL - Coronel Aquino. A SRA HELOISA TORRES ... Coronel Tarso de Aquino, a gente tem a impressão de que o Serviço de Proteção aos Índios não tem nada. Entretanto, pegam-se os relatórios SPI 1953/54 - foram os dois únicos que se publicaram e estão infelizmente esgotados - ... O SR CELSO AMARAL - A Senhora poderia emprestar; mandaria tirar fotocópia. A SRA HELOISA TORRES - Amanhã vou levá-los para o Conselho. Possìvelmente o Malcher passará lá e trará os dois relatórios. Vouver, digo, Vou ver também se passo na Imprensa e consigo os mapas. O SR. CELSO AMARAL - A Comissão agradecerá qualquer ajuda que V.Sa. prestar neste sentido. A SRA HELOISA TORRES - É triste olhar-se para essa pobre gente que nós desgraçamos com doenças. Êles não são nem muito melhores nem muito piores que nós. Estão desarmados em face da nossa civilização. Têm grande desprêzo pelo civilizado no que respeita ao conhecimento do meio ambiente, e uma admiração enorme pelas realizações técnicas, principalmente pelo motor. O SR. PRESIDENTE - Lá no Amazonas êles trabalham não só em motores fluviais, como em motores terrestres, em usinas de luz. Consertam, mudam peças. Há uma oficina em Jaoretê em que trabalham só índios, e fiquei abismado. Não posso saber porque o SPI não dá o exemplo e não mostra o que faz. Só se diz que não há verba. Mas o certo é que a renda indígena é grande e não é escriturada, principalmente os arrendamentos de terra. Se fôssemos fazer uma análise perfeita e imparcial da situação econômica de muitos funcionários, verificaríamos que absolutamente ela não está condizente com o que percebem. De onde poderia vir isso? A SRA HELOISA TORRES - Isto não é culpa do SPI, mas dêsse sistema de entrega irregular das verbas... O SR. PRESIDENTE - E que se agrava de ano para ano. A SRA HELOISA TORRES - Estive há uns cinco dias com um funcionário do SPI, que me disse que recebeu no dia 27 ou 28 de dezembro do ano passado 17 milhões e meio de cruzeiros para serem aplicados até o dia 31. É quase um convite a malversação. O SR. PRESIDENTE - Onde o tempo hábil para uma aplicação honesta, em tão pequeno tempo? De par com isso há o pessoal recrutado, muitos sem preparo algum. Apenas alguns Inspetores sabem entrar no mato, mas não conhecem nada de etnologia, de sociologia, de humanística, elementos primordiais que sejam. Não há possibilidade de transmitir-se a um povo selvagem qualquer conhecimento básico. Encontramos aqui fun-

526 1271

funcionários do SPI, um mecânico como Inspetor; outro, como assistente social. Pergunto eu: isso não é, de certo modo, burlar a lei? O Diretor do SPI há de imaginar que um funcionário dêsses não vai levar ao índio nenhuma vantagem, porque está fora da sua profissão. É um crime que o próprio Diretor está fazendo. Mas é que não acham um agente social que se sujeite ao vencimento do cargo. E assim é tudo. Estive lá em contato com êles, e sei que é possível chamá-los à civilização. Fiquei abismado com o trabalho dêsses frades. Fiquei entusiasmado. Quase na fronteira com a Colômbia, vi índios, meninos e meninas, hastearem a bandeira nacional e começaram a cantar o hino nacional. Aquilo me comoveu. Quando voltei, disse em meu relatório: tivesse o nosso país dessas missões em tôdas as nossas fronteiras! Encontrei três padres e duas freiras italianas. O resto, paulistas e indígenas. Havia um padre e duas freiras indígenas. Isso é uma coisa que conto, porque vi de perto. Já tenho dito que, num colégio em Manaus, foi meu colega um rapaz que depois se formou em Direito, e era índio. E o médico veio da Itália, eu ainda era rapazola. Um tio de minha Senhora contava que êsse médico veio para o Sul. Quando êle veio da Europa, a especialidade dele era operador, especialidade que começava a surgir, era novidade. O Dr. Adriano era médico clínico; então, foi assistir à primeira operação do índio. Diziam que era notável operador, profundo conhecedor da anatomia humana. Todos se admiravam da frieza com que tomava o bisturi e cortava com precisão entre duas veias, entre duas artérias. Formado pelo Padre Massa, sacerdote de grande valor, que se está acabando, da época dos primeiros padres salesianos que chegaram ao Amazonas, há também o Padre Stélio, que ainda alcancei. Dom Massa está aqui, é bispo titular. Êsse padre é das primeiras turmas formadas em Manaus; seguiu para a Europa e voltou médico. O SR CELSO AMARAL - Tive informação pelo ex-Presidente do IAPI que naquela autarquia havia um procurador índio. Até pedi que me desse o nome, para que eu o procurasse em Brasília. A SRA HELOISA TORRES - Senhor Deputado, é exato que o Plano de Economia vai ser transformado em lei? O SR VALÉRIO MAGALHÃES - Só terá valor depois de transformado em lei. De maneira que tudo que está aí é errado. O orçamento diz claramente que, sem que haja nova lei, não poderá haver plano de economia. O orçamento é lei autorizativa, mas os cortes devem ser analisados por nós. Essa análise cabe aos representantes do povo, porque foram êles que realizaram o orçamento. Se vem um Ministro que não conhece o problema e acha que deve cortar, ou se vem o DASP e corta à margem da observação, da análise feita por nós, isso não está condizente com a lei. Êste ano até agora ainda não chegou à Câmara a mensagem do Govêrno apresentando o plano de economia. Há cortes, nos Territórios, que chegam a 70%, o que importa quase em fechar os Territórios. O CONSELHO está sem verba? A SRA HELOISA TOR-

RES - Não temos nada. Anteontem, procuraram-nos dois índios, duas índias, uma do Amazonas e outra do Xingu. Está aqui há bastante tempo, ambas costureiras, e acham a vida difícil no Rio; queriam ser designadas para um pôsto do Paraná, solicitaram-nos isso. Respondi que não tínhamos um real para transportá-las. Os Srs. Deputados já imaginaram que maravilha duas índias quererem retornar para ensinar costura?! O SR VALÉRIO MAGALHÃES - E o Serviço de Proteção aos Índios não podia ajudar? A SRA HELOISA TORRES - Deixei um recado, pedi ao Coronel que se comunicasse comigo logo que chegasse. Êle está sendo esperado por êstes dias. Eu disse a essas duas índias que, se não houvesse resposta, eu mesma ia fazê-las embarcar. Não podemos perder uma ocasião dessas. O SR PRESIDENTE - Dª Heloisa, parece que o Sr. Relator já obteve da Senhora todos os esclarecimentos de que necessitava. De minha parte, também estou satisfeito. Agradeço-lhe a gentileza do seu comparecimento. A SRA HELOISA ALBERTO TORRES - Pois não. Sempre às ordens dos Srs. Deputados, para quaisquer outras informações. O SR PRESIDENTE - Gratos à Senhora.

Heloisa Alberto Torres

Comissão Parlamentar de Inquérito sôbre Irregularidades no Serviço de Proteção aos Índios.
Presidente - Deputado Valério Magalhães.
Depoente - General José Luiz Guedes.
Reunião de - 10 de junho de 1 963 (manhã)
Local - Palácio Tiradentes - RIO

Aos dez dias do mês junho de mil novecentos e sessenta e três, perante a Comissão Parlamentar de Inquérito sôbre Irregularidades no Serviço de Proteção aos Índios, o General José Luiz Guedes, na qualidade de ex-Diretor do Serviço de Preteção aos Índios, prestou o seguinte depoimento: O SR. PRESIDENTE - Está aberta a reunião. Esta reunião, General José Luiz Guedes, foi instituída face a várias denúncias que chegaram ao conhecimento da Câmara, a fim de pru, digo, de apurar certas irregularidades no Serviço de Proteção aos Índios em todo o País. Não nos estamos cingindo às denúncias feitas, mas também, não estamos buscando ir ao longo da vida do Serviço, mesmo porque nosso tempo é exíguo e poderíamos, assim, prejudicar as finalidades da Comissão. Mas, pelo menos de cinco anos para cá, estamos procurando esclarecimentos, ouvindo principalmente aquelas pessoas que tenham estado à frente do SPI e, dentre estas, elementos credenciados, como sabemos ser V. Sa.. Nessa qualidade V. Sa. foi convidado e, sabendo das suas dificuldades de ir a Brasília e havendo necessidade de ouvir outros elementos aqui no Rio de Janeiro , convocamos V. Sa. para aqui comparecer. Estamos iniciando os nossos trabalhos, e, de acôrdo, não só com o preceito constitucional, mas também com o Regimento das Comissões de Inquérito, pediria a V. Sa. prestasse o compromisso de dizer a verdade, sòmente a verdade, sôbre o que lhe fôr perguntado. O GENERAL GUEDES - Perfeitamente, Sr. Presidente. Presto o compromisso de dizer a verdade, sòmente a verdade, sôbre o que fôr perguntado. O SR. PRESIDENTE - Dou a palavra ao nobre Relator, a fim de que formule as suas indagações, e, ao final, a presidência procederá às perguntas, se não tiver sido ainda esgotado o assunto a respeito do qual a Comissão está interessada em esclarecer. O SR. CELSO AMARAL - General, esta Comissão já ouviu o atual Diretor do Serviço de Proteção aos Índios, Coronel Moacyr Ribeiro Coelho, que, nas indagações que lhe fizemos, informou que estava há quinze meses à frente do Serviço e que não encontrou ali condições sequer rezoáveis de funcionamento. Disse ainda que tem tentado corrigir as falhas de administração, mas vem encontrando muitas dificuldades. Queríamos, então, oubir de V. Sa. uma exposição em que nos informasse se, na sua gestão, sentiu tembém essas dificuldades. O GENERAL GUEDES - Queria dizer a V. Exa. que fui para o SPI ignorando completamente a sua situação e as finalidades do Serviço. Es

530 1276

Estava eu em Pernambuco, como Chefe do Estado Maior do IV Exército, quando recebi convite do Ministro da Guerra para assumir a direção do SPI. Respondi que aceitaria, desde que isso não prejudicasse a minha carreira, e assim fui para o Serviço de Proteção aos Índios. Encontrei, de início, uma situação muito crítica, porque havia ali dois grupos que se digladiavam, tendo havido até agressões, criando embaraços ao Sr. Ministro da Agricultura. Disse, então, o Sr. Mário Meneghetti: "o Sr. vai para o Serviço; procure apaziguar aquilo e apurar as irregularidades por ventura existentes. O Sr. tem emsm, digo, tem mesmo carta branca para agir. Desejava mesmo que o Sr. levantasse tudo quanto há de irregularidade no SPI". Respondi-lhe: "Sr. Ministro, em primeiro lugar, devo dizer que não cohheço o Serviço. Vou primeiramente procurar tomar pé . Quanto à questão de apaziguar creio que conseguirei alguma coisa. E sôbre irregularidades, tentarei saná-las, dentro das minha possibilidades. Com referência ao levantamento de irregularidades, devo inicialmente declarar a V. Exa. que acho difícil, porque o Serviço existe há mais de quarenta anos, e se eu tiver que fazer uma pesquisa de tudo que há para trás, não vou produzir nada. Acho difícil isso. Mas, se, no decorrer de minha administração, encontrar fatos passados irregulares, procurarei solucionar o caso como fôr de justiça, mas a minha administração começa nesta data. Daqui por diante sou o responsável. Daqui por diante, digo Daqui para trás só poderei dizer alguma coisa quando o fato vier ao meu conhecimento". De fato, Sr. Presidente, encontrei no Serviço uma situação horrorosa, com brigas tremendas, acusações sérias de um grupo contra outro. A Diretoria estava abarrotada de funcionários, porque todos aquêles de que o Diretor não gostava trazia para cá, afastados da função. Ali não conhecia A, nem B nem C e todos inicialmente me mereciam confiança. Disse-lhes: Vamos trabalhar. E coloquei todos em suas funções. Vi logo que o Serviço era difícil de administrar, porque é espalhado por todo o Brasil e não tem um quadro dirigente. Possui o SPI três secções, o Diretor e o Secretário. Não há elementos para a fiscalização. De forma que as Inspetorias andam por conta dos Chefes de Inspetorias. Por outro lado, os Po*,digo, os Postos, dispersados por todo o Brasil, estão muitos dêles a grande distândia da Inspetoria, lutando com dificuldades de transporte e de verbas para que se locomova o Chefe da Inspetoria ou mesmo um funcionário por êle designado para visitar um Pôsto. Encontrei o Serviço com verbas muito pequenas para fazer face às suas finalidades. Basta dizer que no último ano - não me lembro o total - mas tivemos uma qota de 270 e tantos cruzeiros por Índio, para prestar-lhe assistência. De fato, é difícil fazer-se alguma coisa com êsse dinheiro. Nessa época um machado já estava custando 500 cruzeiros , no Rio; fora, um pouco mais. Um facão, de que o Índio necessita e gosta muito, de 140 a 180 cruzeiros. Uma enxada, 160 cruzeiros. De forma que era difícil fazer alguma coisa, e o SPI tinha que ater-se

à pequena verba de que dispunha e da que poderia conseguir explorando a sua riqueza. Se o Serviço - digo isso hoje a V. Exa. e cansei de dizê-lo em relatórios - tivesse um quadro de funcionários à altura, gente competente e dedicada nas Inspetorias, e sobretudo nos Postos, não precisaríamos de um lastro de verba do govêrno federal. O Serviço poderia ser completamente independente, porque as riquezas são fantásticas. As terras são ótimas, as melhores do Brasil. Estão nas mãos dos índios, que chegaram primeiro. O SR. CELSO AMARAL - É a primeira vêz, General Guedes, que ouvimos de um elemento que já administrou ou esteja administrando, ou de um funcionário, a palavra confortadora de que o próprio serviço, por si próprio, teria recursos, se tivesse uma boa administração. Só ouvimos dizer que não há verba, que não há dinheiro da nação, enquanto que V. Sa. diz que o Serviço é auto-suficiente. O GENERAL GUEDES - O Serviço possui gado, possui terras. Corri o Brasil todo. Fui a tôdas as Inspetorias e Postos. Fazia três ou quatro viagens por ano, que é o único meio de conseguir alguma coisa. Não podia mandar ninguém e tinha que ir. Conheci o Serviço em Mangueirinha e Chapecó. Só Mangueirinha tem 120 mil pinheiros. Chapecó tem 80 mil. O SR. PRESIDENTE : Tinha na época em que foi por V. Sa. administrado. Hoje não tem mais. O SR. GENERAL GUEDES - Tem, Sr. Presidente. Não fiz contrato nenhum. Anulei todos os contratos, porque estavam devastando o Serviço sem proveito. O SR. PRESIDENTE - Tem V.Sa. notícias de que têm devastado últimamente? O GENERAL GUEDES - Não sei informar, Sr. Presidente. Mas recebi ordens para fazer os contratos. Disse que não fazia, porque não havia fiscalização. Se no contrato dizemos que se vendem 10 mil, saem 30 mil. Não se pode fiscalizar. O SR. CELSO AMARAL - Onde ficam êsses Postos a que se referiu V.Sa.? O GENERAL GUEDES - O de Chapecó em Santa Catarina, e o de Mangueirinha no Paraná. Hoje tem o nome de Cacique Capanema, perto da Cidade de Mangueirinha. Não quis fazer contrato, porque vi a devastação que houve no Serviço. Todos os Postos do sul possuíam pinheiros. Se uma firma conseguia um contrato de 10 mil pinheiros, tirava 30 mil e mais, por falta de fiscalização. E por êsse motivo me neguei a fazê-los. Não iria alienar uma riqueza dessas. Naquela época, em 1 960, um pinheiro custava de 1.500 a 2.000 cruzeiros. Para não fazer os contratos, estipulei um preço, no total, acimo do preço corrente e condições muito duras. E não apareceu ninguém. O SR CELSO AMARAL - Os Postos de Mangueirinha e Chapecó pertencem a que Inspetoria? O GENERAL GUEDES - À 7a. Inspetoria instalada em Curitiba. O SR. CELSO AMARAL - V. Sa. não tem conhecimento se, após a sua saída, houve venda? O GENERAL GUEDES - Não sei, Sr. Presidente. Analisando as informações sôbre a situação dos pinheiros, porque havia contratos que estavam em execução... O SR. VALÉRIO MAGALHÃES - O seu antecessor era.? O GENERAL GUEDES - Foi um senhor no Rio Grande do Sul. O SR. VALÉRIO MAGALHÃES - Êsses contratos foram feitos no tempo dêle? O GENERAL GUEDES

532

Não; já haviam. Tinha contratos de dez anos para tirar dez mil pinheiros. Contratos estavam em execução. Estavam tirando muitos pinheiros por dia, as companhias, dando um prejuízo tremendo. Então, fui anular isso tudo. O SR. VALÉRIO MAGALHÃES - Havia vários contratos? O GENERAL GUEDES - O Sul foi devastado. Sobraram da 7a. Inspetoria Mangueirinha e Chapecó; o resto foi devastado. O SR. CELSO AMARAL - Mesmo aquêle pinheiral do Rio Grande do Sul? O SR. GENERAL GUEDES - Foi. Tem muito pouca coisa. O SR. CELSO AMARAL - É a mesma Inspetroi, digo, mesma Inspetoria? O GENERAL GUEDES - É a mesma - a 7a., que tem jurisdição sôbre Santa Catarina, Paraná e Rio Grande. A 7a. Inspetoria abrange êsses Estados. O SR. VALÉRIO MAGALHÃES - O sucessor de V. Exa. foi quem? O GENERAL GUEDES - Foi o Tenente Coronel Tasso Vilar de Aquino. O SR. VALÉRIO MAGALHÃES - Demorou pouco tempo? O GENERAL GUEDES - Pouco tempo. O SR. VALÉRIO MAGALHÃES - Teve boa impressão dêle? O SR. GENERAL GUEDES - A gestão dêle foi muito rápida. Conversei com êle, ouvi suas idéias, mas foi só. Tive boa impressão dêle, mas sôbre a gestão dêle não lhe posso dizer nada. O SR. VALÉRIO MAGALHÃES - E depois dêle? O GENERAL GUEDES - Foi o Coronel Moacir Ribeiro Coelho, depois dêle. O SR. CELSO AMARAL - Ficou alguém substituindo o Coronel Aquino por alguns meses? O SR. VALÉRIO MAGALHÃES - O Sr. Gama Malcher foi antes? O GENERAL GUEDES - Foi muito antes. O que me antecedeu foi um senhor do Rio Grande. Estêve muito pouco tempo: dez meses ou um ano. O SR. CELSO AMARAL - E o senhor ficou quanto tempo? O GENERAL GUEDES - Estive 1 957, 1 958, 1 959, 1 960, quatro anos e quatro dias. Assumi em janeiro de 1 957 e deixei em janeiro de 1 961. Quando houve a mudança do Govêrno, pedi com antecedência a minha demissão. O SR. VALÉRIO MAGALHÃES - As notícias que nos chegam são de que, na sua gestão, o SPI tinha mais ou menos engrenado. São referências que temos ouvido. Apenas o atual Diretor não fêz exceção a administração alguma; disse que encontrou o SPI em situação lamentável, dada a má orientação de seu antecessores. Mas as outras pessoas têm feito boas referências à sua gestão. O SPI fêz pel, digo fêz plano de realizações? O GENERAL GUEDES - Dentro das possibilidades do SPI, procurei fazer alguma coisa. Fiz uma administração de portas abertas. V. Exas. já ouviram outros funcionários do SPI, e êles podem dizer o que foi a minha administração. Não houve segredos. Mandei escriturar a renda indígena... O SR. VALÉRIO MAGALHÃES - E que averiguou? O GENERAL GUEDES - Acalmei a briga. O SR. CELSO AMARAL - O Senhor declarou que haviam dois grupos no SPI; quais eram? O GENERAL GUEDES - Havia um grupo que obedecia à orientação do pessoal do Conselho de Proteção aos Índios e havia o grupo da oposição a êsse Conselho. Êste órgão, o Conselho, tinha certa ascendência sôbre determinados funcionários do SPI e procurava conduzí-los de acôrdo com o que os elementos do Conselho achavam certo, isso contra o outro grupo de funcionários. De forma que era uma

533

briga tremenda. Eu procurei apaziguar e procurei também moralizar, porque, quando cheguei, a renda indígena não era escriturada; mandei escriturar. O SR. VALÉRIO MAGALHÃES - Mas não está sendo novamente, segundo sabemos. O GENERAL GUEDES - No meu tempo, foi. Não vou dizer que não tivesse havido irregularidades. Não vou dizer isso, porque o SPI é muito grande, muito complexo. Agora, aquilo que eu peguei, procurei resolver e punir. O SR. CELSO AMARAL - E o que poderia o senhor dizer da 5a. Inspetoria, que talvez tenha sido a mais tumultuada? O SR. GENERAL GUEDES - A 5a. Inspetoria foi o seguinte. Ela tem uma área grande para gerir e é uma Inspetoria que tem possibilidades também de obter boa renda: erva mate, gado, terras. Com respeito àquela Inspetoria, posso dizer até que consegui ganhar no Supremo uma questão de terrenos para os índios cadiuéus. O SR. VALÉRIO MAGALHÃES - Tem estudo em andamento na Assembléia; êles dividiram as terras. O GENERAL GUEDES - Sim. Consegui ganhar isso com luta, como ganhei no Paraná, Bahia, enfim, andei ganhando questões de terras, lutando um pouco. De forma que não posso dizer que não tenha havido irregularidades. Não posso dizer isso, nem vou dizer, porque, como disse, o Serviço é uma repartição muito complexa. Apesar de ter mandado escriturar a renda indígena, muita coisa pode ter-me escapado. É difícil, com a extensão do Serviço. O SR. CELSO AMARAL - Quem era o Inspetor, na ocasião, na 5a. Inspetoria? O GENERAL GUEDES - No tempo, já encontrei êsse Chefe na 5a. Inspetoria e êle permaneceu até o fim da minha gestão. Alguns mandei embora; êsse, não, porque não me chegou nada contra êle. O Sr. Érico Sampaio é que era o Chefe da 5a. Inspetoria. O SR. CELSO AMARAL No ano de 1 962, estêve administrando a 5a. Inspetoria o Senhor Fernando da Cruz, tendo permanecido naquela chefia durante sete meses. Declarou êsse Chefe que tinha arrecadado, naquele período, da renda indígena, aproximadamente 18 milhões de cruzeiros. Essa foi considerada talvez uma das maiores rendas do Serviço de Proteção aos Índios no tempo em que o Senhor administrava êsse setor. Pergunto: a 5a. Inspetoria era a maior do SPI? O SR. GENERAL GUEDES - Não. A 5a. Inspetoria deu alguma renda, mas não foi a que deu mais. O SR. CELSO AMARAL - A maior era a de Amazonas? O SR. GENERAL GUEDES - Não. A do Pará deu alguma coisa, a 6a. Mato Grosso tem duas Inspetorias: uma ao sul do Estado e outra ao norte. O SR. CELSO AMARAL - Hoje, se não me engano, ficou desdobrada, ficou com 9a. O SR. GENERAL GUEDES - A 9a. é Guaporé, hoje Rondônia. Não posso dizer se a que deu mais renda foi a 5a.. Não me recordo. Mas havia mais ou menos equilíbrio entre a 5a. e a 6a., a 2a. e a 7a.. Tinham mais ou menos a mesma renda. Agora, também não posso dizer se a renda TÔDA VINHA PARA A Diretoria, porque aí já era preciso que estivesse em condições de fiscalizar, e isso era difícil. O SR. CELSO AMARAL - Como era feita a escrita dos Inspetores para ser enviada à Diretoria Geral? O SR. GENERAL GUEDES - Era conforme a ren-

534 1280

renda. Por exemplo: renda de gado. Essa eu só permitia mediante con- corrência, com o representante do Banco do Brasil, o que obtive do Presidente dêsse estabelecimento. O SR. CELSO AMARAL - Na ocasião era o Banco do Brasil quem fiscalizava? O SR. GENERAL GUEDES - Tinha elemento do Banco em tôdas as comissões. De forma que aquêle dinheiro entrava mediante concorrência. Vinha a ata da venda, com as assinaturas da comissão, do elemento do Banco, e eu exigia um plano de trabalho. O SR CELSO AMARAL - O Senhor exigia? O SR. GENERAL GUEDES - Exigia. Pelo plano de trabalho, só podiam ser aplicados dois têrços da renda; o têrço restante era redistribuído a outras inspetorias mais pobres. O serviço era um todo único, e havendo inspetorias mais ricas e outras mais pobres, era justo que as mais ricas pudessem ajudar as mais pobres. Então, vinha o plano de trabalho, que era seguido. O SR. CELSO AMARAL - O Senhor tinha conhecimento de que essa verba era aplicada nêsse plano? O SR. GENERAL GUEDES - Até certo ponto. Eu procurava fiscalizar. Quando fazia as minhas viagens, procurava ver se aquilo que estava no plano tinha sido gasto ou não. Mas dizer que totalmente foi aplicado, não posso, porque era preciso que estivesse o tempo todo nas inspetorias fiscalizando. Fazer isso no Brasil inteiro era difícil. O SR. CELSO AMARAL O Senhor disse que havia no Serviço três Seções. O SR. GENERAL GUDES, digo, GUEDES - Sim, três seções. O SR. CELSO AMARAL - Quais eram? O SR. GENERAL GUEDES - A Seção Administrativa, que cuidava da parte de verbas orçamentárias; a Seção de Orientação e Assistência, que procurava orientar a Diretoria sôbre o modo de vida dos índios, aplicação da renda das próprias inspetorias; e finalmente uma Seção de Estudos, que tinha etnólogos com a finalidade de ver a origem de cada uma das tribus, seus costumes, etc.. O SR. CELSO AMARAL - A renda indígena era escriturada? O SR. GENERAL GUEDES - A renda indígena era escriturada na Seção de Orientação e Assistência. O SR. CELSO AMARAL - E a Seção de Administração? O SR. GENERAL GUEDES - Tratava dos assuntos administrativos. O SR. CELSO AMARAL - E a terceira? O SR. GENERAL GUEDES - É a Seção de Estudos, onde havia etnólogos para os estudos especializados, assuntos referen- tes ao Museu do Índio... O SR. VALÉRIO MAGALHÃES - O Museu é ligado a essa Seção de Estudos? O SR. GENERAL GUEDES - Sim, faz parte dessa Seção. O SR. VALÉRIO MAGALHÃES - O Museu funciona todos os dias da semana? O SR. GENERAL GUEDES - No meu tempo funcionava até os domingos, porque eu achava que o Museu deve atender o máximo ao público. De modo que até aos domingos funcionava, para que o povo, nos seus dias dee, digo, seus dias de folga, pudesse visitar. Hoje, não posso dizer qual realmente o horário do Museu. O SR. CELSO AMARAL - O Senhor tem de memória qual a verba orçamentária que recebeu o Serviço de Proteção aos Índios, durante a sua gestão? O SR. GENERAL GUEDES - É difícil dizer. O SR. CELSO AMARAL - Chefia, digo chegava a 100 milhões de cruzeiros? Era isso mais ou menos anualmente? SR. GENERAL GUEDES - Nos primeiros anos,

535 537 1281

não, Mesmo incluindo pessoal, se não me engano, eram setenta e poucos milhões. Depois, foi a mais de cem milhões, com os aaumentosd, digo, os aumentos de vencimentos. Mas o que me lembro - isso é o que me interessava mais - era a parte de assistência ao índio: no último ano, foram 25 milhões. Quando cheguei, eram dez milhões; depois passou para quatorze milhões, verba de assistência ao índio. Mas houve cortes de economia feitos pelo Ministério. No terceiro ano, eram 17 milhões, e no último passou a 25 milhões de cruzeiros, para atender aos índios pelo SPI, que andavam em cêrca de 60.000. O SR. CELSO AMARAL - O número de índios em todo o Brasil, recorda-se? O SR. GENERAL GUEDES - Podemos calcular, mas não dizer efetivamente qual seja, porque há muitas tribus com as quais o SPI não tem contacto. Sôbre essas tribus temos informações através de outras tribus, e o índio não sabe contar bem, vai até certo número depois diz que é muito. Então a gente faz um cálculo aproximado. De forma que, se não me angano, chegamos à conclusão de que tínhamos mais ou menos 250.000, talvez 260.000 índios em todo o Brasil. Entre os assistidos pelo Serviço de Proteção aos Índios ou pelas missões religiosas, porque as missões também assistem os índios, sobretudo as missões religiosas do Rio Negro, e os índios sem concto com a civilização eram mais ou menos 260.000 índios. O SR. CELSO AMARAL - As compras de que necessitavam as Inspetorias - caminhões, veículos em gral,digo, em geral --- eram feitas pela verba indígena nessa ocasião? O SR. GENERAL GUEDES - Em parte. O Serviço tinha verba para a compra de veículos, mas insignificante. Se não me engano, durante a minha administração no SPI, houve uma verba para a compra de um ou dois jipes. Fizemos então as compras com verba da renda indígena para a 7a. e para 6a. Inspetorias. Para algumas Inspetorias usamos a verba ing, digo, verba indígena para a compra de caminhões, porque é indispensável ao Serviço, mesmo porque a verba para veículos era muito pequena. Se não em engano, foram dois ou três jipes em tôda a minha administração. O SR. CELSO AMARAL - Durante a gestão de V. Sa. houve irregularidades em alguma Inspetoria, e, em caso afirmativo, V. Sa.mandou verificar ou fazer sindicância? O SR. GENERAL GUEDES - Houve, Tudo que chegava ao meu conhecimento eu apurava, tendo sido um funcionário demitido do serviço público, o Sr. Luíz Antônio de Lima Neto. O SR. PRESIDENTE - Após constatar regularmente... O GENERAL GUEDES - Sim. Depois de instaurado inquérito e apuradas tôdas as irregularidades cometidas. Êsse funcionário não só usou indevidamente o dinheiro da renda indígena, como da verba orçamentária, para a compra de animais. O SR. PRESIDENTE - Qual era a Inspetoria? O GENERAL GUEDES - O fato se deu na 5a. Inspetoria, que pega São Paulo - Bauru. Êsse funcionário pertencia à Diretoria e fôra para lá fazer determinado serviço.Mas apurou-se tudo e êle foi demitido a bem do serviço público. O SR.PRESIDENTE - Houve outros inquéritos? O GENERAL GUEDES - Houve vários.

536 1282

O SR. PRESIDENTE - Tôdas as denúncias chegavam ao seu conhecimento? O GENERAL GUEDES -Sôbre as que chegaram ao meu conhecimento mandei abrir inquérito. Houve coisas sem importância e mandava fazer sindicância. Quando a coisa era mais séria mandava abrir inquérito. O SR. PRESIDENTE - Deixou V. Sa. algum qu, digo algum inquérito em andamento, quando saiu? O GENERAL GUEDES - Não. Estavam todos encerrados. Um dos inquéritos deu como resultado a exoneração e punição do Chefe da Primeira Inspetoria. O SR. PRESIDENTE - Quem era? O GENERAL GUEDES - Tubal Fiário Vianna. Também o então chefe da 8a. Inspetoria, o Sr. Marinoni, foi punido, depois de inquérito. Foi destituído da função de Chefe. O SR. PRESIDENTE - Nenhum dêles voltou à Inspetoria? O GENERAL GUEDES - Êles não foram excluídos do serviço. Sofreram punições disciplinares constantes de Portaria. Como ocupavam cargos de confiança - a chefia da primeira e da oitava Inspetorias - foram destituídos. Além disso, houve outros afastamentos de Chefes de Inspetoria, mas por outros motivos. Quando viajei, vi umas tantas coisas que, embora não fôssem muito irregulares, não me satisfaziam. E eu achando que o serviço podia andar melhor, fiz algumas modificações. Outros Chefes de Inspetoria conservei, como, por exemplo, o da 2a. Inspetoria, que ficou todo o tempo comigo e que já encontrara na Chefia. Conservei também os da 5a. e 7a. Inspetorias. Êste só saiu no final da minha administração, para vir para a Diretoria. O da 4a. era o Dr. Raimundo Dantas Carneiro, homem muito direito, bom demais, grande coração. O SR. PRESIDENTE -Qual a Inspetoria que deu mais trabalho, sob o aspecto administrativo? O GENERAL GUEDES - Vou dar mais de uma: foram a 1a., do Amazonas, e a 8a. O SR. PRESIDENTE - Quem era o Inspetor da 1a? O GENERAL GUEDES - A 1a. Inspetoria teve três chefes na minha gestão. Alípio Edmundo Lage foi o primeiro que encontrei. Nessa chefia fiz sindicâncias, mas nada encontrei que pudesse chamar de fatos criminosos, mas muitas irregularidades. Fiz a respeito uma comunicação ao Sr. Ministro, pois nessa Inspetoria havia dezessete ítens de irregularidades. De forma que êsse Inspetor foi substituído na Chefia por um interino. Depois mandei para lá outro que também não deu resultado. Saiu com inquérito. E finalmente foi um terceiro, que ficou até o fim. O SR. PRESIDENTE - Os dois últimos eram do quadro? O GENERAL GUEDES - Sempre do quadro. Nunca tive nenhum fora do quadro. Arranjava-me com a prata da casa. O SR. PRESIDENTE - O segundo que saiu quem era? O GENERAL GUEDES - O Sr. Tubal Fiário Vianna. O SR. CELSO AMARAL - Quanto a essas irregularidades havia algum desvio de verba. O GENERAL GUEDES - Que eu provasse não, porque se houvesse desvio de verba comprovado, o caso não ficaria na punição administrativa. Haveria processo. Só poderia punir administrativamente, quando não havia crime. Em caso adi, digo, caso afirmativo, teria que ser diferente. Já escapava à minha alçada. A não ser no caso do Sr. Lima Neto, o inquérito apurou tudo fora daí. Muita coisa se

537 ~~539~~ 1283

dizia, mas mandava apurar e não ficava comprovado. E não ficando esclarecido não se poderia agir, porque acho que é preferível deixar um criminoso em liberdade a punir um inocente. O SR. PRESIDENTE - "In dubbio pro reu". O GENERAL GUEDES - Às vêzes víamos que a irregularidade estava clara, mas não estava provada. E eu preferia agir mais com o coração. O SR. PRESIDENTE - Qual a opinião de V. Sa., como homem que estava à frente do Serviço, sôbre as ligações do SPI com o Conselho ? Qual a ingerência do Conselho? Benéfica ou maléfica ao Serviço? O GENERAL GUEDES - Devo dizer a V. Exa. que sou suspeito para responder a essa pergunta, porque não tive boas relações com o Conselho. De forma que qualquer coisa que eu disser trará certa parcialidade. O SR. PRESIDENTE - Mas naturalmente, o fato de V. Sa. não ter mantido boas relações com o Conselho decorreu de alguma razão. De início, V. Sa. não teria entrado para o SPI sem boas relações com o Conselho. Deve ter havido um motivo. Quem era, na época, o Presidente do Conselho? O GENERAL GUEDES - Havia o seguinte: era Presidente o Marechal Rondon. Mas estava em casa e não tomava conhecimento. Estava já muito idoso, com noventa e tantos anos. Na realidade, quem estava lá era uma senhora , Dona Heloísa Tôrres, que funcionava como Presidente do Conselho. Depois da morte do Marechal Rondon, ela foi confirmada na presidência . Por algum tempo o Ministério até se esqueceu disso e o Conselho passou cêrca de um ano ou mais sem presidente efetivo. Sòmente depois disso é que ela foi nomeada Presidente do Conselho. Nessa ocasião pediram a minha opinião sôbre a nomeação dela. Respondi que não podia dar opinião sôbre isso, porque a nomeação era do Presidente da República sô- digo, República de um nome indicado por S. Exa., o Sr. Ministro da Agreç digo da Agricultura. Não podia, de maneira nenhuma, dar opinião. Nesse tempo as relações não estavam boas, mas não podia dizer nada. O Conselho não é subordinado ao Serviço. É órgão independente. Embora funcionasse no Serviço por disposição legal, tinha tanta independência quanto o SPI. Mas não havia condição de subordinação nem do Serviço para o Conselho nem dês e para o Serviço. Ela foi nomeada e lá permaneceu até que eu deixasse o Serviço. O SR. PRESIDENTE - Era funcionária? O GENERAL GUEDES - Era funcionário do Museu Nacional. Fazia parte do Conselho e foi nomeada. No meu modo de ver, havia choque entre as atribuições do Serviço e as do Conselho. O que constava do Regulamento do Conselho como finalidades suas eram também finalidades de duas Secções do SPI: Orientação e Asist, digo e Assistência e Secção de Estudos. Eram dois órgãos distintos com a mesma finalidade. O SR. PRESIDENTE - Quais são os membros natos do Conselho. O GENERAL GUEDES - O Conselho só tinha como membro nato o Diretor do SPI. O SR. PRESIDENTE - Continua sendo? O GENERAL GUEDES - Sim. Penso que sim. O SR. PRESIDENTE - O Presidente é sempre nomeado pelo Presidente da República? O GENERAL GUEDES - Sim. O SR. PRESIDENTE - São cinco membros? O

538

GENERAL GUEDES - Parece que são cinco ou seis. Não me recordo bem. O SR. PRESIDENTE - O Conselho tem verba quase igual à do SPI? O GENERAL GUEDES - No meu tempo, a verba do Conselho era muito pequena, irrisória. É possível que agora tenham conseguido verba maior, porque tiveram que funcionar aqui e pagar aluguel, coisa que antigamente não faziam. O SR. VALÉRIO MAGALHÃES - Mas a apel, digo, a aplicação da renda indígena -- voltando a ela -- era feita mediante plano de aplicação? O GENERAL GUEDES - Sim; um plano de trabalho, como chamávamos. O SR. VALÉRIO MAGALHÃES - E vinham as prestações de contas com pontualidade? O GENERAL GUEDES - Sim, e isso tudo constava de relatórios, dos meus relatórios: a renda indígena, o que se apurou, o que foi aplicado e o saldo. Não deixei nunca de apresentar relatório, com todos os detalhes. E muita coisa também consta dos nossos boletins. Quando cheguei no Serviço, havia uma disposição que determinava a publicação de boletins, mas não era cumprida. E V. Exa. pode verificar que o primeiro boletim é da minha gestão. Durante tôda a minha gestão saíram boletins mensais, que continham ordens de serviço, punições, recompensas e muitas vêzes emprêgo de verbas da renda indígena. Como digo a V.Exa., procurei viver às claras. O SR. VALÉRIO MAGALHÃES - Havia uma proposta orçamentária de cada Inspetor, quando à renda da própria Inspetoria? O GENERAL GUEDES - Sim, perfeitamente. O SR. VALÉRIO MAGALHÃES - Nessa época, o Sr. Cruz não era Inspetor? O GENERAL GUEDES - Não; êle era auxiliar de ensino. Rapaz insinuante, mas um pouco avoado. O SR. VALÉRIO MAGALHÃES - O Senhor não lhe deu nenhuma atribuição de destaque? O GENERAL GUEDES - Não dei. Não tinha nada contra êle, mas me parecia, como disse, um pouco avoado. Moço - não quero dizer que por ser moço não deva der equilibrado, mas normalmente a pessoa de mais idade tem um pouco mais de experiência... O DR. VALÉRIO MAGALHÃES - E observa quem possa ser ou não equilibrado. O SR. CELSO AMARAL - Recorda-se, na 5a. Inspetoria, quantos contratos havia nessa ocasião? O GENRAL GUEDES - Contratos não permíti. Se houve contrato de arrendamento foi a minha revelia, porque há várias ordens de serviço proibindo terminantemente êsses contratos. O SR. CELSO AMARAL - Queria deixar registrada a declaração do Sr. Moacir Ribeiro Coelho, em resposta a uma pergunta do Deputado autor do requerimento de formação desta CPI. Diz êle: "Senhor Deputado, êsses contratos são de 1 959. Estive lá em princípios de 1 962 e não encontrei nada, digo, encontrei renda contabilizada..." O GENERAL GUEDES - DEVE ter. Tinha renda de erva mate lá. O SR. VALÉRIO MAGALHÃES - Êle disse que foi em 1 959. O SR. GENERAL GUEDES - Então foram feitos à revelia da Diretoria. O SR. VALÉRIO MAGALHÃES - Já era na sua gestão? O GENERAL GUEDES - Já era. O SR. CELSO AMARAL - Êle disse que 167 postos não regularizados... O SR. VALÉRIO MAGALHÃES - O Depoente já declarou que êsses contratos devem ter sido feitos à sua revelia. O GENERAL GUEDES - Sim, porque eu não permitia êsses contra-

contratos. Podem tomar nota disso: há várias ordens de serviço minhas, onde eu reiteradamente proibia de forma taxativa os arrendamentos. Ordem de serviço é o meio que o Diretor tem para fazer valer o seu ponto de vista aos chefes de inspetorias. O SR. CELSO AMARAL - Senhor General, esta CPI, após esta aprua, digo, esta apuração na Guanabara, irá para Mato Grosso. O senhor acha que lá seria possível verificar êsses contratos? Existem cópias dêles na Inspetoria de lá? O GENERAL GUEDES- Não posso dizer. Um contrato qualquer para ter validade teria de ter uma cópia na Inspetoria e outra na Diretoria. O SR. CELSO AMARAL - Se não existir autorização do Diretor do Serviço de Proteção aos Índios, os contratos não têm validade? O SR. GENERAL GUEDES - Não têm. O SR. CELSO AMARAL - Acho êste ponto muito importante. O SR. VALÉRIO MAGALHÃES O Sr. Diretor diz que encontrou essa situação e não pôde pôr abaixo . Apenas procurou evitar que outros contratos fôssem assinados. O SR. GENERAL GUEDES - V. Exas poderão pedir as cópias das ordens de serviço, que devem estar arquivadas. Delas constam a proibição terminante dos arrendamentos. O SR. VALÉRIO MAGALHÃES - E as prestações de contas correspondentes às rendas da União? Eram feitos adiantamentos às Inspetorias do SPI? O GENERAL GUEDES - Eram. O SR. VALÉRIO MAGALHÃES - E qual era o processo? O próprio Diretor autorizava o adiantamento? O GENERAL GUEDES - Sim. O SR. VALÉRIO MAGALHÃES - Mediante solicitação do Inspetor? O GENERAL GUEDES - Não. O SR. VALÉRIO MAGALHÃES - Faziam pequenos orçamentos internos? O SR. GENERAL GUEDES - Sim, de acôrdo com as necessidades de cada Inspetoria. O SR. VALÉRIO MAGALHÃES E via quanto cabia a cada Inspetoria? O SR. GENERAL GUEDES - Sim. Depois, segundo aquela estimativa, remetia a verba, mandava o dinheiro . Após, vinha a prestação de contas. O SR. VALÉRIO MAGALHÃES - A própria Diretoria mandava o dinheiro? Não havia necessidade de vir o Inspetor ao Rio receber do Tesouro? O GENERAL GUEDES - Há casos em que tínhamos aqui, porque os adiantamentos são todos em nome de funcionários . Então, muitas vêzes não tínhamos mais ninguém para tirar adiantamentos, porque o Serviço recebia as verbas em forma de adiantamentos, e cada funcionário só pedia receber uma ou duas verbas por ano. Tambpem, digo, Também, enquanto não prestasse contas da primeira dotação, não podia receber a segunda. Então, ocorria que muitas vêzes não tínhamos mais quem pudesse receber. Nesse caso, tinha de vir o funcionário do interior. O SR. VALÉRIO MAGALHÃES - Só nesses casos? O SR. GENERAL GUEDES - Só nesses casos. O SR. VALÉRIO MAGALHÃES - O primeiro e o segundo? O SR. GENERAL GUEDES - Até dois adiantamentos podia fazer sem prestação de contas. Depois do segundo, não. O SR. VALÉRIO MAGALHÃES - Nao era praxe no SPI só dar adiantamento se o funcionário se deslocasse para aqui? O SR. GENERAL GUEDES - Não. O SR. VALÉRIO MAGALHÃES - Então, só nesses casos, quando não havia mais funcionários aqui para receber? O SR. GENERAL GUEDES - Uma coisa me impus: em meu nome

nunca recebi qualquer dotação do Serviço. O funcionário tirava, remetia para a sua Inspetoria, remetia para o serviço, e depois vinha a prestação de contas, que era encaminhada ao Tribunal de Contas. O SR. CELSO AMARAL - Faço agora uma pergunta de grande valor para mim: houve no final do ano passado, em 1 962, verba destinada a uma expedição científica? Já não era mais sua gestão. Essa verba foi recebida por determinado funcionário: Cr$ 1.200.000,00. A expedição não se realizou, e o funcionário até hoje não prestou contas. A prestação de contas tem o prazo de nove meses, ou a verba que não é utilizada tem de ser em seguida devolvida? O SR. GENERAL GUDES, digo, GUEDES - Com relação ao Serviço, há o prazo de nove meses para prestação de contas, porque, sendo o Serviço espalhado pelo interior do País... O SR. VALÉRIO MAGALHÃES - Aí a prestação de contas é imediata? O SR. GENERAL GUEDES - As que têm o prazo de nove meses para prestação de contas são as dotações orçamentárias para assistência ao índio; as outras, não, porque não há necessidade disso. O SR. VALÉRIO MAGALHÃES - A Lei que deu essa faculdade ao SPI, de nove meses para prestação de contas, refere-se a verbas orçamentárias. Agora, o crédito especial, verbas específicas para êsse fim, estão sujeitos ao Código de Contabilidade? O SR. GENERAL GUEDES - Perfeitamente. O SR. VALÉRIA MAGALHÃES - Senhor General, como sabe, sou filho do Território de Roraima, antigo Território de Rio Branco. O SR. GENERAL GUEDES - Sei, sim senhor. O SR. VALÉRIO MAGALHÃES - Estou-me referindo ao Território de Roraima pelo seguinte. Quando eu era criança, a Fazenda Nacional de São Marços, digo, Marcos estava no apogeu, embora não contasse, como agora, com um prédio importantíssimo. Aliás, tenho um projeto de lei criando a Escola de Iniciação Agrícola de São Marcos para pegar os filhos dos fazendeiros e educá-los já na agricultura e na pecuária. Êsse projeto não foi para diante, porque ainda estava vivo o nosso Marechal e não queríamos mexer naquele setor. Mas, quando eu era menino, conheci a Fazenda Nacional de São Marcos no apogeu. Basta dizer que - recordo-me como se fôsse hoje, e eu tinha apenas dez anos - certa madrugada fui ao curral beber leite cru, e havia ali uma grande quantidade de latas de querozene enfileiradas, tôdas com um pano em cima. Lembro-e de que contei 22 latas de querozene cheias de leite para fazer queijo. Agora, quando eu estive como membro da Valorização da Amazônia, fomos fiscalizar a aplicação de uma verba. Quis então, de manhã, ir ao curral beber leite cru, e, por incrível que pareça, não consegui sequer uma lata de querozene. Perguntei a razão. Disseram-se que, se estivessem ali tôdas as vacas, encheríamos no máximo cinco latas. Cheguei à conclusão de que o gado era umas cinco ou seis vêzes menor do que quando eu era menino. Pergunto, então ao Senhor: foi de seu conhecimento qualquer desvio de gado da Fazenda Nacional de São Marcos? O SR. GENERAL GUEDES - Não. Na minha gestão, houve venda de gado sòmente para o Govêrno. O SR. VALÉRIO MA-

541 543 1387

MAGALHÃES - Mas gado de corte? O SR. GENERAL GUEDES - Só de corte. Se houve saída de gado, foi sem conhecimento da Diretoria, porque só fizemos negócio com o Govêrno. O SR. VALÉRIO MAGALHÃES - Dinheiro entregue e escriturado na Diretoria? O SR. GENERAL GUEDES - Sim, senhor. O SR. VALÉRIO MAGALHÃES - Tenho notícia dessa venda, porque eu era Deputado na época, e o Governador me disse que, por seu intermédio, graças à sua interferência, pois que a Fazenda de São Marcos tinha gado, foi possível tirar a cidade de uma situação de privações muito séria. O SR. GENERAL GUEDES - Foi de Govêrno para Govêrno. O SR. VALÉRIO MAGALHÃES - Veja que a minha pergunta tem cabimento: se havia bois para vender naquela ocasião, naquele ano, devia haver também nos anos anteriores e nos anos subsequentes. Entretanto, não é isso que ocorre. Aliás, foi ótima a venda dêsse gado, porque provou que São Marcos tinha bois para vender. Nos anos posteriores houve por certo venda de gado, mas não autorizada pelo Diretor, nem escriturada na Diretoria. O gado vem de Manaus, é vendido a fazendeiros por preço vil, e os fazendeiros os vendem aos marchantes de Manaus, embargan, digo, embarcando no Itacutu, no Uraricuera, não mais no pôrto de São Marcos. Êsse é um ponto que iremos constar pessoalmente. Mas o Senhor se recorda de quantas cabeças foram vendidas mais ou menos, na sua época, ao Govêrno? O GENERAL GUEDES - Não tenho certeza. Mais ou menos umas 300 a 350 cabeças de boi nas diferentes vendas feitas ao govêrno. O SR. PRESIDENTE - V. Sa., como brasileiro, patriota, militar e ex-Diretor do SPI, é favorável à instalação de uma Escola de Iniciação Agrícola, sem prejuízo da Fazenda? O GENERAL GUEDES - Sou favorável, primeiramente, porque são mais recursos que vão entrar para a região. E, segundo lugar, o Serviço não está - vamos dizer a verdade - em condições de dar atendimento àquela gente. Sou francamente favorável. São dois órgãos do govêrno e podem viver perfeitamente em harmonia. Sempre procurei dar tôda a assistência. O SR. PRESIDENTE - O prédio está caindo, sem nenhuma assistência, e a Escola de Iniciação Agrícola poderia dar essa assistência. Até a Escola Primária desapareceu. No seu tempo ela funcionava? O SR. PRESIDENEE - E estações de rádio? O GENERAL GUEDES - Sim. Comprei algumas estações de rádio com a renda indígena, porque há necessidade de comunicação dos Postos com a Inspetoria e a Sede. Fiz troca. Um Pôsto tinha uma estação potente. Tirava-a daquele Pôsto e punha na sede da Inspetoria, colocando ali uma pequena, intermediária. E a rêde ficou com cêrca de 70 estações. Estão em tôdas as Inspetorias e em grande número de Postos. O SR. PRESIDENTE - Sei o Governador, naquela época, ficou muito satisfeito com a visita de V. Sa. e que encontrou ampla colaboração, sobretudo em São Marcos, que foi possível funcionar e que hoje está fechada. Embora escape à finalidade da Comissão, fiz a pergunta porque se trata de assunto, a meu ver, importante. Agora vamos levar avante o projeto da escola de iniciação agrícola. O índio a

542

ali já é mesclado. Não há mais o índio puro, a não ser afastado, na fronteira. Desejava fazer mais uma pergunta. Mas antes quero dizer que conheço bem o problema. Preparei uma emenda e consegui uma verba de 3 milhões de cruzeiros para 1 961. Com essa verba foi possível fazer um campo de pouso acima do Parima. Votei uma verba para desapropriar o Pôsto avançado de Itacutu, das Missões, e outra para desapropriar a Fazenda Vila Pereira, já na fronteira com a Venezuela, visando assegurar à nossa fronteira aquela garantia e unidade de que tanto nos orgulhamos nós brasileiros. Recebi várias denúncias de que missões estrangeiras estavam até contrabandeando diamantes e areia monazíticas. Quanto a areias monazíticas constatei que era impossível o transporte por avião, uma vez que é preciso grandes quantidades de areia monazítica para um mínimo de elemento aproveitável. Desci no Alto Parima, no meio dos índios e constatei a existência dos postos avançados de missões estrangeiras mae, digo, estrangeiras americanas. São índios completamente selvagens. Não pude, entretanto, constatar se havia segundas intenções por parte dêsses pastores. Mas a impressão que tive é que êsses pastores efetivamente não estão dando muita assistência aos índios. Fazem estudos linguísticos e é possível que vez por outra recebam a visita de alguns pastores geólogos que vêm proceder a estudos nessa área. Como V. Sa. estêve à frente dêsse assunto, tendo até o Sr. Governador Hélio de Araújo tratado da questão com V. Sa., gostaria de saber a sua opinião sôbre essas misões, digo, missões. Segundo nos consta, o Conselho Nacional de Segurança mandou até que algumas delas se afastassem. Mas o Diretor do SPI deu autorização para que voltassem a agir. E como temos que esclarecer êsse ponto que é fundamental para a Comissão e porque temos a responsabilidade sôbre a hegmonia no nosso território, queria a opinião de V. Sa. a respeito dessas missões estrangeiras ao longo de nossas fronteiras. O GENERAL GUEDES - Minha opinião é desfavorável às missões não só em face de fatos que ocorreram na minha administração, como de investigações que eu mesmo procurei fazer. O problema não é de hoje. Vem de muitos anos e o Ministério da Guerra tinha conhecimento dêsse problema. Quando foi nomeado para o Serviço, o então Ministro da Guerra, Marechal Lott, mandou-me chamar e disse: "Ao lado do seu trabalho no SPI, você veja êsse caso das missões, porque tenho denúncias sérias contra elas. Procurei, então, ao lado do meu trabalho, dar cumprimento a isso e em visita a vários postos em que havia essas missões constatei a presença de geólogos, químicos etc. Em algumas dessas seitas havia elementos de várias seitas, e julguei que isso não era normal, porque cada seita procura chamar gente para o seu grupo. Cada uma procura adeptos para as suas idéias. Achei estranha a presença de elementos de várias seitas numa mesma missão. O SR. PRESIDENTE - V.Sa. percorreu aquêles Postos do Rio Branco? Havia Postos no Riracuera, no Icajaí, e outro na fóz do Itacutu, e ainda em

baixo, no Parima. Mais tarde, com o pouso de aviação construído pela FAB, estanderam também ao Alto Parima. Havia mais ou menos nove campos de pouso perto das missões. O GENERAL GUEDES - Em tôda a Amazônia. Fiz denúncias ao Ministério da Guerra, de acôrdo com as instruções que tinha recebido, sôbre a existência de campos clandestinos, o que de fato a FAB constatou. O SR. PRESIDENTE - No Rio Branco são cento e tantos feitos pelos fazendeiros para os táxis aéreos. Êles juntam-se, fazem o campo e o táxi aéreo leva a mercadoria e vai buscar o fazendeiro. Mas aquêles campos na fronteira, com essas missões estrangeiras, causaram-me espécie e procurei sondar de perto. Fui contra, e até em entrevista que dei disse que o contrabando era possível e também pesquisas geológicas e cientificas. O GENERAL GUEDES - Deixei uma documentação muito grande sôbre êsse particular, da qual existe cópia no Ministério da Guerra e no Conselho de Seguranäça, digo, de Segurança. Depus na Comissão de Inquérito que investigava a devastação dos recursos naturais no Brasil. V.Exa. era um dos membros e naquela ocasião forneci alguns documentos. Depois disso vários outros encaminhei ao Ministério da Guerra e ao Conselho de Segurança, alguns sôbre as mi, digo, sôbre uma missão católica de um padre alemão. O SR. PRESIDENTE - No Trombetas também há uma missão. O SR. CELSO AMARAL - Não era do Padre Webber? O GENERAL GUEDES - Era. No Alto Tapajós há uma missão de um padre alemão. Hoje estão lá padres americanos católicos. Houve uma troca de padres alemães por padres católicos. O SR. PRESIDENTE - Como houve no Rio Branco troca de padres americanos por padres alemães. Estão em Boa Vista. Mas temos notado que a influência que êles exercem é mesmo de ensino. O GENERAL GUEDES - Essa missão no Tapajós impediu até a entrada de elementos do Serviço. O SR. PRESIDENTE - Houve proibição, então, dessas missões de atuarem na fronteira. O GENERAL GUEDES - De algumas. De tôdas, não. O SR. PRESIDENTE - Dessas em relação às quais havia possibilidade de dúvidas. O GENERAL GUEDES - Sim. E tudo feito de acôrdo com o Conselho de Segurança Nacional. O SR. PRESIDENTE - No entanto, o Sr. Diretor do SPI declarou que não houve isso e que não se havia tomado nenhuma providência. O SR. GENERAL GUEDES - Há o seguinte: o atual Diretor fala em três missões. Uma êle chama de missão, e não é. Pois bem, tenho documento no SPI sôbre 16 missões diferentes atuando no Brasil. São 16, e êle só encontrou 3. O SR. VALÉRIO MAGALHÃES - Os salesianos estão instalados realmente em parte da fronteira. Já visitei. O SR. GENERAL GUEDES - Essas missões nos ajudam muito. O SR. VALÉRIO MAGALHÃES - General, esta Comissão precisa estar bem senhora dos problemas para poder agir. O SR. GENERAL GUEDES - Pois não. Espero que eu esteja em condições de dar tôdas as informações de que V. Exas. necessitam. O SR. VALÉRIO MAGALHÃES - Estão, sim. Qual a interferência da Comissão Brasil Central sôbre a atividade do SPI, na região de Goiás? Houve uma subordinação dos postos indígenas da Fundação, ou

544

1290

a Fundação trouxe colaboração ao Serviço de Proteção aos Índios. O SR. GENERAL GUEDES - O Serviço de Proteção aos Índios sempre viveu em boa harmonia com a Fundação, pelo menos durante a minha gestão. Houve apenas ump pequeno estremecimento, com relação à Ilha de Bananal, porque a Fundação quis tomar conta de uma série de construções e prédios que o Serviço tinha, sem nos dar outros. O Sr. Juscelino Kubistcheck quis fazer lá um hotel de turismo, de modo que a Fundação precisava de prédios para o seu trabalho, e quis o que era do Serviço de Proteção aos Índios. O SR. VALÉRIO MAGALHÃES - Já havia pôsto indígena lá em Bananal? O SR. GENERAL GUEDES - Já. Eram os índios de uma tribo... Não me recordo o nome. Há mais de uma tribo lá: uma tem setenta e tantos índios e outras tem seiscentos e tantos. Mas o Serviço de Proteção aos Índios tem uma fazenda de gado lá, que deu algum resultado na minha administração, porque vendemos gado, mediante concorrência. Encontrei lá um hospitalzinho velho de 15 anos, que começaram a construir e tinham paralizado; quando assumi o Serviço, resolvi ocupar, porque entendo que não se deve deixar nada parado. Disse: vamos tocar para diante. E terminamos o hospital. Então a Fundação quis ficar com êsses prédios todos sem nos dar indenização. Achei ruim, houve um pequeno choque . Mas, afinal, tudo se resolveu bem, porque fiz a defesa daquilo que é do Serviço. A fundação tinha verbas muito grandes e nós não tínhamos nada. Não poderíamos dar tudo de graça. Disse eu que lhes daria, des de que fizessem para nós umas tantas coisas. O SR. VALÉRIO MAGALHÃES- Rio das Mortes, no Xingu; ali a ação da Fundação sempre foi favorável ao Serviço de Proteção aos Índios? O SR. GENERAL GUEDES - Sempre houve entrosamento. Nunca houve choque, a não ser nesse caso que citei . Sempre nos damos bem. Sempre procurei bem entendimento com todos os elementos que tinham contacto com o Serviço de Proteção aos Índios . O SR. VALÉRIO MAGALHÃES - Qual a sua opinião sôbre os Pacaás Novas ? São antropófagos mesmo, como o Sr. Cruz disse numa entrevista concedida a O Cruzeiro, com estardalhaço? O SR. GENERAL GUEDES - Foi tudo sensacionalismo. Nós também temos entre os civilizados gente que, de raiva, mata o seu semelhante e arranca um pedaço da orelha de outro com uam, digo, uma dentada. Ora, índio também faz isso, o que não é, em absoluto, antropofagia. O SR. VALÉRIO MAGALHÃES - Êle declarou até que os mortos eram comidos. O SR. GENERAL GUEDES - Eu pelo menos não vi isso lá. O SR. VALÉRIO MAGALHÃES - E o Pôsto de Pôrto Velho, em Guaporé, andou bem na sua administração? Houve irregularidades ali? O SR. GENERAL GUEDES - Houve. Tive de tirar o Chefe da Inspetoria. Lá temos quatro postos. O SR. VALÉRIO MAGALHÃES - Quem era o Chefe? O SR. GENERAL GUEDES - Primeiro, foi o Sr. Castelo Branco, homem muito atrabiliário. Êle me criou uma porção de problemas com o Governador. Enfim, tive de tirá-lo dali. Depois, mandei outro, que não era valente, mas deixava muito a desejar. No fim, mandei Alfredo Silva. Este acer

acertou. Era um funcionário antigo, muito direito. O SR. VALÉRIO MAGALHÃES - Está até aposentado? O SR. GENERAL GUEDES - Deve estar, porque já era bem antigo no Serviço de Proteção aos Índios. O SR. VALÉRIO MAGALHÃES - Com êsse engrenou? O SR. GENERAL GUEDES - Sim. Mas para acertar com êsse tive de mudar três vêzes. Um era valente e desafiava todo mundo, até o Governador; outro, ficava aquém da tarefa. O SR. VALÉRIO MAGALHÃES - Senhor General, para terminar uma pergunta, que é mais de cunho social e humano. Noto que sua administração recebeu várias queixas sôbre a exploração de índios pelos proprietários de ervais no Paraná, Mato Grosso e nos seringais do Amazonas. O SR. GENERAL GUEDES - Recebi queixas, e sempre procurei investigar, o que não é fácil, porque o próprio índio não diz a verdade. Realmente, êle achando que está tendo vantagem em trabalhar aqui ou ali não diz as condições reais em que trabalho, com mêdo de que o agente o tire de lá. Recebi de fato denúncias. O SR. VALÉRIO MAGALHÃES - Êles eram ludibriados nos seus negócios? O SR. GENERAL GUEDES - Eram convidados a trabalhar por salários às vêzes a têrça parte do civilizado. Mas nunca pude positivar isso, pelo mêdo que os índios tinham de contar a verdade. O SR. VALÉRIO MAGALHÃES - Tanto nos ervais, como nos seringais, o senhor recebeu queixa? O SR. GENERAL GUEDES - Sim, de fato, recebi denúncias, mas não positivei, porque não era fácil. O SR. VALÉRIO MAGALHÃES - Na Amazônia se fala muito nisso, inclusive que maltrata os índios no interior dos seringais. O SR. GENERAL GUEDES - Maltratam os próprios trabalhadores civilizados. O SENHOR VALÉRIO MAGALHÃES - Iremos a Manaus, e lá apuraremos êsses fatos. O SR. GENERAL GUEDES - Como lhe disse, recebi denúncias, mas nunca positivei. O SR. VALÉRIO MAGALHÃES - É do seu conhecimento que tenham sido aprovadas pelo Tribunal as prestações de contas de seus antecessores, ou muitas delas ainda necessitam de esclarecimentos? O SR. GENERAL GUEDES - Algumas sei que voltaram para diligências, mas coisa normal, corriqueira. O SR. VALÉRIO MAGALHÃES - Nada de grave? O SR. GENERAL GUEDES - Eram diligências corriqueiras: datas que faltavam, coisas assim. Era só para o preenchimento de formalidades. O SR. CELSO AMARAL - Mais uma pergunta: quando o senhor fêz as denúncias referentes a essas missões, qual o resultado? A FAB ou o Exército tomaram em consideração essa denúncia? O SR. GENERAL GUEDES - Houve o seguinte: uma troca muito grande de documentos. O SR. VALÉRIO MAGALHÃES - Militares e secretos? O SR. GENERAL GUEDES - Sim. Depois houve proposta do Conselho. O SR. CELSO AMARAL - Existe algum funcionário que tenha êsse assunto com bastante conhecimento, que nos possa orientar? O SR. GENERAL GUEDES - O Sr. Luiz de Araujo, que foi Chefe da Secção de Assistência e Orientação, o Sr. Lourival Mota Cabral, o Sr. Humberto César de Carvalho, o Dr. Lincoln Alisson Pope. O SR. PRESIDENTE - General, há uma pergunta que me havia escapado. Sôbre o Pôste de Bauru, na sua administração, houve al-

alguma denúncia? O GENERAL GUEDES - Houve duas. Uma delas, justamente do Sr. Lima Nte, digo, Lima Neto, que vendeu um gado dali sem autorização do SPI e por preço ridículo, em razão do que foi sujeito a processo e demitido do serviço público. Outra foi com referência ao Chefe do Pôsto que também deixava muito a desejar. Chegou ao cohhecimento do Serviço que estava cometendo uma série de irregularidades, e por isso tirei-o do Pôsto. O SR. PRESIDENTE - Há renda também nesse Pôsto do Serviço de Proteção aos Índios? O GENERAL GUEDES - Sim. Trata-se de uma área grande, numa região muito boa próxima a Bauru, a trinta e poucos quilômetros de lá. Pode dar uma renda boa, mas não estava dando porque o encarregado não estava em condições de exercer a função. Não é muito fácil conciliar a situação, porque se tira um daqui para pôr ái , mas são poucos. Houve posteriormente uma lei efetivando cêrca de 600 contratados, mas do quadro eram 180. Com êsses contratados perfaziam um total de 780 ou 800 funcionários para 100 Postos indígenas, 9 Inspetorias e mais a sede. Era impraticável. Por exemplo, Cadueus , em Mato Grosso, possui uma área de 100 e tantos mil hectares. O SR. CELSO AMARAL - Êles falam em 380 mil hectares, mas sem o levantamento, que calcula que vai a 800 mil hectares. O GENERAL GUEDES - São Marcos são 15 por 15 léguas. Há lá uns oito ou nove funcionários entre encarregado, professor, homem do rádio etc.. Como se pode conseguir alguma coisa assim? O SR. PRESIDENTE - General Guedes, ao encerrarmos esta reunião, quero agradecer as informações prestadas que naturalmente muito orientarão a nossa missão, sobretudo na área da Amazônia e particularmente neste caso das missões estrangeiras. Se tivermos necessidade de outros esclarecimentos, com antecipação avisaremos a V. Sa., e V.Sa. será convidado a comparecer novamente a esta Comissão. O GENERAL GUEDES - Agradeço a V. Exa. a atenção e peço desculpas de não ter podido prestar mais esclarecimentos. O SR. PRESIDENTE - V.Sa. orientou-nos bastante. ESTÁ encerrada a reunião. -.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-

-.-

-.-

/IABM.

547 549 1221

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUERITO PARA APURAR IRREGULARIDADES NO SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS.-

Aos trinta dias do mês de agosto de mil novecentos e sessenta e três, às treze horas, na séde do Posto do Serviço de Proteção aos Índios, na Ilha do Bananal, reuniu-se a Comissão Parlamentar de Inquerito instituída para apurar as irregularidades no Serviço de Proteção aos Índios, presentes os Senhores Celso Amaral, Relator, e Sussumo Hirata, para ouvir o Senhor Luiz Guedes de Amorim, brasileiro, casado, na presente data Oficial Administrativo por ter sido reintegrado em cargo do Ministério da Fazenda, declarou que os duzentos mil cruzeiros de adiatamento que recebeu foram empregados para a compra de geladeira e colchões de mola, bem como frete de mercadorias, para o Posto ainda inquirido pelo Senhor Relator declarou que o problema do sal é relativo; entre dez e quinze sacos são comprados pelo Posto com renda indigena; declarou ainda que qualquer renda que haja sido destinada ao Posto durante sua gestão, é fictícia; que, ainda durante sua gestão foram vendidos sòmente oitenta cabeças de gado, com autorização da Diretoria, e que o produto da venda foi empregado na recuperação de uma lancha, uma invernada e um estábulo, além de outras despesas avulsas (sal, etc.); declarou ainda que tôdas as autoridades que vêm a Ilha têm suas despesas custeadas pelo SPI, com autorização do Diretor do SPI, conforme telegramas apresentados; possuindo também êste Posto uma magnífica oficina mecânica com tornos, solda de oxigênio e diversas outras máquinas, necessitando de um técnico orientador, a fim de instruir o índio, mas que até agora a solicitação do Chefe do Posto, não foi atendida. Com referência à lancha reformada com autorização da Diretoria, ressente-se de peças do motor, que embora solicitadas, até hoje não foram atendidas; que essa demora tem ocasionado prejuízos. Declarou, outrossim, que durante a sua gestão não recebeu verba, pois a necessidade de construções de casas para melhoras a condição de vida do indigena não pode ser atendida. Tendo feito experiência de plantações de feijão, amendoim, arroz, milho, bem como criação de suinos, obteve sucesso, mas sempre com deficiência de verbas que se tem notado em todo o SPI. E por ser verdade, eu, Alvaro Innocencio do Espriti, digo, Espirito Santo Filho, na função de Secretário, lavrei o presente têrmos, que vai assinado por mim, pelo Depoente e pelo Senhor Relator.

Relator

Luiz Guedes de Amorim

Depoente

Secretário

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUERITO PARA APURAR IRREGULARIDADES NO SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS.-

Aos vinte e sete dias do mês de agôsto de mil novecentos e sessenta e três, às onze horas, na Segunda Inspetoria do Serviço de Proteção aos Índios, em Belém do Pará, reuniu-se a Comissão Parlamentar de Inquérito para Apurar Irregularidades no Serviço de Proteção aos Índios, presentes aos Senhores Valério Magalhães, Celso A maral e Sussumo Hirata, sob a presidência do primeiro, para ouvir o Senhor João Fernandes Moreira, Agênte de Índios, nível 6, atualmente na Chefia da Inspetoria, residente na Rua Senador Lemos número 175, que inicialmente prestou / compromisso de dizer a verdade sôbre o que lhe fôr perguntado. Perguntado inicialmente pelo Senhor Relator se conhecia alguma irregularidade na gestão anterior ou gestões anteriores, declarou que não tem conhecimento de nenhuma. A seguir, o Relator indagou do depoente sôbre / qual a maior dificuldade, na opinião do mesmo, para a administração do SPI, ao que respondeu afirmando ser a maior dificuldade a questão das verbas, o atrz, digo, o atrazo no envio das verbas, o que ocasiona grande embaraço à marcha do serviço; perguntado ainda sôbre o suprimento / de remeédio, digo, remédios, respondeu que o mesmo era suficiente para as necesidades atuais, que tem recebido os mesmos regularmente de Brasília e do Rio; que a Inspetoria tem quinze postos sob sua orientação, todos funcionando regularmente, havendo deficiência de pessoal em alguns postos, onde Trabalhador responde pelo expediente; perguntado / sôbre se existe na Inspetoria algum arrendamento, respondeu que não; / que existe a renda do índio, que sôbre a orientação do SPI, é revertida para o próprio índio, como incentivo à produção; perguntado sôbre a necessidade de abertura de novos Postos, respondeu que sim; que durante aos, digo, os anos de mil novecentos e sessenta e um e mil novecentos e sessenta e dois, foram criados três postos, e há necessidade de criar outros, tendo mesmo, para suprir essa deficiência criado uma turma volante a fim de far, digo, dar maior assistência ao índio; quanto/ a criação de novos Postos, está com deficiência de pessoal especializado; perguntado sôbre se os Postos da Inspetoria têm serviço de rádio / funcionando, respondeu que existem cinco postos com estações de rádio, sendo quatro em funcionamento e uma paralizada por deficiência de operador, pos, digo, pois, os atuais operadores são classificados em diversas categorias funcionais diferentes, pelo que já foi pedida readaptação para os mesmos; inquirido sôbre se existem reservas sob a jurisdição da Inspetoria, respondeu que existem quatro, digo, sete concedidas e cinco a conceder, isto é, requeridas; explicou ainda que existem

548 ~~548~~ 1219

três tipos de reservas: a propriedade definitiva, a reserva (prórpiamente, digo, própriamente dita) e aterra que é habitada embora dependendo de legalização e demarcação; inquirido sôbre se são demarcadas as reservas, respondeu que não, com exceção de uma, que está sendo demarcada / atualemente, digo, atualmente; pela falta dessa demarcação, tem ocasionado invasões por particulares, determinando atritos entres os índios; o Senhor Presidente indaga, então, o que além de remédios era entregue aos índios, ao que o depoente respondeu que também artigos para lavoura eram entregues aos índios, sem qualquer ônus, e que arame farpado / desde mil novecenros e cinquenta e oito a Inspetoria não recebia; ainda o SenhorRelator indaga se há gado na Inspetoria, se é dada assistência aos bovinos, ao que respondeu o depoente, respectivamente, sim e que a assistência é relativa, sendo atendidos aos pedidos dos Postos , na medida do possível; perguntado a seguir sôbre se há venda de gado , respondeu que sim, em pequenas quantidades e que a venda tem sido aplicada no próprio Posto, e que esta venda é feita com uma tomada de preços; frizou o depoente que, quanto aos reprodutores, há mais de quinze anos a Inspetoria não os recebe; o Senhor Presidente retoma a palavra, indagando sôbre as compras feitas no mercdo de, digo, no mercado de Belém, se são feitas mediante concorrência ou se são realizadas em firmas tradicionais ao que o depoente respondeu que são feitas em firmas/ tradicionais da praça e que esperam longos mêses o pagamento; perguntado sôbre o número de funcionários, respondeu que são oito na séde e noventa e quatro em tôda a Inspetoria; perguntado sôbre o número de enfermeiros, respondeu que são três, o que é insuficiente para as necessidades do serviço; perguntado sôbre se há alguma indicação para a agricultura, respondeu que não, que a mesma é feita segundo o processo rotineiro nos locais; perguntado sôbre se há inspeções periódicas nos / Postos com a lancha do SPI, respondeu que não, porque a lancha está parada há dois anos, devendo os trabalhos de recuperação serem concluídos êste ano; perguntado sôbre o número de escolas primárias, respondeu que em quinze postos, há sòmente quatro escolas; perguntado sôbre/ o número de índios aldeiados nos Postos, respondeu que tem sete mil índios, no mínimo; perguntado se tem recebido verbas específicas para escolas do Ministério da Educação, respondeu que não. Declarando-se satisfeitos, o Presidente e o Relator, foi encerrada a inquirição. E, para constar, eu Alvaro Innocencio do Espirito Santo Filho, servindo como Secretário, lavrei o presente têrmo que vai por mim, pelo Senhor Presidente e pelo Depoente assinado.

Presidente

Depoente

Secretário

J 741

559

Comissão Parlamentar de Inquérito sôbre Irregularidades no Serviço de Proteção aos Índios.
Presidente - Deputado Valério Magalhães.
Depoente - Ernani Luz.
Reunião de - 11 de junho de 1 963 (Manhã)
Local - Palácio Tiradentes - RIO.

Aos onze dias do mês junho do ano de mil novecentos e sessenta e três, perante a Comissão Parlamentar de Inquérito sôbre Irregularidades no Serviço de Proteção aos Índios, o Senhor Ernani Luz, na qualidade de Preparador de Museu, prestou o seguinte depoimento:-O SR. PRESIDENTE - Está aberta a reunião. Dr. Ernani Luz, de acôrdo com o Regimento das Comissões Parlamentares de Inquérito e da Constituição, V.Sa. é convidado a prestar o compromisso de dizer a verdade, sòmente a verdade, sôbre tudo que lhe fôr perguntado nesta Comissão. O SR ERNANI LUZ - Presto o compromisso, Sr. Presidente, de dizer sòmente a verdade sôbre tudo e que me fôr perguntado. O SR. PRESIDENTE - Há quanto tempo V.Sa. é funcionário do Serviço de Proteção aos Índios? O SR ERNANI LUZ - Desde 1º de abril de 1 955. O SR PRESIDENTE - Qual é cargo de V.Sa.? O SR ERNANI LUZ - Preparador de Museu, nível 12. O SR PRESIDENTE - Trabalha mesmo no Museu? O SR ERNANI LUZ - Sim. O SR PRESIDENTE - Passo a palavra ao nobre Relator da Comissão, que vai inquirir V.Sa. O SR CELSO AMARAL - Gostaria antes, Sr. Ernani Luz, uma exposição de V.Sa. a respeito do Serviço de Proteção aos Índios; o que V.Sa. está achando quanto à administração do atual Diretor, quanto à organização, se está funcionando ou não? O SR ERNANI LUZ - Sr. Deputado, o atual Diretor, segundo ouço comentários no Serviço, tem tido alguns desmandos na sua administração. Acresce a circunstância também de que luta com muita dificuldade de verbas, verbas que às vezes saem para uma finalidade e têm que ser empregadas em outra. O SR CELSO AMARAL - Mas as verbas que constam do orçamento do SPI são desviadas para outra finalidade? O SR ERNANI LUZ - Muitas vêzes, a verba tem que ser desviada para outra finalidade diferente daquela em que deveria ser aplicada. O SR PRESIDENTE - Quantos funcionários tem o Museu? O SR ERNANI LUZ - Temos atualmente no Museu 18 funcionários, sendo que já foram pedidos alguns para trabalharem em Brasília. O SR PRESIDENTE - Todos são classificados no Museu como funcionários do Museu ou de outros setores trabalhando ali? O SR ERNANI LUZ - Há também funcionários da Seção de Estudos lotados em Brasília, mas alguns ainda se acham com exercício no Museu do Índio. O SR PRESIDENTE - Estão ganhando dobradinha? O SR ERNANI LUZ - Não, Sr. Presidente. O SR PRESIDENTE - Que sabe V.Sa. a respeito das irregularidades de que o SPI

551

vem sendo acusado? Sabe V.Sa., por exemplo, que o movimento das verbas, no que diz respeito à renda indígena, não é devidamente escriturada nas Inspetorias? Tem alguma notícia a respeito? O SR ERNANI LUZ - O meu cargo no SPI é técnico, como preparador de Museu, e essa parte burocrática de emprêgo de verbas não chega ao meu conhecimento. Mas, pelo que ouço dizer no SPI, a arrecadação indígena é gasta pela Inspetoria e não chega a ser entregue ao Serviço. O SR PRESIDENTE - Êles prestam contas normalmente, ou não têm cumprido êsse preceito legal? O SR ERNANI LUZ Pelo que consta, a Inspetoria não recolhe dinheiro ao SPI como devia ser. Gasta por alta recreação o dinheiro, empregando-o não se sabe em quê. O SR PRESIDENTE - Poderia haver estimativa? O SR ERNANI LUZ - Só com um levantamento na Contadoria, fazendo um estudo contábil para ver as safras animais que as Inspetorias e os Postos possuem, as safras dos cereais, a fim de se saber o que foi colhido e vendido e o que há em estoque. Só assim se poderia ter uma estimativa do movimento do Pôsto. O SR PRESIDENTE - Tem V.Sa. notícia de que haja planejamento feito pela direção do Serviço para que cada Inspetoria aplique êsse dinehri, digo, êsse dinheiro da renda? Ou não? O SR ERNANI LUZ - O Diretor antecessor do Coronel Moacyr fêz um plano de trabalho muito bom, que deveria ser executado. Foi o Coronel Tarso Aquino. Mas estêve pouco tempo como Diretor, sòmente no período da presidência do Sr. Jânio Quadros. Êsse plano, segundo consta, não foi pôsto em execução. O SR PRESIDENTE - É do conhecimento de V.Sa. que ha elementos do SPI, tidos e havidos como residentes em Brasília, mas morando no Rio de Janeiro? O SR ERNANI LUZ - Que seja do meu conhecimento, não. O SR PRESIDENTE - Quem é o Chefe da Seção de Estudos? O SR ERNANI LUZ - O Sr. Nilo de Oliveira Veleso. O SR PRESIDENTE - Está residindo aqui ou em Brasília? O SR ERNANI LUZ - Em Brásília. O SR PRESIDENTE - Com dobradinha? O SR ERNANI LUZ- Sim. O SR PRESIDENTE - Mas não é Chefe aqui? O SR ERNANI LUZ - É que o Museu está afeto à Seção de Estudos. E a Seção de Estudos funciona em Brasília. O Chefe Substituto da Seção de Estudos responde pelo expediente do Museu. É o Sr. João Bezerra de Melo. O SR PRESIDENTE - E o outro não vem sempre aqui? O SR ERNANI LUZ - Durante o meu tempo de SPI é a terceira vez. O Chefe da Seção de Estudos, nessa segunda gestão, estêve aqui duas vêzes sòmente. O SR CELSO AMARAL - Na Guanabara existem muitos funcionários comissionados no Museu, sem função, encostados? O SR ERNANI LUZ - Sr. Deputado, o Museu não funciona perfeitamente por falta de orientação e falta de material para que o Museu possa funcionar conforme deve. O SR CELSO AMARAL - Acha V.Sa. que há aqui na Guanabara muita gente sem função? O SR ERNANI LUZ - Sim, Sr. Deputado. Há excesso de funcionários no Museu. O SR CELSO AMARAL - V.Sa. conhece o Sr. Fernando Cruz? O SR ERNANI LUZ - O Sr. Fernando Cruz é Auxiliar de [illegible] sina e estêve respondendo pela 5a. Inspetoria de Campo Grande, em Mato Grosso. Atualmente, está respondendo pela Inspetoria de Manaus, [illegible]

Amazonas. O SR CELSO AMARAL - Êle vem sempre aqui à Guanabara? O SR. ERNANI LUZ - Êle costuma vir, mas nem sempre temos conhecimento da permanência dêle aqui no Rio de Janeiro. Às vêzes passa incògnitamente. No Museu sabemos que êle se acha aqui no Rio, mas não oficialmente. O SR CELSO AMARAL - Um dos depoentes informou que êle estêve aqui com uma camioneta comprada pela renda indígena. V.Sa. está a par disso? Essa camioneta ficou para o uso da família do Diretor há algum tempo. O SR ERNANI LUZ - De fato, essa camioneta licenciada com placa de Mato Grosso estêve muito tempo no Rio e serviu ao Coronel, Diretor do SPI. Mas numa ida a São Paulo, não posso precisar a data, o Coronel declarou ao Sr Unírio Veloso que iria viajar com a camioneta e depois remetê-la a Campo Grande, porque não tinha dado autôrização para a sua compra. E o Sr Unírio Veloso declarou no Museu do Índio que não tinha sido autorizada a compra da camioneta. O SR CELSO AMARAL - Quem fêz a aquisição? O SR ERNANI LUZ - Segundo consta, foi o Sr. Fernando Cruz, com a venda de algumas cabeças de gado na Inspetoria de Campo Grande, em Mato Grosso. O SR CELSO AMARAL - Quanto tempo a camioneta ficou no Estado da Guanabara? O SR ERNANI LUZ - Isso também não posso precisar. Mas não foi pouco tempo. O SR CELSO AMARAL - Não poderia dizer mais ou menos quanto tempo? O SR ERNANI LUZ - De quatro a cinco meses . O SR CELSO AMARAL QUEM ERA o motorista? Era um funcionário do Museu? O SR ERNANI LUZ - Sr. Bernardino Filho. O SR CELSO AMARAL - Mais ou menos a época da aquisição da aquisição, digo, da camioneta o Sr. se recorda? O SR ERNANI LUZ - Não, Sr. Deputado. Não tenho conhecimento. O SR CELSO AMARAL - Sr. Presidente , queria que V.Exa. atentasse para a declaração do Sr. Ernani Luz, quanto à questão da célebre camioneta que corre o Brasil. Essa camioneta ficou durante vários meses a serviço da família do Coronel. O SR PRESIDENTE - Ontem formulamos essa pergunta a um nosso informante, mas êle silenciou. O SR CELSO AMARAL - Gostaria que V.Sa. anotasse também que houve declaração do Sr. Nilo de Oliveira Veloso de que a camioneta foi adquirida sem ordem da Diretoria. O SR ERNANI LUZ - Sem concorrência. O SR PRESIDENTE - É do conhecimento de V.Sa. haver o Coronel comprado uma Sinca em São Paulo, tendo sido algumas das prestações pagas pelo Sr. José Fernando Cruz? O SR ERNANI LUZ - Não é do meu conhecimento. O SR CELSO AMARAL - Sabe V.Sa. se no exercício de 1 962 havia uma verba de 1 milhão e 200 mil cruzeiros para uma expedição científica? O SR ERNANI LUZ - Ao Rio Araraquara. O SR CELSO AMARAL - Sabemos que não foi realizada. Sabe por que razão? O SR ERNANI LUZ - Sei que inclusive foram expedidos convites ao Museu Paulista, ao Museu Nacional, ao Museu Paranaense, ao Museu Goeldi, em Belém do Pará. Mas, por determinação do Coronel, a expedição foi sustada, não sei por que. Não sei se por achar a importância deficiente para êsse empreendimento. O SR CELSO AMARAL - Quem recebeu a importância? O SR ERNANI LUZ - A importância estava em nome do Sr. Josias Macedo. O SR CELSO AMARAL - A

553

costume, quando não se realiza uma expedição e existe uma verba, o funcionário prestar constas depois de nove meses? O SR ERNANI LUZ - Quanto ao prazo da prestação de contas não estou certo. Mas, desde que a expedição não tenha sido realizada, já deveria ter sido recolhida essa importância de 1 milhão e duzentos mil cruzeiros. O SR CELSO AMARAL - Teve V,Sa. conhecimento de que estiveram em Brasília há meses dez caciques de Mato Grosso? O SR ERNANI LUZ - Perfeitamente. O SR CELSO AMARAL - Qual a finalidade da ida dêles a Brasília? O SR ERNANI LUZ - Segundo consta, para pedir providência ao atual Diretor do Serviço. Inclusive, passaram dois dias no Museu, com destino a São Paulo. O SR CELSO AMARAL - E quem financiava essa ida dos caciques a Brasília, à Guanabara e ao Estado de São Paulo? O SR ERNANI LUZ - Quero crer que tenha sido o SPI, aliás acompanhados de dois funcionários da Inspetoria de Campo Grande em Mato Grosso. O SR CELSO AMARAL - Qual o nome dos dois? Sabe o nome? O SR ERNANI LUZ - Não sei. Tive contato com êle uma vez só, e não entrei em detalhes. O SR CELSO AMARAL - No Estado de São Paulo, no Pôsto de Tupan, foram adquiridos caminhões também? Tem conhecimento disso. O SR ERNANI LUZ - Dêsses caminhões que constam no Pôsto de Tupan, sei que um foi vendido ao Serviço de Proteção aos Índios por intermédio de Itamar Simões, que é encarregado do Pôsto de Tupan, e adquirido por intermédio do Sr. João Bezerra de Melo, que estêve de posse da verba para aplicar em veículos. O SR CELSO AMARAL - Êle é do Serviço de Proteção aos Índios, o Sr. Bezerra de Melo? O SR ERNANI LUZ - É o que responde pelo expediente do Museu do Rio de Janeiro. O SR CELSO AMARAL Êsse caminhão era novo, ou foi adquirido em segunda mão? O SR ERNANI LUZ - Era do ano de 1 962 e já andava em serviço no Pôsto de Vanuire, em Tupan. O SR CELSO AMARAL - Já andava antes? O SR ERNANI LUZ - Sim. O SR CELSO AMARAL - Então foi adquirida no próprio Serviço de Proteção aos Índios? O SR ERNANI LUZ - O caminhão pertencia ao Pôsto. Então foi comprado pelo Serviço de Proteção aos Índios. Aí é uma coisa que não posso explicar bem. O SR CELSO AMARAL - Deve ter sido jôgo de verbas. O SR ERNANI LUZ - Sei que pertencia ao Pôsto de Vanuire, de Tupan, e foi vendida ao Serviço de Proteção aos Índios. Agora, não sei como explicar essa transação feita. O SR CELSO AMARAL - Já ouviu falar em notas frias? O SR ERNANI LUZ - Sei o que significa. Agora, êsse recibo do caminhão, pelo que me consta, foi pôsto, foi passado por uma firma de São Paulo. Também não sei qual. O SR CELSO AMARAL - Qual o pôsto a que estava servindo o caminhão. O SR ERNANI LUZ - Pôsto de Vanuire, em Tupan. O SR CELSO AMARAL - Durante a permanência do Sr. Fernando Cruz na 5a. Inspetoria, em Mato Grosso, houve questão de terra, em que foi morto um rapaz? Pode dizer alguma coisa? Foi por política, ou por questão administrativa? O SR ERNANI LUZ - Segundo chegou ao meu conhecimento, foi a conselho do Chefe de Polícia de Mato Grosso, não sei se por motivo de desmandos ali praticados, que êsse rapaz se retirou de Campe

Grande. O Chefe de Polícia da lá pediu que êle se ausentasse, porque poderia ser morto. Então veio a transferência dêle para a primeira Inspetoria, que é em Manaus. Agora, quanto aos desmandos que dizem ter êsse moço praticado em Mato Grosso, nada posso adiantar. O SR CELSO AMARAL - Conhece algum caso de coação de funcionários que vieram depor, ou desejaram depor nesta Comissão Parlamentar de Inquérito, coação por parte do Sr. Diretor? O SR ERNANI LUZ - Não, senhor. O SR CELSO AMARAL - Outra coisa que acho estranha: um funcionário sai de Brasília, vem via Rio de Janeiro, São Paulo, Mato Grosso - por que essa volta? O SR ERNANI LUZ - Não posso adiantar qualquer esclarecimento a respeito. O SR CELSO AMARAL - Conhece a ex-Deputada Tereza Delta? O SR ERNANI LUZ - Já estive em contato com a Deputada Tereza Delta na sua residência em São Paulo, e aqui no Rio de Janeiro em casa do Dr. Nelso Pires Teixeira, ex-Diretor do Serviço de Proteção aos Índios. O SR CELSO AMARAL - Tem conhecimento de que alguma vez ela solicitou dinheiro do Serviço de Proteção aos Índios, ou obteve do SPI dinheiro? O SR ERNANI LUZ - Que eu sabia, não, senhor. O SR CELSO AMARAL - Houve, uma ocasião, a entrega de certa importância ao Sr. Fernando Cruz, importância essa que foi levada para São Paulo - dois milhões ou um milhão e meio de cruzeiros - e estêve depositada algum tempo no apartamento de Josias Macedo e depois na casa da ex-Deputada Tereza Delta em São Paulo? Conhece o destino dêsse dinheiro? O SR ERNANI LUZ - Êsse dinheiro, segundo o próprio Josias me declarou, foi levado ao Rio Grande do Sul pelo Sr. Fernando Cruz, e quando o Sr. Fernando Cruz regressou já não estava mais de posse dêsse dinheiro, cujo total desconheço. O SR CELSO AMARAL - Mas o Sr. Fernando Cruz, qual a ligação dêle com o Rio Grande do Sul para levar essa importância lá? Êle pertencia a algum pôsto lá ao qual fôsse levar o dinheiro? Ou foi levar a algum Diretor do Serviço de Proteção aos Índios? O SR ERNANI LUZ - Que eu saiba, não. O SR CELSO AMARAL - Êle tem família no Rio Grande do Sul, o Sr. Fernando Cruz? O SR ERNANI LUZ - Êle é descendente do Rio Grande do Sul. Não sei se existem familiares seus residentes no Rio Grande do Sul. O SR CELSO AMARAL - Conhece o atual Inspetor da 5a. Inspetoria, Sr. Alísio Carvalho? O SR ERNANI LUZ - Tive contato com êle sòmente uma ocasião: quanto, em dezembro de 1 962, êle aqui estêve com diversos outros inspetores e chefes de postos indígenas a fim de receber verbas, adiantamentos para o Serviço de Proteção aos Índios. O SR CELSO AMARAL - Conhece algum processo, alguma certidão em poder do Sr. Josias Macedo, certidão referente a um processo que envolve o Sr. Mota Cabral, o Sr. Francisco Meireles e outros funcionários do Serviço? O SR ERNANI LUZ - Não, senhor. O SR CELSO AMARAL - Conhece alguma irregularidade no Serviço de Protel, digo, de Proteção aos Índios? O SR ERNANI LUZ - Senhor Deputado, segundo consta, não posso afirmar, houve irregularidade na venda de pinheiros no Sul do País, no Estado do Paraná e nos de Santa Catarina e Rio Grande do Sul. São ven-

vendidos os pinheiros pelo Chefe do Pôsto lá, isso segundo consta, e as importâncias não são arrecadadas à renda indígena. O SR CELSO AMARAL - Quem eram êsses chefes de pôsto? Recorda-se de algum nome? O SR ERNANI LUZ - O Chefe da Inspetoria que funciona em Curitiba é o Sr. Dival. A 7a. Inspetoria é que abrange Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. O SR CELSO AMARAL - Aqui no Estado da Guanabara é que são adquiridos remédios fornecidos ao Serviço de Proteção aos Índios? Êsses remédios foram adquiridos pelo Sr. Josias Macedo? O SR ERNANI LUZ - Sim, senhor; com autorização do atual Diretor, Coronel Moacyr Ribeiro Coelho. O SR CELSO AMARAL - Sabe a importância, o volume? O SR ERNANI LUZ - O volume total não sei dizer. Agora, os remédios foram recebidos e divididos por mim a cada Inspetoria. Fiz um mapa da divisão dos remédios, levei ao conhecimento do Diretor e êle aprovou. Já foram embalados e remetidos por avião às diversas inspetorias do SPI; O SR CELSO AMARAL- Gostaria que o senhor encaminhasse um dêsses mapas de distribuição para orientar esta Comissão. O SR ERNANI LUZ - Pois não. O SR CELSO AMARAL Conhece alguma venda de gado do Serviço de Proteção aos Índios em alguma das Inspetorias? O SR ERNANI LUZ - Pelo que me consta, só houve na de Mato Grosso. O SR CELSO AMARAL - Foi normal essa venda? O SR ERNANI LUZ - Aliás, disse que houve duas vendas, uma com concorrência e outra sem concorrência. O SR CELSO AMARAL - Na gestão do Sr. Fernando Cruz? O SR ERNANI LUZ - Fernando Cruz, sim, senhor, O SR CELSO AMARAL- Conhece algum processo contra o Sr. Josias Macedo? O SR ERNANI LUZ-Não, senhor. O SR CELSO AMARAL - Qual a verba que recebe o Museu anualmente, para seu bom funcionamento? O SR ERNANI LUZ - O Museu não tem verba específica. O SR CELSO AMARAL - Não tem? O SR ERNANI LUZ - Não, senhor. Quem recebe a verba que destina alguma importância ao Museu é a Seção de Estudos, à qual o Museu do Índio está afeto. O SR CELSO AMARAL - Essas aplicações aqui no Estado da Guanabara são feitas sem planejamento, ou há um programa para emprêgo da verba? O SR ERNANI LUZ - Não há planejamento pròpriamente dito. O SR CELSO AMARAL - Quer dizer que é empregada conforme as necessidades? O SR ERNANI LUZ - Conforme as necessidades do serviço. O Museu mais necessita de alguma verba é nas proximidades da festa do Dia do Índio, porque sempre há necessidade de fazer pintura no prédio, pagamento de qualquer material adquirido, para que possa haver modificação na exposição permanente do Museu. O SR CELSO AMARAL - Tem conhecimento de que, certa ocasião, houve necessidade da importância de 700 mil cruzeiros, que foi emprestada pelo Sr. Francisco Meireles, para ser entregue ao Sr. Fernando Cruz, que, para cobrar êsse dinheiro, veio de Campo Grande? O SR ERNANI LUZ - Não é de meu conhecimento. O SR CELSO AMARAL - O Sr. Melo, qual a função dêle no Museu do Índio? O SR ERNANI LUZ - A funão do, digo, A função do Melo é auxiliar de sertão. No Museu faz serviço de escriturário. Mas a função dêle pròpriamente é auxiliar de sertão. O SR CELSO AMARAL - Quer dizer que pa-

556
558
1300

sua função teria de estar obrigatòriamente viajando? O SR ERNANI LUZ - Sim. O SR CELSO AMARAL - E vive no Rio? O SR ERNANI LUZ - Perfeitamente. O SR CELSO AMARAL - Quer dizer que o Museu é cabide de encôsto do Serviço de Proteção aos Índios? O SR ERNANI LUZ - Em alguns casos. O SR CELSO AMARAL - O Sr. Melo tem conhecimento da compra dêsse caminhão usado que pertencia ao próprio SPI? O SR ERNANI LUZ - Tem conhecimento, porque a verba estava em nome dêle. O SR CELSO AMARAL - Como é todo o nome dêle? O SR ERNANI LUZ - João Bezerra de Melo. O SR CELSO AMARAL- Conhece algum processo contra o Serviço de Proteção aos Índios do Conselho de Segurança Nacional? O SR ERNANI LUZ - Não, senhor. O SR CELSO AMARAL - Questão de contrato de arrendamento o senhor desconhece? O SR ERNANI LUZ - Completamente. O SR CELSO AMARAL - Processos do Tribunal de Contas desconhece também? Um processo do SPI para registro no Tribunal da Contas? Essa dificuldade que o Tribunal encontra no registro - isso desconhece também? O SR ERNANI LUZ - Sei que neste último adiantamento para o SPI já tinha inspirado o prazo de prestação de contas, e diversas pessoas que receberam adiantamentos não haviam prestado contas ao Tribunal. O SR CELSO AMARAL - Poderia citar o nome de algumas dessas pessoas? O SR ERNANI LUZ - Não posso precisar, porque foram diversos funcionários. Depois, aparece uma circunstância: uns receberam adiantamentos por determinação do Diretor e passaram a outros funcionários . Quer dizer, o adiantamento ficou sob responsabilidade do primeiro, sendo aplicado por outro funcionário. O SR CELSO AMARAL - O senhor sabe que o Serviço de Proteção aos Índios tem duas verbas - uma orçamentária e outra indígena? O SR ERNANI LUZ -, digo, indígena? É de seu conhecimento isso? O SR ERNANI LUZ - Pois não. O SR CELSO AMARAL - Essa verba indígena tem aplicação de contrôle um pouco difícil; não há prestação de contas ao Serviço de Proteção aos Índios. Aqui na Guanabara há algum benefício dessa verba indígena? Vem alguma importância para beneficiar o SPI? O SR ERNANI LUZ - Não, senhor. Aliás o Museu luta com essa dificuldade aqui porque constantemente recebemos indígenas vindos de São Paulo, Minas, Mato Grosso. Não sei se bem ou mal orientados pelo SPI, em vez de se dirigirem a Brasília, onde funciona a Diretoria que poderia auxiliá-los monetàriamente, ou de outra forma, da maneira que êles necessitam, dirigem-se ao Museu, que não dispõe de verba com que possa auxiliá-los para o seu regresso ou encaminhá-los a Brasília para reclamarem as suas necessidades. O SR CELSO AMARAL - É uma lástima, porque onde há necessidade do emprêgo da verba o SPI descuida, e enquanto disso o Serviço se preocupa muito com a compra de camionetas. Quer dizer então que não existe dotação orçamentária para a assitênci, digo , assistência ao índio. O SR ERNANI LUZ - No Museu, não. Inclusive a parte de o Museu, nessas ocasiões, ter que recorrer a uma firma comercial para poder remeter êsses indígenas para as suas aldeias e seus Estados. O SR CELSO AMARAL - Conhece algum caso de atrito entre o Serviço de Pro

557

Proteção aos Índios e a Exército Nacional? O SR ERNANI LUZ - Não. O SR CELSO AMARAL - Há questão de meses o atual Diretor do Serviço de Proteção aos Índios precisou reformar o motor do seu carro particular. Veio uma camioneta de São Paulo, do Pôsto de Tupan, para buscar o motor aqui na Guanabara. Êste motor foi entregue ao funcionário, levado para São Paulo para ser retificado, e depois voltou ao Rio. V.Sa. tem conhecimento disso? O SR ERNANI LUZ - Foi exatamente o encarregado do Pôsto Vanire, em Tupan, que veio com a camioneta Kombi apanhar o motor da SINCA na Presidente Vargas. Fui justamente com êle. O motor foi levado para São Paulo para fazer a retífica. Passado algum tempo, o funcionário foi a São Paulo e trouxe o motor para o Rio. O SR CELSO AMARAL - A camioneta veio a serviço ou simplesmente para buscar o motor no Rio? O SR ERNANI LUZ - Veio exclusivamente com a finalidade de buscar o motor. O SR CELSO AMARAL - Êsse motor foi retifiaado na firma AUTONAK , em São Paulo? O SR ERNANI LUZ - Não sei. Sei simplesmente que foi numa firma em São Paulo. O SR CELSO AMARAL - A camioneta veio exclusivamente para o transporte do motor e não a serviço do SPI. O SR ERNANI LUZ - Especialmente para o transporte do motor. O SR CELSO AMARAL - Conhece V. Sa. um movimento entre os funcionários do SPI pedindo a determinada autoridade que mantivesse o Coronel no Serviço? O SR ERNANI LUZ - Sr. Deputado, de fato houve um abaixo-assinado encabeçado pelo Sr. Josias Macedo, sendo que todos os funcionários assinaram, não sei se por imposição. Alguns talvez com receio de represálias partidas depois mais tarde do Sr. Josias, o Chefe da Seção de Estudos, ou do Coronel. Inclusive eu assinei êsse memorial. O SR PRESIDENTE - Mas V.Sa. assinou de moto próprio, sem temer coação alguma. O SR ERNANY LUZ - Sim, porque foi no início da sua administração. O SR PRESIDENTE - Hoje ainda assinaria? O SR ERNANI LUZ - Hoje, não, Sr. Presidente. Vejo muitos desmandos no .. SPI, e uma pessoa com um pouco de consciência não faria isso. O SR PRESIDENTE - É do conhecimento de V. Sa. que há um mestre de obras, Sr.Carlos Barreto, lotado em Brasília? O SR ERNANI LUZ - Sim. O SR PRESIDENTE - Mas parece que êle vive mais aqui. O SR ERNANI LUZ - Sr. Presidente, se não me engano, atualmente, acha-se em gôzo de férias na Guanabara, e, pelo que me consta também trabalhando na casa do Sr. Diretor, na Ilha do Governador. O SR PRESIDENTE - Êle é mestre de obras. O SR ERNANI LUZ - Sim. O SR PRESIDENTE - Mas lotado em Brasília. O SR ERNANI LUZ - Sim. O SR CELSO AMARAL - V.Sa. tem conhecimento de que êle está trabalhando na casa do Coronel? O SR ERNANI LUZ - Não sei se no dia atual ainda está. Mas trabalhou na casa do Diretor. O SR CELSO AMARAL- Qual o seu nome todo? O SR ERNANI LUZ - Carlos Barreto de Souza. O SR PRESIDENTE - No Jardim Guanabara. O SR ERNANI LUZ - Não sei onde fica localizada a casa. O SR PRESIDENTE - Sabe alguma coisa sôbre o processo a que respondeu o Sr. José Fernando Cruz? O SR ERNANI LUZ - Sei que foi sôbre vendas de gado da Inspetoria em Mato Grosso. Fêz duas vendas

de gado do SPI, conforme já declarei ao Sr. Deputado Celso Amaral, uma com concorrência, outra sem concorrência, sendo que numa dessas vendas foi quando foi adquirida essa camioneta a que o Sr. Presidente e o Sr. Relator há pouco se referiram. O SR PRESIDENTE - Sabe V.Sa. porque êle foi para Manaus? Êle não é Inspetor? O SR ERNANI LUZ - Não. É auxiliar de sertão. O SR PRESIDENTE - E por que foi escolhido para ir para Manaus? O SR ERNANI LUZ - Segundo chegou ao meu conhecimento, por conselho do Chefe de Polícia de Campo Grande. Se êle permanecesse em Campo Grande seria assassinado. Então, o Sr. Diretor do SPI achou por bem transferi-lo para Manaus. O SR PRESIDENTE - Sabe também alguma coisa a respeito de ocorrências quanto aos pinheirais do Paraná? O SR ERNANI LUZ - Já esclareci ao Sr. Deputado Celso Amaral que, segundo dizem, existem negociatas no sul com os pinheirais das reservas indígenas, não só do Paraná, como Santa Catarina e Rio Grande do Sul. O SR PRESIDENTE- E quanto a êsses contratos de arrendamento? O SR ERNANI LUZ - Nada posso adiantar, porque não é assunto da minha alçada. É coisa mais entre a Diretoria e as Inspetorias. O SR PRESIDENTE - Qual a opinião de V.Sa., como funcionário antigo do SPI, sôbre as ligações do atual Diretor com os demais servidores. Há clima de tranquilidade atualmente no SPI? O SR ERNANI LUZ - Sr. Presidente, quando o Sr. Diretor vem ao Rio procura estar em contato com os funcionários do Museu, e não noto qualquer ato de hostilidade de uma parte ou de outra. O SR PRESIDENTE - Mas não tem notícia de que em Brasília há êsse clima? Vários funcionários foram afastados e procuram afastar-se para não ficarem sob a administração do Sr. Diretor. O SR ERNANI LUZ - Há os Srs. Mota Cabral e Luiz Araújo que foram afastados pelo Diretor. Não sei qual o motivo. Aliás, o Sr. Mota Cabral é funcionário antigo, zeloso. O SR PRESIDENTE - É dos mais antigos? O SR ERNANI LUZ - Sim. O SR PRESIDENTE - E tem posição de destaque no SPI? O SR ERNANI LUZ - Estêve muito tempo como Chefe do Serviço de Orientação e Administração. Há tempos já foi indicado para Diretor. Trabalhou muito tempo com o General Guedes. O SR PRESIDENTE - V. Sa. nota desejo do atual Diretor do SPI de permanecer no cargo? O SR ERNANI LUZ - Sr. Presidente, pelo movimento que vejo, não tem vontade de deixar a direção do SPI. O SR PRESIDENTE - V.Sa. conhece o Sr. Sílvio Meireles? O SR ERNANI LUZ - Não conheço pessoalmente o Sr. Sílvio Meireles. Pelo que soube, êle foi há tempos afastados do SPI a bem do serviço público, sendo que atualmente se acha encostado ao Gabinete do Sr. Diretor, com uma gratificação de 40 mil cruzeiros. Não posso precisar se essa importância é verídica ou errônea. O SR PRESIDENTE - Por que verba é paga essa gratificação? Pela renda indígena ou por verba orçamentária? O SR ERNANI LUZ - Não sei. O SR PRESIDENTE - Saiu do SPI a bem do serviço público e, no momento, trabalha no Gabinete do Diretor. O SR ERNANI LUZ - Naturalmente fazendo parte da assessoria técnica do Sr. Diretor. O SR PRESIDENTE - Qual o preparo dêle? O SR ERNANI LUZ -

Não sei. Não o conheço pessoalmente. Nunca tive contato com êle. O SR CELSO AMARAL - Agradecemos a presença de V.Sa. a esta Comissão, e queria informar V.Sa. de que esta Comissão dará tôda a garantia a V.Sa. sôbre qualquer coação, seja por parte do Sr. Diretor, seja de Chefe de serviço do SPI. Havendo alguma coisa, comunique-nos imediatamente, porque já tive conhecimento de coação e ameaças. O SR ERNANI LUZ - Agradeço à ilustre Comissão ter-me feito êsse convite para prestar as declarações por mim conhecidas. Em outra qualquer oportunidade, conforme o Deputado me solicitou, trarei a cópia do mapa da distribuição dos remédios. O SR CELSO AMARAL - Isto nos vai orientar muito. -.-.-.-.-.-.-.-.-
-.-
-.-

CORREÇÕES

Na pagina nº 2 linha 20 leia-se: Tasso de Aquino.
Na pagina nº 3 linha 11 leia-se: Nilo Vellozo.
Na pagina nº 3 linha 13 leia-se: Nilo Vellozo.
Na pagina nº 3 linha 37 leia-se: Arariquera.
Na pagina nº 5 linha 13 leia-se: Nelson Perez Teixeira.
Na pagina nº 7 linha 16 leia-se: Expirado.
Na pagina nº 9 linhas 34 e 35 leia-se: Cildo Meirelles.

Ernani Luz

/IABM

560
1305

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO PARA APURAR IRREGULARIDADES NO SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Depoente: JOÃO BEZERRA DE MELO
Reunião: de 11-6-1963

Aos onze dias do mês de junho de mil novecentos e sessenta e três, às dezessete horas e cinco minutos perante a Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar irregularidades no Serviço de Proteção aos Índios e dá outras providências, compareceu o Sr. João Bezerra de Melo, o qual prestou o seguinte depoimento: O SR VALÉRIO MAGALHÃES(PRESIDENTE) - Temos ainda uma testemunha para ouvir. Seu nome é? O SR JOÃO BEZERRA DE MELO - João Bezerra de Melo. O SR VALÉRIO MAGALHÃES - Funcionário do SPI? - O SR BEZERRA DE MELO - Funcionário do Serviço de Proteção aos Índios há 19 anos. O SR VALÉRIO MAGALHÃES - Que cargo? O SR BEZERRA DE MELO - Agente de proteção aos índios, mas estou exercendo a função de Chefe do Museu do Índio. Sou subordinado à Seção de Estudos, sendo que a Seção de Estudos está em Brasília; aqui ficou a parte do Museu. O SR VALÉRIO MAGALHÃES - O senhor deverá, antes de iniciar seu depoimento, prestar o compromisso legal de que dirá a verdade, sòmente a verdade de tudo que souber e lhe fôr perguntado, sujeitando-se às penas da Lei, se não o fizer. O SR BEZERRA DE MELO - Pois não. O SR VALÉRIO MAGALHÃES - Quem é o chefe da Seção? O SR BEZERRA DE MELO - É o Sr. Nilo Oliveira Veloso. O SR VALÉRIO MAGALHÃES - Está residindo em Brasília. O SR BEZERRA DE MELO - Sim. O SR VALÉRIO MAGALHÃES - Tem vindo aqui, vez por outra? O SR BEZERRA DE MELO - Não tem vindo. O SR VALÉRIO MAGALHÃES - É designado por êle ou pelo Diretor para responder pelo Museu? O SR BEZERRA DE MELO - Pelo Diretor. O SR VALÉRIO MAGALHÃES - Quantos funcionários tem o Museu do Índio? O SR BEZERRA DE MELO - Estamos com uns vinte. Mas a Seção de Estudos foi para lá; vai levar parte e ficar parte aqui. O SR VALÉRIO MAGALHÃES - Quantos tem? O SR BEZERRA DE MELO - Só está com o Chefe mesmo. O Chefe foi para lá. Agora, ficaram os funcionários. O SR VALÉRIO MAGALHÃES - Há quantos meses está lá? O SR BEZERRA DE MELO - Foi transferido em fevereiro. O SR VALÉRIO MAGALHÃES - Como funciona sem servidores lá em Brasília? O SR BEZERRA DE MELO - O problema não é meu; não sei. O SR VALÉRIO MAGALHÃES - Não lhe parece esquisito que o Chefe esteja lá com a Seção de Estudos e os funcionários todos permaneçam aqui no Rio de Janeiro. O SR BEZERRA DE MELO - De fato. Mas não há residência em Brasília. O SR VALÉRIO MAGALHÃES - Então o que faz o Chefe lá. Quem chefia deve ter alguma coisa para chefiar. Mas a Seção de Estudos está aqui. Êle lá está fazendo o quê? Está só auferindo as vantagens da

debradinha em Brasília, ainda com função gratificada, com passagens para vir aqui vez por outra fiscalizar o Museu. Êle lá e os funcionários aqui — muito estranha essa situação. O SR BEZERRA DE MELO - Sem dúvida. O SR VALÉRIO MAGALHÃES - O Museu tem verba própria? O SR BEZERRA DE MELO - Não; temos a verba da Seção de Estudos, a verba de expedições científicas. Mas estou aí há quase seis anos e só vi ser paga essa verba uma vez, e por sinal vai ser recolhida — a verba de 1 milhão e 200 mil. O SR VALÉRIO MAGALHÃES - Está com quem essa importância? O SR BEZERRA DE MELO - Está nas mão do Sr. Josias Macedo. O SR VALÉRIO MAGALHÃES - Recebeu na qualidade de quê? O SR BEZERRA DE MELO - De Chefe da Seção de Estudos. O SR VALÉRIO MAGALHÃES - Mas, além dessa importância, recebeu mais 2 milhões das mãos do Sr. Alison Pope. O SR BEZERRA DE MELO - Sim recebeu. O SR VALÉRIO MAGALHÃES - Para o que foi? O SR BEZERRA DE MELO - Verba de assistência aos índios. Parece que é aplicada em medicamentos. O SR VALÉRIO MAGALHÃES - Quer dizer que recebeu, ao todo, 1 milhão e 200 mil cruzeiros da verba da Seção de Estudos e 2 milhões da verba de assistência ao índios? O SR BEZERRA DE MELO - É. O SR VALÉRIO MAGALHÃES - Tem verba orçamentária? O SR BEZERRA DE MELO - Não; o Josias recebeu ... O SR VALÉRIO MAGALHÃES - Não desta parte. Depois recebeu mais? O SR BEZERRA DE MELO - Recebeu mais 200 mil para congressos e conferências. Não sei bem os detalhes. O SR VALÉRIO MAGALHÃES - Recebeu outras quantias? O SR BEZERRA DE MELO - Só adiantamentos. De 17 e meio milhões. Depois cobriu essa importância e ficou em poder dêle a quantia de 4 milhões, que aplicou em medicamentos por ordem do Diretor, com mais 2 milhões. Mas dessa importância foram aplicados 1 milhão e 600 mil e poucos em Brasília. O SR VALÉRIO MAGALHÃES - Quer dizer que tem 17 e meio milhões, mais 2 milhões, mais 1 milhão e 200 mil, mais 200 mil; conseqüentemente, vai a mais de 20 milhões? O SR BEZERRA DE MELO - É. O SR. VALÉRIO MAGALHÃES - O Sr. Relator deseja fazer-lhe algumas perguntas. O SR CELSO AMARAL - O senhor teve conhecimento de uma caminhonete que ficou à disposição do Diretor aqui no Rio? O SR BEZERRA DE MELO - À disposição, não. Caminhonete de marca Chevrolet? O SR CELSO AMARAL - Caminhonete F-100. O SR BEZERRA DE MELO - Sei, sim. O SR CELSO AMARAL - Quanto tempo ficou no Rio? O SR BEZERRA DE MELO - Passou algum tempo, não muito. O SR CELSO AMARAL - Quem ficou guiando essa caminhonete? Foi funcionário seu do Museu? O SR BEZERRA DE MELO - Foi o Bernardino. O SR CELSO AMARAL - O prazo foi mais ou menos dois meses? O SR BEZERRA DE MELO - Sim. O SR CELSO AMARAL - Qual a finalidade? Foi servir ao Museu do Índio? O SR BEZERRA DE MELO - Em parte, servia. O SR CELSO AMARAL - Em parte, não. Quero saber a finalidade precípua. O SR BEZERRA DE MELO - Temos, por exemplo, para deixar uma mercadoria no Correio Aéreo Nacional. E, por sinal, no Museu não tem quem faça êsse serviço... O SR VALÉRIO MAGALHÃES - Mas o Deputado Relator quer saber a serviço de que ou de quem ficou a caminhonete aqui; o serviço específico, à disposição de

quem ela estava? O SR BEZERRA DE MELO - Acho que estava com o Coronel. O SR CELSO AMARAL - Ficou servindo a família dêle? O SR BEZERRA DE MELO - Não vou dizer ... O SR VALÉRIO MAGALHÃES - O senhor está aqui para dizer, segundo mesmo compromisso que prestou, a verdade do que souber e lhe fôr perguntado. O SR BEZERRA DE MELO - Não sei se a família dêle... O SR CELSO AMARAL - Um funcionário seu ficou à disposição dessa caminhonete, como motorista? O SR BEZERRA DE MELO - Não sei se era diretamente à família; sei que era ao Coronel. O SR CELSO AMARAL - E aquela caminhonete de Campo Grande? O SR BEZERRA DE MELO - Às vêzes, vem aqui. Agora mesmo estêve aqui a Chevrolet algum tempo, depois foi embora. Eu, quando quero remeter uma carga pelo Correio Aéreo Nacional, tenho de pedir ao Fomento de Produção Nacional que nos ceda uma caminhonete,porque o Museu não tem verba para isso. O SR VALÉRIO MAGALHÃES - E como funciona o Museu, se não tem verba? O SR BEZERRA DE MELO - Os funcionários são - pagos pelo Govêrno e o resto é boa vontade. O Museu é muito bem montado. O SR VALÉRIO MAGALHÃES - Mas não se renova o material? O SR BEZERRA DE MELO - Agora está-se renovando. Não tem havido expedições. O SR VALÉRIO MAGALHÃES - Tem uma verba de 200 e poucos contos... O SR BEZERRA DE MELO - Não temos verba para o Museu pròpriamente, não. Temos para a Seção de Estudos. O SR CELSO AMARAL - Um grupo de índios de Mato Grosso - estêve em Brasília e depois veio para a Guanabara. O SR BEZERRA DE MELO - Nem entraram no Museu. O SR CELSO AMARAL - Mas foi pedido até pouso no Museu. O SR BEZERRA DE MELO - Foi pedido pouso, chegaram num dia e no mesmo dia foram embora. Dormiram no próprio caminhão; daí foram embora no outro dia. O SR CELSO AMARAL - Vieram para cá? O SR BEZERRA DE MELO - Não sei. Sei que andaram por Brasília, depois vieram para cá. Mas não sei a finalidade. O SR CELSO AMARAL - Todos os funcionários comissionados no Museu fazem parte de outra seção, ou estão todos no Museu? O SR BEZERRA DE MELO - Comissionado não há nenhum. O SR CELSO AMARAL - Antes de vir para o Museu, qual a sua função no Serviço de Proteção aos Índios? O SR BEZERRA DE MELO - Sempre fui burocrata. Vim de lá. Inspetorias de Manaus para aqui. Nunca servi no interior. O SR CELSO AMARAL - Em Manaus, quem era o Inspetor? O SR BEZERRA DE MELO - Entrei com o Josino. Depois, passou para o Joviniano, o Viana; então, vim para aqui. Entrei em 1944. O SR CELSO AMARAL - Conhece o Sr. Fernando Cruz? O SR BEZERRA DE MELO - Conheço, sim. O SR CELSO AMARAL - Conhece alguma irregularidade praticada por êsse funcionário? O SR BEZERRA DE MELO - Não. O SR CELSO AMARAL - Nenhuma? O SR BEZERRA DE MELO - Não conheço nada, nada, nada. O SR VALÉRIO MAGALHÃES - Nunca soube de nenhum inquérito contra êle? Nunca houve nenhuma irregularidade no Serviço durante todo o tempo em que êle é funcionário? O SR BEZERRA DE MELO - A única coisa - que soube foi agora a sua saída. Por sinal, servi nessa comissão em Campo Grande, mas não foi contra o Fernando Cruz, mas por irregularidades que houve contra o Serviço no ano passado. O SR VALÉRIO MAGALHÃES -

563

dizer que contra êle não sabe nada? O SR BEZERRA DE MELO - Conheço o Sr. Fernando Cruz há muito pouco tempo. O SR CELSO AMARAL - O senhor está há 19 anos no Serviço de Proteção aos Índios, não é? O SR BEZERRA DE MELO - Mas o Fernando é nôvo; tem seis ou sete anos e nunca viveu, nunca ficou aqui no Museu. Aliás, conheço muitos funcionários de nome, sem nunca ter visto. O SR CELSO AMARAL - Quantos funcionários tem o Museu? O SR BEZERRA DE MELO - Tenho uns vinte. Se V.Exª. quiser, poderei dar amanhã o número exato. O SR CELSO AMARAL - Todos observam o horário e assinam o ponto? O SR BEZERRA DE MELO - Observam, sim. O SR CELSO AMARAL - Inclusive o Josias Macedo? O SR BEZERRA DE MELO - Êsse é o mais faltoso atualmente. O SR CELSO AMARAL - Freqüentemente vai ao Museu? O SR BEZERRA DE MELO - Êle não tem ido, não. O SR CELSO AMARAL - V.Sª. sabe qual é a função do Sr. Brito? O SR JOÃO BEZERRA DE MELO - Sei que êle passou dois meses encaixotando medicamentos, e agora está tirando um mês de férias que terminam no dia 12. O SR CELSO AMARAL - Não se ocupou em mais nada? O SR JOÃO BEZERRA DE MELO - No Museu, a sua função foi só a de encaixotar medicamentos. O SR CELSO AMARAL - Sabe se ajudou na construção de uma casa na Ilha do Governador? ... O SR JOÃO BEZERRA DE MELO - Não sei. O SR CELSO AMARAL - ... no período em que V.Sª. é chefe? O SR JOÃO BEZERRA DE MELO - Êle é de Brasília. Está em trânsito. Pode ser que tenha ajudado agora durante as férias dêle. Não sei. O SR CELSO AMARAL - V.Sª. ouviu falar em compras de caminhões em São Paulo, na Cidade de ... O SR JOÃO BEZERRA DE MELO - Tupã. Fui eu até que fiz o negócio, porque não podia ser comprado aqui no Rio. Saiu um adiantamento de 2 milhões e 400 mil cruzeiros para o Sr. Nazareth. No fim do ano o Nazareth não pôde comprar e o Diretor passou êsse encargo para mim, e eu fiz a compra em Tupã, por intermédio de Itamar. O SR CELSO AMARAL - Desconhece V.Sª. que êsse caminhão era usado? O SR JOÃO BEZERRA DE MELO - Não. O caminhão é nôvo, mas estava rodado. O SR CELSO AMARAL - De quem comprou? O SR JOÃO BEZERRA DE MELO - Não me recordo a firma. O SR CELSO AMARAL - Não era da renda indígena? O SR JOÃO BEZERRA DE MELO - Que eu saiba, não. Comprei por intermédio do Itamar. Nem fui lá. Êle que comprou. Mas o caminhão vale mais. A autorização foi dada pelo Coronel. O SR CELSO AMARAL - Como o Sr. Adquiriu êsse caminhão se a verba era destinada à compra de um caminhão zero quilômetros? O SR JOÃO BEZERRA DE MELO - O caminhão não era zero quilômetros. Era nôvo, mas já estava rodado. E raramente se encontra um caminhão nôvo por 2 milhões e 400 mil cruzeiros. O SR CELSO AMARAL - Então V.Sª. tinha conhecimento de que era usado. O SR JOÃO BEZERRA DE MELO - Era usado, mas muito pouco. Um caminhão com poucos quilômetros não é usado. O SR CELSO AMARAL - Desde que se tira um caminhão da fábrica, êle já é usado. O SR JOÃO BEZERRA DE MELO - Entendendo assim, é usado. O Itamar disse-me que era nôvo. Não fui ver o caminhão. O SR CELSO AMARAL - V.Sª. tem muito boa fé. O SR JOÃO BEZERRA DE MELO - Não se queria perder a verba de 2 milhões e

400 mil cruzeiros que teria que ser aplicada. Para evitar que não fôsse devolvida comprou-se o caminhão. Como aqui no Rio os 2 milhões e 400 mil não davam, compramos em Tupã. Mas o caminhão está nôvo. Se V. Sa. quiser pode até convocar o Itamar Simões, no Pôsto Vanuíre. O SR CELSO AMARAL - Sabe quanto a Seção de Estudos teve êste ano para a compra de remédios? O SR JOÃO BEZERRA DE MELO - Sei que o Josias Macedo comprou 41 milhões 612 cruzeiros em Brasília. O SR CELSO AMARAL - Do Laboratório Ilhéu? O SR JOÃO BEZERRA DE MELO - Parece que é. E 4 milhões e pouco aqui no Rio, da Pfizer. O SR CELSO AMARAL - E deram desconto nas compras? O SR JOÃO BEZERRA DE MELO - Deram. Mas na própria mercadoria. Foi o Josias Macedo que comprou. O SR CELSO AMARAL - Quanto à operação de venda de gado, V.Sa. conhece alguma coisa? O SR JOÃO BEZERRA DE MELO - Desconheço. Ouve-se falar. Mas não posso dizer nada, porque a minha função é burocrática. O SR CELSO AMARAL - E sôbre arrendamento? O SR JOÃO BEZERRA DE MELO - O conhecimento de arrendamento que tive foi quando estive na Comissão de Inquérito em Campo Grande. O SR CELSO AMARAL - Era contra quem? O SR JOÃO BEZERRA DE MELO - Foi contra o Sr. Érico e o Sr. Nazareth. O SR CELSO AMARAL - Qual foi a conclusão dêsse inquérito? O SR JOÃO BEZERRA DE MELO - Servi apenas como secretário. O SR CELSO AMARAL - Não sabe qual foi o resultado? O SR JOÃO BEZERRA DE MELO - A pena pedida foi pequena. Penso que foi apenas suspensão o que a Comissão pediu. Aliás, há agora outra comissão de inquérito lá. O SR CELSO AMARAL - V.Sa dá-se bem com o Sr. Itamar? O SR JOÃO BEZERRA DE MELO - Sim. O SR CELSO AMARAL - Conhece a vinda de uma perua do Pôsto do Sr. Itamar? Uma Komb que veio trazendo um motor? O SR JOÃO BEZERRA DE MELO - Sim. Sei que trouxe um motor. O SR BEZERRA DE MELO - Êle tinha de vir buscar um negócio. Aproveitou e trouxe o motor, segundo ouvi falar. Trouxe a coisa de São Paulo e aproveitou trouxe o motor também, o motor do carro do Coronel. O SR CELSO AMARAL - Quer dizer que saiu de Tupã, veio buscar o motor... O SR BEZERRA DE MELO - Acho que não. Quando eu soube, já vinha com o motor de São Paulo para aqui. O SR CELSO AMARAL - Então desconhece quando foi levar o motor? O SR BEZERRA DE MELO - Desconheço. O SR. CELSO AMARAL - Remessa de dinheiro para entrega ao Sr. Fernando Cruz também desconhece? O SR BEZERRA DE MELO - Desconheço. O SR CELSO AMARAL - Sr. Presidente, estou satisfeito. O SR VALÉRIO MAGALHÃES - Tenho umas poucas perguntas a fazer ao depoente ainda. O SR BEZERRA DE MELO - Pois não. O SR VALÉRIO MAGALHÃES - O Diretor do Serviço de Proteção aos Índios tem ido ao Museu? O SR BEZERRA DE MELO - Não tem aparecido, não. O SR VALÉRIO MAGALHÃES - Não tem aparecido? O SR BEZERRA DE MELO - Apenas me telefonou. Estêve no Museu sábado retrazado. O SR VALÉRIO MAGALHÃES - E dessas viagens que tem feito tem trazido algum material para enriquecer o Museu do Índio? O SR BEZERRA DE MELO - Não; nunca mais recebemos material nenhum, nem qualquer funcionário, apesar dos pedidos feitos. O material que temos é antigo. O SR VALÉRIO MAGALHÃES - É [illegible]

rial de expediente? O SR BEZERRA DE MELO - Não temos recebido. Temos vivido de material de dois anos. O SR VALÉRIO MAGALHÃES - E quanto à melhoria do Museu em si, quanto a propaganda? O SR BEZERRA DE MELO - Propaganda somos nós que fazemos. O SR VALÉRIO MAGALHÃES - Tem verba para isso? O SR BEZERRA DE MELO - Não temos. É através de jornais. O Museu do Índio é muito frequentado por escolares, tem uma visitação muito boa. O SR VALÉRIO MAGALHÃES - Cobra ingresso? O SR BEZERRA DE MELO - Não, não cobra. O SR VALÉRIO MAGALHÃES - Que elementos possui para instruir o povo nessas visitas? O SR BEZERRA DE MELO - Temos um etnólogo, o Dr. Geraldo. O SR VALÉRIO MAGALHÃES - E êsse etnólogo tem visitado essas novas tribos? O SR BEZERRA DE MELO - Não tem, por falta de verba. O SR VALÉRIO MAGALHÃES - Mas houve verba do ano passado para isso, não? O SR. BEZERRA DE MELO - Não houve; teve de ser aplicada... O SR VALÉRIO MAGALHÃES - A quem cabe a culpa na demora do recebimento de verbas? O SR BEZERRA DE MELO - Ao Govêrno. Foi por isso que o caminhão foi comprado por essa forma. Se saísse a verba em setembro ou em julho teria tempo de ir o funcionário que recebeu a um Estado... O SR VALÉRIO MAGALHÃES - Essa justificativa não procede, porque o senhor diz que o Serviço tem nove meses para prestar contas. O SR BEZERRA DE MELO - Verbas que tem nove meses para prestar contas são as de assistência aos índios. O SR. VALÉRIO MAGALHÃES - Mas essa para expedição tem quatro meses, não é? O SR BEZERRA DE MELO - Tem. O SR VALÉRIO MAGALHÃES - Ora, recebida no fim de dezembro, se a comissão tivesse estudado e preparado, podia sair a expedição. O SR CELSO AMARAL - Êsse dinheiro está em poder do funcionário? O SR BEZERRA DE MELO - Está em poder do Josias Macedo. O SR VALÉRIO MAGALHÃES - Em nome dêle, vencendo juros, e êle não faz mistério disso. De maneira que não há desculpa plausível. O SR BEZERRA DE MELO - São 60 dias para ser aplicada, e tive de correr para não se perder. Assim, aplicamos o dinheiro no caminhão. O SR CELSO AMARAL - Estranhamos é o fato de ter sido adquirido um caminhão usado. O senhor é Chefe do Museu? O SR BEZERRA DE MELO - Sim. O SR VALÉRIO MAGALHÃES - Tem liberdade total? O SR BEZERRA DE MELO - Tanto que eu não informo processo. Sô Museu, só parte do Museu. O SR VALÉRIO MAGALHÃES - Nominalmente as outras seções estão em Brasília. Da Seção de Estudos só está em Brasília o Chefe? O SR BEZERRA DE MELO - É problema da administração mais alta. O SR VALÉRIO MAGALHÃES - O Diretor havia dito que o Serviço de Proteção aos Índios estava todo em Brasília e que aqui funcionava apenas o Museu. Essa Seção de Estudos tem verba de quanto? O SR BEZERRA DE MELO - Não temos. A única verba ... O SR VALÉRIO MAGALHÃES - Digo para a Seção de Estudos, não para o Museu do Índio. O SR BEZERRA DE MELO - Não há verba específica. O SR VALÉRIO MAGALHÃES - E como êle vive? O SR BEZERRA DE MELO - Aí é parte da administração. A Seção de Estudos apenas tinha verba para expedição científica, a única. O SR VALÉRIO MAGALHÃES - Foi feito um plano de aplicação dessa verba? Chegou a ser feito? O SR BEZERRA DE

566
907

568
1101-70

1311

MELO - Chegou a ser feito. Mas foi no tempo em que o Josias Macedo foi substituído. O SR VALÉRIO MAGALHÃES - Eram as perguntas que desejava fazer ao depoente. Agradeço ao Sr. Bezerra de Melo seu comparecimento a esta Comissão, e se o Sr. Relator, Deputado Celso Amaral, não tiver mais esclarecimentos a pedir... O SR CELSO AMARAL - Mais nada, Sr. Presidente. O SR VALÉRIO MAGALHÃES - ... podemos dar como encerrado o depoimento. O SR BEZERRA DE MELO - Grato a V.Exª., Sr. Presidente, ao Sr. Relator, e coloco-me às ordens da Comissão Parlamentar de Inquérito para quaisquer outros esclarecimentos. O SR VALÉRIO MAGALHÃES - Grato a V.Sª. Está dispensada a testemunha. Encerrados os trabalhos de hoje.

João Bezerra de Melo

OBS: Na página 3 - linha 33, não é Josino e sim Jacobina, depois para dr.Joviniano, Vianna e Alipio;

Na página 4 - linha 13, não é sr.Brito e sim Barreto;

Na página 5 - linha 7 não é 41 milhões 612 cruzeiros, e sim HUM MILHÃO SEISCENTOS E CINQUENTA E DOIS MIL CRUZEIROS;

Na página 5 - linha 18, não é o sr. Nazareth e sim sr.Mongenot.

João Bezerra de Melo

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO PARA APURAR IRREGULARIDADES NO SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Reunião de 11.6.63
Depoente: JOSÉ MARIA DA GAMA MALCHER

Aos onze dias do mês de junho de mil novecentos e sessenta e três perante a Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar irregularidades no serviço de proteção aos índios e dá outras providências, compareceu o Sr. José Maria da Gama Malcher, o qual prestou o seguinte depoimento: O SR PRESIDENTE - Está aberta a reunião. Estamos aqui na Comissão Parlamentar de Inquérito para, tanto quanto possível, apurarmos fatos denunciados sôbre o funcionamento do SPI. Esta Comissão está mais ou menos limitando a sua inquirição a um período dentro do qual os crimes porventura praticados ainda não prescreveram, por lei. Daí porque estamos recuando até 1958. Mas como há informações que são necessárias em conseqüência de denúncias atuais, procuramos ouvir também aquelas pessoas, como V. Sª., que tiveram cargos de chefia no SPI e atualmente exercem também funções de relêvo no Serviço. Daí o convite que fizemos para o comparecimento de V. Sª. a esta Comissão Parlamentar de Inquérito. Desejo, entretanto, de início, solicitar a V. Sª. preste o compromisso de lei de dizer a verdade, sòmente a verdade, sôbre o que lhe fôr perguntado. O SR DEPOENTE - Pois não, Sr. Presidente. Presto o compromisso de dizer apenas a verdade sôbre o que me fôr perguntado. O SR PRESIDENTE - Sr. José Maria da Gama Malcher, há quantos anos V. Sª. é funcionário do SPI? O SR DEPOENTE - Estou no Conselho desde 1957. O SR PRESIDENTE - V. Sª. é funcionário do quadro? O SR DEPOENTE - Sim. Pedi relotação no Conselho. O SR PRESIDENTE - E no SPI? O SR DEPOENTE - Desde 1940. O SR PRESIDENTE - Qual o cargo? O SR DEPOENTE - Secretário do Conselho de Proteção aos Índios. O SR PRESIDENTE - Qual o seu cargo efetivo? O SR DEPOENTE - Inspetor de Índios. O SR PRESIDENTE - Passo a palavra ao nobre Relator, Deputado Celso Amaral, para fazer a sua inquirição. O SR CELSO AMARAL - Sr. José Maria da Gama Malcher, gostaria que V. Sª. fizesse uma exposição sôbre o SPI. V. Sª. dirigiu o SPI? O SR DEPOENTE - Sim. De fevereiro de 1951 até julho de 1955. O SR CELSO AMARAL - E antes disso? O SR DEPOENTE - Antes disso, de novembro de 40 até 1947 chefiei a Inspetoria do Pará, e de 47 a 51, chefiei a Secção de Orientação e Assistência. O SR GAMA MALCHER - Em novembro de 1940 a 1947, mais ou menos em agôsto. Foi quando fui chamado a chefiar a Secção aqui no Rio de Janeiro. Depois, quando entrou o Presidente Getúlio Vargas, fui chamado para dirigir o Serviço de Índios. O SR CELSO AMARAL - Pedia a V. Sª. que fizesse uma exposição sôbre o que acha do Ser

viço de Proteção aos Índios; se tem boa orientação; o que conhece do emprêgo de verbas orçamentárias, verbas indígenas. O SR GAMA MALCHER - Renda indígena nós chamamos aquela proveniente da produção dos índios ou das suas terras. Logo que tive conhecimento desta Comissão Parlamentar de Inquérito, telegrafei ao Deputado Valério Magalhães, colocando-me à disposição dêle, inclusive oferecendo-lhe documentação que tenho em meu arquivo particular. Recebendo telegrama do Deputado Valério Magalhães - no qual me pedia que remetesse a Dona Yolanda Mendes, Chefe das Comissões de Inquérito na Câmara dos Deputados, reuni a documentação de que dispunha, apesar de me encontrar acamado, e a enviei à Câmara, através de registro postal, no dia 1º de junho. O SR VALÉRIO MAGALHÃES - Essa documentação já deve encontrar-se na Câmara, de onde nos achamos afastados há alguns dias, em serviço desta Comissão de Inquérito. Ao voltarmos, por certo encontraremos todo êsse material. O SR GAMA MALCHER - Acompanhando êsses documentos, foi uma exposição minha de tudo que sei com relação ao SPI, tudo documentado, inclusive com cópias fotostáticas. É que, afastado embora do Serviço desde 1955, não sei por que motivo alguns funcionários se correspondem comigo e me mantêm informado, além de me pedirem sôbre certos assuntos providências. Dentro de minhas possibilidades, tenho atendido a todos os pedidos, inclusive duas ou três vêzes já fiz representação por meio do Ministério da Agricultura, no sentido de que mandasse apurar denúncias recebidas. Quando da Comissão de Classificação de Cargos, as irregularidades que vieram ao meu conhecimento foram tamanhas que eu, além de reclamar pelos canais competentes, fiz uma exposição ao então Deputado, hoje falecido Fernando Ferrari, que foi entregue no Hotel Paissandu, onde S. Exª. residia ou tinha escritório, aqui no Rio. Mais tarde, fiz outra exposição, sendo um Deputado combativo, embora não o conhecesse pessoalmente; remeti ao Deputado Aurélio Viana, hoje Senador. Há pouco tempo, quando telegrafei a V. Exª., telegrafei ao Senador Aurélio Viana, pedindo a êle que essa documentação - que êle recebeu registrado fôsse encaminhada à Comissão Parlamentar de Inquérito. Não tive resposta e recebi resposta do telegrama que passei a V. Exª. Nessa exposição que deve estar na Câmara, relato, por exemplo, a situação do Pôsto Mandurucu, (que foi chefiado por mim:) em 17 anos de trabalhos ininterruptos, conseguiram fazer que o pôsto ficasse pràticamente independente. Pois foi tal a influência dos elementos que monopolizam o rio Tapajós, de Itaiútuba para cima, que reduziram ainda todos os trabalhos de 17 anos. O SR CELSO AMARAL - Essa interferência houve - de órgãos políticos também? O SR GAMA MALCHER - Se é política, não sei, mas a interferência é econômica, interferência de uma emprêsa que monopoliza o rio Tapajós há muitos anos. Desde que o rio Tapajós existe economicamente, vai passando de mão em mão, e hoje está entregue a Arruda Pinto & Cia. Êsse Arruda chegou ao ponto de ser procurador dos ín-

569

balhadores do SPI. Êle hospedava diretores, dava, cedia o apartamento dêle em Belém. Aos funcionários que iam lá - informam, eu não tenho certeza - dava presentes, relógios de ouro, pulseiras. E com isso ia conseguindo estender a situação. Isso está bem documentado na exposição que enviei e na que ora, em complementação, entrego a esta Comissão Parlamentar. Eu comecei em 1942, com 576 kms, com renda 5.000 cruzeiros, e até 1957 a renda era de 763.000 cruzeiros por mês. Pois bem, de 1957 para cá, desapareceu essa renda e passou a ser controlado pelo Arruda, justamente o que êle queria. Eu, além dessa documentação que disse que tinha mandado ao Senador Aurélio Viana e ao Deputado Fernando Farrari, fiz, em outro de 1960, uma exposição que encaminhei, não ao Presidente, embora êle já o fôsse, mas ao Deputado Jânio Quadros, onde fazia crítica ao SPI, ao Conselho, que chamei de autocrítica, e apontei então dentro do que conheço possibilidade de reforma dos dois órgãos. O SR CELSO AMARAL - Tem cópia dessa exposição? O SR GAMA MALCHER - Tenho aqui só o original. Mas já prometi, na carta que mandei ao Deputado Valério Magalhães, que remeteria a êle essa exposição. O SR CELSO AMARAL - Eu gostaria, porque o trabalho desta Co missão vai ser bastante grande. O SR GAMA MALCHER - Eu então aponto: ingressei no Serviço de Proteção aos Índios em 1940; contei com a colaboração dos maiores etnólogos da época, como Kurt Nimuendaju. Êle apontava como principais causas do fracasso do SPI, já naquela época, o seguinte: verbas deficientes e irregulares. Hoje discordo disso, porque não se trata de verbas deficientes, mas de mau emprêgo de verbas. O SR CELSO AMARAL - Também discordo. O SR GAMA MALCHER - A verba existe, e a continuar como está todo o orçamento não chega. Há a burocracia exagerada, a falta de salários apropriados, a falta de fôrça para fazer valer os seus princípios em meio hostil. Nestes últimos vinte anos nenhuma dessas causas foi eliminada, mas tôdas foram agravadas, e foram acrescentadas mais duas, sem dúvida mais danosas do que as outras: a interferência dos bastidores da política partidária e a corrupção que lavra em tôdas as esferas. Vão por aí as mais deslavadas negociatas com os bens do Serviço e inclusive de suas terras. Como se tudo isso não bastasse, ainda há a impunidade dos faltosos, a admissão de incapazes e o empreguismo, que vêm completar o quadro triste. O Serviço de Proteção aos Índios está cada vez mais distanciado de suas finalidades; é um órgão completamente desmoralizado. Tudo isto escrevi ao Presidente Jânio Quadros. Eu não podia enviar diretamente ao Presidente da República; então mandei ao Deputado Jânio Quadros. Mas êle já estava eleito, e recebeu como Presidente da República. O SR CELSO AMARAL - Quanto a essa questão de comissão de compras, de desmandos, conhece alguma coisa específica? O SR GAMA MALCHER - Está tudo relatado aí. Como disse, já a partir de 1955 passei dois anos como assessor da Valorização Econômica da Amazônia. Depois, a pedido do Marechal Rondon - que

de início fêz empenho para que eu voltasse ao SPI, o que recusei, pelo menos enquanto perdurasse aquela situação - aceitei vir para o Conselho Nacional do Índios. Para lá fui na condição de Secretário e lá me encontro até agora. Já pedi minha aposentadoria, cujo deferimento aguardo. O SR CELSO AMARAL - Noto que todos os funcionários interessados, aquêles que têm maior conhecimento da questão indígena, todos foram alijados do Serviço. O SR GAMA MALCHER - Completamente. O SR CELSO AMARAL - Por que o fizeram? O SR GAMA MALCHER - Ou por vontade própria, em virtude de não mais poderem suportar a situação existente, de não poderem por formação compactuar com as maiores desonestidades, ou porque, em virtude disso também, foram alijados. Há um grupo - ou não é um grupo, mas uma quadrilha - que se apossou dos postos chaves do Serviço de Proteção aos Índios de 1955 para cá. O SR CELSO AMARAL - Tem os nomes dêles? O SR GAMA MALCHER - Tenho, e cito lá. Hoje, êles estão mais ou menos fora dessa situação de chefia, porque, não sei se tardiamente, mas de qualquer maneira ainda chegou a tempo, o Coronel Moacyr Coelho, atual Diretor, afastou êsses elementos. A primeira vez que tive contato com êsse Diretor, disse-lhe que êle estava cercado do que havia de pior dentro do Serviço, embora o que fôsse de melhor era muito pouco. Êle ouviu e disse: Eu dou carta de alforria, ou coisa que o valha, a todos êles, mas tão logo possa boto para fora. É o que está fazendo; pelo menos é o que se nota pelos boletins que publicam. Essa gente tôda fora se une, e começa então a política dos bastidores, como eu chamo. Vão a um Deputado, a um Senador, a um Ministro, a um Gabinete, vão à imprensa e começam a fazer pressão, a mostrar uma série de defeitos que êles mesmos provocaram. Derrubado o Diretor, quando entra o nôvo, êles o cercam, principalmente quando êste ainda é jejuno em matéria de índios, e iniciam seu trabalho. Assim agem desde principalmente que foi nomeado o Sr. Josino de Assis, em 1956, que era político do Rio Grande do Sul. Êle veio com o Sr. Dorneles. Depois, três diretores completamente desconhecedores do assunto foram envolvidos por êsse grupo, sendo que o mais envolvido foi o Sr. José Luiz Guedes, no tempo Coronel, hoje General. Êste foi avisado, mas não aceitou advertencia. Umas das atividades dêsse grupo era justamente procurar hostilizar o Diretor com os elementos que podiam esclarecê-lo a respeito de fatos e pessoas do Serviço de Proteção aos Índios. O SR DEPOENTE - Então diziam: Fulano é isso, Beltrano é aquilo, e ficava aquêle murmúrio. Mas havia um pessoal de gabarito. Havia o Darci Ribeiro, que é hoje Reitor da Universidade de Brasília; um rapaz que dirige o Museu de Antropologia, o Galvão; o Manoel Matos, médico. Havia uma equipe. Embora o SPI não tivesse médicos, êles vinham trabalhar. Inclusive o General Mota era médico e trabalhava gratuitamente. A FAB dava-nos cobertura para o que quiséssemos. Conseguimos uma linha de correio aéreo, contornando o Araguaia e o Xingu. Tudo na base de [illegible]

571
573
1317

de administrativa. Mas tudo foi destroçado e não sei mesmo que existe - ainda de aproveitável dentro do Serviço. O SR CELSO AMARAL - Muito pouco pelaconclusão a que cheguei. O SR DEPOENTE - Julgava que com o envio da exposição ao Presidente da República Jânio Quadros houvesse uma modificação face às denúncias que fiz. Mas resolveu a coisa ouvindo o Orlando Vilas Boas e transferindo a direção do SPI em trintas dias. É a repetição da história do sofá da marquesa. Mas de pouco adianta transferir o sofá. Ficou uma parte aqui e outra lá. Os que não estavam interessados em ir para Brasília conseguiram ficar aqui. E aqui ficou excesso de gente sem ter o que fazer. O SR CELSO AMARAL - Havendo falta de funcionários, de outro lado. O SR DEPOENTE - Principalmente sendo a situação dos Postos a pior possível. O SR CELSO AMARAL - Na ocasião em que V.Sª. permaneceu como Diretor, de 1951 a 1955, qual a exigência com relação à prestação de contas da renda indígena. Havia possibilidade de escrita? O SR DEPOENTE - Havia e contratei como assalaridado um funcionário do Amazonas, Almáquio Bráulio Pinto, com essa finalidade específica de fiscalizar e examinar a documentação da renda indígena. Nunca aceitei uma documentação pelo simples fato de aparecer selada, carimbada, visada. - Queria saber se aquilo que estava ali expressava a verdade. Uma prestação de contas para mim era mais séria que comumente. Procurava saber se aquilo que estava ali existia; se os serviços mencionados haviam sido - prestado e se fôra comprada alguma coisa, principalmente com a experiência de Chefia de Inspetoria que controlava essa parte. O SR CELSO AMARAL - Quem era o Inspetor da 5ª Inspetoria? O SR DEPOENTE - Quando entrei, era o Sr. Joaquim Fausto Prado. Também contra êste rapaz apontaram uma série de irregularidades, e mandei um Inspetor de minha confiança, que foi até a pessoa que me substituiu na Chefia, Irineu dos Santos Júnior, a Campo Grande verificar. Êle comprovou irregularidades, inclusive atestados médicos, recibos etc., e o resultado foi trágico, porque o Fausto Prado matou o Irineu na própria sede do Serviço e suicidou-se logo depois. Comecei numa situação dessas. Perdi um ótimo funcionário. Depois, se não me engano... É tanta gente que não me lembro bem. Não sei se antes ou depois, estêve lá o Inspetor Eridiano de Oliveira, que é um campeão de inquéritos. O SR VALÉRIO MAGALHÃES - Onde está êle? O SR CELSO AMARAL - Êsse, Sr. Presidente, nós já ouvimos a semana passada, em Brasília. O SR GAMA MALCHER - Êle é um campeão de inquéritos. O SR VALÉRIO MAGALHÃES - Em que sentido - a favor ou contra êle? O SR GAMA MALCHER - Contra. Nessa documentação que foi, a última, quando eu chefiava a Inspetoria de Goiás, há uma exposição, uma denúncia sôbre a venda de 130 ou 140 bois, com documentos de firma reconhecida, onde se mostram - as irregularidades e as desonestidades dêsse funcionário. O Diretor dessa época era o Coronel Tasso de Aquino, que mandou, como na ocasião - era determinado, para o Ministério da Justiça. Era Presidente o Sr. Jâ

572
1318

nio Quadros, e havia uma determinação de que todos os inquéritos fossem encaminhados para uma comissão central. Um grupo cercou o então Ministro da Justiça, Alfredo Nasser, ... O SR CELSO AMARAL - O Ministro da Justiça de Jânio Quadros era o Sr. Pedroso Horta. O SR GAMA MALCHER- Depois foi Alfredo Nasser, que era de Goiás, se não me engano. Pois intercederam junto a êle, e êsse processo não sei se parou ou desapareceu. - Sei que não teve andamento. Êsse já foi o quinto o sexto inquérito a - que êsse moço respondeu. Não sei se nessa época êle era o Chefe da Inspetoria. Depois, foi Diocleciano de Souza Nenem, hoje aposentado, que - era de Curitiba, Estado do Paraná. Sei que com relação ao Inspetor Eridiano houve uma séria denúncia, aliás um abaixo-assinado de todos os funcionários da Inspetoria para que eu procurasse apurar. Eu então mandei apurar. O resultado foi que a comissão de inquérito pediu a demissão do Sr. Eridiano a bem do serviço público e pediu o encaminhamento da - parte criminal, porque havia até falsificação de assinaturas. Um dos comerciantes, ao pé de documento a êle atribuído, escreveu-: Esta assinatura não é minha; e assinou depois com firma reconhecida. Isso até o Correio da Manhã publicou. Então, encaminhei ao Ministério o processo. Nesse meio tempo, saí da administração do Serviço de Proteção aos Índios. Foi em 1955. O SR CELSO AMARAL - Como era o nome do funcionário? O SR GAMA MALCHER - Eridiano Oliveira. Então, fizeram uma comissão de inquérito no próprio Ministério e essa botou abaixo tudo que se havia feito, e arquivaram o inquérito anterior. Quer dizer que a situação atual do Serviço de Proteção aos Índios tem um ponto principal, que é a impunidade dos faltosos. Fiz vinte e poucos inquéritos administrativos; só um foi para o Rio. O SR CELSO AMARAL - Quem era? O SR GAMA MALCHER - Sílvio Furtado Soares Meireles, irmão de Francisco Meireles. Já havia, quando cheguei, um inquérito contra o Sr. Francisco Meireles, com cinco volumes; é o atual Diretor substituto. Quando entrei, quis apaziguar a situação. Então coloquei essa gente. Chamei o Sílvio e o Francisco - Meireles, que já estavam em situação delicada e disse que não desejava alguém pensasse que eu estava com part pris, que eu não pretendia perseguir ninguém. Destaquei o Sílvio para a 8ª Inspetoria, em Goiânia, e o Francisco para a 9ª, em Rondônia, em Guaporé. Logo depois, mostraram - que não estavam em condições de continuar. Abri inquérito contra o Sílvio, porque, dentre uma série de coisas, descobri um recibo de gado comprado por um pôsto de Goiânia, onde o vendedor era meu conhecido, e eu sabia que êle não vendia gado; pelo contrário. Então mandei perguntar a êle se tinha vendido gado ao Serviço de Proteção aos Índios. Êle respondeu que não tinha transação com Serviço nenhum e que viria ao Rio para conversar comigo. Quando êle veio, mostrei-lhe o recibo assinado - por êle. O recibo era falso. Então, diante disso e de outros fatos, inclusive fôlhas de pagamento de pessoal falsificadas, adulteradas - di-

zia ter, por exemplo, oito trabalhadores num pôsto e tinha dois, mas re
cebia pelos oito. E faziam adiantamentos da seguinte maneira, tanto êle
como o irmão Francisco: O Serviço de Proteção aos Índios custava a man-
dar verbas para pagamento do pessoal que era assalariado; então adianta
vam a essa gente vales, ou autorizações no comércio para comprar rou-
pas, cobertores, espingardas, enfim, o que necessitasse. No fim - vejam
bem a coisa como era feita - no fim, vinha a verba. Êles faziam o encon
tro de contas: descontavam de cada funcionário o gasto que tinham feito
no comércio. Mas a despesa das casas comerciais era paga pela verba da
assistência aos Índios. De modo que se pode ver, nas contas de pacifica
ção dos Índios caiapós, no Pará, coisas assim: espingardas, cobertores,
pastas de dentes, escovas de dentes, garrafas térmicas. Coisas com que
os Índios jamais podiam sonhar, principalmente os xavantes. O SR CELSO
AMARAL - Mas êsse homem continua lá. O SR GAMA MALCHER - Não sabia que
êle estava lá; sabia que tinha pedido reconsideração... O SR CELSO AMA-
RAL - Digo o Francisco Meireles. O SR GAMA MALCHER - É uma das coisas -
para as quais não consigo encontrar explicação. O SR CELSO AMARAL - E
que me diz do atual Diretor do Serviço de Proteção aos Índios? O SR GA-
MA MALCHER - Tenho tido muito pouco contacto com o Coronel Moacyr. Com
o outro, com o General Guedes, então Coronel, certa vez, vendo tanta coi
sa ruim, eu, que tinha decidido não entrar mais no Serviço, chamei um
rapaz que se dava comigo, Secretário dêle, Roberto Carvalho, e disse: so
licite ao Coronel Guedes que me marque uma hora para conversar com êle.
Fui e mostrei-lhe essa situação tôda. Êle não sabia de nada. Eu tinha -
informações da SOA e lhe pedi que as lesse. E deixei outros documentos
na mão dêle. Mas começaram a envenar de tal maneira o homem que, no fi-
nal da história, quando estava para sair, até tiro me prometeu. É meio
nervoso, disse que ia fazer, que ia acontecer, que me ia dar de chicote
se eu continuasse a campanha. Ora, eu não faço campanha; recebo documen
tação e procuro defender o nome, se é possível, do SPI e o seu patrimô
nio. Certa vez, enviei-lhe carta na qual chamava sua atenção para um bo-
letim que publicavam e que dizia coisas assim: reflorestamento num pôs-
to do Pará com plantações de abacaxi, de mamão e outras coisas. Dizia-
-lhe eu: É de estranhar reflorestamento na Amazônia, mas, apesar de tu-
do, na zona Bragantina, onde há devastação... Mas reflorestar com abaca
xi é demais. Depois chamei a atenção dêle para um convênio que disse -
que teria feito com o Banco da Amazônia para pacificação de Índios. Eu
me lembro de que, quando Chefe da Inspetoria do Pará, meu tio nesse -
tempo tinha saído do Govêrno do Estado e era Presidente do Banco da Ama
zônia; pois mesmo assim não consegui coisa alguma ali. Consegui na Rub-
bers Incorporation inscrever os postos produtores de borracha; como pro
dutor de borracha, consegui terras por baixo preço, a mercadoria que ne
cessitassem. Agora, não consegui no Bancoda Amazônia, como acho difí-

cil que alguém consiga, porque que garantia pode dar uma repartição pública a um Bando para transacionar dinheiro? O SR CELSO AMARAL - Mas o senhor acha que o Serviço de Proteção aos Índios não poderia dar garantia? O SR GAMA MALCHER - Creio que não,porque como repartição que vai dar? A terra dos índios? A produção dos índios? O Serviço de Proteção aos Índios é tutor dos índios. O SR CELSO AMARAL - Mas, pelo que ouço falar, ainda não fui in loco verificar, o Serviço de Proteção aos Índios tem grandes fazendas de gado, como a Fazenda de São Marcos. O SR GAMA MALCHER - Tinha. O SR CELSO AMARAL - Mas existe gado na Fazenda de São Marcos, não existe? O SR GAMA MALCHER - Existe, mas muito pouco. O SR CELSO AMARAL - É uma garantia que poderia ser dada. O SR GAMA MALCHER - Mas é patrimônio do índio. Eu peço emprestado ao Banco da Amazônia para produzir borracha; ofereço como garantia o patrimônio do índio. Se eu não pagar, o Banco vai fazer o quê? Vai penhorar o gado que pertence ao patrimônio do índio, quando eu sou o funcionário responsável, eu e não o índio? O SR CELSO AMARAL - Mas garantia poderia ser dada. Há um patrimônio. O SR GAMA MALCHER - Patrimônio do índio, não da pacificação do índio. O SR CELSO AMARAL - Mas que existe patrimônio existe. O SR GAMA MALCHER - Existe. Agora, dêsse patrimônio infelizmente êle não recebeu documentação. O SR CELSO AMARAL - Cabe a mim, como Relator, estudar êsse relatório. Tenho de chegar a um julgamento. O SR GAMA MALCHER - Lá há uma carta que recebi, em fotostática, assinada por um cidadão chamado José Fernando Cruz ... O SR CELSO AMARAL - Atual Inspetor de Índios. O SR GAMA MALCHER - Êle é professor primário ou pré-primário, embora tenha sempre condição de chefia. O SR CELSO AMARAL - E isso é permitido, ser professor primário e estar na chefia de inspetoria? O SR GAMA MALCHER - Pela Classificação de Cargos, cabe aos inspetores de nível 14 a chefia de seção e de inspetoria; aos postos que êles chamam,não sei por que, de mais importantes os outros inspetores. Entretanto,não há,pode-se dizer, nas inspetorias dois inspetores exercendo chefia, embora haja vários inspetores no quadro. A coisa é mais difícil, porque isso não vem dagora do Coronel Moacyr; vem de 1955 ou 1956 para cá. Colocava-se na chefia da inspetoria um indivíduo que coonestasse prestação de contas. O SR DEPOENTE - Existe o malbaratamento do dinheiro público,mas quanto a renda não tenho confirmação. Mas soube que na Inspetoria da Amazonas foi vendido gado da Fazenda de São Marcos e comprada uma camioneta. O SR CELSO AMARAL - Houve também isso em Mato Grosso. Lá foi vendido gado para comprar uma camioneta. Por exemplo, se um Inspetor de Índios, Chefe de uma Inspetoria, vende o gado e compra uma camioneta, há necessidade de ser esta compra autorizada pelo Diretor do SPI? O SR DEPOENTE - Sem dúvida. O SR CELSO AMARAL - Não pode comprar sem autorização do SPI? O SR DEPOENTE - A lei é essa. Qualquer plano de aplicação da renda indígena é encaminhada à Seção de Orientação e Assistência,que

575

o submete ao Diretor do SPI. Êste autoriza ou não, e depois vem a prestação de contas. O SR CELSO AMARAL - Mas se sair da norma? O SR DEPOENTE - É crime isso, porque não se pode fazer isso. O SR CELSO AMARAL - Mas foi feito isso no Amazonas| vendido o gado da Fazenda de São Marços. O SR DEPOENTE - Sim. O SR PRESIDENTE - É do conhecimento de V. Sª. que um dos veículos do SPI tenha estado aqui para usò da família do Sr. Diretor? O SR DEPOENTE - Soube, por intermédio de outros, gente que vai lá conversar comigo, que um jipe, na eleição passada, teria sido cedido a uma senhora ... O SR PRESIDENTE - Teresa Delta. O SR DEPOENTE - Foi Prefeito em Santo André ou coisa parecida. O SR PRESIDENTE - Já na gestão do atual Diretor? O SR DEPOENTE - Não sei se pelo atual Diretor ou pelo pessoal da Secção com a finalidade ... O SR PRESIDENTE - Jipe êsse pertencente ao SPI. O SR DEPOENTE - É enorme a quantidade de cabeças de gado vendidas que não resultam em benefício do índio. O SR CELSO AMARAL - O Sr. Fernando Cruz durante sete meses chefiou a 5ª Inspetoria e declarou que da renda indígena, durante a sua gestão, apurou 18 milhões de cruzeiros, com a venda de gado, arrendamento. Diante dessa declaração chega-se à conclusão que a Inspetoria poderia arrecadar uma boa soma por ano. O SR DEPOENTE - Assim, talvez: alienando o gado, alienando o rebanho... Enquanto isso acontece os índios morrem tuberculosos. O SR CELSO AMARAL - A Comissão irá a Campo Grande e verificará como eram empregadas essas verbas, principalmente a indígena. O SR DEPOENTE - No meu tempo a verba era controlada. Tôda ela, inclusive, com o trigo, madeira, borracha, etc. chegou no máximo a 7 milhões de cruzeiros, mas - veja bem V. Exª. - no Brasil inteiro. Eu só vendia boi em situação de corte. O SR CELSO AMARAL - Êsta é a preocupação nossa e vamos verificar isso. Na ocasião em que V. Sª. era diretor, autorizou algum contrato de arrendamento de terras? O SR DEPOENTE - Não, Sr. Deputado, Sou contrário a qualquer arrendamento de terras. Acontece o seguinte: o indivíduo vai entrando, faz benfeitorias, e depois para sair pede indenização. O SPI não dispõe de dinheiro e o índio é escorraçado. O SR CELSO AMARAL - A área na Bahia é tôda do SPI? O SR DEPOENTE - Não. Tenho a impressão de que os arrendamentos são de tal monta que até a casa do Pôsto está arrendada. O SR CELSO AMARAL - Hoje em dia em Mato Grosso até o voto do índio é negociado. V. Sª. tem conhecimento disso? O SR DEPOENTE - Soube disso pela imprensa. O SR CELSO AMARAL - O Sr. Fernando Cruz chegou até a armar os índios. Comprou e entregou-lhes armas. O SR DEPOENTE - É preciso ver a vida progressa dêsse moço para ver como êle chegou a ser Chefe de Inspetoria, quando, inclusive, não poderia nem ter entrado no Serviço de Proteção aos Índios. A respeito de venda de gado existe uma Ordem de de Serviço nº 6, de 3 de janeiro de 1961, publicada no Boletim nº 47, página 32, assinada pelo Sr. Nelson Peres Teixeira. Se houvesse polícia neste país ... O SR CELSO AMARAL - A êste ponto queria chegar. Existe -

uma carta, uma representação que V. Sª dirigiu ao Coronel Tarso Vilar de Aquino, que diz o seguinte: "Sr. Diretor. No dia 17 de março dêste ano, foi encaminhado pelo Gabinete do Sr. Ministro da Agricultura a êsse Serviço o SC/10.627... O SR DEPOENTE - Deve ser relativo a certidões. O SR CELSO AMARAL - "... Trata-se de requerimento meu, encaminhando pedido de certidões, a fim de estudar representação a ser encaminhada ao Sr. Presidente da República. Com a transferência da Diretoria do SPI para Brasília ... ... Sei das dificuldades para atender a êsse pedido. Entretanto, acabo de ser informado pelo Mestre de Obras Carlos Barreto de Sousa que o Sr. Nelson Peres Teixeira declarara na presença de alguns servidores que jamais teria essas certidões, porque haveria de extraviar o processo. Conhecendo o grau de desonestidade e ação nefasta dêsse servidor, dentro e fora do SPI, sabendo ainda pelo mesmo informante que vários documentos de prestação de contas foram encontrados rasgados e jogados no lixo por ocasião da mudança, é que venho solicitar sua atenção para o caso." O SR DEPOENTE - O Coronel respondeu dizendo que não estava extraviado o processo e que as certidões seria dadas. Duas o foram e as outras, não, até hoje. O SR CELSO AMARAL - Que diz V. Sª. sôbre o Sr. Nelson Peres Teixeira? Pertencia ao SPI? O SR DEPOENTE - Sim. O SR CELSO - AMARAL - Qual o cargo? O SR DEPOENTE - Quando entrei para o SPI, em 1940, o Chefe da Secção era quem controlava esta parte, o Sr. Antônio Estigarribe. Perguntou-me se eu conhecia alguém que batesse a máquina. Eu trabalhava na 6ª Vara Cível, na Justiça, e disse que conhecia; que havia uma sala no Fôro com várias moças datilógrafas, com bastante agilidade. Mas êle respondeu que não queria moças trabalhando lá. "Arranje-me um rapaz." Encontrei então uma pessoa conhecida que conhecia êsse moço Nelson Peres Teixeira. Êle foi consultado a respeito e aceitou o lugar. A êsse tempo êle vendia terrenos da Kosmos. Êle fêz um teste com o Estigarribe e ficou como Auxiliar de Serviço. Ganhava na época, em 1940, 400 cruzeiros. Fui posteriormente para o Maranhão e depois Belém. Recebia a correspondência. No Pará senti que havia já o dêdo dêle numa compra que mandei fazer. Comprei um motor de centro para uma lancha, que, na hora de ser adaptado, não conseguiu entrar inteiro. Houve, então, necessidade de abrir-se o motor para ser montado lá dentro, e qual não foi a nossa surprêsa ao verificar que êsse motor - um Buda - vendido como nôvo era recondicionado, inclusive com graxa usada dentro dêle. Só fôra pintado por fora. Reclamei para a Diretoria e a firma insistiu em que o motor era nôvo, que iria me processar etc. Nessa época tinha um parente Capitão do Pôrto do Pará. Conversei com êle sôbre isso e êle me disse: "Você me faça um ofício com tantos itens e vamos fazer a perícia no motor." Essa perícia provou que o motor era velho e que só tinha sido pintado, e que não tinha condições para levar a lancha de quatorze toneladas. Com êsse motor ela não poderia subir a Cachoeira naquela zona do Tocantins

572 877 1323

-11-

Tocantins etc. Então disse que quem andava de lancha era eu e que não estava disposto a morrer numa situação dessas. Devolvi o motor, e tem carta do ESt... pessoa em quem tínhamos confiança. Mais tarde, vim a saber que êsse moço é que fêz o negócio. O SR CELSO AMARAL - Comprou consciente de que era velho? Foi aberto inquérito? O SR GAMA MALCHER - Não sei. Sei que recebi um motor Kolinder nôvo, e êsse motor está lá. O velho mandei de volta. O SR CELSO AMARAL - E essa história do Sr. Nelson? O SR GAMA - MALCHER - Daí para cá, quando entrei para a direção do Serviço, meu primeiro cuidado foi botar êsses elementos para fora. Havia então 25 funcionários. Inclusive eu disse: Se vocês não querem que eu abra inquérito e vocês saiam por inquérito, procurem repartição para onde ir. Mas dentro de 48 horas desapareçam daqui, que eu com vocês não trabalho." Pois bem, um dêles logo depois foi chefiar a Seção de Administração, o Sr. Benedito Pimentel, que inclusive em São Paulo, há pouco tempo, onde andava, vendia tudo que tinha, gado, máquinas de costura, liquidou com tudo. Êsse moço só tem uma qualidade, se se pode dizer que é qualidade - é irmão de Antônio Pimentel. O que tem um de elevação, capacidade, idoneidade, moral, tem o outro de completamente negativo. Antônio Pimentel, até bem pouco tempo era Diretor do DASP. Certa vez, Benedito Pimentel, embriagado, deu tiros, em Miranda ou em Bauru, numa estação da Noroeste. Quando eu soube disso, mandei abrir inquérito. Pois o processo desapareceu. Eu disse que ia continuar com a coisa, quando sou procurado por Antônio Pimentel, que era assessor do Ministro João Cleofas. Disse-me êle: Não faça nada contra o Benedito, porque êle tem sido uma espécie de ovelha negra da família, tem dado uma série de contrariedades a minha mãe, tem dado a ela um desgôsto imenso, e eu me comprometo a tirá-lo daqui." Eu disse: Faça isso e eu lhe prometo que não conto nada. Foi feito isso, e êle saiu, e com êle êsse moço Nelson Peres Teixeira. Mais tarde, um rapaz que tinha recebido verba de pessoal, Fernando Medeiros Paiva, formou-se em medicina, fêz concurso para a Marinha a ainda hoje é médico da Marinha. Êle aparece no meu gabinete aflito dizendo que tinha de recolher parece-me - parece que 25 ou 30 mil de uma prestação de contas. Digo: Você não recolheu? - Êle respondeu: Não, e o Tribunal está pedindo. Digo: Vamos ver essa coisa. Chamei a pessoa encarregada dêsse setor e pedi que verificasse na prestação de contas de pessoal onde se encontrava essa importância. Êle examinou tudo e disse: É da Inspetoria da Amazônia, chefiada por Manoel da Rocha Viana. Digo: Então chame êle aqui que quero conversar com êle. Êle apareceu, e eu digo: Recolheu a importância? Naquele tempo, o pessoal assalariado recolhia para o IAPI. Disse êle: Recolhi; estão aqui os recibos. Quando olhei os recibos, não recolheu ao Banco do Brasil nem à Fazenda, recolheu à direção do Serviço, por intermédio do Nelson. Então, o recibo dava: Recebi a importância, assim, assim. Mandei tirar cópia fotostática dêsse recibo e entreguei ao Viana o original; encaminhei

ao Tribunal de Contas essa situação tirando a culpa de Fernando Medeiros Paiva. Mandei procurar o Nelson onde estivesse e que em 24 horas êle recolhesse o dinheiro, porque se não manda para a Polícia, para a parte criminal. Êle recolheu o dinheiro e ficou nisso. Pois bem, saí eu em 1955 e tôda essa gente volta em menos de um mês. Aboletaram-se nos melhores lugares, e êsse moço, como conhecedor profundo da parte administrativa do Serviço de Proteção aos Índios, fêz e dispôs como bem entendeu. Na parte de pessoal então há coisas tremendas. Êle pode-se dizer que foi o maior culpado das administrações anteriores, as duas ou três anteriores, porque, como Chefe da Seção de Estudos, era Diretor Substituto e a pessoa de confiança do Diretor, enfim fazia tudo. O SR CELSO AMARAL - Ainda é do Serviço? O SR GAMA MALCHER - Não; aposentou-se, apenas de um modo um tanto triste, porque não tinha serviço público nenhum; entrou em 940 e em 1960 aposentou-se com 35 anos de serviço. O SR CELSO AMARAL - Pediria ao senhor ainda uma informação ... O SR GAMA MALCHER - Permita-me apenas terminar um pensamento com relação ao Sr. Fernando Cruz. O SR CELSO AMARAL - Gostaria antes disso citar um trecho do depoimento do Sr. Fernando Cruz, em que êle solicita à Comissão Parlamentar que peça o inquérito instaurado pelo Sr. Jaime Moreira a respeito da venda de pinheiros, inquérito a que respondeu o Sr. José Maria da Gama Malcher, responsável, segundo êle, pela venda de 180 milhões de cruzeiros de pinheiros naquele Estado. O SR GAMA MALCHER - Nunca fui responsável por isso. O SR CELSO AMARAL - É depoimento do Sr. Fernando Cruz. Antes de terminar o seu pensamento, gostaria que informasse o porque e se existe realmente êsse inquérito, se foi realizada essa venda. O SR GAMA MALCHER - Antes de eu assumir a direção do Serviço de Proteção aos Índios já havia o que se chamava aproveitamento de pinheiros mortos e que, no fim de certo tempo, passou a ser negociata. Quando assumi a direção do Serviço, recebi proposta do chefe da Inspetoria, que era o Mota Cabral, para que fizesse em benefício dos índios êsse aproveitamento de pinheiros desvitalizados ou mortos, e no fim iam pinheiros vivos. Nessa história entravam grupos financeiros e políticos do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina também, e fiz a coisa da seguinte maneira: eu só deferia contratos de aproveitamento de pinheiros depois da anuencia do Chefe da Inspetoria, depois de ouvido o Chefe da Seção de Orientação e Assistência, depois do parecer de Assistente Jurídico, Sr. Dalmo Estêves de Almeida. Com a concordancia dos três, eu deferia o pedido. Essa situação dos pinheiros é meio elástica. Em resumo eu fiz o seguinte: prestei contas disso, da venda de pinheiros, quando saí do Serviço de Proteção aos Índios, ao Ministério da Agricultura, ofício 281, de 20 de abril de 1955. O SR CELSO AMARAL - Sôbre essa venda de pinheiros? O SR GAMA MALCHER - Tôda a prestação de contas. A 7ª Inspetoria, por exemplo, recebia determinada importância de arrendamentos e venda de pinheiros de qualquer lugar, Rio Grande do Sul ou

Santa Catarina; depositava no Banco do Brasil. Isso mediante plano apresentado pela Inspetoria, depois de ouvido o Consultor Jurídico. Eu aí deferia a aplicação da renda, e essa renda era aplicada, e êles prestavam contas. Mas quando senti que a situação já estava um cpouco diferente, - que já havia um pouco de negociata na coisa, suspendi êsse arrendamento, mandei preparar a prestação de contas e fiz questão de que fôsse encaminhada ao Ministério da Agricultura, e foi por êsse ofício que citei. O SR CELSO AMARAL - Êsse arrendamento de corte de pinheiros era no Estado do Rio Grande? O SR GAMA MALCHER - Chamavam pinheiros desvitalizaddos. Era no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina. Paraná não tinha, não. O SR CELSO AMARAL - Como se chamava o pôsto lá? O SR GAMA MALCHER - São vários postos. No Rio Grande do Sul há vários postos - Ligeiro, Nonoai, Cacique Doble e Guarita. O SR CELSO AMARAL - Mas o senhor ia terminar seu pensamento sôbre o Sr. Fernando Cruz. O SR GAMA MALCHER - Então, eu encaminhei essa prestação de contas, dizendo: Proveniente da exploração de madeira da 7ª Inspetoria, de 1951 a 1954. V. Exª inclusive verificará - isso pelo processo SPI 3867/54. Isso tomou certamente outro número no Serviço de Comunicação no Ministério da Agricultura, mas não me recordo. Não desconheço as denúncias que não atingem, como não atingiram, a nossa administração. Certa vez fui conversar com o Secretário de Agricultura - do Rio Grande do Sul; êle representava também madereiros. Era o filho do Presidente Vargas, Manoel Vargas. Êle queria propor-me o seguinte: Além de quatro postos do SPI, existem os chamados toldos, aldeias de índios - no Rio Grande do Sul, que não são subordinados ao Serviço de Proteção - aos Índios, mas à Secretaria de terras do Rio Grande. Então, a proposta que o Maneco me fêz foi a de que tirasse os bugres - expressão dêle - para um pôsto de Mato Grosso, porque não se podia perder a quantidade enorme de pinheiros que existiam nas terras indígenas. Não eram do Serviço - de Proteção aos Índios; eram dêsses toldos. O SR DEPOENTE - No meio disso entram interêsses políticos. Há vários pedidos de informação. Hoje me parece que é o Presidente da SUPRA. Naquele tempo o Deputado Estadual Caruso fêz uma série de pedidos de informação. Depois houve também pedidos de informações do Deputado Aurélio Vianna. Foi informado e a documenção foi tôda para lá. O SR CELSO AMARAL - A prestação de contas referia-se à venda de pinheiros? O SR DEPOENTE - Do tempo todo em que estive lá. O SR CELSO AMARAL - Seria interessante juntar-se cópia para que tem tenha uma orientação. O SR DEPOENTE - Eu tinha interêsse em que essa prestação de contas fôsse examinada na Divisão de Orçamento, e pedi então - certidão para saber o que existia com relação a ela. Mas por incrível essa prestação não é encontrada. Foi extraviada. Deu entrada no Ministério da Agricultura, foi ao Ministro, êste mandou-a para a Divisão do Orçamento, e ali desapareceu. O SR PRESIDENTE - Era a sua prestação de contas? O SR DEPOENTE - Sim. De tôda a minha administração, só referente a madei

ra. Não obstante isso, sentindo o que estava acontecendo, fiz questão de que saísse publicada num anuário que o SPI divulga, do ano de 1954, tôda a renda de produção de madeira e a sua aplicação, mas que não chegou a 16 ou 17 milhões de cruzeiros o total. O SR CELSO AMARAL - O Sr. Eridiano fêz uma representação ao Sr. Ministro da Agricultura, em face das denúncias referentes a irregularidades no Serviço de Proteção aos Índios - - 13.441/54 - tendo como Diretor o Sr. José Maria da Gama Malcher. V.Sª pode dizer a que se refere êsse processo? O SR DEPOENTE - Não posso dizer porque não tive conhecimento dêle. Como Diretor do Serviço de Proteção aos Índios, movi dois inquéritos: um para apurar irregularidades do inspetor Meireles, no [illegible]rio de Rondônia, e outro, que acabei de mencionar, na [illegible] [illegible]rande, depois de receber denúncias de todo o [illegible]a de gado, perseguições a funcionários. Há um processo que está no Palácio do Planalto que relata tudo isso com pormenor. O SR. CELSO AMARAL - Foi para lá no tempo de quem? O SR DEPOENTE - No tempo do Sr. Jânio Quadros. Logo depois S. Exª. saiu,e arquivaram o processo. Sôbre êsses dois inquéritos é preciso fazer uma outra exposição. Nessa época, denunciei o Govêrno de Mato Grosso de estar vendendo - terras do Estado acima de 10 mil hectares, denúncia essa que encaminhei ao Presidente Café Filho, por intermédio do Ministro. Antônio Calado,redator do Correio da Manhã, na época, perguntou o que havia com relação - ao Parque Xingu. Disse-lhe: "fiz uma representação que encaminhei ao Presidente da República por intermédio do Ministro. Está aqui. " — "Quando foi isso?" — "Foi em fevereiro, não me lembro bem a data." — "Quer dar -me uma cópia?" Isto, numa dezta-feira. Num domingo, em destaque na última página, em manchete, saía: "O Diretor do SPI denúncia negociatas de terras em Mato Grosso ao Presidente da República." Na segunda-feira o Senador Felinto Müller pede a transcrição dessas denúncias nos anais do Senado. Uma semana depois o Senador Cunha Melo pede instauração de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, no Senado, para apurar essas denúncias. Fui ouvido entre outros e ratifiquei a denúncia, acrescentando mais alguma coisa que sabia. Se não me engano, isso foi pôsto abaixo. Só podiam ser vendidas terras de menos de 10 mil hectares. O SR CELSO AMARAL - Mas eram terras dos índios? O SR DEPOENTE - Eram terras devolutas do Estado e inclusive terras dos índios. O SR CELSO AMARAL - Houve depois uma questão que o Supremo derrubou. Eram terras que o Estado queria retalhar,mas que pertenciam à União. Talvez essas fôssem terras devolutas, mas não terras do Serviço de Proteção aos Índios. O SR DEPOENTE - Aí entravam tôdas. Havia até escritórios para a venda de terras. Os jornais trazem tudo isso. Essa minha denúncia mexeu com setores políticos. Sei que depois abriram um inquérito para apurar uma série de denúncias contra mim. Não fui ouvido. Posteriormente, quando entrou o Ministro Munhoz da Rocha,foi arquivado. Segundo fui informado pelo Consultor Jurídico do Ministério - da Agricultura, que naquela época fazia parte da Comissão, não foi apura

do nada contra mim e por isso foi arquivado. Mas não fui ao menos ouvido nem sei do inquérito. Sei que foi arquivado. E foram também arquivados os dois inquéritos que resultaram das minhas denúncias sôbre as duas Inspetorias. O SR CELSO AMARAL - Arquivaram o de V.Sª. e os outros dois. O SR DEPOENTE - Foi a informação que tive. O SR CELSO AMARAL - Estou satisfeito. Quanto às representações de V.Sª, serão objeto de detalhado estudo. O SR DEPOENTE - V.Exª. vai ver uma carta escrita pelo Fernando - Cruz, com papel timbrado do Batalhão de Fronteira de Rondônia. Recebi uma cópia autenticada e mandei-a ao Presidente da Comissão. Êle diz que vendeu gado de Bananal e que mais de 500 mil cruzeiros foram aplicados - na campanha para Diretor do SPI, para que o Orlando Vilas Boas, apontado para dirigir o Serviço, não entrasse. Depois êle procurou-me em casa dizendo que a solução era eu voltar ao SPI, ao que respondei: De maneira alguma. Quando êles sentiram que havia possibilidade de eu voltar a dirigir o SPI, movimentaram-se. Iam a Pernambuco, a São Paulo, onde pudessem mexer com denúncias iguais a essas para que eu não voltasse. Saiu publicado um artigo na Última Hora, e fui obrigado a dizer que não estava visando a cargo algum, principalmente do SPI. O SR CELSO AMARAL - O Sr. Orlando Vilas Boas pertence ao Parque Xingu? O SR DEPOENTE - O Parque Xingu é diretamente subordinado à Presidência. O SR CELSO AMARAL - O Sr. Orlando Vilas Boas pertencia ao Serviço de Proteção aos Índios? O SR DEPOENTE - Sim. O SR CELSO AMARAL - Pelo que vemos, o SPI preocupa-se mais com inquéritos e denúncias que com a própria administração. Não existe um funcionário que não tenha uma denúncia ou um inquérito contra si. O SR DEPOENTE - Mas é a impunidade. Quando há um processo e fica comprocado que o indivíduo é inidôneo e deve ser responsabilizado, começa êsse movimento de um denunciar o outro. Por êste motivo resolvi afastar-me do SPI e pedi a relotação para o Conselho. Foi a minha carta de alforria do Serviço de Proteção aos Índios. Imediatamente disse: recebi seu bilhete. No dia seguinte, eu era relotado. O SR CELSO AMARAL - Sr. Presidente, estou satisfeito. O SR VALÉRIO MAGALHÃES - Eu, de minha parte, tenho algumas poucas perguntas a fazer ao depoente. O SR GAMA MALCHER - Pois não. O SR VALÉRIO MAGALHÃES - Em 1956, qual era a população bovina da Fazenda de São Marcos? O SR GAMA MALCHER - Cinco mil, mais ou menos. O SR VALÉRIO MAGALHÃES - E hoje? O SR GAMA MALCHER - Não sei, porque não há cálculo. Por incrível que pareça, essa criação de gado do Serviço de Proteção aos Índios, em lugar de aumentar, diminuiu. O SR VALÉRIO MAGALHÃES - A que atribui o senhor essa queda vertiginosa? O SR GAMA MALCHER - À venda de gado. O SR VALÉRIO MAGALHÃES - Mas São Marcos, ao que eu saiba, só vendeu gado com autorização do SPI para o Govêrno. O SR GAMA MALCHER - Vendi, quando Diretor do Serviço de Proteção aos Índios, para ... O SR VALÉRIO MAGALHÃES - Ao que eu saiba, São Marcos sempre tem vendido para o Govêrno, mas êste não compra todos os anos. O que nos consta é que ùltimamente, não agora êste ano, mas de uns quatro ou cinco anos para cá a Fa-

zenda tem sido pèssimamente administrada. Só vão para lá funcionários subalternos, sendo que dois dêles venderam gado para terceiros e êsses terceiros venderam para os marchantes de Manaus; dois para um, cinco para - outro, dez para mais outro, e nisso saía até gado de cria. O senhor tem notícia de venda clandestina de gado? O SR GAMA MALCHER - A única notícia com relação a São Marcos foi que havia sido vendido gado de São Marcos e comprada uma caminhonete para Manaus. Foi vendido também gado — foi carta que recebi de um funcionário Edmundo Lopes, Alípio Edmundo Lopes, que poderá ser ouvido em Manaus, que naquela época chefiava a Inspetoria do Amazonas. Agora parece que está afastado. Êle afirmava que teria sido feita uma venda de gado em São Marcos e que um rapaz teria trazido um cheque de 100 mil cruzeiros para ser entregue ao Sr. Jacobino, - que foi Chefe da Inspetoria de Manaus. Isso não posso afirmar, e êle mesmo acredito que não tenha essa certeza. O SR VALÉRIO MAGALHÃES - O senhor sabe por que motivo o Sr. Fernando Cruz estêve até de certa maneira afastado, porque agora é persona grata do atual Diretor? O SR GAMA - MALCHER - Se é persona grata, estou sabendo disso agora. O SR VALÉRIO MAGALHÃES - Êle tinha processo, como sabemos. O SR GAMA MALCHER - Tinha uma série. O SR VALÉRIO MAGALHÃES - E foi chefiar uma das principais - Inspetorias, a de Manaus? O SR GAMA MALCHER - Mas não está mais lá. O SR VALÉRIO MAGALHÃES - Está, sim; está chefiando a Inspetoria de Manaus. O SR GAMA MALCHER - A notícia que eu tinha é a de que fôra afastado. O SR VALÉRIO MAGALHÃES - Foi afastado e depois êsse Diretor fê-lo voltar. O SR GAMA MALCHER - Não sei por que. Êsse Diretor tem falhado várias vêzes. O SR VALÉRIO MAGALHÃES - Êsse Diretor sabe que êle tem processo. O SR GAMA MALCHER - Êsses inquéritos, se desaparecem, é difícil encontrar. Na minha exposição que está em Brasília, além da carta assinada por êle ao Coronel Tasso, há cópia de um processo do Inspetor Raimundo Miranda que relaciona tôda a situação do passado dêsse moço. E êle mesmo acredito que não tenha tempo de serviço para ter estabilidade na época. O SR VALÉRIO MAGALHÃES - E êsse Moreira, que foi afastado de Manaus para entrar êle? O SR GAMA MALCHER - Manoel Moreira de Araújo. O SR VALÉRIO MAGALHÃES - Funcionário antigo? O SR GAMA MALCHER - É antigo. Não sei bem quando muda o caráter da pessoa, mas no meu tempo êle, por defender terra dos índios no rio Dôce, levou um tiro pelas costas, um tiro de espingarda. O SR VALÉRIO MAGALHÃES - Era bom funcionário, à sua época? O SR GAMA MALCHER - Era. O SR VALÉRIO MAGALHÃES = Pois êsse homem foi afastado para que entrasse o Sr. Fernando Cruz. O SR GAMA MALCHER - Êsse Moreira foi quem denunciou o Inspetor Meireles. O Moreira trabalhava em Rondônia, e mandou documentação inclusive. Era para controlar pagamento de pessoal. Havia uma fôlha de pagamento com impressão digital. Eu organizei a coisa e mandei. O trabalhador que não soubesse ler botava o dedo. Pois bem, até isso êles falsificavam: mandavam o sujeito botar o dedo e colocavam no recibo uma importância muito acima da que tinham pago. O

583

O SR VALÉRIO MAGALHÃES - E sua opinião, como ex-Diretor do SPI, sôbre o Sr. Moreira. O SR GAMA MALCHER - É boa, pelo menos até a época. O SR VALÉRIO MAGALHÃES - E do Sr. Fernando Cruz. O SR GAMA MALCHER - A pior possível. É um chantagista, um peculatário. Foi até processado em Goiânia - pelo Sr. Pedro Ludovico. O SR VALÉRIO MAGALHÃES - Não é o primeiro depoimento que nos diz isso. Como se tira um funcionário que era um homem sério e se põe no seu lugar um que até criminoso é? Não é possível que o Coronel desconheça isso. O SR CELSO AMARAL - E as mentiras que êle disse aqui, ante juramento. O SR GAMA MALCHER - Inclusive — antes de entrar para o Serviço como professor pré-primário, e êle não é professor coisa alguma — teria sido comissário de polícia em Belém. O Barata nesse tempo era Governador e botou êle para fora, porque estava envolvido em contrabando na zona de Bragança. Antes disso, estêve em Goiânia trabalhando. Parece que estêve no INIC e foi pôsto para fora também. Em Goiânia foi processado por peculato. A Inspetoria mais trabalhosa que tem no Serviço é a da Amazonas. Uma vez cheguei a propor, quando se falou na saída daqui para Brasília, a que se colocasse o Serviço em Manaus, porque ali seria o seu ambiente. A resposta foi: Você, proque vai-se aposentar, quer uma coisa dessas? Mas o Fernando Cruz, depois disso, estêve envolvido - num assassinato. Êle é violento. Êle atirou num trabalhador no Tapajós e respondeu também a inquérito. O SR VALÉRIO MAGALHÃES - E a Inspetoria de Belém sabe disso, de que êsse homem é um atrabiliário e violento? O SR GAMA MALCHER - Sabe perfeitamente. Essa é a situação dêle agora. Êle entrou há pouco tempo, com atestado falso. Falsificaram fôlhas de pagamento em Goiânia, dando tempo de serviço a essa gente e vários outros. Todo êsse pessoal que entrou com tempo de serviço falso depois passa por cima dos antigos. O SR VALÉRIO MAGALHÃES - O Sr. Carlos Barreto, mestre de obras, é lotado em Brasília? O SR GAMA MALCHER - Não sei se está, porque até então êle trabalhava na Seção de Estudos, no Museu do Índio, que é onde se precisa de um mestre de obras. O SR VALÉRIO MAGALHÃES - E onde está atualmente? O SR GAMA MALCHER - De vez em quando aparece por aqui a mandado do Diretor, para fazer isto ou aquilo. Justamente êle Carlos Barreto estêve aqui — e confirmo na carta ao Coronel Tasso — e me informou que, na hora de mudança para Brasília, os caixotes continham vários processos só com capa, sem o miolo. O SR VALÉRIO MAGALHÃES - O Sr. Veloso é chefe da Seção de Estudos? O SR GAMA MALCHER - É. No meu tempo, era fotógrafo. Passou depois, na nova classificação de cargos, para outra função técnica e depois para chefiar a Seção de Estudos. O SR VALÉRIO MAGALHÃES - Mas é lotado aqui ou em Brasília? O SR GAMA MALCHER - Ouvi dizer que a Seção de Estudos está em Brasília e o Museu do Índio está aqui, no Maracanã. Êle chefia a Seção de Estudos em Brasília, e há uma pessoa aqui, se não me engano o Joãa Melo, que responde pelo expediente no Museu do Índio. O SR VALÉRIO MAGALHÃES - Conhece algum fato ocorrido no pôsto in-

584 586 1330

dígena Capitão Iacri? O SR GAMA MALCHER - Antigamente chamava-se Kurt Nimiendape. A última coisa que soube dêsse pôsto foi relacionado com êsse moço chefe da Seção de Administração, Benedito Pimentel. A Senhora dêle é professôra pré-primária. Houve o caso lá de uma índia tariana, que ficou tuberculosa, tratou-se e foi dada clinicamente como curada. Isso no meu tempo. Emília, é o nome dela. E mandei essa índia para Curicica. Depois eu soube que ela estava em São Paulo, nesse pôsto. Ela de vez em quando vem aqui e me procura para que façamos alguma coisa em bem dos índios - lá. A coisa lá não anda boa, cometem muitas irregularidades, espancam índios. Chegou a tal ponto — e aliás isso está escrito aqui — que um índio, se não me engano guarani, matou o cunhado do Pimentel, o irmão da Senhora do Pimentel. Matou há pouco tempo lá no pôsto. Nessa situação êles foram transferidos, foram postos à disposição aqui na Seção de Estudos e depois transferidos para Brasília, onde a Senhora dêle é professôra pré-primária e êle chefia a Seção de Administração. Mas foi mandado para substituí-lo um Inspetor que conheço, Castelo Branco. Chegou lá e voltou, não tinha condições para ficar no pôsto, porque o Pimentel tinha dito que tudo pertencia a êle. Ora, não é verdade, porque aquêle é um dos postos mais bem montados na Inspetoria. Mas o que foi feito disso - não se sabe. O fato é que Castelo Branco lá não ficou. Aí tem as ordens de serviço mandando apurar, e foi, se não me engano, o Unírio Veloso e mais outro. Mandar apurar irregularidades por simples portaria — vê-se logo a nulidade da coisa, e são elementos incapazes para o caso. Mandar apurar responsabilidades tem que ser por ofício administrativo, e tem-se que mandar homens de categoria, inspetores, técnicos, não funcionários - como aquêles que foram mandados, motoristas. O resultado é que não sabem dizer o que encontraram. Isto o que sei com relação a êsse pôsto de Capitão Iacri. O SR VALÉRIO MAGALHÃES - Gostaria ainda de fazer uma pergunta. Sabe se há realmente mal-entendido entre a administração do Serviço de Proteção aos Índios e o Conselho Nacional do Índio? O SR DEPOENTE - Não há ambiente de colaboração. O SR CELSO AMARAL - Mas de quem é a culpa - dessa falta de colaboração? O SR DEPOENTE - Acho que, indiretamente, a culpa é do fato de eu ser o Secretário do Conselho. Se não fôsse, talvez viessem colaborar. O SR CELSO AMARAL - Mas essa falta de colaboração é da atual administração, ou isso é coisa que já vem de administrações anteriores? O SR DEPOENTE - Pelo contrário, Sr. Deputado. Das quatro últimas administrações, essa é a única que ainda vai lá. O conhecimento que tive do Coronel Moacyr foi por ocasião de sua ida ao Conselho. Quando - era Diretor do SPI o General Guedes, houve vaga no Conselho, quando saiu o Marechal Boanerges Lopes de Sousa, e foi indicado o Darci Ribeiro, que era Antropólogo. O General Guedes então alegava que não ia ao Conselho, porque não podia sentar, como Diretor de Serviço, mesmo na qualidade de membro do Conselho, ao lado de um seu subalterno. Eu ainda disse: mas

Coronel, aqui não há subalterno. Todos são Conselheiros:. E se fôsse o caso, o Sr. estaria numa situação difícil, porque há aqui marechal e brigadeiro. Há o Marechal Aboim e o General Jaguaribe de Matos, e o Sr. não poderia estar aqui sentado. Mas assim mesmo êle não compareceu. O SR CELSO AMARAL - Sabe V.Sª alguma coisa sôbre a animosidade que está havendo entre grande parte dos funcionários de certa categoria do SPI e o atual Diretor, a ponto de alguns estarem afastados? O SR DEPOENTE - Acredito que o Diretor atual, não sei por que motivo, não diz a coisa como ela é. Se há alguma irregularidade com um funcionário, há a denúncia, abre-se inquérito e o funcionário é afastado. Êle procura atenuar. Por outro lado, há funcionários que vão para outra repartição, reúnem-se e fazem comentários contra êle, para que êle saia. É um círculo vicioso. O SR CELSO AMARAL - Estou satisfeito. Agradeço a V.Sª O SR DEPOENTE - Quanto a questão de madeira, a documentação está tôda com certidões nesse processo que eu mandei para a Casa Militar. Deve estar no arquivo. Quem me informou foi o Diretor do Expediente do Planalto. O SR CELSO AMARAL - V.Sª. não se recorda do nome dêle? O SR DEPOENTE _ É o Diretor do Expediente do Palácio do Planalto. O processo foi mandado arquivar logo que entrou o Presidente João Goulart. Nesse inquérito vi-me em má situação, uma vez que não me pude defender e fui acusado. Procurei, então, de uma maneira ou de outra, ver o que diziam, e pedi certidões. Juntei tudo isso e encaminhei ao Conselho do Índio. Nesse tempo era Presidente a Dona Heloísa Tôrres. Solicitei-lhe que examinasse a documentação e medesse um documento sôbre o que havia. E êles chegaram à conclusão de que não havia sido afetada a minha honorabilidade nem a minha vida funcional e que eu continuava a manter a mesma situação que vinha mantendo no Conselho. Em vista disso, fiz uma exposição ao Presidente da República, que era o máximo que podia fazer. O SR PRESIDENTE - Estou satisfeito. A Comissão agradece as informações prestadas por V.Sª e comunica que, se fôr necessário, convidaremos V.Sª novamente a comparecer em outra oportunidade, quando da nossa volta. V. Sª. está dispensado.

José Maria da Gama Malcher

c/4 folhas em retifica - contendo as retificações.

<u>Retificações</u> no depoimento prestado por - José Maria da Gama Malcher -, dia 11 de junho p.p.. perante a Comissão Parlamentar de Inquerito para apurar irregularidades no Serviço de Proteção aos Índios (Ofício n.65/63 do Deputado Valério Magalhães -Presidente da Comissão):-

<u>1a. pagina</u>

20a. linha - No S.P.I. de novembro de 1940, no Conselho de novembro de 1957.-

31a. " - Chefiei as Inspetorias do Maranhão e Pará -.

32a. " - Em 1947, mais ou menos em agosto, foi quando fui chamado para chefiar a S.O.A. aqui no Rio de Janeiro.-

<u>2a. pagina</u>

[illegible]a. linha - A situação do Posto Mundurucú.- Em 17 anos de trabalho ininterrupto conseguimos fazer com que o Posto ficasse praticamente independente.

37a. " - .... que reduziram a nada todo êsse trabalho de 17 anos.-

<u>3a. pagina</u>

1a. linha - Êle hospedava diretores, cedia o seu apartamento em Belem aos funcionarios da Diretoria -

6a. " - A produção de borracha do Posto começou em 1942 com 576 ks........ -

19a. " - Eis aqui um trêcho:- ingressei no Serviço de Proteção aos Índios..... -

<u>4a. pagina</u>

20a. linha - Eu dou carta de alforria, dou nova oportunidade a todos êles, mas tão logo saiba de irregularidades ponho-os para fora.-

24a. " - a chefias de gabinete, vão à imprensa e começam a fazer pressão, a apontar uma serie de irregularidades que êles mesmos provocaram..-

37a./38a. - Eduardo Galvão que, atualmente, dirige a Divisão de Antropologia, do Museu Goeldi em Belem; o Dr.Noel Nutels, médico.- Havia uma equipe - quando fui diretor do S.P.I. - Embora o S.P.I. não tivesse médicos, varios conosco trabalhavam - inclusive o general Serôa da Mota que era medico e o fazia gratuitamente.

continúa -

582 ~~590~~ 1333

2

5a. pagina

5a. linha - Mas êle resolveu a coisa ouvindo o Orlando Villas Boas e transferindo a direção do S.P.I., em trinta dias, para Brasilia.

16a. " - Almaquio Bráule Pinto -

32a. " - se não me engano a chefia foi entregue ao Inspetor Deocleciano de Souza Nenen -

33a. " - Iridiano Amarinho de Oliveira -

38a. " - Nessa documentação que foi, a última, quando êle chefiava a Inspetoria de Goias..... -

6a. pagina

8a. linha - .... que êsse funcionário respondeu. Depois esteve na 5a. Inspetoria - Deocleciano de Souza Nenen ......

21a. " - Iridiano Amarinho de Oliveira.

26a. " - foi para a rua.- O Sr.Celso Amaral -Quem era ? Cildo Furtado Soares Meireles.... -

27a. " - Já havia,quando assumi a direção do S.P.I.,um inquerito contra o sr.Francisco Meireles, com cinco volumes, referente a sua desastrosa administração no Posto Pimentel Barbosa (Xavantes). Êle hoje é diretor substituto do S.P.I. -.

30a. " - Chamei o Cildo e o Francisco ..... -

7a. pagina

15a. linha - pedido reconsideração do despacho que o dispensou a bem do serviço público.-

2 a. " - Humberto Carvalho.

40a. " - Consegui na Rubber Reserve Development inscrever os Postos produtores de borracha..-

42a. " - consegui comprar por baixo preço as mercadorias que necessitassem.-

8a. pagina

20a. linha - Existe.- Agora êsse patrimonio, infelizmente, está sendo dilapidado o que se pode ver pela documentação que entreguei.-

34a. " - prestações de contas duvidosas.-

9a. pagina

12a. linha - da Seção de Estudos com a finalidade de comprometer o diretor.-

31a. " - A área dos Postos da Bahia é toda do S.P.I. - O sr. Depoente:- Não. Tenho a impressão de que os arrendamentos são de tal monta que até a área da casa do Posto está arrendada.-

continúa-

9a. pagina

42a. linha - Se houvesse polícia neste país, tanto Fernando Cruz como Nelson estariam numa penitenciária.

10a. pagina

43a. linha - ... êsse motor ela não poderia subir as cachoeiras do Tocantins, etc.-

11a. pagina

2a.e 3a. " - E tem carta do **Estigarribia** onde diz : " pessoa em quem tinhamos confiança... -

6 a. " - um motor Bolinder nôvo.-

9a. " - Havia, então, 25 funcionarios na Diretoria e eu disse a alguns deles:- Se vocês não querem ,...

13a. " - um dêsses é que agora chefia a Seção de Administração - o sr.Benedito Pimentel.

26a. " - ... um desgosto imenso, eu lhe prometo que não - lhe conto nada e me comprometo a tira-lo daqui. Eu lhe disse :- Faça isso.- Foi feito e êle saiu...

12a. pagina

3a. linha -porque se não mandarei para a Polícia, para processa-lo criminalmente.-

10a. " -como Chefe da Seção Administrativa.....

19a. " -instaurado a respeito da venda de pinheiros...

14a. pagina

4a. linha -mas que não chegou a tanto. O total de 1951 a - 1954 inclusive foi de Cr$7.317.280,00, controlado em conta corrente do Banco do Brasil em Curitiba.-

10a. " - movi entre outros - dois inqueritos: um para apurar irregularidades do Inspetor Meireles, no Territorio de Rondonia e outro contra o Inspetor Iridiano, que acabei de mencionar..... -

15a. pagina

29a. linha - A Diretora da Divisão do Pessoal- imediatamente disse: recebi seu bilhete.... -

41a. " - para o Governo do Territorio do Rio Branco a seu pedido.-

16a. pagina

8a. linha - conforme carta que recebi de um funcionaro Alipio Edmundo Lages, que poderá ser ouvido em Manaus, e já chefiou a Inspetoria do Amazonas...

12a. " - sr.Jacobina que foi Chefe da Inspetoria em Manaus.

continúa -

5 8 9 ~~5 42~~ 1335

16a. pagina

39a. linha - O Moreira trabalhava em Rondonia e mandou-me a documentação, inclusive de contrôle para pagamento do pessoal.- Havia uma folha de pagamento, que organizei com impressão digital para os analfabetos.- ... -

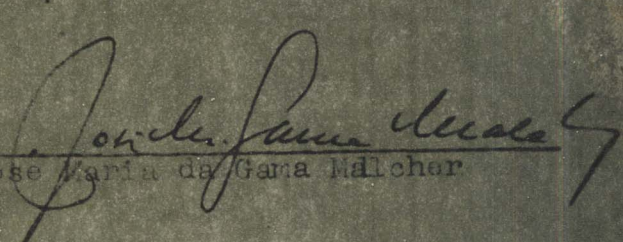
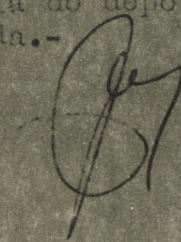
17a.pagina

18a. linha - Você propõe porque vai se aposentar e agora - quer uma coisa dessas -?

18a.pagina

1a. linha - chamava-se Curt Nimuendajú -

21a. " - se não me engano o Nilo Veloso e mais outro. Mandar apurar irregularidades por simples ordem de serviço interno

24a. " - tem que ser por inquerito administrativo, com portaria .. e tem-se ......

42a. " - quando faleceu o General Lourival Serôa da Mota e foi indicado o Darcy Ribeiro.....

19a.pagina

2a. linha -porque há aqui general de divisão e brigadeiro. Há o Tenente Brigadeiro Aboim e o General Jaguaribe Gomes de Matos

15a. " -que eu mandei para a Presidência da Republica - e lá tomou o numero PR-22755/61.- .... -

---

Em, 20 de setembro de 1963

José Maria da Gama Malcher

Observação:- A pagina 14 da 1a. via do depoimento foi por mim reparada com fita gomada.-

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO PARA APURAR IRREGULARIDADES NO SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Depoente: LINCOLN ALISON POPE

Reunião de 11.6.63

Aos onze dias do mês de junho de mil novecentos e sessenta e três perante a Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar irregularidades no serviço de proteção aos índios e dá outras providências, compareceu o Sr. Lincoln Alison Pope, o qual prestou o seguinte depoimento: O SR VALÉRIO MAGALHÃES (PRESIDENTE) - Sr. Lincoln Alison Pope, o senhor foi convidado a vir depor. Estamos em comissão que iniciou seus trabalhos em Brasília, de acôrdo com o nosso Regimento, e deslocou-se para esta Capital, ainda em conformidade com preceito regimental, apenas com o Presidente e o Relator, a fim de ouvir algumas testemunhas sôbre fatos que nos foram denunciados. De modo que V.Sª., antes de iniciar seu depoimento, deverá prestar compromisso de que irá dizer a verdade,apenas a verdade, do que souber e lhe fôr perguntado. O SR LINCOLN POPE - Pois não. Estou compromissado. O SR VALÉRIO MAGALHÃES - O nosso Relator,Deputado Celso Amaral, aqui presente, vai formular ao senhor algumas perguntas, e ao final farei também algumas indagações. O SR LINCOLN POPE - Estou às ordens de V. Exªs. O SR CELSO AMARAL - Sua graça é? O SR LINCOLN POPE - Lincoln Alison Pope. O SR VALÉRIO MAGALHÃES - Qual a sua ligação com o Serviço de Proteção aos Índios? O senhor é funcionário do SPI? O SR LINCOLN POPE - Sou funcionário efetivo do Ministério da Agricultura e estive lotado no Serviço de Proteção aos Índios até dezembro último, quando foi transferido para a Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário, na qualidade de Assistente Social, nível 18-B. O SR CELSO AMARAL - Há quantos anos está no Serviço de Proteção aos Índios? O SR - LINCOLN ALISON POPE - Ingressei em 1954, na administração José Maria da Gama Malcher, como funcionário extranumerário contratado. Adquiri estabilidade posteriormente, em conseqüência da Lei nº 2 284, e vim a ser beneficiado pela Lei de Classificação de Cargos, na função de Assistente Social. Inicialmente, minha função era de técnico de educação de comunidades. Isso decorreu de um curso de especialização no ramo, curso - que fiz no México, indicado pelo Ministério da Agricultura como bolsista da UNESCO. Foi realizado êsse curso num centro regional que existe - lá, e os assuntos que então estudamos se prediam a matéria de índio. Havia um compromisso do Govêrno brasileiro em nos aproveitar, quando regressássemos ao Brasil, no Serviço Social Rural. Mas como a tramitação dêsse projeto foi demorada no Senado e tendo o Ministro assumido o com

promisso de nos encaminhar quando de nossa volta, sugeriu-nos S. Exª que escolhêssemos cada qual a repartição para a qual gostaríamos de trabalhar. Eu escolhi o Serviço de Proteção aos Índios. Uns foram para o Serviço de Formação Agrícola, outros foram para setores diversos; eu escolhi o Serviço de Índios, porque tive acolhida simpática por parte do Malcher, a quem fui indagar da receptividade que teria o meu ingresso - ali. Naquele setor se encontrava o Eduardo Galvão, pessoa já minha conhecida, e outros também. De forma que me parecia bom o lugar, embora já tivesse sido advertido, naquela ocasião mesmo, pelo Chefe do Gabinete - do Ministro, o Sr. Antônio Carlos Konder Reis, de que não devia ir para o Serviço dos Índios, porque, dizia, aquela repartição não se recomendava. Isso já em 1954. Mesmo assim, insisti e fui. Minha tese no México - tinha sido sôbre o assunto de índios. A minha autorização para ir ao México foi dada pelo Presidente da República de então, o Sr. Getúlio Vargas. Do México escrevi para o General Rondon, que não tinha ainda a honra de conhecer, e recebi duas cartas que também motivaram a minha escolha para o Serviço de Proteção aos Índios. Ao regressar, solicitei meu encaminhamento para aquela repartição, chefiada pelo Sr. Gama Malcher e na qual funcionava uma equipe que recomendava bem aquêle setor. Então, foi feito um contrato por três anos. Ingressei no SPI em janeiro de 1954, e já em agôsto participei, como delegado oficial do Brasil do III Congresso Interamericano Indigenista realizado em La Baz, Bolívia, juntamente com o Sr. Malcher e Roberto Cardoso. O SR CELSO AMARAL - Atualmente o senhor está servindo onde, em que repartição? O SR LINCOLN POPE - Eu me afastei do Serviço de Proteção aos Índios. Custei, mas afastei-me. Outros saíram antes. Eduardo Galvão, que citei como componente da boa - equipe que tinha lá, foi trabalhar na SPVEA, como Diretor do Museu Goeldi. Darci Ribeiro foi requisitado pelo Anísio Teixeira para o Ministério da Educação e lá chegou a Reitor, depois a Ministro da Educação. Roberto Cardoso foi para o Museu Nacional. Ora, tôdas essas pessoas, que me pareciam a garantia de uma boa administração, deixaram o Serviço, e isso foi provocando em mim a vontade de também afastar-me. O SR CELSO - AMARAL - Atualmente o senhor está onde? O SR LINCOLN POPE - Na Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário, do Ministério da Educação. O SR CELSO AMARAL - O senhor lá na Superintendencia do Ensino Agrícola e Veterinário é professor? O SR LINCOLN POPE - Não; sou Assistente Social, conforme declarei. O título de professor decorre de haver eu lecionado durante quatro anos na Pontofícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. O SR CELSO AMARAL - Quer dizer que todo êsse seu conhecimento não foi usado no Serviço de Proteção aos Índios? O SR LINCOLN POPE - Quando voltei do México me parecia que o único lugar onde poderia aplicar alguma coisa da minha especialidade adquirida no México, aplicar sèriamente era o SPI. O México passou por um processo de reforma social -

bastante intenso, e tudo que aprendemos lá só seria aplicável perfeitamente em países que também já tivessem sofrido êsse mesmo processo de reforma. No Brasil, a ação das comunidades indígenas faz-se sentir sòmente nas áreas coloniais onde prevalece a pequena propriedade. Esta a razão pela qual fui para o Serviço de Proteção aos Índios. Enganei-me,- entretanto, porque o mais grave problema dos índios é o da terra. Não deveria ser assim, porque, diante do que preceitua o Art. 216 da Constituição, a posse da terra é garantida aos índios. A exequibilidade dessa experiência no campo da sociologia aplicada, especialmente no processo de organização social das comunidades indígenas,depende dessa garantia. O SR CELSO AMARAL _ Por que perdeu o senhor o estímulo de fazer alguma coisa pelos índios? Gostaríamos de ouví-lo a respeito. O SR LINCOLN POPE - O assunto é, sem dúvida, muito complexo. A sociedade brasileira no litoral aprecia o índio sob o ponto de vista ainda lírico, considera-o ainda o herói das lendas. Já as populações que mantêm contacto permanente ou intermitente com os indígenas vêem nêles um empecilho para que se possam assenhorear de terras produtivas. O SR LINCOLN POPE - Êsse pro-- blema torna-se mais agudo na área em que temos que atuar. As pessoas vão para lá pelo estímulo de adquirir suas glebas, mas as terras estão em poder dos índios que habitam a região secularmente e puderam em primeiro lugar ocupá-las. Aliás, êste avanço na terra dos índios se processa desde a descoberta do Brasil. O problema dos índios só terminará no momento em que as terras no Brasil deixarem de ser prêsa fácil àqueles - que se aventuram a elas, no momento em que houver a disciplinação da ocupação da propriedade imobiliá ia rural. O SR CELSO AMARAL - Compreendo isso. Já estou há um mês e pouco nesta Comissão e verifiquei que as maiores lutas decorrem de invasões de terras. Os contratos são feitos sem conhecimento da Diretoria do SPI. Mas não vamos entrar no mérito da terra, porque o assunto é muito complexo. O SR LINCOLN POPE - V. Exª. é de São Paulo e conhece o problema. São Paulo foi colonizado em época - que se pode considerar ainda recente, e o Paraná de uns cinqüenta anos para cá. O problema da terra afeta tôda a estrutura social de um estado, e em Mato Grosso não há político que não tenha interêsse na terra. O - funcionário do SPI recebe as pressões mais diversas, e as funções são ocupadas sempre por funcionários que possuem o beneplácito da política dominante na ocasião. O SR CELSO AMARAL - É com raridade que se apre-- senta um funcionário do SPI como V.Sª., possuidor de um gabarito e de - cultura. Geralmente, são pessoas que chegam ao Serviço com idealismo, - mas não seguem até o fim e se afastam. Daí a razão da minha pergunta. O SR LINCOLN POPE - Então não respondi à pergunta de V.Exª. Entrei em serviço numa época em que havia uma equipe boa e um homem interessado, esclarecido e de boa vontade, o Sr. José Maria da Gama Malcher. Era um homem muito bem intencionado e queria fazer alguma coisa. Procurou ser

assessorado de homens de gabarito que hoje ocupam lugares de destaque - na República. Na época em que essa equipe se desfêz, pelo afastamento - de alguns de seus membros, não pude sair do SPI, porque não tinha ainda estabilidade, que iria adquirir em 1959. Tive que continuar lá, mas, pelo que sei, o SPI foi decaindo quanto ao problema de pessoal e ao problema de verba. O próprio Malcher costumava dizer que o índio não vota e por isso não soma. O SR CELSO AMARAL - V.Sª. desconhece o último caso que tivemos nas elições passadas, em Mato Grosso, em que houve a venda dos votos dêsses índios. O SR LINCOLN POPE - Devo desconhecer, porque - saí de lá antes. O SR CELSO AMARAL - Não há razão de o Sr. conhecer tudo o que diz respeito ao SPI. O SR LINCOLN POPE - Quando era Chefe da Seção de Orientação e Assistência, cheguei a pedir a punição de um funcionário que tornou índios eleitores em Mato Grosso. Êsse funcionário - foi chamado ao Rio, onde recebeu admoestação do Sr. Ministro, para que não fizesse mais aquilo. Mas não sei se foi pedida a anulação dessas inscrições na Justiça Eleitoral, porque o índio, uma vez investido de funções privativas da pessoa que tem plena capacidade jurídica, como é o caso do indígena que entra para o serviço público, que serve o Exército etc., deixa de ser índio. O conceito índio não é um conceito físico; é um conceito cultural. Seria uma maneira de extinguir o Serviço de Proteção aos Índios tornando-os todos eleitores. Mas o Serviço se foi decompondo. Depois que o General Rondon morreu, essa situação ficou muito bem caracterizada. O SR CELSO AMARAL - Gostaria que V.Sª. fôsse o mais objetivo possível. O SR LINCOLN POPE - Em 26 de julho de 1955, fui designado, quando o Galvão se afastou do Pará, Chefe substituto da Secção de Orientação e Assistencia, que tem por obrigação zelar pelo índio. Há três seções no SPI: A de Administração é uma secção meio, e as outras - duas fim, sendo que a de Estudos faz pesquisas sociais, e a Seção de Orientação e Assistência realiza a proteção e assistência aos índios no território nacional, através das Inspetorias. Em 21 de outubro de 1955, fui confirmado como Chefe da Secção, porque o Galvão afastou-se do Serviço. Nessa época tivemos um Diretor muito combatido pela imprensa. Sou grato a êle, porque, tendo pedido demissão da função, êle não deu. Entretanto, me respeitou, porque todos os atos que êle praticou foram de inteira responsabilidade dêle, porque não foram submetidos à minha secção. O Diretor seguinte, a meu pedido, tornou-os nulos, baseado num preceito de lei que determina que os processos passem pela Seção de Orientação e Assistência, de vez que envolviam o patrimônio indígena, assunto que cabe à SOA fiscalizar. Na administração dêsse Diretor, foi constituída uma comissão para elaborar plano de proteção e assistência à reserva indígena. Como conclusão dos trabalhos da Comissão, encaminhamos ao Ministro de Estado várias sugestões, incluindo decretos e projetos - de lei... O SR CELSO AMARAL - V.Sª. não tem cópia disso? O SR LINCOLN POPE - Entreguei as cópias. — ... regulamentando o Art. 216 da "Cons-

tituição Federal, criando o fundo indígena e disciplinando sua administração, e um terceiro regulando a inscrição em registro público das terras ocupadas pelos índios. Depois disso fui para o exterior como delegado oficial, representando a Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro na 7ª Conferência Internacional do Serviço Social realizada em 1956, em Munique, Alemanha. De volta, continuei em minha função no SPI até 1957, quando, após ter procedido a uma expedição no Guaporé, o Governador chamou-me e disse: "o Sr. diga ao Coronel Guedes que me tire o Inspetor daqui. Êsse homem tem feito desatinos." Mandei chamar o Chefe de Polícia e o Diretor da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, que em depoimento, confirmaram as palavras do Sr. Governador, que foram verbais. Não podia tomar a têrmo depoimentos de tão altas autoridades. Comuniquei o assunto ao Diretor, no Rio, dizendo que entregaria o relatório tão logo pudesse. Alguém soube disso e telegrafou ao Inspetor, que se deslocou ao Rio, sem autorização, contra uma Portaria em vigor que proibia - isso, e veio dizer que eu havia passado apenas dois dias lá, tempo que não era suficiente para formar idéia sôbre a situação dêle, Inspetor, e que, uma vez que êle estava em Manaus, eu devia esperá-lo. Mas eu não podia esperá-lo, pois se encontrava em Manaus tratando de assunto de verba, o que, normalmente, demora muito. Diante de tudo isso, o Diretor pretendeu uma acareação entre êsse Chefe de Inspetoria e eu, o que não admiti. Achava que o Sr. Diretor deveria tirar as conclusões do meu relatório. Em conseqüência dêsse incidente, solicitei demissão da Seção de Orientação e Assistência, que eu vinha chefiando há três anos, depois de haver servido com quatro Diretores. O SR CELSO AMARAL - Já na gestão do atual Diretor? O SR LINCOLN POPE - Não. Na gestão do Coronel Luiz - Guedes, em 1958. Pedi que me dispensasse, porque tinha convite do Gabinete do Ministro para funcionar como assistente jurídico, por ser bacharel. Então o Diretor me concedeu a dispensa, embora a contragôsto. Entendeu que eu tinha motivos suficientes para não continuar. E me fêz êste elogio, nesta portaria que apresento a V.Exª. Levei êsse convite. O SR LIN COLN POPE - Levei o convite ao conhecimento do Coronel e solicitei me fôsse permitido — já nessa época tinha cinco anos de serviço — afastar-me do SPI. Já então no Gabinete do Ministro, fui designado para responder pela Assessoria Técnica Parlamentar da Pasta da Agricultura. O SR CELSO AMARAL - O que é essa Assessoria P.R.? O SR LINCOLN POPE - Da Presidência da República, porque funciona na Presidência da República. E posteriormente fui designado pelo Ministro para exercer as funções de Assessor. O SR CELSO AMARAL - É onde V. Sª está hoje? O SR LINCOLN POPE - Não. Não estou mais. Fui ainda pelo Sr. Ministro indicado para cursar o ISEB, em 1959. Dêsse curso afastei-me em agôsto para regressar ao Serviço de Proteção aos Índios, a meu pedido. O Coronel Guedes, atendendo a uma sugestão minha, designou-me para servir em Mato Grosso, Campo Grande, onde teria que atender também a assuntos prementes de ordem

particular. O SR CELSO AMARAL - Em 1954 quem era o Chefe da 5ª Inspetoria? O SR LINCOLN POPE - Érico Sampaio, pessoa conhecida da família de minha senhora em Corumbá, de onde êle é. Êsse Inspetor foi meu subordinado, quando eu chefiava a Seção de Orientação e Assistência. Nada tenho contra êle. Na Inspetoria nada vi que pudesse desaboná-lo. É pessoa de família modesta, mas de respeito em Corumbá. Sempre teve muita deferência por mim. O SR CELSO AMARAL - Êle era pessoa de poucos recursos? O SR LINCOLN POPE - Sim. Êle e a senhora viviam uma vida bastante comedida, sem ostentação. Pelo que sei, êle tem uma casinha no Município de Braúna, Estado de São Paulo, adquirida quando foi Encarregado do Pôsto. Êle entrou no Serviço para seguir o ideal do General Rondon, no tempo do Coronel Horta Barbosa. Parece que seu pai foi Sargento do Exército. O Érico veio para São Paulo, para Braúna, na época Vila de um Município, para consolidar a pacificação dos índios na região. O conceito do Érico na região é o melhor possível, tanto que quando Braúna ascendeu recentemente à situação de Município, teve seu nome apresentado para disputar o cargo de Primeiro Prefeito da Cidade, pelo Partido Social Progressista, e perdeu apenas por algumas dezenas de votos. O Érico, pelo que me consta, tem uma pequena propriedade em Dourados, adquirida numa época em que as terras lá pouco valiam. O SR CELSO AMARAL - V. Sª teve algum atrito com o atual Diretor do SPI? O SR LINCOLN POPE - Pelo contrário. Êsse Diretor do SPI é pessoa curiosa. Até seria capaz, precipitadamente, de expender um conceito que talvez não correspondesse à verdade. Parece leviano. Parece leviano. Passou em Mato Grosso logo após assumir o cargo, e, pouco me conhecendo, fêz o convite de me levar para Brasília, a fim de ocupar o cargo de Chefia. Disse-lhe que estava muito bem em Campo Grande e que não tinha interêsse em afastar-me da Cidade. Tentei demovê-lo, o que não foi possível. Ainda no Aeroporto disse que eu aguardasse a Portaria designando-me Chefe de Secção, assunto ao qual jamais voltou. Outros fatos existem também que demonstrariam a justeza de minha assertiva, mas que seria cansativo enumerar aqui. Além disso, considero-o incompetente para o cargo. Ao passar por Campo Grande, disse-nos que, chegando em Guaporé, iria destituir da função de Chefia o Fernando Cruz e puni-lo gravemente, face às denúncias feitas. Lá chegando, passou até a homenagear o rapaz. No SPI aprendi, pela mão do Malcher, quais as pessoas que eram e que não eram honestas, e nesse sentido, a seu pedido, adverti o Diretor, ainda em Campo Grande. Para surprêsa minha, essas pessoas desfrutam posição de destaque, o que muito me decepcionou. Essa a impressão que tive do Coronel. Achando-me ameaçado de ter que sair de Campo Grande, obtive do Senador Filinto Müller que conseguisse do Ministro da Agricultura a nomeação de um grupo de trabalho para estudar a possibilidade de criação de uma Escola de Agronomia e Veterinária em Campo Grande, cujo folheto explicativo dêsse grupo de

trabalho passo às mãos de V.Exª. Fui então designado por uma Portaria - do Presidente dêsse Grupo e afastado, a partir dessa época, do Serviço. Em meados de junho fomos surpreendidos em Campo Grande com a notícia - de que o Fernando Cruz iria ser Chefe de Inspetoria ali. O SR CELSO AMARAL - V.Sª. conhecia bem o Sr. Mongenot? O SR LINCOLN POPE - Êle é antigo funcionário em Campo Grande. Conheci-o na repartição. Quanto ao Érico corro o risco de dizer que era boa pessoa, mas em relação a êsse, não. Sei que o Diretor abriu uma Comissão de Inquérito contra a administração do Érico, a fim de facilitar a designação do Francisco Cruz. Do Sr. Francisco Cruz sempre ouvi falar mal, desde o tempo do Malcher. Diante disso, considerei que deveria lutar para que o Fernando Cruz não fôsse designado Chefe da Inspetoria. O Mongenot, substituto do Érico, candidatou-se à Chefia da Inspetoria, procurando mesmo apoio no Diretório Municipal - do Partido Trabalhista Brasileiro, que pediu o empenho nesse sentido do Deputado Wilson Fadul. O PTB estava coligado com o PSD para disputar a Prefeitura, e os cargos federais eram indicados, na maioria das vêzes, de comum acôrdo. Assim, o PSD foi levado também a apoiar a indicação - feita pelo PTB com referência ao Mongenot. Sendo eu membro do Diretório do PSD, fui procurado. O Coronel, insistindo na nomeação do Fernando - Cruz e encontrando resistência de ordem política local, procurou desmoralizar, não só o Érico, mas o Mongenot, já então candidato, mediante o artifício de constituição de comissão de inquérito. Êsse rapaz que já foi ouvido aqui, o Josias Macedo, prestando-se a êsse papel, vai a Transpresse, uma emprêsa de distribuição de notícias, e divulga que o Érico Sampaio teria dado um desfalque de 100 milhões de cruzeiros em Campo - Grande. Essa notícia é divulgada nos jornais, pelas estações de rádio e no Repórter Esso. O Diretor foi pessoalmente prestigiar a nomeação - que pretendia fazer na pessoa de Fernando Cruz. Nessa ocasião, o Fernando Cruz e pessoas a êle ligadas do SPI transitavam de avião por Campo Grande, como se fôsse isso muito barato, à procura de apoio político. O SR CELSO AMARAL - Por conta do SPI? O SR LINCOLN POPE - Não sei por conta de quem, Sr. Deputado. Finalmente, o Fernando Cruz obteve a nomeação tão desejada pelo Diretor, na ocasião em que houve a substituição do Gabinete, do qual fazia parte o Ministro Armando Monteiro, tendo o Diretor ido a Campo Grande empossar o Fernando Cruz. O SR CELSO AMARAL - E era costume a ida de um Diretor para empossar um funcionário? O SR LINCOLN POPE - Jamais. Não havia motivo algum, a não ser que êle se tivesse sentido atingido pela luta tínhamos travado para colocar um outro. - Mas não foi a primeira vez que êle foi lá. Depois foi duas ou três vezes mais. Chegou o meu ponto de saturação nesse momento. Ao assumir o Fernando Cruz, entrei em tratamento de saúde por três meses. O SR CELSO AMARAL - Sabe V. Sª. mais ou menos quanto rendia a Inspetoria naquela ocasião? O SR LIN COLN POPE - Não tenho dados sôbre quanto rendia. Queria alertar que o SPI não tem por finalidade produzir, mas dar assistên

cia ao índio. O SPI não devia estar no Ministério da Agricultura, que é órgao de produção, mas no Ministério da Interior, que é órgão de tutela. Êste conceito de ser órgão de produção ou de assistência vem sendo muito discutido pelos teóricos. A função do serviço é tutelar o índio; não é fazer com que produza. Quando fui Chefe da SOA, obtivemos do Ministro Mário Meneghetti a disciplina da aplicação da renda indígena. Dois têrços da renda seriam destinados ao grupo indígena que a produziu e o têrço restante recolhido à Diretoria do SPI para ser aplicado com grupos indígenas que por qualquer motivo não possam ter produção. Esta renda também se regulamentou — só poderia ser usada em benefício direto da pessoa física do índio. Essa Portaria está em vigor e não sei por que não se obedece a ela. Queria salientar que durante a minha administração na Seção de Orientação e Assistência, contratamos o técnico em contabilidade Luiz Araújo e mantivemos o perfeito contrôle sôbre a renda indígena. O SR PRESIDENTE - Que Portaria é essa? Não tem um exemplar? O SR LINCOLN POPE - Não me recordo do número e data dessa Portaria, mas V. Exª. poderá obtê-la com facilidade no SPI, porque ela é muito conhecida. Mas o Érico Sampaio nunca estêve interessado em aumento de produção. Consta que o Fernando Cruz conseguiu em seis meses uma renda de 18 milhões de cruzeiros. Isto faz parecer que se êste conseguiu isso, o outro deveria ter conseguido mais, em quatro ou cinco anos e que êsse dinheiro teria desaparecido. Mas resta ver como Sr. Fernando Cruz obteve êsses 18 milhões. Eu, como fazendeiro, não sei explicar. O SR PRESIDENTE - Não teria sido em virtude de arrendamentos? O SR LINCOLN POPE - Se fôsse também estaria errado. O que se fêz lá aprovado por dois diretores foi contrato de aluguel de pasto e não arrendamento. Esclareço isso, não como funcionário que tivesse ingerência na administração ou no assunto, porque apenas exerci função técnica, mas por ouvir dizer. O SR PRESIDENTE - Êsses contratos de aluguel seriam em número de sessenta? O SR LINCOLN POPE - Mais ou menos isso. Êste, Sr. Presidente, é o problema das terras. Nesta época, assumiu o govêrno o Sr. Jânio Quadros e afastei-me. Ao regressar à repartição, depois da renúncia do Sr. Presidente da República, interrompendo a licença, trabalhei alguns meses, até quando assumiu a 5ª Inspetoria o Sr. Fernando Cruz, pessoa que goza de mau conceito, ocasião em que obtive do Diretor que me colocasse outra vez no Rio. Naturalmente, se êle tivesse alguma coisa contra mim, não me teria atendido. O SR CELSO AMARAL - V.Sª. poderia informar se estiveram na 5ª Inspetoria os Srs. Barbosa de Oliveira, Alcebíades Martins Ferreira, Alberto e Arlindo Ferreira? Eram funcionários do SPI? O SR LIN COLN POPE - Sim. Parece que até funcionários do Quadro, funcionários antigos. O SR CELSO AMARAL - Todos tiveram um processo em conjunto? Ouviu falar nisso? O SR LINCOLN POPE - Ouvi falar. Ouvi falar até que fizeram um inquérito contra mim, alegando que eu fazia advocacia administrativa e tomava dinheiro de índio. Isso após a minha saída de lá, -

598

1345

por ordem dêsse Coronel. Foi um processo que não resultou em nada, mesmo porque não podia ser de outra forma. Os índios terenos são todos civilizados. Na ocasião em que fui transferido para o Rio, estava licenciado para tratamento de saúde por três meses, e o Diretor nomeou-me - Presidente da Comissão de Inquérito instaurada contra um funcionário, Iridiano Marinho de Oliveira, que teria vendido vinte rezes do rebanho dos índios carajás a uma repartição do próprio Ministério da Agricultura, recebendo em pagamento um cheque em nome do SPI que encaminhou ao - Diretor. Caberia ao Diretor assumir a responsabilidade que lhe competia e anular a venda, porque o cheque não fôra ainda descontado, e punir o funcionário. O SR CELSO AMARAL - Era venda autorizada? O SR LINCOLN POPE - Não. Mas a transação foi comunicada ao Diretor antes de ser efetuada. Cabia, portanto, a êle punir o funcionário, e não abrir um inquérito. O SR CELSO AMARAL - Quanto a essa questão recebemos uma aqui uma representação do Coronel contra o Sr. Iridiano Amarinho. O SR LINCOLN POPE - Não aceitei assumir a presidência da Comissão de Inquérito, porque eu não podia ser designado para tal função, uma vez que estava afastado do serviço, para tratamento de saúde. Não estava em exercício. Além disso, eu achava desnecessária a Comissão de Inquérito. Uma vez provado o fato irregular, se o funcionário estava errado, que fôsse punido o funcionário e que o Diretor mandasse anular a venda. Um cidadão vende vinte rezes a uma repartição do Ministério da Agricultura. Essa repartição entrega um cheque em nome do Serviço de Proteção aos Índios. O funcionário encaminha êsse cheque ao Diretor para descontá-lo. Se êle verifica que essa venda não foi autorizada, o que êle deveria fazer era punir o funcionário e anular a venda, uma vez que a transação não atendia aos preceitos regimentais. O SR CELSO AMARAL - A Comissão está de posse de um ofício segundo o qual se dava autorização para o funcionário vender êsse gado. Está citado aqui num depoimento, dando autorização e ao mesmo tempo abrindo inquérito para apurar essa irregularidade. Mas, sendo assim, não haveria irregularidade. O SR LINCOLN POPE - Exatamente. Com a minha vinda para o Rio, procurei minha transferência da repartição, o que obtive sòmente em dezembro, quando fui removido para a Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário. Durante todo êsse período, desde a minha chegada ao Rio até a minha ida para a SEAV, estive pràticamente licenciado para tratamento de saúde, e nesse mesmo período fui surpreendido, primeiro, com a designação para Presidente da Comissão de Inquérito, e depois, com o encargo de receber, no Tribunal de Contas, um adiantamento de 17 milhões e 500 mil cruzeiros da verba de Assistência Social aos Índios referente ao orçamento de 1962. Não estando em exercício, não podia assumir a presidência da Comissão nem tão pouco receber adiantamento, razão por que me neguei a isso. E não queria receber também o adiantamento por não ter confiança na atual administração do SPI. Essas palavras textuais minhas foram mandadas para Brasília pelo Telex.

O SR CELSO AMARAL - Essa verba era da renda indígena? O SR LINCOLN POPE - É verba orçamentária de assistência social. É do seguinte teor o Telex: "Gabinete do Ministro. Telex nº 17771, de 12 de dezembro de 1962. Mota Cabral ou Benedito Pimentel SPI Brasília. Informo Lincoln Alison - Pope recusa-se receber adiantamento 17 milhões 500 apesar ter solicitado ao mesmo que fizesse suprimento meu nome, pois me responsabilizaria comprovação do Tribunal de Contas. Alega não confiar atual Administração. Peço comunicar urgência Coronel Moacyr. Assinado João Nazareth. Visto: Luís Guimarães." O SR CELSO AMARAL - Quem é êsse João Nazareth? O SR. LINCOLN POPE - É uma espécie de "public Relations" do SPI no Rio de Janeiro, ou melhor, êle é a pessoa que trata dos interêsses do SPI junto às repartições ainda sediadas no Rio de Janeiro. Em seguida recebo um rádio, do SPI, muito curioso, interpelando-me, de nº 1.638, de 13.12.62, de Brasília, do seguinte teor: "Virtude Telex nº 1.771, 12 corrente, em que Escrevente Datilógrafo João Nazareth comunica vossa recusa recebimento adiantamento verba assistência índios sob alegação não confiar - atual administração SPI. Esta Chefia sente-se obrigação interpetá-lo por escrito sôbre o assunto exigindo mesma forma uma resposta urgente sôbre a recusa e o conceito depreciativo atribuído à Diretoria SPI. Saudações. Agríndios. Benedito Pimentel, Chefe S.A. Substituto." A êsse rádio dei a seguinte resposta telegráfica, em 13.12.62: "Agríndios Benedito Pimentel Chefe SA Substituto. Resposta rádio 1.638 de 13.12.62 cabe-me esclarecer inserir Telex enviado Escrevente Datilógrafo João Nazareth - duas comunicações: 1) da impossibilidade legal de que funcionário licenciado receba adiantamento, o que V.Sª. não pode ignorar; quanto contexto, por ser de ordem subjetiva, portanto, de foro íntimo, me nego a examinar oficialmente. A interpelação pretendida por V.Sª. em nada beneficiária ao índio, a quem tão vultoso adiantamento no fim dêste ano fiscal se destina. Saudações. Lincoln Alison Pope. Técnico Educação". Finalmente, acedi em receber a quantia de 17 milhões e 500 mil cruzeiros, - quando já não mais pertencia ao SPI, já transferido para a SEAV, em data de 27 de dezembro, por saber que o Diretor procuraria responsabilizar-me através da imprensa pela falta de assistência aos índios. Exigi, entretanto, que êle baixasse Portaria me obrigando a isso, e determinando que eu suprisse os funcionários que indicasse. Referentemente a êstes fatos passo à Comissão a presente documentação. (Entrega dez documentos em fotocópia.) Para mim, o problema mais grave do SPI é pessoal. Atentem V. Exªs. que as únicas repartições que trabalham bem são aquelas que preparam prèviamente o seu funcionalismo, como é o caso dos Ministérios Militares, o das Relações Exteriores, o Banco do Brasil etc. O SR CELSO AMARAL - Estou satisfeito. O SR PRESIDENTE - V.Sª. declarou no início de sua exposição que o atual Diretor do Serviço é leviano. O SR LINCOLN POPE - Sim. É o conceito que posso fazer. O SR PRESIDENTE - Nesse caso, êle está sendo prejudicial ao SPI. O SR LINCOLN POPE - Êsse

Diretor, para mim, está sendo prejudicial. Um homem que está há tanto tempo numa repartição e ainda não tem uma orientação e que pratica atos, desfaz atos, tira funcionários, coloca funcionários, abre inquérito às dezenas e que acaba de nomear para Manaus o homem menos credenciado para exercer essa função, como é o caso do Fernando Cruz, talvez a pessoa mais implicada nas irregularidades de que esta Comissão já começa a ter conhecimento, a meu ver é prejudicial. O SR PRESIDENTE - Sabe V.Sª. se houve um motivo forte para afastar o Inspetor Moreira e colocar o Sr. Fernando Cruz? V.Sª. conhece o Moreira? Tem notícias sôbre a sua atividade? O SR LINCOLN POPE - Conheço. O Moreira não me parece mau funcionário. O SR PRESIDENTE - Não houve inquérito que visasse a retirada do Moreira e a ida do Sr. Fernando Cruz? O SR LINCOLN POPE - Sr. Presidente, os inquéritos só deveriam ter validade para afastar um funcionário depois de concluídos e comprovada qualquer irregularidade. Às vêzes, êsses inquéritos são um artifício de que se vale um Diretor quando quer substituir um funcionário. A simples abertura do inquérito não deveria permitir que o funcionário fôsse substituído na função. Afastado sim, substituído não, porque o inquérito só prova alguma coisa depois da sua conclusão. O SR PRESIDENTE - Sabe V.Sª. se houve alguma influência para êsse afastamento principalmente visasse a designação do Sr. Fernando Cruz? O SR LINCOLN POPE - Nenhuma influência poderia se sobrepor, Sr. Presidente, àquela que já é conhecida por esta Comissão Parlamentar de Inquérito, a respeito do Sr. Fernando Cruz. O SR PRESIDENTE - Estou satisfeito com a declaração de V.Sª. e agradeço a gentileza do seu comparecimento a esta Comissão Parlamentar de Inquérito. A Presidência comunica a V.Sª. que, se fôr necessário mais algum esclarecimento, convidaremos V.Sª. a comparecer novamente a esta CPI. O SR LINCOLN POPE - Estou inteiramente à disposição da Comissão. Peço desculpas a V.Exª. se me entendi na minha exposição e faço votos que os trabalhos desta Comissão Parlamentar de Inquérito venham a concorrer para a melhoria do Serviço de Proteção aos Índios.

Lincoln Pope

N.B.: Seguem, em folha separada, as retificações que fiz. [signature]

601

Retificações a serem efetuadas no depoimento que prestei à Comissão Parlamentar de Inquérito, em 11 de junho p.p.:

1) o nome do depoente é: Lincoln Allison Pope, ao invês de - Lincoln Al ison Pope; 2) às fls. 2, "Serviço de Informação Agrícola", ao invês de Serviço de Formação Agrícola; 3) às fls. 2, "Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário, do Ministério da Agricultura", ao invês de Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário, do Ministério da Educação; 4) às fls. 3, "No Brasil, a exceção das comunidades indígenas, sòmente nas áreas coloniais, onde prevalece a pequena propriedade, é que se pode aplicar o que aprendi no México", ao invês de No Brasil, a ação das comunidades indígenas fez-se sentir sòmente nas áreas coloniais onde prevalece a pequena propriedade; 5) às fls. 4, "quando o Galvão se afastou para o Pará", ao invês de quando o Galvão se afastou do Pará; 6) às fls., "Após essa época", ao invês de Nessa época; 7) às fls. 4, "Na administração seguinte a dêsse", ao invês de Na administração dêsse; 8) às fls. 5, "Fui para o exterior", ao invês de Depois disse fui para o exterior; 9) às fls. 7, "por uma Portaria, Presidente", ao invês de por uma Portaria do Presidente; 10) às fls. 7, "atingido pela luta que tínhamos", ao invês de atingido pela luta tínhamos; 11) às fls. 8, "Ministro Mário Meneghetti a disciplinação", ao invês de Ministro Mário Meneghetti a disciplina; 12) às fls. 10, "e, outra, cujo contexto", ao invês de quanto contexto; 13) às fls. 10, "em nada beneficiará", ao invês de em nada beneficiaria; 14) às fls. 11, "se me extendi", ao invês de se me entendi. | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | ||

Lincoln Allison Pope

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO PARA APURAR IRREGULARIDADES NO SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

602

Depoente : NELSON PEREZ TEIXEIRA
Reunião de 11-6-1963 - 14,35 horas

Aos onze dias do mês de junho de mil novecentos e sessenta e três, às quatroze horas e trinta e cinco minutos perante a Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar irregularidades no Serviço de Proteção aos Índios, compareceu o Sr. Nelson Perez Teixeira, o qual prestou o seguinte depoimento: O SR VALÉRIO MAGALHÃES (PRESIDENTE) - Estão abertos os trabalhos desta Comissão Parlamentar de Inquérito, reunida no Rio de Janeiro para aqui ouvir alguns depoimentos. A primeira testemunha é o Sr. Nelson Perez Teixeira, a quem convido a sentar-se. S.Sª. já deve estar informado de que estamos apurando irregularidades no Serviço - de Proteção aos Índios. Muitas denúncias foram encaminhadas à Câmara, e estamos realmente procurando esclarecer pontos duvidosos. Daí por que - solicitamos ao senhor que viesse depor. Antes, entretanto, espero que o senhor preste compromisso de que irá idzer a verdade sôbre tudo que souber e lhe fôr perguntado. O SR NELSON PEREZ TEIXEIRA - Pois não. Tudo que souber não guardarei segrêdo. O SR VALÉRIO MAGALHÃES - O senhor é funcionário do Serviço de Proteção aos Índios. O SR NELSON PEREZ TEIXEIRA - Estou aposentado. O SR VALÉRIO MAGALHÃES - Há muitos anos? O SR NELSON PEREZ TEIXEIRA - De 1940 a 1961, abril de 1961 fui funcionário. Eu poderia ficar mais uma temporada, mas me aposentei porque vi que - Diretor do Serviço não seria nunca. Fui Diretor substituto durante várias gestões. O SR VALÉRIO MAGALHÃES - Seu cargo efetivo? O SR NELSON - PEREZ TEIXEIRA - Oficial de Administração. Servia para Diretor substituto; quando chegava a época da vaga de Diretor, eu era preterido sempre por militares. Nem por funcionários da Casa, mas por militares que não conheciam o serviço, e eu servia de guia. Então, eu achei que não era - mais possível eu ficar como orientador de diretores, e quando completei meu tempo me afastei. Mas poderia ficar mais tempo, porque a idade permitia. O SR VALÉRIO MAGALHÃES - A que o senhor atribui essa tendência de dar a administração do Serviço de Proteção aos Índios a militares exclusivamente? O SR NELSON PEREZ TEIXEIRA - É um mito. Êles dizem que é serviço militar, mas não é. Há um Decreto, de cujo número não me recordo, do Presidente Juscelino Kubitschek, que diz que tôda vez que um serviço é exercido por militar será de interêsse militar, para que os militares não percam sua promoção na Guerra. Isso foi arranjado pelo Coronel Maldonado, ou pelo Coronel Guedes, hoje General, quando Diretor do Serviço, Arranjaram um decreto dizendo que seria de interêsse militar a

chefia de repartição exercida por militar. Mas o Serviço de Proteção aos Índios não é de interesse militar. O SR VALÉRIO MAGALHÃES - O nosso Relator, Deputado Celso Amaral, vai solicitar ao senhor algumas informações, a fim de esclarecer certos pontos de depoimentos já feitos. Ao final, farei também algumas perguntas. O SR NELSON PEREZ TEIXEIRA - Pois não. O SR CELSO AMARAL - Queria que o senhor fizesse um histórico do Serviço de Proteção aos Índios, da sua organização. Acha o senhor que o SPI tem bom funcionamento na gestão do Coronel Moacyr Ribeiro Coelho? O senhor vê alguma irregularidade? O SR NELSON PEREZ TEIXEIRA - Com honestidade, com lealdade, não estou a par da administração dêle. Ainda fiquei vinculado ao Serviço por cinco anos, ao Serviço Público, mas tive a infelicidade de adoecer no ano passado, em julho, por uma trombose, e não fiquei entrosado. Eu tinha obrigação mesmo, durante cinco anos, de ficar vinculado ao Serviço Público. Entretanto, o Coronel Moacyr assumiu a Diretoria em dezembro de 1961. E eu adoeci em julho de 1961. Ainda me encontro em fase de recuperação, não estou totalmente bom, 100 por cento. De forma que não me sinto capacitado para dizer se é bom ou mau administrador. Entretanto, sei que os funcionários antigos estão se afastando do Serviço. O SR CELSO AMARAL - E que razão o senhor encontra para êsse afastamento dos funcionários antigos? O SR NELSON PEREZ TEIXEIRA - Aí, não posso dizer com lealdade. Sei que todos os velhos estão se afastando. Êles agora estão em Brasília e tenho tido pouco contato com êles. E nesta fase de recuperação de minha doença venho à cidade de tarde, faço a barba, converso com um amigo ou outro e subo logo. Mas a gente sente que há qualquer coisa. Não estive ainda com os colegas antigos, com o Mota Cabral, o Eridiano e outros. O Wilson se afastou do Serviço. Agora mesmo afastaram-se do Serviço outros. Até o motorista dêle lá de Brasília está encostado. O SR CELSO AMARAL - Como é o nome dêsse motorista? O SR NELSON PEREZ TEIXEIRA - Homero Coelho. Êsse é de Brasília. O SR VALÉRIO MAGALHÊS - Sabe se houve já na administração do Coronel Moacyr, por parte dêle, alguma assinatura de contrato ou pelo menos autorização para que se realizasse algum contrato sôbre venda de madeira ou sôbre arrendamento de terras? O SR NELSON PEREZ TEIXEIRA - Não posso afirmar. Sei que de 1957 a 18 de abril de 1961 o Serviço não fêz contrato de maneira alguma. Os contratos que estavam de pé o General Guedes arbitràriamente suspendeu, não deixou que se cumprissem. Achava lesivo ao patrimônio indígena e suspendeu todos êles. As missões religiosas que estavam nos territórios indígenas êle também mandou embora, porque não precisava de missões religiosas para catequisar os índios brasileiros; que nós éramos competentes que mal ou bem faríamos. O SR CELSO AMARAL - Mas existe exceção? O SR NELSON PEREZ TEIXEIRA - Não, não tinha mais nenhuma. O Coronel Gudes mandou tôdas embora, a não ser as do Padre Massa, que não estavam subordinadas a nós. Aliás, não sei porque, uma região era entregue a um Padre... O SR CELSO AMARAL - Que região é essa? O SR. NELSON PEREZ

TEIXEIRA - Alto Rio Negro. Dizem que tem todo o confôrto lá. Sei que - Dom Massa tem verba superior à do Serviço de Proteção aos Índios; a dotação dêle sempre foi superior a nossa. O dinheiro dêle recebia logo; o nosso vinha quando Deus queira. O SR CELSO AMARAL - Mas parece que tem feito um grande serviço lá. O SR NELSON PEREZ TEIXEIRA - Dizem que tem. Agora, eu comento em tese. Quando o Tenente Guerland estêve prêso nos Pacás Novas, em 1957, foi feita uma expedição, da qual fêz parte o Major Gerson. Pois, por incrível que pareça, para alcançar aquela região, tivemos de lançar mão de embarcações e de recursos de missões religiosas americanas. Não sou contra estrangeiro preto, vermelho ou branco. Meu nacionalismo é no duro. Acho muito triste para nós que uma comissão brasileira chegue a Porto Velho e para alcançar a região dos Pacás Novas tenha de lançar mão de condução das missões religiosas estrangeiras. O Major Gerson poderá falar a respeito disso com muito mais eficiência do que eu. Nessa ocasião eu estava como Diretor, e sei que há relatório reservados ao Ministério da Guerra, coisa muito séria. O SR CELSO AMARAL - Relatório do Major Gerson? O SR NELSON PEREZ TEIXEIRA = Coisa muito séria que êle encaminhou ao Ministério da Guerra. Por questão tôda - especial, como Diretor do Serviço de Proteção aos Índios, na época, foi-me dado ler. É coisa muito séria. O SR CELSO AMARAL - Séria em que sentido? O SR NELSON PEREZ TEIXEIRA - Em todos os pontos de vista que o senhor queira, é coisa muito séria. O SR VALÉRIO MAGALHÃES - Relatório sôbre as missões religiosas na Amazônia? O SR NELSON PEREZ TEIXEIRA - E aquela que estava no Território de Rondônia, perto dos Pacás Novas. O SR VALÉRIO MAGALHÃES - Questões de contrabando, problemas de segurança nacional? O SR NELSON PEREZ TEIXEIRA - Contrabando, segurança nacional — séria sob todos os aspectos. Isso, questão de detalhes, informações precisas, o Coronel Luiz Guedes também poderá contar muita coisa. Aliás, êle depôs numa Comissão Parlamentar de Inquérito sôbre areia monazítica e ficou oito horas depondo. Êle tem muito que dizer. O SR CELSO AMARAL - Conhece o Sr. Fernando Cruz, funcionário do Serviço de Proteção aos Índios? O SR NELSON PEREZ TEIXEIRA - Conheço, mas contra êle prefiro não falar, porque êle foi desleal comigo pessoalmente... O SR CELSO AMARAL - Mas o senhor está numa Comissão Parlamentar de Inquérito. O SR NELSON PEREZ TEIXEIRA - Êle foi muito desleal comigo no período de minha doença, de sorte que eu preferia nem tocar no nome dêsse cidadão. O SR CELSO AMARAL - Gostaríamos de saber alguma coisa sôbre êle, porque temos - de formar uma idéia com referência aos funcionários do Serviço de Proteção aos Índios. O SR NELSON PEREZ TEIXEIRA - Êle fêz comigo certa brincadeira de mau gôsto. O SR CELSO AMARAL - E por essa brincadeira talvez possamos chegar a uma conclusão sôbre a mentalidade do rapaz. O SR NELSON PEREZ TEIXEIRA - Analisando bem, é uma criança de calça comprida. O SR VALÉRIO MAGALHÃES - Mas há crianças que não prejudicam ninguém. O SR NELSON PEREZ TEIXEIRA - É um homem irresponsável, incapaz de tomar con-

605 ~~604~~ 1353

ta do quintal da casa dêle, ou mesmo do seu galinheiro quanto mais de uma seção, de uma inspetoria do Serviço. O SR VALÉRIO MAGALHÃES - E como justifica V.Sª. que o Coronel, sabendo de todo êsse passado, de todos êsses processos que pesam sôbre êsse homem, tira o funcionário Moreira e entrega a Inspetoria de Manaus ao Sr. Fernando Cruz? O SR NELSON PEREZ TEIXEIRA - Acho que a troca foi péssima, foi um crime. O SR VALÉRIO MAGALHÃES - O senhor conhece o Sr. Moreira? O SR NELSON PEREZ TEIXEIRA - Conheço. É funcionário velho. Serviu em Porto Velho, homem de bem, tarimbado, conhecedor da matéria, trabalhador, com porta aberta, a documentação em cima da mesa. O SR VALÉRIO MAGALHÃES - E foi tirado assim? O SR NELSON PEREZ TEIXEIRA - Lamentei muito isso. Foi um absurdo o que o Coronel fêz. Não entendo como êle pôde agir assim. Deve ter sido imposição de alguém. O SR VALÉRIO MAGALHÃES - Não sabe se houve imposição política? O SR NELSON PEREZ TEIXEIRA - Não sei. O SR PRESIDENTE - Mas que fôsse um outro funcionário. Êle colocou justamente o Sr. Fernando Cruz. O Coronel ignora isso? O SR NELSON PEREZ TEIXEIRA - Não poderia ignorar, porque o Sr, Mota Cabral era Chefe da SOA, e êle devia saber. Êle ludibriou-me pedindo para assinar um documento, e no auge da doença assinei. Qquando vi, estava quase no Executivo. Fui obrigado a vender tudo que tinha para pagar essa brincadeira. Foi um homem que abusou de um colega com trombose. Vim para casa, onde fui avisado pelo Banco: ou paga ou executamos. Fui obrigado a lançar mão de objetos para apnhar um dinheirinho e pagar. Êsse homem não pode tomar conta nem do galinheiro. O SR CELSO AMARAL - V. Sª. conhece o Sr. José da Silva Carvalho? O SR NELSON PEREZ TEIXEIRA - Foi um servente que eu coloquei na rua. O SR CELSO AMARAL - Qual a razão? O SR PEREZ TEIXEIRA - Êle era pago pela verba de obras. Êsse pessoal é pago e admitido pelo responsável do Serviço. Certo dia chegou embriagado e eu lhe disse: "Isto aqui não é lugar para se andar embriagado. Tem que haver respeito." Êle veio com impropérios e mandei que êle se retirasse. Êle fêz escândalo. Mandei, então, que passasse recibo do que tinha a receber e êle foi embora. Agora está tentando a readmissão. O SR CELSO AMARAL - Parece que êle continua, ao que consta, lotado na fôlha da 8ª Inspetoria. O SR PERES TEIXEIRA - Não posso informar, porque não sei. Sei que naquela ocasião, êle era pago pela verba de Auxílio aos Índios. Ganhava, se não me engano, 4 ou 6 contos de réis, no máximo. O SR CELSO AMARAL - V.Sª. autorizou o Sr. Fernando Cruz a vender, em certa ocasião, 150 cabeças de gado, ou conduzir êsse gado de Bananal? O SR PERES TEIXEIRA - Há um processo nesse sentido e essa venda não foi efetivada. O SR CELSO AMARAL - Era transporte ou venda de gado? O SR PERES TEIXEIRA - De transferência do gado de Bananal para o Pôsto de Mariano de Oliveira, de Minas, em 1960 mais ou menos. O SR CELSO AMARAL - Foi citada no processo a compra de um motor Buda, para um barco. Sôbre êsse motor, comprado como nôvo na ocasião, êles chegaram à conclusão de que era usado. Poderia V.Sª. dizer alguma coisa? O SR PERES TEIXEIRA - Não

606 ~~607~~ ~~610~~ 1354

conheço êste caso. O SR CELSO AMARAL - Era um motor de centro para um barco. O SR PEREZ TEIXEIRA - Em que Inspetoria? O SR CELSO AMARAL - Era no Amazonas. O SR PEREZ TEIXEIRA - No Amazonas, houve um caso de um motor Buda de um naufrágio. O SR CELSO AMARAL - O que pode V.Sª. dizer da verba indígena e da verba orçamentária? A verba orçamentária é específica, mas a indígena é uma verba da qual a meu ver a maioria não tem prestado contas. O SR PEREZ TEIXEIRA - Temos a verba de Auxílio aos Índios, que é orçamentária, e temos a renda indígena. O SR CELSO AMARAL - Exatamente. O SR PEREZ TEIXEIRA - A da renda indígena, no tempo do General Guedes, era prestada conta ao Sr. Ministro da Agricultura. Mas naquela ocasião não chegava a um milhão. O SR CELSO AMARAL - Mas consta que o General Guedes não autorizou nenhum contrato, de 1957 a 1961. Também o Coronel Moacyr não autorizou. Então já existiam contratos nessa época em Mato Grosso? O SR PEREZ TEIXEIRA - Lá não havia renda. Só havia renda no Rio Grande do Sul. Dávamos a renda a quem a produzia. E essa renda a que me referi de um milhão de cruzeiros é do sul: Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul. É a parte do trigo. O SR CELSO AMARAL - E sôbre a venda de pinheiros? O SR PEREZ TEIXEIRA - Proibimos até na violência, contrariando contratos. O SR CELSO AMARAL - Tem V.Sª. conhecimento de que no Amazonas havia exploração da borracha pelo indígena e que depois por interferência de uma firma, aquela exploração passou a ser feita pela firma Arruda Pinto & Cia.? O SR PERES TEIXEIRA - Havia a exploração da borracha em Pôrto Velho. Depois, em 1959, apareceu aqui no Rio êste Arruda Pinto numa comitiva de seringueiros. Dirigiram-se ao Palácio do Catete, pois queriam liberar a verba para ser aplicada naquela zona. Mas não houve nada, ao que sabemos. O SR CELSO AMARAL - Mas naquela época havia uma renda. O SR PEREZ TEIXEIRA - O Sr. Meireles, nosso Inspetor, estava preparando para colhêr o latex. Preparou o terreno, mas êle saiu de lá e ficou abandonado. Houve uma briga dêle com o General Aloísio. O SR CELSO AMARAL - V.Sª. desconhecia que havia essa renda, ou não? O SR PEREZ TEIXEIRA - Êle havia plantado a renda e não chegou a colhêr. O General Aloísio pediu o seu afastamento da região. O SR CELSO AMARAL - Sabe V.Sª. quantos funcionários estavam lotados na Guanabara até a época em que V.Sª. deixou o SPI? O SR PEREZ TEIXEIRA - Em 31 de janeiro de 1961 havia um número, e quando eu deixei o SPI havia outro, porque houve uma mudança violenta, sem planejamento, sem nada, de um sábado para segunda-feira. Em 31 de janeiro de 1961 havia 60 funcionários. Já em abril de 1961 havia uns 30. O SR CELSO AMARAL - Quer dizer que metade foi para Brasília? O SR PEREZ TEIXEIRA - E outros também saíram. Quando se falou em ir para Brasília, houve uma debandada. O SR CELSO AMARAL - Conhece V.Sª. alguma compra de caminhões ou camionetas sem autorização do Serviço de Proteção aos Índios? O SR. PEREZ TEIXEIRA - Na gestão nossa todos foram adquiridos com a devida autorização da própria Diretoria, com ordem do Sr.Ministro. O SR CELSO AMARAL - Da renda indígena? O SR PEREZ TEIXEIRA - Da renda indígena, ao que me recordo, não foram adquiridas viaturas. Só

a parte de máquinas para beneficiar arroz, desnatadeiras para a produção de queijos e manteiga. O SR CELSO AMARAL - Conhece V.Sª. algum veículo que estêve à disposição do atual Diretor do SPI, na Guanabara? O SR PERES TEIXEIRA - Aqui no Rio há um veículo da repartição, ou deveria haver. O SR CELSO AMARAL - Mas de outra Inspetoria que deveria ter vindo servir aqui. O SR PERES TEIXEIRA - Não estou bem entrosado com todos os assuntos, devido a essa minha doença, e não pude atualizar-me. O SR CELSO AMARAL - Qual é o cargo do Sr. Josias Macedo, atualmente servindo na Guanabara? O SR PERES TEIXEIRA - O Sr. Josias Macedo é Agente, o que significa encarregado de Pôsto. O SR CELSO AMARAL - É o homem que faz as compras para o SPI na Guanabara? O SR PERES TEIXEIRA - Não posso informar a V.Exª. O SR CELSO AMARAL - Conhece algum processo contra o SPI, do Conselho de Segurança Nacional? O SR PERES TEIXEIRA - Atual ou antigo? O SR CELSO AMARAL - Atual e antigo. O SR PERES TEIXEIRA - Antigos - temos aquêles processos que denunciamos, das missões religiosas. Aliás, o Exército afastou do Amazonas tôdas as missões religiosas. O SR CELSO AMARAL - E algumas voltaram. O SR PERES TEIXEIRA - Sim, segundo ouvi dizer. O SR CELSO AMARAL - No tempo de V.Sª., a aplicação tanto da verba indígena como da orçamentária era feita com planejamento? O SR PERES TEIXEIRA - Sem dúvida. Planos aprovados pelo Presidente da República e publicados no Diário Oficial. O SR CELSO AMARAL - Mas isso quanto à orçamentária. O SR PERES TEIXEIRA - Sim. O SR CELSO AMARAL - E quanto à renda indígena? O SR PERES TEIXEIRA - Nos postos que produziam a sua renda o Chefe do Pôsto mandava um plano de trabalho sôbre como executar a despesa. Êsse processovinha à repartição, o Diretor mandava ouvir os órgãos competentes, a Seção que conhece bem as necessidades do Índio e mandava para a Administrativa. Ouvia duas seções e, às vêzes, três. Quer dizer, o plano de trabalho vinha para a repartição e o Diretor mandava às seções para que dessem o seu parecer, opinando pela execução ou não. O SR CELSO AMARAL - Foram emprestados pelo Sr. Francisco Meireles 700 mil - cruzeiros para serem entregues ao Sr. Fernando Cruz para cobrir êsse empréstimo de Campo Grande? Tem conhecimento disso? O SR NELSON PERES TEIXEIRA - Não. O SR CELSO AMARAL - Tem conhecimento do emprêgo de dinheiro do SPI para campanha de algum político? O SR NELSON PERES TEIXEIRA - Antigamente, não. Atualmente, não sei. Para nós o dinheiro era tão pouco naquela ocasião que mal dava para as necessidades do Serviço. O SR CELSO AMARAL - Na ocasião em que foi Diretor como eram feitas as prestações de contas das Inspetorias? O SR NELSON PERES TEIXEIRA - Remetíamos o dinheiro para a Inspetoria; elas remetiam depois os comprovantes, que nós examinávamos contàbilmente. E pelo plano de trabalho e pela aplicação autorizada pelo Presidente da República, encaminhávamos ao Tribunal de Contas. O SR CELSO AMARAL - Isso da verba orçamentária? O SR NELSON PERES TEIXEIRA - Geral. O SR CELSO AMARAL - E da renda indígena? O SR NELSO PERES TEIXEIRA - Da renda indígena, depois de aprovado o plano de trabalho

608 ~~612~~ 1356

interno pelo Diretor, voltava à SOA, a SOA examinava, às vêzes, não era sempre, mandava para o Inspetor verificar, inspecionar, não era bem fiscalizar, era verificar se houve aquela aplicação ou não. Era uma espécie de um vigia: para ver se foi construída determinada casa, esta ou aquela obra, etc., se tudo estava bom, se foi bem construída ou não. Não eram ordens para ver se estavam ou não prontas, mas para ver se estavam bem feitas. O SR CELSO AMARAL - Na ocasião em que o Senhor era Diretor substituto, o Inspetor da 5ª Inspetoria era o Sr. Érico Sampaio? O SR NELSON PERES TEIXEIRA - Era. O SR CELSO AMARAL - Sempre prestou contas a contento? O SR NELSON PERES TEIXEIRA - Da administração não temos nada a dizer contra o Sr. Érico Sampaio. O SR CELSO AMARAL - E o Sr. Mongenot, que substituiu o Sr. Érico Sampaio? O SR NELSON PERES TEIXEIRA - Era um velho funcionário, com capacidade intelecitual menor. Não foi na minha gestão. O Érico Sampaio saiu depois que eu saí. Soube que, quando o Érico se afastou o Mongenot ficou no lugar dêle. Aliás, o Coronel Tasso exonerou, se não me engano, o Érico e nomeou o Mongenot para responder pela Inspetoria. Agora, não lhe posso dar maiores detalhes sôbre o Mongenot, se foi bom administrador ou se foi mau. Sei que era de menor capacidade de trabalho, quer do ponto de vista material, quer do ponto de vista intelecitual. O SR CELSO AMARAL - Durante a sua gestão, houve algum processo, foi comprovada alguma irregularidade, desvio de verba por parte de algum funcionário, de algum inspetor? O SR NELSON PERES TEIXEIRA - Não. Não gestão de 1955 a 1961, não. O que houve foi algum ataque, alguma maldade, digamos assim. Em 1945, houve o caso do Jacobina que não prestou contas de uma verba na época oportuna. Foi uma maldade: quem foi lá fazer o levantamento do Jacobina lacrou o cofre e êle não pôde comprovar na época precisa as suas contas. De forma que foi remetida ao Tribunal faltando êsses elementos. O SR CELSO AMARAL - O senhor acha que 1945 a 1961 não houve irregularidades, desvios de verbas? O SR NELSON PERES TEIXEIRA - Há também o caso do Sílvio Meireles. O Serviço de Proteção aos Índios é uma novela muito grande. O SR VALÉRIO MAGALHÃES - Mas o Jacobina entrou depois com outra documentação? O SR CELSO AMARAL - Não pôde comprovar as contas porque trancaram o cofre. O SR NELSON PERES TEIXEIRA - A mesma coisa fizeram com o Curt Magalhães, que foi chefe de Niemendapi; de maldade, fecharam-lhe o cofre e êle não pôde prestar contas. O SR VALÉRIO MAGALHÃES - Mas prestaram posteriormente? O SR NELSON PERES TEIXEIRA - Prestaram, porque se não estariam presos ou na miséria. O SR VALÉRIO MAGALHÃES - Perdoe-me o nobre Relator, mas êste é um ponto que gostaria de deixar bem esclarecido, porque o depoente citou um meu parente muito próximo, o irmão meu. Êsses dois prestaram contas depois, e não consta nada contra êles? O SR NELSON PERES TEIXEIRA - Foi maldade que fizeram contra êles. A do Jacobina quem fêz foi o Inácio. Trancou-lhe o cofre e êle não pôde prestar contas. Mas prestou depois. O SR VALÉRIO MAGALHÃES - E quanto à administração dêsses dois cidadãos,

tanto o Curt como o Jacobina, tem notícia de que a administração dêles na Amazônia tenha sido útil ao SPI? O SR NELSON PERES TEIXEIRA - Sem - dúvida. Continuaram a obra do velho amazonense o Chauvin. Não vou fazer o elogio dos dois, mas seguiram. O SR VALÉRIO MAGALHÃES - O Serviço não parou? O SR NELSON PERES TEIXEIRA - Não parou. O SR VALÉRIO MAGALHÃES - Tenho notícia de que foi na administração do Jacobina que foi construído o grande prédio que está em São Marcos. O SR NELSON PERES TEIXEIRA - Sim, e o Joviniano continuou. Houve seqüência. Depois houve uma parte - paralisada. O SR VALÉRIO MAGALHÃES - Quer dizer que nessa época o Serviço de Proteção aos Índios funcionava? O SR NELSON PERES TEIXEIRA - Funcionava. O Sílvio Meireles foi exonerado a bem do serviço público; no período de 1951 a 1955. Não se defendeu. Veio o processo e êle começou com piadinhas no processo, juntando recortes de A Careta, da seção de Amendoim Torradinho. O Malcher exonerou e o Ministro homologou. O SR VALÉRIO MAGALHÃES - Mas êle está novamente no Serviço de Proteção aos Índios? O SR NELSON PERES - Dizem que está aposentado. O SR VALÉRIO MAGALHÃES - Censurando o próprio Diretor? O SR NELSON PERES TEIXEIRA - Dizem, mas não sei. O SR VALÉRIO MAGALHÃES - Tem notícia de que o mestre de obras Carlos Barreto, lotado em Brasília., permanece mais aqui do que lá? Não é de seu tempo? O SR NELSON PERES TEIXEIRA _ O Barreto é do meu tempo. Aliás foi demitido por mim em 1942. Não posso informar com precisão. O SR VALÉRIO MAGALHÃES - Mas é de seu conhecimento ter havido certo incidente no pôsto indígena Capitão Iacri? O SR NELSON PERES TEIXEIRA - Incidente? O SR VALÉRIO MAGALHÃES - Alguma ocorrência que houve lá é de seu conhecimento? O SR NELSON PERES TEIXEIRA - No meu tempo, houve várias substituições de encarregados, lá, é pôsto meio complicado, - meio político. Agora me parece que meteram lá o cunhado de um colega - nosso. Parece, não posso precisar, o Pimentel. O SR VALÉRIO MAGALHÃES - E sôbre São Marcos, Fazenda Nacional de São Marcos, é de seu conhecimento que o gado de lá tem diminuído de ano para ano e já hoje não chega a 3.000 cabeças? O SR NELSON PERES TEIXEIRA _ Atualmente, não sei. Era uma fazenda muito bonita. O gado lá era em quantidade. Agora encontra-se nas mãos de um rapaz que não está à altura de tomar conta daquilo. É um rapaz da cidade como eu que não quer ficar no meio da mata. Não sei do trabalho dêle. O SR VALÉRIO MAGALHÃES - As vendas de gado eram sempre - autorizadas? O SR NELSON PERES TEIXEIRA - No tempo do General Guedes só vendíamos ao Território do Rio Branco, e para Manaus uma vez, com muita dificuldade. Vendíamos mais para Rio Branco; para Manaus muito pouco, - porque havia dificuldade no transporte. O SR VALÉRIO MAGALHÃES - E da - Fazenda da Ilha do Bananal tem notícia da venda pelo Sr. Cruz? O SR NELSON PERES TEIXEIRA-_ Não, na minha gestão não autorizei. Corre um boato que êle vendeu. Agora, o que houve não sei. Houve ordem e mandei transferir um gado, mas quando percebi que era muito mais racional vender lá e comprar em Uberlândia, em Minas Gerais, mandei sustar. O SR CELSO AMA

RAL - Essa era a realidade do povoado indígena Getúlio Vargas. O SR - NELSON PEREZ TEIXEIRA - Para Minas Gerais ia se gastar um dinheirão. Autorizei na hora, mas não chegou a ser executada. Mandei telegrama para Bananal, suspendendo, e foi suspenso. O SR VALÉRIO MAGALHÃES - E sôbre contrato de madeiras em Santa Catarina e Paraná, contratos que foram sustados pelo Coronel Guedes? Eram lesivos ao Serviço de Proteção aos Índios? O SR NELSON PEREZ TEIXEIRA - Há muita coisa absurda, coisa de fazer chorar. O SR VALÉRIO MAGALHÃES - Qual foi o autor dêsses contratos, lembra-se? O SR NELSON PERES TEIXEIRA - Isso veio no tempo do José Maria de Paula, Donatini, Malcher, Mota Cabral. Aí parou. Aí veio o Josino parou. O SR VALÉRIO MAGALHÃES - E por falar no Sr. José Maria da Gama Malcher, o senhor tem notícia de que tenha respondido a processo? O SR PERES TEIXEIRA - Êle era Diretor do Serviço de Proteção aos Índios e foi afastado, envolvido em inquérito e estêve depois suspenso em conseqüência da investigação. Mas não trabalhei com êle. O SR PRESIDENTE - Quanto às ligações do SPI com o Conselho, são boas? O SR PERES TEIXEIRA - Sempre foram péssimas, desde 1940. E não podiam deixar de ser. O Conselho é um órgão normativo e queria ter funções administrativas. O Conselho foi criado em 1940 pelo Sr. Simões Lopes, para homenagear um certo grupo de brasileiros, entre êles o velho Marechal Rondon e Manoel Rabelo, com função normativa e sem ônus para a União. Os Conselheiros não tinham direito a jetão. Não recebiam nada. O SR PRESIDENTE - É mais um órgão deliberativo. O SR PERES TEIXEIRA - Foi criado para efeito normativo, mas não deu resultado. O SR PRESIDENTE - Tem V.Sª. uma opinião formada sôbre como se poderia reestruturar ou modificar o SPI, a fim de que fôsse realmente útil à finalidade para a qual foi criada, uma vez que estamos vendo, através dos depoimentos, que o Serviço de Proteção aos Índios não tem satisfeito o que se desejava dêle. Tem V.Sª. uma opinião para que a Comissão, ao término dos seus trabalhos, possa fazer uma sugestão ao Executivo, através da Câmara? O SR PERES TEIXEIRA - Eu entregaria a cada Estado os seus índios, e o Govêrno central entraria - com a subvenção. O SR PRESIDENTE - Mas fiscalizando. O SR PERES TEIXEIRA - Sem dúvida. Não há outra sulução. O SR PRESIDENTE - Também já pensei nisso. O SR PERES TEIXEIRA - Temos por exemplo o caso do Rio Grande do Sul. Ali há um choque do SPI com o govêrno estadual. E quando o Estado não atende o índio, êle corre para o Govêrno Federal, e vice-versa. A meu ver, seria mais interessante o Estado tomar conta dos seus índios. No Alto Rio Negro temos os nossos índios e há o padre Dom Mazza. O SR PRESIDENTE - Estive lá e fiquei entusiasmado. O SR PERES TEIXEIRA - Não conheço, mas as informações são boas. O SR PRESIDENTE - Tem mais alguma sugestão? O SR PERES TEIXEIRA - Tenho uma outra sugestão, porém um pouco violenta: o afastamento incontinenti do SPI de todos os velhos e substituição por gente moça. Porque existe muito partidarismo: ora os ami--

gos do Sr. Joaquim, ora os do Sr. Manoel. O SR PRESIDENTE - Temos notado isso. O SR PERES TEIXEIRA - Mas não é só no Serviço de Proteção aos Índios. O SR PRESIDENTE - É por isso que sou adepto da aposentadoria - aos trinta anos de serviço, para atualizar o funcionalismo, porque se - vai formando um quisto, uma panela. O SR PERES TEIXEIRA - Deveria haver o afastamento total dos velhos colegas do SPI. O SR PRESIDENTE - Conhece V.Sª. o Dr. Lincoln Pope? O SR PERES TEIXEIRA - Conheço. Foi Chefe da Seção de Orientação e Assistência. O SR PRESIDENTE - Foi Chefe da 5ª Inspetoria? O SR PERES TEIXEIRA - Lá estêve como funcionário. O SR. PRESIDENTE - Que pode informar sôbre êle? O SR PERES TEIXEIRA - Êle teve um atrito com o atual Diretor, porque não queria receber a verba de Auxílio aos Índios, e só recebeu porque os índios iam ficar em situação precária, porque já estava no fim do ano e o Serviço perderia todo o dinheiro. O SR PRESIDENTE - Tem havido, então, atrito com o Diretor. O SR PERES TEIXEIRA - O Lincoln disse-me isso. Sei que com êle houve um atrito. O SR PRESIDENTE - A que atribui V.Sª. a nomeação para as Inspetorias de servidores que não estão à altura, preterindo, às vêzes, funcionários credenciados? O SR PERES TEIXEIRA - O plano de classificação prevê que só podem chefiar funcionários de maior categoria. Pelo plano, só poderiam chefiar as Inspetorias funcionários de nível 14. O SR PRESIDENTE - O Sr. Fernando Cruz é Inspetor? O SR PERES TEIXEIRA = Não, Sr. Presidente. É Auxiliar de Ensino. O SR PRESIDENTE - Sabe V.Sª. qual o grau de instrução dêle? Tem curso secundário? O SR PERES TEIXEIRA - Talvez - no meu tempo pudesse cursar o segundo ano primário, fazendo as quatro - operações, leitura, um ditado, com uma série de erros. Foi Auxiliar de Ensino. Aliás, a essa função deram o nome de professor. Em geral, era - uma função que se dava à mulher do Encarregado do Pôsto. Ela ensinava aos índios trabalhos manuais, a cozinhar, e as primeiras letras. O Encarregado ganhava 400 cruzeiros, e ela, 250. Houve, depois, vaga para êsse lugar, e êle foi admitido como Auxiliar de Ensino, mas a cultura é fraquíssima, de nível primário, segundo ou terceiro ano de escola pública. O SR PRESIDENTE = Da minha parte, estou satisfeito, e, como Presidente da Comissão, cabe-me agradecer a colaboração que V.Sª. nos trouxe. O SR PERES TEIXEIRA - Estarei sempre à disposição de V. Exªs. para prestar - qualquer informação que fôr do meu conhecimento. O SR PRESIDENTE - V.Sª. tem conhecimento de funcionários do SPI lotados em Brasília e que continuam aqui no Rio? O SR PERES TEIXEIRA - Sim. O SR PRESIDENTE - Recebendo dobradinha? O SR PERES TEIXEIRA - Não. Recebendo o salário normal. São funcionários que foram para Brasília, não se deram bem e voltaram. São dois ou três. O SR CELSO AMARAL - Sabe V.Sª. informar se o Coronel Moacyr Ribeiro é funcionário do jornal do Sr. Josias? O SR PERES TEIXEIRA - - Funcionário não será, porque não recebe dinheiro. No entanto, foi registrado pelo jornal do Sr. Josias. O SR CELSO AMARAL - Muito obrigado.

O SR PERES TEIXEIRA - Posso dizer isso, porque na relação dos registros falsos aparece o nome dêle. O SR PRESIDENTE - Qual é o jornal do Sr. Josias? O SR PERES TEIXEIRA - Transpresse. O SR CELSO AMARAL - Há aqui uma carta que cita o nome de V.Sª. e queria um pronunciamento seu. É uma carta dirigida ao Coronel Tarso Vilar de Aquino, assinada pelo sr. José Maria da Gama Malcher. V.Sª. tem conhecimento dessa carta? O SR PERES TEIXEIRA - É sôbre um processo que eu guardei na minha gaveta. O SR CELSO AMARAL - "No dia 17 de março dêste ano foi encaminhado pelo Gabinete do Sr. Ministro da Agricultura a êste Serviço o S.C. 10.627/61. Trata-se de um requerimento meu encaminhando pedido de certidões"... O SR PERES TEIXEIRA - Já sei do que se trata. O Sr. Malcher pediu umas certidões e queria o arquivo todo da repartição. Para atendê-lo, teria que parar o serviço da seção de quinze funcionários. Então fui ao Diretor. Êle havia despachado: "O Coronel Tarso:. Êle havia despachado: "Certifique-se". Disse-lhe, então: "Vou parar o Serviço para dar as certidões". O Coronel Tarso: "Não. Ponha na geladeira". O nosso arquivista foi fazendo o serviço devagarzinho. Antes de eu sair da repartição êle reclamara que eu havia mandado o processo dêle para o Território do Acre, de brincadeira, para ganhar tempo, e o Coronel Tarso respondeu que o processo se achava em seu poder e que as certdiões, digo, as certidões seriam fornecidas oportunamente. É o que sei sôbre o caso. O SR CELSO AMARAL - Êle diz o seguinte: "Trata-se de requerimento meu, acompanhando pedido de certidões, a fim de instruir representações a serem encaminhadas ao Sr. Presidente da República...(leitura). Com a transferência da Diretoria de Proteção aos Índios para Brasília e consequentemente com a reinstalação do seu arquivo alí, sei que deve haver dificuldade para atendimento dêsses pedidos. Entretanto, acaba de ser reformado pelo mestre de obras Carlos Barreto de Souza que, digo, Carlos Barreto de Souza. Com êste o senhor teve qualquer atrito? O SR PEREZ TEIXEIRA - Não. O SR CELSO AMARAL - Diz o sr. Carlos Barreto de Souza que "o Sr. Nelson Perez Teixeira declarou, na presença de outros servidores que jamais teria essas certidões, porque iria extraviar o processo; conhecendo desonestidades e negociatas dêsse servidor dentro e fora do Serviço de Proteção aos Índios; sabendo ainda que, foi o mesmo informante, que vários documentos de prestações de contas foram encontrados jogados no lixo, por ocasião da mudança para Brasília, é que vinha solicitar sua atenção para o caso, etc." É essa a carta? O SR PEREZ TEIXEIRA - Não preciso a carta. Agora, as prestações de contas os senhores podem pedir tôdas elas, de 1955 a 1957 até 1961. Está tudo no Tribunal de Contas, não faltando nada. O senhor encontra tudo encadernado, de 1940 a 1955. Dessas peças consta tudo que disse, por exemplo, sôbre o Jacobina, tudo está alí. Agora, o Malcher é paranaense. Acho que um mau filho não pode ser um bom colega. Um mau filho é sempre um mau colega também. Êle deixou a mãe morrer de fome no meio da rua, êle bateu na mãe. De forma que o que êle fêz ou disse contra mim não me abalou em na-

613

da. O SR CELSO AMARAL - Quero que o senhor saiba que, como Relator dêste processo, tenho de aclarar certos pontos e pedir aos depoentes todos os esclarecimentos de que necessite, isto em benefício mesmo desta Comissão Parlamentar de Inquérito. O SR PEREZ TEIXEIRA - Foi um Diretor que se desmandou. O SR CELSO AMARAL - Sr. Presidente, estou satisfeito. O SR VALÉRIO MAGALHÃES - Como Presidente desta Comissão, quero agradecer ao depoente, Sr. Perez Teixeira, a sua presença aqui e os esclarecimentos que nos deu no sentido de que melhor possamos levar a cabo nossa tarefa de apurar irregularidades no Serviço de Proteção aos Índios. O SR NELSON PEREZ TEIXEIRA - Estou à disposição dos senhores Deputados. O SR VALÉRIO MAGALHÃES - Grato a V.Sª. O senhor está dispensado.

~~618~~ 1362

617

Certifico, para os devidos fins, que êste processo, pertencente à Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar irregularidades no Serviço de Proteção aos Índios e dá outras providências, tem seguimento no volume (7) sete à fôlhas (1363) um mil trezentos e sessenta e três.

Brasília, 1 de setembro de 1963

[illegible]

Yolande Mendes
Chefe das Comissões de Inquérito

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO PARA APURAR IRREGULARIDADES NO SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS.

Presidente: WILSON MARTINS
Depoente : ALÍSIO DE CARVALHO
Reunião : 15/6/1963 (Campo Grande - Mato Grosso)

Aos quinze dias do mês de junho de mil novecentos e sessenta e três, perante a Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar irregularidades no Serviço de Proteção aos Índios, compareceu o Sr ALÍSIO DE CARVALHO, o qual prestou o seguinte depoimento: O SR PRESIDENTE (Wilson Martins) - Declaro aberta a presente reunião, realizada no prédio em que funciona o Serviço de Proteção aos Índios, 5ª Inspetoria, na cidade de Campo Grande, Estado de Mato Grosso. Comparecem os Deputados Wilson Martins, vice-Presidente da Comissão funcionando ao, digo, como Presidente, Celso Amaral, Relator, e Rachid Mamed. Esta sessão foi convocada para o fim especial de tomar o depoimento do Sr. Chefe da Inspetoria, Alísio de Carvalho, a quem concito a dizer a verdade do que souber e lhe fôr perguntado. O DEPOENTE (Alísio de Carvalho) - Perfeitamente. O SR PRESIDENTE - Sr. Alísio de Carvalho, informalmente, eu já lhe havia pôsto a par do que seria indagado do senhor neste depoimento. Então, voltando ao mesmo temário, pergunto ao senhor se, tendo assumido as suas atuais funções há cêrca de três meses, em substituição ao Sr Fernando da Cruz, encontrou a Inspetoria pela qual responde neste instante em boas condições. Como a encontrou? O DEPOENTE - Eu dividiria as minhas observações em duas fases: uma que encontrei ambiente de certa preocupação, de certa agitação, em consequência, pelo que pude apurar, de fatos ocorridos na região dos índios cadiuéus, com a morte de um cidadão, Primitivo de Couto, se não me engano homicídio praticado pelos índios. A opinião pública estava de modo geral abalada pelos fatos. Além da natural agitação decorrente dêsses fatos, havia a preocupação dos fazendeiros arrendatários com a legalidade ou não dos contratos existentes. A minha atitude, ao chegar, foi procurar serenar os ânimos, transformar êsse clima de preocupação num ambiente calmo através do qual pudesse haver discernimento, haver luz, para dar o direito, a razão a quem de fato tivesse direito ou razão. Assim procedi e consegui levar a cabo meu propósito. Hoje, a notícia que se tem de modo geral e que me chega ao conhecimento é que há um clima de calma, de sossêgo, sobretudo entre os arrendatários, menos relativamente ao Sr. Manequinho. Êsse cidadão já por duas vêzes, hoje foi a segunda na presença dos senhores, veio aqui com o objetivo de entrar novamente dentro da área lá, naque -

616
1363

las terras de que êle se diz senhor. Como dizia há pouco, e fiz questão de frizar na presença dos senhores Deputados, nenhuma decisão, nenhuma iniciativa eu poderia... O SR CELSO AMARAL - O objetivo da vinda dêle aqui não foi fazer essa solicitação. Eu lhe pedi que viesse assinar o têrmo de declaração. O DEPOENTE - Mas aproveitou a oportunidade para reiterar o seu pedido. Na vez anterior êle veio até um pouco nervoso. Pedi-lhe, por isso, que se sentasse e se acalmasse. Êle queria policiais com metralhadoras para ir para lá tomar posse. Digo: "O senhor faça o que bem achar conveniente. Não usarei de violências. Entendo que devem ser esgotados todos os meios pacíficos e judiciais para que se esclareça essa situação". De forma que foi essa a situação que encontrei: de certa tensão, e procurei acalmar. Internamente, encontrei também a Inspetoria com alguns problemas, sobretudo em relação à sede; determinados grupos de funcionários preocupados, afastados, deslocados. Chamei-os e procurei também... O SR PRESIDENTE - Afastados por determinação da Chefia da Inspetoria? O DEPOENTE - Da Chefia anterior. O SR PRESIDENTE - E revogou a determinação? O DEPOENTE - Algumas não tinham atos formais. Eu então procurei ouvir os interessados, saber dos interêsses de cada um, procurei onde localizá-los, e fiz uma relotação, ainda não ultimada porque inclusive sinto dificuldade em localizar duas ou três famílias no mesmo Pôsto. É que não há habitação suficiente para duas ou três famílias nesses Pôstos, tanto que dois dêles estão em Ponta Porã aguardando uma solução. O SR PRESIDENTE - Já tenho uma visão da maneira como o senhor recebeu os serviços da 5ª Inspetoria. Agora desejo fazer algumas perguntas. Em primeiro lugar, o senhor tem conhecimento de que foram celebrados contratos entre a Inspetoria e fazendeiros da região? O DEPOENTE - Tenho. O SR PRESIDENTE - Êsses contratos obedeceram às normas do Serviço de Proteção aos Índios e foram autorizados pela Chefia Superior? O DEPOENTE - Tenho uma cópia, Deputado, de um processo que iniciou essa situação tôda. Desde o transbordamento do rio Paraguai. Houve um advogado que requereu, em nome de determinado número de fazendeiros, a legalização, digamos, de uma situação tida como de calamidade pública na época. Êsse número de fazendeiros talvez não atingisse a 50 ou 60. Isso foi motivo de um processo que teve tramitação normal no Serviço de Proteção aos Índios, e houve audiência de um Assistente Jurídico do SPI na elaboração do têrmo do contrato e autorizado pelo Diretor do Serviço na época. Se, por acaso, necessitarem de uma cópia dêsse expediente todo, temos aí. O SR PRESIDENTE - Gostaria de conhecer. O senhor poder,- digo, poderia juntar aos autos. O SR A, digo, O DEPOENTE - Isso está sobejamente conhecido. Posteriormente, houve, depois que foi deferida a solicitação dêsses fazendeiros feita pelos canais competentes, houve -- não sei por que razão, não consegui ainda ter uma opinião firmada sôbre isso -- outros que se apossaram de áreas dos índios lá. E êsses ainda

J 741

617
1366

não tiveram a sua situação perfeitamente legalizada. Não sei por que. Atribuo que todos constituam uma situação de fato que ocorreu, talvez ferindo direitos adquiridos. O SR PRESIDENTE - Outra coisa; o Senhor - tem conhecimento direto, agora que é Chefe da Inspetoria, de que a renda paga por êsses arrendatários, por êsses fazendeiros tenha sido tôda escriturada contabilizada nos livros do Serviço de Proteção aos Índios? O DEPOENTE - Posso dizer que livro Caixa não existia. Foi criado ao tempo de meu antecessor, o Sr. Fernando Cruz. O SR PRESIDENTE - Sôbre isso tenho informação. O DEPOENTE - Há prestação de contas. O SR PRESIDENTE - Pode dizer-me se, na gestão do Fernando Cruz, quando se criou o livro Caixa, tôdas as rendas do Serviço foram escrituradas, contabilizadas? O SR DEPOENTE - Ainda não pude tirar isso a limpo, porque me falra, digo, faltam elementos, e justamente designei dois funcionários que, já faz mais de vinte dias, estão percorrendo a região dos índios caiuéus, no sentido de fazer um levantamento completo, dando o tempo de ocupação, a área, o que pagaram, como pagaram, se em dinheiro ou se em gado, tudo isso. O SR PRESIDENTE - Em quanto tempo espera poder concluir êsse trabalho? O DEPOENTE - Tive notícia de que po, digo, provàvelmente no dia 10 estariam no Pôsto Alves de Barros e lá me dariam notícia pelo rádio da conclusão ou não dêsse serviço. Entretanto, hoje já estamos a 15 e ainda não chegaram lá. O SR PRESIDENTE - Tem conhecimento de que a IR-5 procedeu à venda de gado, tanto do patrimônio nacional como do patrimônio indígena, nas administrações passadas? O DEPOENTE - Tenho. Em tôdas elas foi vendido gado e quero adiantar mais: inclusive na minha. O SR PRESIDENTE - Já vendeu? O DEPOENTE - Não vendi pròpriamente. Recebi arrendamento transformado em dinheiro, arrendamento de gado transformado em dinheiro. O SR PRESIDENTE - Então não vendeu. Recebeu a renda em dinheiro, não em gado? O DEPOENTE - Sim. O SR PRESIDENTE - Por que? O DEPOENTE - Por necessidade de atender a despesas já existentes, como alguma coisa dêste meu período. O SR PRESIDENTE - Essas vendas feitas anteriormente à sua gestão foram precedidas de publicação de editais? O DEPOENTE - Não sei dizer. Não tenho conhecimento. O SR PRESIDENTE - E essas vendas como se processam regularmente? O DEPOENTE - Há uma distinção entre patrimônio indígena e patrimônio nacional. De modo geral, - quando se trata de uma venda de alguma coisa, de algum bem do patrimônio nacional, então é feita concorrência, coleta de preços, etc. Quando digo, Quanto ao patrimônio indígena, de modo geral, não tem havido. O SR PRESIDENTE - Mas por que não se observa a mesma linha de comportamento? O DEPOENTE - Há uma. O SR PRESIDENTE - Não vejo razão para que se faça distinção quando se trata de vender os bens dos índios. Por que neste caso se adota procedimento diferente? Qual a razão disso? O DEPOENTE - Essa tem sido a norma. Quando entrei para o Serviço já encontrei assim. O SR PRESIDENTE - Ambos os bens deveriam ser vendidos com tôdas

as cautelas. Não encontramos justificativa alguma para que se estabeleçam diferenças. Mesmo porque a venda dos bens não seria precedida de processo custoso, difícil; bastaria um simples edital marcando data para recebimento de propostas. Por isso, não atinamos com o motivo o Serviço se tem furtado ao que podemos chamar de dever de publicar prèviamente edital. O SR CELSO AMARAL - E note-se que a renda indígena só poderia ser usada com autorização expressa do próprio Diretor. O DEPOENTE - Exatamente. E ao próprio Fernando houve uma ordem do Diretor determinando a venda mediante coleta de preços. O SR PRESIDENTE - E das vendas efetuadas pelas gestões anteriores o senhor tem conhecimento de tôdas elas? Foram contabilizadas no livro Caixa? O DEPOENTE - Não. A única foi no tempo do Fernando. O livro Caixa existiu agora. O SR PRESIDENTE - Foram todas contabilizadas? O DEPOENTE - Acredito que sim, pelo menos pelos depoimentos que temos aqui. Talvez haja alguma coisa que eu possa tirar perfeitamente a limpo, depois que vier êsse levantamento que determinei. Mas no momento não tenho conhecimento se houve alguma venda que não tenha sido contabilizada. O SR PRESIDENTE - E o preço da venda? Já inquiriu se essas vendas foram efetuadas pelos preços correntes no mercado? O DEPOENTE - Essa inquirição sôbre administrações anteriores não procurei fazer, porque não tinha absolutamente nenhum objetivo. O SR PRESIDENTE - E essa comissão do Ministério da Agricultura que o senhor vem acompanhando não perquiriu isso? O DEPOENTE - Não. Eu simplesmente conduzo como agora levei a Ponta Porã. Não indago nada dos trabalhos dela; deixo-a inteiramente à vontade. Agora, quanto à essa questão de transformar -- já isto na minha gestão -- êsse recebimento de gado em dinheiro tenho-me valido da própria opinião dos fazendeiros. Eu dei um produto a êles e solicitei-lhes o preço. O melhor preço que se poderia obter na época por um bezerro. E disse: "Eu desconheço tudo isso. Quero acreditar na palavra de vocês. Não quero que me enganem e ana, digo, amanhã isto seja motivo para me comprometer. Portanto, digam qual o melhor preço". Êles disseram: "O melhor preço é êste." Então, isso foi transformado em dinheiro. O SR PRESIDENTE - Com relação a êsse ponto, creio que o senhor aqui em Campo Grande, que é praça onde se faz habitualmente negócio de gado, tem facilidade de obter informações sôbre preços. Qualquer gerente... O SR CELSO AMARAL - O próprio Banco do Brasil deve ter orientação. O SR PRESIDENTE - Deve haver uma diferença, uma variedade de preços entre as duas regiões. O preço de gado pôsto aqui é um e lá é outro. O DEPOENTE - Sim, deve sr, digo, ser. O SR PRESIDENTE - Mas com relação, já não digo aos negócios realizados pelas gestões anteriores, e sim já agora ao problema da morte de Primitivo de Tal, o que o senhor pode informar à Comissão? Êsses índios que atacaram a fazenda do Primitivo fizeram isso a conselho de alguém, a mandado, inspirados, estimulados pela Chefia, ou por sua vontade, por deliberação própria? Foi algum sentimento de revolta? O DEPOENTE

Acredito que, se não tivesse havido um estímulo, um relativo estímulo, não teriam procedido assim. Sensatamente, esta é a minha opinião. O SR PRESIDENTE - Foram prèviamente armados? O DEPOENTE - A notícia que eu tenho é que existam armas realmente, mas uns dois ou três revólveres talvez e relative, digo, relativamente pouca munição. É normal entre êles portarem armas, por questão de autodefesa. O SR PRESIDENTE - E o senhor admite a incitação ou o estímulo? O DEPOENTE - Sim. O SR PRESIDENTE - E pode precisar quem teria estimulado ou incitado os índios a praticar êsses crimes? O DEPOENTE - Se não fôsse da Chefia, não poderia ser de outra parte. Se tivesse, por outro lado, uma motivação íntima, acredito que deveria caber à Chefia, ponderadamente, abafar isso e agir pelos meios legais, que não faltam. O SR PRESIDENTE - O Fernando reclamava muito aqui a press ão que recebia por parte de fazendeiros. Êle a mim mesmo declarou várias vêzes que estava sofrendo certa coação, que encontrava certas dificuldades que se traduziam inclusive em ameaças de morte, porque queria defender os interêsses dos índios. Êle disse que chegou mesmo a mandar fazer medição das posses entregues aos fazendeiros que ocupavam área maior do que aquela mencionada nos contratos. Pode adiantar alguma coisa sôbre isso? O DEPOENTE - Posso dizer que não sei se, - pelo meu modo de conduzir as coisas, tenho encontrado a maior boa bontade, a maior facilidade por parte dêsses fazendeiros. O SR PRESIDENTE - Não houve nenhuma pressão? O DEPOENTE - Absolutamente nenhuma; pelo contrário, só tenho recebido da parte dêles, apezar de dizer a êles que a situação deve ser normalizada, que as áreas devem ser medidas, para resguardar os interêsses e os direitos dêles mesmos, assim como os nossos, a maior compreensão. Êles têm acatado a minha atitude e têm cooperado. Adianto mais: encontrei uma idéia vagando -- a de que êsses arrendamentos deveriam ser majorados, que se deveria cobrar uma taxa de 6%. Eu então em uma reunião com o grupo dêles, que se organizaram em uma espécie de comissão representando o total dos fazendeiros, procurei nessa reunião resolver o impasse. A coisa estava meio parado por aí. E, por alta recreação, sem audiência prévia da Diretoria, eu sugeri que essa taxa fôsse majorada para 5%. Primeiro, êles me falaram que êsses 6%, de fato, foram ventilados pelo Fernando, mas que não havia nenhuma solução do assunto e que êles não concordavam. Achei que o meio têrmo era a solução ideal; propus 5%. O SR PRESIDENTE - Aceitaram? O DEPOENTE - Rebateram e afinal chegamos a uma conclusão: 4,5% sendo que aquêles que já tinham contrato pagariam 3% sôbre os três primeiros 3.000 hectares. Se, porventura, houvesse excesso nas medições, então êles se comprometiam a pagar os 4,5% s ôbre o excedente. E aquêles que entraram para a área e que não têm contrato até hoje, êsses pagariam 4,5%. Isso então foi aceito em princípio. Aqui elaborei uma norma de contrato que encaminhei à Diretoria do Serviço para ser homologada. O SR PRESIDENTE - Com relação àque-

620
624
620
1369

las obras empreendidas pela gestão do Fernando em Taunay e também ---- em Buriti, pode informar se prosseguiram e chegaram a seu têrmo? O DEPOENTE - Não prosseguiram porque não pude dar prosseguimento normal. Primeiro, eu achei que as construções precisavam de sofrer pequenas modificações. Eram casas pequenas. Índios de modo geral têm famílias numerosas. Muitas vêzes se reunem em duas ou três famílias, e uma casa de dois cômodos é insuficiente, criando não raro problemas de promiscuidade, etc. Em segundo, havia deficiência de recursos. No princípio do ano principalmente as verbas não são liberadas. De forma que para fazer a coisa mais ordenadamente, procurei fazer um levantamento de despesas para conclusão de cada unidade, a fim de orçamentar isso no total. O SR PRESIDENTE - Peço que o senhor, depois, forneça à Comissão uma relação da receita proveniente da venda de gado e das despesas efetuadas com isso, entregando à Comissão um extrato dêsses lançamentos do livro Caixa e daquilo que o senhor tiver. Por fim, Sr. Alísio, o senhor pode mencionar qualquer fato, ato ou circunstância que possa auxiliar esta Comissão, no tocante à administração passada? Algo que possa comprovar uma ilicitude, uma desonestidade das gestões passadas? O DEPOENTE - Não, não estou capacitado para isso, Sr. Deputado. O SR PRESIDENTE - Estou satisfeito. Dou a palavra ao Relator, Deputado Celso Amaral. O SR CELSO AMARAL - O senhor delcarou ao Presidente que desconhecia o número de armas compradas na Casa Nasser e entregues aos índios para se defenderem, conforme delc, digo, declarou o próprio Sr. Fernando. O DEPOENTE - Eu não sei realmente o número de armas adquiridas. A notícia que ouvi foi que êsses índios tinham poucas armas. Agora, a quantidade de armas, não sei. O SR CELSO AMARAL - Mais ou menos 20, entre espingardas, carabinas e um caixão de balas. O DEPOENTE - Tudo isso na Casa Nasser? O SR CELSO AMARAL - Um milhão de cruzeiros, declarado pelo próprio Coronel Moacir Ribeiro também. É o ponto grave do depoimento do Sr. Fernando é êsse. O índio não tem aquelaeducação, aquêle alcance que temos. O DEPOENTE - Certamente isso está em prestação de contas. O SR PRESIDENTE - Deve estar; êles não escondem. O SR CELSO AMARAL - O período que o senhor veio para cá foi? O DEPOENTE - Em fevereiro. Assumi em 20 ou 21 de fevereiro. O SR CELSO AMARAL - De novembro a fevereiro quem ficou? O DEPOENTE - O Fernando ainda. O SR CELSO AMARAL - Êle declarou na Comissão que ficou de julho a novembro. O DEPOENTE - Êle foi designado para outra Inspetoria em fevereiro. Até então era Chefe desta Inspetoria. O SR CELSO AMARAL - Talvez o senhor tenha razão. Êle declarou que nesses sete meses recebeu, conseguiu arrecadar uma renda de 7 milhões de cruzeiros, entre arrendamento e venda de gado. No período que está aqui, de novembro até agora, junho, qual o arrendamento? O DEPOENTE - No meu período. Poderei fornecer isso amanhã ao senhor. Vou combinar com a funcionária, Da. Lourdes, e fornecerei não só o montante como também a conversão disto em nú

mero de bezerros que deveriam entrar. Posso fornecer claramente: se foi em bezerros, tantos bezerros, se foi em dinheiro, tantos cruzeiros. O SR CELSO AMARAL - E quando recebe em dinheiro não é cabeça de gado que desconta? Há diferença, pelo fato de não ter o Serviço de Proteção aos Índios trabalho em pôr em leilão. O DEPOENTE - Não. O preço, até recentemente, obedeçeu ao seguinte critério. A percentagem é paga 50% em fêmea, 50% em macho. Então há uma valorização maior, porque os machos são mais caros. Aqui foi atribuído o preço de 8.000 cruzeiros por fêmea e 10.000 por macho. Então, parei de receber, aguardando naturalmente, já nesta altura, porque deve haver valorização maior. Para me resguardar, digo: Vamos parar de receber por êsse preço, até ver o que realmente existe. O SR PRESIDENTE - Oito e dez mil cruzeiros? O DEPOENTE - Sim. O SR PRESIDENTE - Para que idade? O DEPOENTE - Um ano. O SR PRESIDENTE - Deve haver engano. Um boi está custanto trinta e tantos contos. O SR CELSO AMARAL -Êsse é o mal de se louvar no próprio interessado. O DEPOENTE - Eu me justifico. Não tive malícia. Acredito que êles tivessem interessados em ser verídicos, em próprio benefício dêles. O SR PRESIDENTE - Com quem o senhor conversou? O DEPOENTE - Com o Leôncio, o Dorval Barbosa, o Naô Barbosa. O SR PRESIDENTE - São homens de bem que conhecem o assunto. O DEPOENTE - Eu gostaria que a Comissão compreendesse isto que declaro. O SR PRESIDENTE - São garrotes de ano. O DEPOENTE - Ês se arrendamento deverá ser cobrado de julho em diante, de julho a setembro. O SR PRESIDENTE - Acho que o preço disso deve ser mais do dôbro. O SR A, digo, O DEPOENTE - Eu supus isso: deve haver valorização. E paralizei. O SR PRESIDENTE - Acho que aí o senhor já cometeu um êrro bastante grande. O senhor, ao transformar bezerros em dinheiro, como chefe da Inspetoria, tem de ver o preço exato. O DEPOENTE - Realmente. Repito: simplesmente, sem malícia, louvei-me na conduta e na palavra dêsses homens que julgava e julgo homens de bem. Aceitei como verídica a informação dêles, antes a demonstração de que pretendiam encontrar uma solução geral, benéfica a êles e ao Serviço de Proteção aos Índios. Foi como conseguimos sair do impasse e serenar a situação de tumulto que havia aí. Não me moveu absolutamente nenhum objetivo de ser prejudicial ao próprio Serviço. São homens de bem, homens que estão dentro do comércio, e a região é distante de tudo. De modo geral, as informações que me deram sôbre êles foram unânimes. Digo: Não é possível que essa gente esteja... O SR PRESIDENTE - Não tomou ainda informação sôbre o preço atual de gado dessa espécie? O DEPOENTE - Agora, não. Percebi que, apesar de certa retração que dizem haver no comércio de gado, não seria justo que daqui a quatro meses fôssemos receber êsses animais com êsse mesmo preço; certamente já houve valorização -- foi raciocínio meu. O SR PRESIDENTE - Estou fora do mercado de gado aqui. Não sei os preços para os garrotes de ano. Mas estou convencido, pelo preço atual de um boi -- pa

lo menos 30.000 cruzeiros -- um garrote... O DEPOENTE - Êsse preço lá na região dos índios caiuéus? O SR PRESIDENTE - Em Corumbá custa 30.000 cruzeiros um boi magro. Quer dizer, um garrote de ano não pode custar menos do que 15.000 cruzeiros. O DEPOENTE - Atualmente, já se faz na base de 10.000 cruzeiros. O SR PRESIDENTE - Êsse negócio realizado há quanto tempo? O DEPOENTE - De março para cá. O SR PRESIDENTE - Pode ser que nessa época tenha sido êsse o preço. O SR CELSO AMARAL - O senhor tem conhecimento de que foram vendidos 300 e poucas cabeças para um fazendeiro em Aquidauana pelo Sr. Fernando? Êsse fazendeiro já pagou parte e ainda não recebeu o gado. Ontem mesmo me fizeram essa declaração em Aquidauana. O DEPOENTE - Não tenho. A única venda que tenho conhecimento de que não foi entregue ainda foi a venda feita ao Sr. Coronel Zelito, de 100 tourinhos. Só essa sei que não foi entregue. Devia ser entregue em junho, com compromisso assumido pelo Fernando com o Coronel Zelito. O SR CELSO AMARAL - Tinha êle autorização para vender êsses loo tourinhos? O DEPOENTE - Podemos verificar isso com a funcionária Da. Lourdes, e responder taxativamente. O SR CELSO AMARAL - Diz a certa altura, em seu depoimento, o Sr. Fernando Cruz, que propos, numa reunião efetuada com pecuaristas da região, já, digo, majoração no arrendamento para 6% Acho que o senhor já respondeu sôbre esta parte. O DEPOENTE - Foi feito afinal em 4,5%. Isso mesmo com uma distinção: aquêles que tinham contrato, tinham uma primeira área de 3.000 hectares, porque já estava com a sua situação normalizada, êsses continuariam nessa base. Mas, como quase todos tinham área maior, comprometiam-se a pagar 4,5% sôbre o excedente porventura verificado. O Sr. Fernando Cruz determinou, de acôrdo certamente com o Diretor, a arrecadação dessa área ocupada. Êsse trabalho foi paralisado. Quando cheguei aqui já recebi êsse trabalho paralisado. E foram feitas 28 ou 29 -- não sei bem, mas posso dar o número preciso depois -- 28 ou 29 medições, e quase tôdas com área maior do que realmente constava no contrato. Alguns com área um pouco menor do que 3.000 hectares. Agora, o trabalho foi paralisado, porque isso demanda despesas tremendas. É trabalho que vai a mais de 20 milhões de cruzeiros, pelo preço que um agrimensor cobra, na base de 90 a 120 mil cruzeiros. Com êsses vinte e poucos arrendatários com área ocupadas, já foram medidos 103.000 hectares, e não é ainda a metade do que falta ser feito. São mais de 60 arrendatários. Com contrato são 60 ou 61; sem contrato, outro tanto. Vou ter oportunidade de ter os dados 95% certos. Pedi à funcionária que fizesse o levantamento completo. O SR CELSO AMARAL - O Senhor recebeu alguma oferta de algum fazendeiro, oferta em dinheiro, para colocar o gado dentro da reserva dos índios? O DEPOENTE - Não, senhor. Procuram-me alguns para fazer arrendamento, e eu tenho orientado no sentido de que requeiram. Estou aí com uns oito requerimentos guardados. Não sou eu quem vai decidir. O SR CELSO AMARAL - Quer dizer que,

durante sua administração, não houve nenhum contrato? O DEPOENTE-Absolutamente. Pelo contrário: tenho dito, por escrito e verbalmente, que não mudem linhas divisórias, assim como aquêles que não tenham divisas de cêrca se mantenham rigorosamente dentro dêsses limites, para não criar confusão. O SR. CELSO AMARAL- Sabe mais ou menos a área que ocupa o Sr. Manoel? O DEPOENTE - Sou por informação: cêrca de 84.000 hectares. O SR CELSO AMARAL - Sabe qual a área da reserva dos cadiuéus? O DEPOENTE - Há uma duplicidade, salvo engano, de áreas. Uma questão judiciária sôbre essa área fala em 375.000 hectares. Mas,pelo que dizem os entendidos, configurando a área dentro dos limites naturais, essa área ultrapassa 800.000 hectares. Não há números precisos, porque ainda não foi feito o levantamento perimétrico. O SR CELSO AMARAL- Dizem existir aqui em Mato Grosso dois postos-pilôto onde está sendo feita uma experiência de auto-determinação.Quais são êsses postos?O DEPOENTE-São Buriti e Taunay.O SR CELSO AMARAL-Anteriormente ao Sr.Fernando Cruz,não havia escrituração nenhuma? O DEPOENTE- Essa a notícia que tive. Inclusive, logo que cheguei, procurei informar-me sôbre isso e a funcionária Da. Lourdes me disse que o Caixa só foi criado no período do Sr. Fernando Cruz. O SR CELSO AMARAL- Fora êsses contratos autorizados quando da enchente do Rio Paraguai, havia contratos anteriores? O DEPOENTE - Não havia. O SR CELSO AMARAL - A propósito dêsse encontro armado,de que resultou a morte dêsse rapaz, o Primitivo Couto, houve um pedido de indenização. O Coronel declara que já mandou promover o levantamento para pagar.O senhor tem conhecimento dêsse levantamento, dessa autorização? O DEPOENTE- Só se foi feito ao tempo do Fernando;a mim,não.O SR. CELSO AMARAL-O Chefe da IR-5 teve ordem para promover as indenizações justas, arrecadar o gado espalhado pelo Serviço. O DEPOENTE - Essa ordem, eu tive notícia dela ao tempo do Fernando. Posteriormente, quando assumi, os interessados, Sr. Walter, Sr. Olívio Couto e outros estiveram para, digo, estiveram aqui comigo, acompanhados de um advogado. Pediram-me permissão para ir arrebanhar o resto que tinha ficado lá. Ponderei a êles que não tinha problema, que poderiam ir, que daria determinação de que não fôssem molestados. Ponderei, entretanto, inclusive ao próprio advogado que não era aconselhável êles de pronto voltarem àquela região, que eu designaria um funcionário para fazer isso, ir arrebanhar algum gado que estivesse lá na região, que quando estivesse tudo pronto eu avisaria a êles, para não haver atritos.Êles concordaram. Determinei o levantamento. Foi feita uma parte e já foi comunicado a êles. Se não foram buscar é porque certamente não quiseram. Inclusive chamei o capitão-índio lá e dei ordem a êle para que não provocasse nada. O SR. CELSO AMARAL - O Senhor não conhecia o rapaz que morreu. Mas teve notícia ou ouviu falar que êle já tinha brigado com índios e deixou até um índio aleijado em consequência de uma surra? O DEPOENTE - Ouvi êsse co-

624 628 1373

mentário. O SR CELSO AMARAL - Sabe que três fazendeiros, Ivo Mota, Baldomero e outro entregaram ao Fernando 1.500 contos para um arrendamento de três pastos lá? O DEPOENTE - Ainda não conheço. O SR CELSO AMARAL - O senhor tem algum processo contra o sua pessoa? O DEPOENTE - Sim, houve um no Rio Grande do Sul. O SR CELSO AMARAL - Venda de pinheirais? O DEPOENTE - Não vendi pròpriamente os pinheiros. Houve uma venda em 1951 ou 1952. O SR CELSO AMARAL - Foi no Roboré? O DEPOENTE - Ca cique Doble, Roboré, Nonoai e Guarita. Houve uma venda de pinheiros. Quando fui ao digo, para o Rio Grande do Sul, essa venda já estava realizada. E posteriormente, por injunção até de um Diretor na época, que queria o Pôsto lá, e criou uma situação tôda esdrúxula para poder... O SR CELSO AMARAL - O Serviço de Proteção aos Índios é um caso sério com êsse negócio de denúncias. O DEPOENTE - O resultado foi negativo. Nada foi apurado contra mim. O SR CELSO AMARAL - Conhece a venda de uma "perua" Rural Willis na Inspetoria? O DEPOENTE - Quando cheguei aqui estava realizada a venda. Tomei apenas conhecimento. O SR CELSO AMARAL - A venda tem de ser autorizada pelo Diretor? O DEPOENTE - Acredito que sim. O SR CELSO AMARAL - Quando, digo, Quanto à compra da caminhonete F-100 não conhece nada? O DEPOENTE - Salvo engano, houve autorização do Diretor também. O SR CELSO AMARAL - Êle declarou que não; que o Sr. Fernando comprou contra as ordens dêle essa caminhonete F-100, modêlo 61. Aliás, essa compra foi paga com gado. O DEPOENTE - Tenho aqui uma ordem de serviço que fala nessa caminhonete. O Senhor pode ler. Talvez haja confusão com uma outra adquirida posteriormente a essa -- uma Chevrolet, uma com que fiquei agora. O SR CELSO AMARAL - Êle aqui declara que não conhecia e realmente foi estranha a compra. O DEPOENTE - Talvez o equívoco esteja aí. Foi adquirida uma Chevrolet, cabine dupla. Já foi despachada; chega amanha. O SR CELSO AMARAL - E a compra de um caminhão na cidade de Tupan, pago com verba da 5ª Inspetoria, verba indígena? O DEPOENTE - Sim, seu da compra. Foi vendido gado para pagamento de uma parcela de 1 milhão e 50 mil cruzeiros. Foi abatida essa parcela pela venda de gado ao Sr. - Dorval Barbosa. O SR CELSO AMARAL - Essa e, digo, Essa caminhonete F-100 chapa 3-11-53? O DEPOENTE - Deve ser uma que está em Brasília atualmente. O SR CELSO AMARAL -É isso que pergunta, porque o Coronel declara que desconhecia a compra; que, se houve compra, foi pela verba indígena. Essa está em Brasília e foi comprada para a 5ª Inspetoria? O DEPOENTE - Exatamente. O SR CELSO AMARAL - E sabe de quem foi comprada, se do Sr. Mongenot? O DEPOENTE - Não sei. Isso já foi, parece, no ano passado, em julho ou agôsto. Conheci essa caminhonete em Brasília. O SR CELSO AMARAL - No Rio, estêve a serviço da família do Coronel? O DEPOENTE - Só conheci em Brasília. Estive em Brasília no mês de novembro até 17 ou 18 de dezembro. Eu a vi lá. O SR CELSO AMARAL - Vou deixar aqui alguns quesitos para os enhor me responder. O DEPOENTE - Pois não. O SR CELSO

J 741

AMARAL - Número de veículos existentes e funcionários; as vendas de gado no período... qual pode ser? O DEPOENTE - O que fôr possível lhe darei. O SR CELSO AMARAL - O número das operações, total operado, etc. O SR DEPOENTE - Perfeitamente. O SR CELSO AMARAL - Conheceu um cidadão chamado Zildo Meireles? O DEPOENTE - Conheci. O SR CELSO AMARAL - É funcionário do Serviço de Proteção aos Índios, o senhor sabe? O DEPOENTE - Não. Foi demitido através de um processo de inquérito. Estêve durante o ano passado, durante uns meses servindo de elemento informativo. O SR CELSO AMARAL - Informativo? Mas recebia uma quantia X por mês do Serviço de Proteção aos Índios. Tem conhecimento de alguma lista de servidores em que se pedia a permanência do Coronel à frente do Serviço de Proteção aos Índios? O DEPOENTE - Soube disso em dezembro, que teria havido uma solicitação de diversos funcionários, que muitos teriam assinado essa lista. O SR CELSO AMARAL - O senhor assumiu que dia? O DEPOENTE - Dia 20 ou 21 de fevereiro. O SR CELSO AMARAL - Aquela retirada de gado do Pôsto Benjamim Constant, retirada de 26 cabeças de gado, sendo 1 touro reprodutor e 12 vacas, disso o senhor não tem conhecimento? O DEPOENTE - Não; foi anterior. O SR CELSO AMARAL - Estiveram dez caciques em Brasília -- o senhor tem conhecimento disso? O DEPOENTE - Tenho. O SR CELSO AMARAL - Tiveram a viagem custeada pelo Serviço de Proteção aos Índios? O DEPOENTE - Deve ter sido. Êles tiriam, digo, iriam, digo, êles não iriam por sua própria posse. O SR CELSO AMARAL - Não eram do Rio Doce? O DEPOENTE - Não. O SR CELSO AMARAL - Deve ter sido do próprio SPI? O DEPOENTE - Não acredito que pudessem locomover-se por conta própria. O SR CELSO AMARAL - Sabe o motivo que os levou a Brasília? O DEPOENTE - Tudo indica que foi para pleitear a permanência do Coronel na direção do Serviço. O SR CELSO AMARAL - Sôbre os serviços que prestou ao Serviço de Proteção aos Índios a Companhia Delta de Taxis Aéreos, não é de seu tempo isso? O DEPOENTE - Não, senhor. O SR CELSO AMARAL - Mas deve ter uma escrituração disso. O DEPOENTE - Tem. O SR CELSO AMARAL - Vejo que o senhor veio para cá a fim de pôr a casa em ordem. O DEPOENTE - Acredito que o farei em dez ou onze meses. O SR CELSO AMARAL - Tem conhecimento de venda de 400 e poucas cabeças para a FRIMA de Campo Grande? O DEPOENTE - Desconheço. O SR CELSO AMARAL - E da venda do Pôsto de Taunay? O DEPOENTE - Isso ainda não me passou pelas mãos. O SR CELSO AMARAL - E do Pôsto de Nabileque 350 bezerrinhos, sabe para quem foram vendidos? O DEPOENTE - Não posso fixar o nome, mas através do levantamento eu lhe direi. O SR CELSO AMARAL - O Sr, digo, Serviço tem verba para prestar assistência ao Índio? O DEPOENTE - Existe verba chamada Assistência Social. Ela é de aplicação simples; engloba inclusive a questão de assistência médica, sanitária. O SR CELSO AMARAL - Existem muitos médicos para receber contas da gestão de Fernando? O DEPOENTE - Não, senhor. Quem prestou serviço ao tempo do Fernando foi o Major Vasco e um

capitão assistiu durante detrminado tempo. Posteriormente, quando che - guei aqui, ainda daquele dia, estava de saída o Major Vasco, transferido para o Rio. Apresentou outro oficial, o Tenente Lana, que por sua vez está em licença para o Rio e que apresentou, em seguida, nessa ausência, o Tenente Coronel Gilceno, médico do Estado Maior. O SR PRESIDENTE - Acomodam-se os doentes aqui atraz? O DEPOENTE - Sim. O Fernando fez ai uma construção no sentido de transformar aquilo num ambulatório. Eu ampliei um pouco, fiz um sobradinho para o serviço de triagem. O médico examina e diz para onde deve ser mandado o doente. O SR CELSO AMARAL - O Dr. Es, dido, Spindola, de Aquidauana, tinha conta para receber, autorizada pelo Fernando - não sabe se foi paga? O DEPOENTE - Não conheço. O SR CELSO AMARAL - A Inspetoria de Tupan está afeta ao senhor? O DEPOENTE - Não. Essa é zona de São Paulo. Ela foi vinculada mais a Brasília, à Seção de Estudos lá. O SR CELSO AMARAL - Em Mato Grosso há missões religiosas que prestam serviços aos índios? O DEPOENTE - Protestantes. Taunay, Buriti e Doutrados, digo, Dourados. Aos índios caiuás e aos índios Terenos. Quanto a eficiência, pelo que tenho observado, não só aqui como nos centros, uns por observação direta outros por observação indireta, todos exerce a sua assistência religiosa a contento, trazendo resultado extraordinàriamente positivo. Até eu desejava que todos se transformassem. Todos - os índios que já mudaram de religião palpam a vidada metòdicamente. O SR CELSO AMARAL - A Inspetoria tem recebido remédios? O DEPOENTE - Inclusive a pouco tempo recebemos. Tem relacionado uma quantidade grande, mais de 800 quilos de medicamento; uma parte para nós aqui, outra para Cuiaba. Entramos em entendimento com o Comandante da Base Aérea que fez o transporte para Cuiaba. O SR CELSO AMARAL - O Senhor conhece o Sr. Josias Macedo? O DEPOENTE - Conheci no ano passado. O SR CELSO AMARAL - Atualmente está no Rio. Êle declarou que enviou para cá 7 milhões de cruzeiros; que desses 7 milhões de cruzeiros o Fernando Cruz tirou 1 milhão e meio e gardou do apartamento dele Josias. Havia uma dotação de 7 milhões para ser enviada aqui para Campo Grande. Gostaria que o senhor afirmasse em relatório, as quantidades enviadas para cá, porque esta é uma das declarações fortes contra o senhor Fernando Cruz. Êsse dinheito êle pediu para o Josias guardar. E o Josias achou estranho. Gardou. No mesmo dia foi buscar e disse que ia para o Rio Grande do Sul levar o dinheiro. Outro depoente, a ex-Deputada Tereza Delta, diz que êle passou e guardou o dinheiro na casa dela e foi para o Rio Grande do Sul. Êste é um ponto que a Comissão tem de esclarecer, porque o Sr. Fernando Cruz não tinha função nenhuma lá no Rio Grande do Sul. Foi com essa importância para lá, importância pertencente ao Serviço de Proteção aos Índios. O DEPOENTE - Não tenho conhecimento disso. O SR CELSO AMARAL - As prestações de contas da Inspetoria são enviadas para Brasília e depois para o Tribunal de Contas, não é? O DEPOENTE - Exatamente. O SR CELSO AMARAL

622 407 637 1389 1376

Alísio de Carvalho 13-XI

Tem conhecimento de algum caso que o Tribunal tenha rejeitado? O DEPOENTE - Não. O SR CELSO AMARAL - Faltam elementos? O DEPOENTE - Às vêzes há casos, aqui não tenho êsses casos, mas vez por outra acontece que o Tribunal baixa a diligências um processo. O SR CELSO AMARAL - Dinheiro pedido ao Fernando lá no Rio Grande do Sul e depois coberto pela 5ª Inspetoria -- sabe alguma coisa? O DEPOENTE - Não tenho conhecimento. O SR CELSO AMARAL - Então o que eu solicitava ao senhor são todos êsses dados que já deixei aqui. Sr. Presidente, são estas as minhas perguntas ao Sr. Alísio de Carvalho. Estou satisfeito por ora. O SR PRESIDENTE - Então, declaro encerrada a presente reunião e, como Presidente, agradeço a cooperação que nos trouxe o Sr. Alísio de Carvalho. O DEPOENTE - Estou às ordens. O SR PRESIDENTE - Encerrada a sessão. ....
....
....

Alísio de Carvalho

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO PARA APURAR IRREGULARIDADES NO SPI

628

DEPOENTE: MANOEL AURELIANO DA COSTA FILHO
REUNIÃO: 15/6/63 - 11 horas

Aos quinze dias do mês de junho de 1963, perante a Comissão Parlamentar de Inquérito para Apurar Irregularidades no SPI, / compareceu o Sr. Manoel Aureliano da Costa Silva, o qual prestou o seguinte depoimento: O SR VALERIO MAGALHÃES, Presidente - Declaro aberta a sessão da Comissão Parlamentar de Inquérito para Apurar Irregularidades no Serviço de Proteção aos Índios, a qual veio a Campo Grande para esclarecer alguns pontos da matéria que lhe está afeta. Ouviremos hoje alguns depoimentos, a começar pelo Sr. Manoel Aureliano da Costa Filho, que já se acha presente. S.Sª. deve prestar o compromisso legal de que vai dizer a verdade, e sòmente a verdade, do que souber e lhe fôr perguntado. O SR COSTA FILHO: Pois não. O SR VALERIO MAGALHÃES - Dou a palavra ao Relator, Deputado Celson Amaral, para iniciar o interrogatório. O SR CELSO AMARAL - Sr. Manoel da Costa Filho, o senhor sabe que esta Comissão foi formada para averiguar irregularidades no Serviço de Proteção aos Índios, em especial, aqui em Mato / Grosso, a questão de um atrito havido na reserva de Nabileque, em que o seu nome foi envolvido. O Diretor do SPI, em seu depoimento, afirmou que o senhor havia "grilado" 80.000 hectares das terras dos cadiuéus. Gostaríamos de ouvir um relato seu sôbre o assunto. O SR COSTA FILHO - Quem disse foi o Sr. Moacir? O SR CELSO AMARAL - Sim. O Coronel Moacir de Oliveira Coelho, Diretor do SPI. O SR COSTA FILHO - Devo dizer primeiramente que não conheço o Coronel Moacir Ribeiro Coelho. Agora, possuo na área do Nabileque uma gleba de 3.800 hectares,/ que comprei do Estado. Mas terras de índios nunca quis. Eu sempre disse que com índios não queria nada, porque terra de índios nunca quis tomar. Me convidaram para fazer posse. Digo: não adianta. Conheço o que é o Serviço de Índios, e acho até que não protege, mas, ao contrário, persegue os índios. Dou provas. Quando estava no Pôsto o.... não me recordo agora o nome.... O SR CELSO AMARAL - Castelo Branco. O SR COSTA FILHO - Não; de antes. Passei nesse Pôsto. Estava uma verdadeira miséria. Mês de junho, muito frio, as criancinhas tôdas muito pálidas, enregeladas. Passei numa casa de comércio aqui, depois, e comprei 100 cobertores e mais algumas coisas. Empacotei dois fardos e despachei / para lá, distribuí entre as crianças, mulheres e velhos. Êles me falaram: Será que o senhor não podia arrumar roupa para nós? Perguntei: E

o Serviço para que serve? Responderam: Êles nunca nos deram nada. Eu disse que roupa velha ia ver se conseguia em Aquidauana, que ia fazer uma coleta lá para conseguir roupa velha. Aí ficou acertado que eu mandaria essa roupa. Chamava-se Alberto Ferreira o Chefe do Pôsto, agora me lembro, o que estava na Inspetoria. Pois o Alberto comunicou e foi ordem daqui que eu não podia dar nada aos índios; escreveu carta dizendo que não mandasse as roupas, porque êles lá tinham ordem expressa da Inspetoria para não receber nada de particulares. Então não mandei. Passado o tempo, veiu uma turma de índios na minha casa, seguramente 30 índios. De forma que chegou aquêle pessoal todo. No geral, os índios de lá são feios, meio pretos, mal vestidos. Minha senhora / saiu e disse: Tem aí um grupo de gente muito feia. Logo falei: São os índios cadiuéus. Estava um índio que se chama Barbosa. Me trouxeram / de presente muita cerâmica e outras coisas. Ainda tenho tudo isso. / Mandei os índios entrarem. Mandei comprar 50 Ks de carne, mandei fazer almôço e dei almôço a todos êles. O SR WILSON BARBOSA, Presidente - Sr. Costa Filho, vamos para os assuntos mais importantes - aquêles referentes à questão da terra, para os quais o Relator tem mais interêsse. Essa parte de assistência nós já caracterizamos. O SR COSTA FILHO -Pois não. Quanto à questão das terras tenho aqui minha escritura e também um mapa, que mostro aos Senhores Deputados (Mostra os documentos que são examinados). O SR CELSO AMARAL - Penso que a questão de terras só será perfeitamente esclarecida com o levantamento da região. Mas poderia o senhor esclarecer com relação ao atrito que houve e de que resultou a morte de um rapaz? O SR COSTA FILHO - Lá nunca houve nada. Pelo contrário, êsses índios constantemente estavam lá na fazenda; iam buscar mandioca. Porque primeiro passavam no Retiro, primeiro passavam por onde morava o Walter e depois chegam à sede, / que é a Lontra. Êsses rapazes, o Walter e o Primitivo, pegavam gado.. O SR CELSO AMARAL - Eram empregados seus? O SR COSTA FILHO - Não. Eu dei essas terras para êles, para cultivarem no prazo de cinco anos - fazer invernadas, criar o número de gados que tinham. Depois de cinco anos deviam me entregar, com as benfeitorias, como dizia o contrato, as benfeitorias, com a madeira de lei, etc. Tem casa, curral, tem piquete, invernada, galpão, depósito. Mas, como estava falando, os índios têm a invernada fechada, mas êles não ligam muito para cêrcas. De modo que, de vez em quando, sai um lote de gado de pasto e se misturavam no gado dêsse rapaz. O SR CELSO AMARAL - O gado do pasto era marcado? O SR COSTA FILHO - Marcado com a marca do Serviço de Proteção aos Índios. Então, os rapazes pegam o gado, botavam no curral e mandavam avisar. Um dia, vieram 45. Vinham os índios, conversavam, comiam um churrasco e levavam embora o gado. Quer dizer, havia contacto sempre com todos êsses rapazes, e nunca houve atrito, tanto assim que

tivemos quase cinco anos em completo acôrdo. Depois que o Fernando Cruz chegou, a primeira coisa que fêz foi ir a minha casa em Aquidauana. Chegou dizendo que era o novo Inspetor, que queria normalizar a situação, porque aqui havia muita roubalheira. Falei: Essa parte não me interessa, porque nada tenho com terras de índios, nem me interesso por terras de índios. Aliás, ainda lhe emprestei - isso não interessa à Comissão - uma ferramenta que até hoje não me devolveu, ferramentas de automóvel, como sejam, espátulas, chave de fenda, essas coisas. Levou e não me devolveu. Depois disso, os índios sempre mantiveram cordialidade entre uns e outros lá. Ia tudo correndo normalmente lá, até que vieram aqui uns rapazes comprar posse que o Fernando estava vendendo a Cr$ 500.000,00 cada uma. O SR CELSO AMARAL - Vendendo posse? O SR COSTA FILHO - Sim. O sujeito comprava a posse, depois fazia o contrato para entrar lá. Mas dessa compra êle só dava um recibo, não costava nada em processo. O SR CELSO AMARAL - Conhece algum dêsses beneficiados? O SR COSTA FILHO - Conheço. O SR CELSO AMARAL - Podia citar o nome? O SR COSTA FILHO - O Ivo Mota, residente em Aquidauana, é um dos que compraram. O SR CELSO AMARAL - O senhor Ivo Mota comprou? Tem essa posse? O SR COSTA FILHO - Não tem. A posse que êle queria dar era a minha terra. Tem mais dois: o Alceu de Queiroz e o Baldomeiro Flores. O SR CELSO AMARAL - Êsses três compraram a posse e pagaram? O SR COSTA FILHO - Pagaram em cheque - 1 milhão e 300 mil. Os três eram sócios. O SR CELSO AMARAL - E essa terra foi entregue a êles? O SR COSTA FILHO - Não. Êles foram com a carreta e pararam duas léguas distante da minha fazenda. Aí é que houve o choque, porque mandaram queimar a casa. Primeiro, passaram lá onde estava o Alceu. O SR CELSO AMARAL - Os índios? O SR COSTA FILHO - Os índios. Mas quem tinha atritado com o Ferando era o Ivo. Então os índios encontraram a carreta carregada com ferramentas. Saquearam a carreta, comeram tôda a carne que tinha e prenderam o Alceu. Há depoimento disso na Polícia E ainda meteram o revolver no ouvido do Alceu e perguntaram: "Você não é o Maninho? Temos ordem do Chefe para matar o Maninho, o Primitivo e o Walter." Walter é êsse rapaz que está aí para depor também. O Alceu disse: "Eu não sou o Maninho; sou o Alceu de Queiroz." Um dêles olhava e dizia: "Qual. É êle mesmo." Aí, prenderam o Alceu. E tudo com fuzis novos. Os índios não têm fuzis novos; só fuzis que não prestam, e o Alceu garante que tinha nada menos do que uns 15 fuzis novos lá, todos com balas na agulha. Ainda um índio meteu um revolver no ouvido dêle, e o Alceu disse: "Vim aqui por ordem do Fernando para tomar posse." E o índio falou: "Não. Vocês são invasores de terra. Tomaram o revolver do Alceu e disseram: "Agora, vamos lá para matar o Primitivo." Como de fato foram. Chegaram lá atacaram a casa. Entrou um grupo pela frente e outro por trás. Os que entraram pelos fundos a pé

Costa Filho

e o grupo da frente a cavalo. Eram cinquenta e poucos índios. O Primitivo só na porta, porque estava acostumado a encontrar índios. Um bugre que estava na frente parou um pouco. Veio um tal... Não me lembro o nome. Um prêto que comandava e atirou no Primitivo. O SR CELSO AMARAL - Era índio ou prêto? O SR COSTA FILHO - Índios mesmo, puro mesmo há muito pouco lá. Ou é meio paraguaio, ou meio correntino, ou prêto. Êsse que eu digo é filho de um prêto que fala a língua dos índios lá. Êle é de lá. O pai dêle é um tal de Rafael, um correntino. O SR CELSO AMARAL - Êsses estavam na caravana que atacou a casa do Primitivo? O SR COSTA FILHO - Lembro-me agora: chamava Antônio Mendes. Êsse prêto foi quem comandou a caravana. O SR WILSON BARBOSA - Isso não é ataque de índios, mas de bandidos. O SR COSTA FILHO -Sim. O Primitivo tinha chegado nessa hora. Depressa chegou e tirou o revolver da cintura. Os meninos já tinham vindo avisar que a bugrada / estava sitiando a casa. O Primitivo sai na porta e fala com êles. / Perguntou: "Que querem?" Êles disseram: "A casa, entreguem a casa." E atirou, e a bala pegou no Primitivo. Êle correu e passou a mão num fuzil que tinha escondido na cozinha. Êle desmaiou quando levou o primeiro tiro. Um menino com êle, pegou êle, sacudiu êle, e êle teve ação. Um índio chegou na porta e êle atirou e derrubou. O SR CELSO AMARAL - Matou? O SR COSTA FILHO - Não; quebrou a perna do bugre. Aí a bugrada começou atirar na casa. Diz a mulher que era tanto tiro como uma chuva. E êle ficou com duas balas. A mulher estava na porta, fechou a porta, e êles não puderam mais entrar. Ela esqueceu uma janela aberta e veiu um bugre e começou a debochar dela. Depois puseram fogo na casa, começaram num carramanchão que tinha atrás. Falaram os de dentro: "Vamos sais, senão seremos queimados, morreremos queimados." O Primitivo disse: Vamos morrer como homem." Os meninos disseram: "Vamos morrer quimados." Os índios falaram para a mulher sair / na frente. Ela correu e voltou assustada. Sairam os dois meninos e o Primitivo já baleado. Correram os índios atrás. Os meninos pegaram / um córrego que tinha, desceram e alcançaram o mato. O Primitivo foi passar a cêrca e um bugre pegou êle. Chama-se Zito Rafael. Aliás, êste é que é o filho do Rafael, o correntino a que me referi há pouco. Êste, em cima do Primitivo, pegou uma faca e o degolou. Consta que veio para o Pôsto a orelha do Primitivo que êles cortaram. Tiraram, cortaram também o dedo que tinha o anel, a aliança. O Primitivo tinha 15 dias de casado. Tiraram a aliança e um outro anel de pedra. Depois, entraram na casa e tiraram tudo que tinha - máquina de costura um acordeão, e outras coisas. Tiraram o que puderam, meteram numa carreta e levaram para a aldeia. Mas saíram da casa do Primitivo . e foram para a casa do Walter. Chegando lá na porteira, tinha um primo do Walter que foi recebê-los. Já êles vinham com um lote de 200

cabeças. Na Fazenda Lontra, carnearam uma vaca, comeram o que puderam e largaram tudo lá. O SR WILSON BARBOSA - O Walter quem é? O SR COSTA FILHO - É o rapaz que morava no Retiro. O SR WILSON BARBOSA - Seu empregado? O SR COSTA FILHO - É. Êle não estava. Estava um primo dêle. O primo foi encontrar os bugres na porteira. Os bugres disseram: "Estamos aqui por ordem do Chefe Fernando Cruz." O primo disse: "Vocês vão me desculpar, vocês não me façam nada, porque minha mãe é velha e meu pai é velho." Êles disseram: "Vocês tirem tudo que tem para fora, que vamos queimar a casa. É a ordem do Chefe." Mas os bugres iam roubando tudo que tiram. Tinha um bugre com duas cadeiras atravessadas na garupa. E conforme os moradores iam tirando os bugres iam roubando. Nisso subiu em cima de uma casa de cupim um sujeito de chapéu panamá, botas amarelas, moreno. Na hora que puseram fogo na casa, que começou a arder tudo, êle estava batendo fotografias. Ora, eu nunca vi índio bater fotografia. O SR CELSO AMARAL - Não foi identificada essa pessoa? O SR COSTA FILHO - Êles não conhecem. Tirou fotografias de cima da casa de cupim. Aí, carnearam uma vaca lá na Fazenda, mataram cinco carneiros, tiraram só o pelego e jogaram a carne fora, e saíram. O que foi cavalo manso que acharam levaram tudo. O SR WILSON BARBOSA - Tudo seu? O SR COSTA FILHO - Tudo do Walter e do outro, porque eu não tinha criação minha lá. O SR WILSON BARBOSA - Quem comandava? O SR COSTA FILHO = Era o Antônio Mendes, o prêto. O SR WILSON BARBOSA - Êle é pessoa ligada ao Serviço de Proteção aos Índios? O SR COSTA FILHO - É lá da aldeia, filho de índio, filho de índio cadiuéu. O SR CELSO AMARAL - Quando houve depoimento na Polícia, como ficou êsse processo - tem conhecimento? O SR COSTA FILHO - Tenho. O processo é muito interessante, Sr. Deputado. O SR WILSON BARBOSA - Foi aberto em Aquidauana? O SR COSTA FILHO - Aqui em Campo Grande. Quando houve a denúncia, quem avisou foi o Dr. Lívio Costa. / Êle tem uma Fazenda lá ligada com a minha. O capataz do Dr. Lívio / passou um rádio para cá, contando a história tôda. No dia seguinte, foi o Dr. Lívio, foi o Fernando e foi o Subchefe de Polícia, foram / todos para lá. Então, o Fernando não deixou o Chefe de Polícia ter contacto direto com os índios. Disse que estavam muito bravos. Foi lá sòzinho, conversou bem e mandou os índios. Os índios confessaram para o Chefe de Polícia que tinham matado. O SR CELSO AMARAL - Mas / confessaram quem foi o mandante? O SR COSTA FILHO - Isso não sei. / Mas depois já o Chefe de Polícia não começou a agir, êsse processo foi vagaroso. Os índios continuaram fazendo uma porção de ameaças lá. / O Couto, Chefe de Polícia, mandou a Polícia lá para garantir os índios. Os índios roubaram e mataram e o Chefe de Polícia dá garantias a êsses bandidos. Tanto que depois mandei buscar o resto do gado. / Mandei gente armada, é claro. A Polícia desarmou meu empregado. Com

niquei ao Couto e êle me disse que os revólveres seriam todos devolvidos. Não foram. Os melhores revólveres estão com os empregados do Serviço de Proteção aos Índios. Me mandaram dois revólveres velhos. Os dois eram revólveres Smith. Êles me mandaram outros revólveres e eu disse que não aceitava. Agora, temos um cabo da Polícia que falou aqui: "O revólver que tomamos de rapaz está com o Ducastel. Agora, êle nos deu 30 contos para não contar." Deu 20 contos para cada polícia e deu 30 contos para o cabo, e levou êsse cabo para jagunço dêle. O SR WILSON BARBOSA - Como é o nome do cabo? O SR COSTA FILHO - - Não sei, mas é fácil, porque o José Mongenot sabe quem é êle. Era o comandante da escolta. O SR CELSO AMARAL - Conhece alguma coisa de venda de gado do Serviço de Proteção aos Índios? O SR COSTA FILHO - - Conheço. O SR CELSO AMARAL - Mas queria que o senhor fôsse bem positivo - vendas sem concorrência conhece alguma? O SR COSTA FILHO - - Tôdas as vendas do Serviço de Proteção aos Índios feitas pelo Fernando foram sem concorrência, não houve nenhuma concorrência. Quando estava o outro chefe, êle fazia concorrência. Em mesmo concorri uma ocasião e ganhei. Aliás, eu estava em Cuiabá; li num jornal, falei: "Vou tomar parte." O SR WILSON BARBOSA - Que venda se fêz sem concorrência e para quem? O SR COSTA FILHO - Tenho tudo anotado aqui. No Pôsto de Tunay venderam 30 rêses. Sei para quem vendeu, mas não vou dizer. O SR CELSO AMARAL - O senhor precisa dizer. Somos uma Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar irregularidades no Serviço de Proteção aos Índios, e necessitamos de todos os esclarecimentos / para levar a têrmo nosso trabalho. O SR COSTA FILHO - Foi vendido êsse gado para o Prefeito de Aquidauana. Em Taunay 30 rêses. O SR CELSO AMARAL - Para quem? O SR COSTA FILHO - Para o Sr. Fernando Ribeiro. Em Benjamim Constant foram vendidas 23 rêses. O SR WILSON BARBOSA - Para quem? O SR COSTA FILHO - Essas não sei. O SR CELSO AMARAL - Como soube dessa venda? O SR COSTA FILHO - Procurei me informar, e todos me disseram. O SR CELSO AMARAL - Essas reses eram gado de corte, ou eram touros? O SR COSTA FILHO - Não; gado novo. São chamados tourinhos. O SR CELSO AMARAL - Qual o outro? O SR COSTA FILHO - La Lima, 25 rêses. O SR CELSO AMARAL - Sabe para quem? O SR COSTA FILHO - Não sei, mas aí tem aquêle velho que mandaram daqui para São Paulo, para não depor nesse processo. O SR WILSON BARBOSA - Qual o velho? O SR CELSO AMARAL - Está no Pôsto de Capitão Iacri, em ITARIRI. O SR COSTA FILHO - Foi transferido para São Paulo com urgência. Como tem o Leonardo Correia. "Se o Coronel continuar na Chefia - disse - êle - não posso dizer, porque depois êle vai me perseguir. Êle já me mandou até me matar." Êsse é do Pôsto de Caiuá. O SR WILSON BARBOSA - Êsse que tem feito denúncias pelos jornais? O SR COSTA FILHO - É. O SR WILSON BARBOSA - O senhor não deve ter receio de citar o nome

dêle, êle não tem mêdo nenhum porque tem feito campanha pública. O SR COSTA FILHO - Mas fizeram tocaia contra êle por diversas vêzes. / Êle estava suspenso. Agora, quando houve essa Comissão é que êle foi reintegrado no Serviço. O SR CELSO AMARAL - Quais as outras vendas? O SR COSTA FILHO - Cachoeirinha, não sei. Capitão Vitorino, 10 rêses. O SR WILSON BARBOSA - Essas vendas eram anteriormente precedidas de editais? O SR COSTA FILHO - Tôdas. Editais em todos os jornais. Os 350 tourinhos que foram vendidos lá para o campo dos índios foram apartados por Amaro Antunes, de Bonito. O SR CELSO AMARAL - Êsses de onde são? O SR COSTA FILHO - Lá dos cadiuéus. O SR WILSON BARBOSA - - Vendidos para quem? O SR COSTA FILHO - O Amaro Antunes foi quem apartou, residente em Bonito. O SR WILSON BARBOSA - Todos êsses sem editais? O SR COSTA FILHO - Sim. O SR WILSON BARBOSA - Todos da gestão do Fernando? O SR COSTA FILHO - Todos. São recentes. O SR CELSO AMARAL - Houve uma venda também recente que não foi entregue até hoje - tem conhecimento? O SR COSTA FILHO - Tenho. Uma venda de 100 tourinhos. Mas êles já receberam o dinheiro. O SR CELSO AMARAL - O Serviço de Proteção aos Índios já recebeu o dinheiro? O SR COSTA FILHO - Já. O SR CELSO AMARAL - Vendidos para quem? O SR COSTA FILHO - - Para o Coronel Zelito, José Alves Ribeiro. O SR CELSO AMARAL - Foi sem concorrência? O SR COSTA FILHO - Foi, sim. Quero explicar por que eu fiquei sabendo disso, faço questão de mencional. Eu fui a uma festa e lá, conversando com o Mário de Oliveira, que foi incluído no Serviço de Proteção aos Índios pelo Fernando, incluído como funcionário, soube que êle tinha uma ordem de entregar. Nessa festa o Mário falou: "Êle diz que vem a Comissão e o Coronel diz que não vai poder receber aquêles tourinhos." Eu disse: "Que tourinhos?" Êle disse: / "Aquêles tourinhos que comprei." Quem foi lá para receber o dinheiro foi o Luiz Cunha da Inspetoria. O SR WILSON BARBOSA - Na gestão do Fernando? O SR COSTA FILHO - Sim, foi agora. O Fernando estava lá para Brasília. O SR CELSO AMARAL - O Serviço de Proteção aos Índios / vendeu êsse gado e não podia entregar por causa desta Comissão? O SR COSTA FILHO - Isso quem disse foi o Mário, que era funcionário do Serviço de Proteção aos Índios. O SR CELSO AMARAL - Sabe o valor dessa venda? O SR COSTA FILHO - Não sei. O SR CELSO AMARAL - Sabe de outras vendas? O SR COSTA FILHO - Sei, sim. O SR WILSON BARBOSA - Uma pergunta, Sr. Costa Filho: essas vendas que eram assim feitas sem / prévios editais eram feitas a prêço corrente ou a prêços vis, abaixo da tabela em vigor? O SR COSTA FILHO - Não sei, não posso informar. O SR WILSON BARBOSA - Acho um aspecto muito importante, creio mesmo que é fundamental, porque isso de ser publicado ou não é mera formalidade. Agora, a questão é o prêço. É o que temos de levar em consideração. O SR COSTA FILHO - Não sei, nada posso informar. Agora, o

635 ~~639~~ 1385

(8)

Mário de Oliveira pode informar, porque está entrosado. O SR WILSON - BARBOSA - Mas êle é pessoa do Tico. O SR COSTA FILHO - O Tico é que conseguiu emprêgo para êle. Quando houve essa querela de mortes,,etc. o Tico pediu emprêgo a êle e colocaram êle. O SR WILSON BARBOSA - A informação que me chegou, não sei se é verídica, dessa venda ao Tico, a única de que eu tinha conhecimento, é que se processou pouco antes das eleições e que teria sido venda feita em bases comuns, negócios / de prêço corrente. Mas não fiquei sabendo o prêço. Agora, êste é o / ponto fundamental a saber. O SR COSTA FILHO - Não sei o prêço. Tenho mais aqui: 310 vacas. O SR CELSO AMARAL - Para quem? O SR COSTA FILHO - Vendidos para o Tico também. O SR WILSON BARBOSA - Quando isso? O SR COSTA FILHO - Há questão de dois meses. O SR WILSON BARBOSA - Também pelo Fernando? O SR COSTA FILHO - Também. O SR CELSO AMARAL - O Fernando deixou o Serviço de Proteção aos Índios, aqui em Mato Grosso bem há uns oito ou seis meses. O SR COSTA FILHO - Mas isso é gado que seu vendeu antes e está sendo entregue agora. O dinheiro já foi recebido há muito tempo. Êsses tourinhos mesmo foram vendidos pelo Fernando. O SR WILSON BARBOSA - Reputo necessário ouvirmos o Tico. O SR COSTA FILHO - Isso quem me contou foi o Mário de Oliveira, que é pessoa do Tico. O SR WILSON BARBOSA - E o Mário de Oliveira está no Serviço/ de Proteção aos Índios? O SR COSTA FILHO - Acho que não está mais. O SR WILSON BARBOSA - Foi colocado como elemento que pudesse garantir a paz entre os fazendeiros. O SR CELSO AMARAL - Conhece outras vendas? O SR COSTA FILHO - Sim: 310 embarcados em Guaicurus, embarcados em nome do Serviço de Proteção aos Índios, mas dizem que era do Tico. / Sei que 300 eram do Tico; 10 eram camofa. O SR WILSON BARBOSA - Que era isso? O SR COSTA FILHO - É o seguinte: O Mário de Oliveira tirou para êle. Mas não foi o Mário que me falou. O SR WILSON BARBOSA - Soube através de quem? êle furtou essas vacas? O SR COSTA FILHO - Êle estava entregando, e o Luiz Cunha, que é o Chefe do Pôsto Presidente Alves... O SR WILSON BARBOSA - Êle foi quem entregou essas vacas? Concordaram em que o Mário trouxesse mais 10 sem conferir? O SR COSTA FILHO - Sim, senhor. O SR CELSO AMARAL - Conhece outras vendas? O SR COSTA FILHO - Aqui tem mais: de 380 a 400 rêses gordas, entre bois e vacas, foram vendidas para a Frima. O SR WILSON BARBOSA - Vendidas pelo Fernando? O SR COSTA FILHO - Não sei quando foram vendidas. Talvez pelo Érico Sampaio. O SR WILSON BARBOSA - Sem edital também? O SR COSTA FILHO - Também sem edital. E quem apartou êsse gado lá foi o Saravi. O SR CELSO AMARAL - Conhece mais alguma venda? O SR COSTA FILHO- - Esta é a última. O SR CELSO AMARAL - Conhece mais alguma irregularidade nas Inspetorias, nos postos do Serviço de Proteção aos Índios aqui? O SR COSTA FILHO - Conheço o seguinte: o Fernando, na época das eleições, vendeu os índios de Bananal. O SR CELSO AMARAL - A questão

dos votos? O SR COSTA FILHO - Sim. O SR CELSO AMARAL - Já temos conhecimento disso. Êle nos declarou. É caso bastante grave. Disso já temos conhecimento. Sabe de mais alguma coisa? O SR COSTA FILHO - Essa questão dos fuzis, não sei se já falei aos senhores. O SR CELSO AMARAL - Já. Dez fuzis novos usados pelos índios, não é? O SR COSTA FILHO - Aliás foram 15 fuzis. O SR CELSO AMARAL - Exatamente, 15 fuzis. O SR COSTA FILHO - Ah, tem o seguinte: quando mataram lá o Primitivo, os próprios índios disseram: "O Chefe Fernando mandou levar o gado." Êles levaram quatrocentas e poucas cabeças, e carnearam 15 ou 20 rêses na aldeia que o Chefe Du Castel mandou. E outra coisa: quando atacaram lá, roubaram uma carreta com quatro juntas de bois, e uma carreta foi vista lá no pôsto guardada. Lá tem máquina de costura no Pôsto, sendo usada pela filha do Du Castel, que é o Inspetor lá. Tinha na casa do Primitivo uma concertina, um acordeão que foi vista em Campo Grande na casa dêle. Uma máquina de costura Singer, uma carreta com 4 juntas de bois, um acordeão, 40 cavalos, animais cavalares, entre / éguas e cavalos. Agora, tem mais um caso que conheço: o caso do Joel Jaques, que foi um entendimento de 300 contos lá para o Serviço de Proteção aos Índios, e vendeu uma caminhonete para o empregado do SPI José Mongenot, e essa caminhonete foi vendida, o Mongenot, o empregado, vendeu para o Serviço por 130 tourinhos. O empregado comprou a caminhonete do Joel lá na aldeia e vendeu para o Fernando. O SR CELSO AMARAL - Uma caminhonete F-100? O SR COSTA FILHO - É. Vendeu por 130 tourinhos. Êsses 130 tourinhos foram vendidos para o Leôncio de Souza Brito. O SR CELSO AMARAL - O Sr. Amaro Antunes, conhece êle? O SR COSTA FILHO - Conheço. O SR CELSO AMARAL - Pertence ao Serviço de Proteção aos Índios? O SR COSTA FILHO - Não, senhor. O SR CELSO AMARAL - - Foram vendidos 314 bezerros de um ano, touros, vacas, bois, através do Sr. Amaro Antunes, sem concorrência pública, no Pôsto de Nabileque. O SR COSTA FILHO - São êsses tourinhos de que há pouco falei. Mas / quem me deu informação da venda disse que eram 350 ou 312. O SR CELSO AMARAL - Conhece outra venda ao Sr. Nelson Rodrigues de Almeida de 18 cabeças de gado do Pôsto de La Lima. O SR COSTA FILHO - Dessa não tenho conhecimento. O SR CELSO AMARAL - São as mesmas que o Sr. Fernando Cruz vendeu na região da Terra Viva? O SR COSTA FILHO - É a mesma. Essa Terra Viva é para tapiar. Essa terra viva não tem água, é muito sêca, porque as outras terras tôdas estão ocupadas. O SR CELSO AMARAL - Tem mais alguma coisa a declarar? O SR COSTA FILHO - Aqui também tem uma carta sôbre a relação dos armamentos comprados na Casa Nasser - o senhor quer? O SR CELSO AMARAL - Quero. O SR COSTA FILHO - - Mas aí não está relacionada a munição. O SR CELSO AMARAL - Mais alguma coisa? O SR COSTA FILHO - Tenho aqui também uma relação da viuva do Primitivo, uma relação de tudo que roubaram dela. O SR CELSO AMA-

RAL - Isso seria interessante fazer um requerimento e enviar à Comissão em Brasília, a fim de que interceda para a devida indenização. O SR COSTA FILHO - Eu conheci o Pôsto Nalique, pôsto de cria, há um ano e pouco, com 4.000 cabeças de gado, e hoje não tem mais do que,/ 200, de conformidade com declaração prestada pelo Mário de Oliveira, e receberam todos os anos de rendimento das terras.1.200 animais. / Mas aí há muita camofa: se deixa mais barato; pega em dinheiro, fica pela metade. O SR CELSO AMARAL - Mas tem caso positivo disso? O SR COSTA FILHO - Falei com o Joel, e êle ia trazer o recibo. Eu estava na posse de uns 14 recibos para trazer. O SR CELSO AMARAL - Com referência a êsses animais que têm saído? O SR COSTA FILHO - Sim. Então, o dono veio em casa buscar o recibo. Eu perguntei: "Para quê?" Êle disse: "Houve ordem da Inspetoria para receber êsses arrendamentos, e êles exigem o recibo anterior." Mas é falso, pois êsses recibos / voltaram todos para lá; enquanto esta Comissão Parlamentar estiver aqui, não vem recibo nenhum. Todos êles têm recibo. O SR CELSO AMARAL - Quer dizer que a Inspetoria não dá novo recibo de arrendamento, / sem o recolhimento do recibo antigo? O SR COSTA FILHO - Sim, é ordem. O SR CELSO AMARAL - E quem está fazendo isso? O SR COSTA FILHO - O Sr. Enaques. O SR CELSO AMARAL - Sr. Presidente, estou satisfeito. O SR WILSON BARBOSA - Sr. Manoel Aureliano da Costa Filho, a Comissão agradece o seu comparecimento, e o senhor está dispensado. O SR COSTA FILHO - Pois não. O SR WILSON BARBOSA - Vamos ouvir a testemunha seguinte.

Manoel A. Costa Filho

RETIFICAÇÃO DO DEPOIMENTO

PAGINA 1

Agora, possuo uma area de 3.800 hect. da fazenda Nabileque do Fomento argentino, terra esta que foi adejudicado ao estado e não é terra de índio. Eu nunca invadí terra de índio, pelo contrário o Fernando Cruz como chéfe dos índios, é que está invadindo a fazenda Nabileque, - para vender posses de comum acôrdo com o Cel Moacyr Ribeiro Coelho, chéfe do S.P.I.

PAGINA 3

Linha 31 - não é Maninho e sim Manequinho, que é meu apelido. Temos ordem do nosso chéfe Fernando Cruz, para matar o Manequinho, Primitivo e Walter.

PAGINA 3

Cr$ 1.500.000,00 e não 1.300.000,00 como consta na pagina 3.

PAGINA 6

Linha 6 - O revolver detonado do rapaz, está com o Ducastel, - funcionário do S.P.I., tão cumplice quanto o Fernando Cruz, porque instigava os índios.

PAGINA 6

Linha 25 - Foi vendido êsse gado, não só os 30 tourinhos, como as vacas todas. Todo o gado foi vendido pela metade do preço do comercio. Dinheiro êsse que ele nunca empregou em benefício dos índios. Ao ponto de mandar fazer um campo de aviação na margem do rio Mirandá, para êle (Fernando Cruz) e o Cel. Moacyr Ribeiro Coelho fazerem "bacanáis" com duas meninas pobres que eles seduziram á 150 km. de Campo Grande.

PAGINA 7

Linha [illegible] - Os [illegible] tourinhos que foram vendidos lá no campo dos - índios, foram apartados e comprados pelo Snr. Omero Antunes e não Amaro - Antunes, como está no depoimento.

PAGINA [illegible]

Linha 33 - Isso que disse, foi o Mario de Oliveira, que éra funcionário do S.P.I. de Araqu[illegible]. Indicado pelo Fernando Luiz Alves Ribeiro, (Tico) de acôrdo com o Fernando Cruz, para comprar gado do pôsto, barato.

PAGINA [illegible]

Linha 37 - Éssa venda, que éra assim, feita sem prévio edital, - éra feita a preço corrente ou a preço vís, abaixo da tabéla a vigôr? Resposta: - èra feita a preços baixós ou seja a metade do valôr ao Snr. - Fernando Luiz Alves Ribeiro (Tico).

PAGINA [illegible]

Linha 3 - Tico, é o apelido do Snr. Fernando Luiz Alves Ribeiro.

RETIFICAÇÃO DO DEPOIMENTO

639

PAGINA 1

Agora, possuo uma area de 3.800 hect. da fazenda Nabileque do Fomento argentino, terra está que foi adejudicado ao estado e não é terra de índio. Eu nunca invadí terra de índio, pelo contrário o Fernando Cruz como chéfe dos índios, é que está invadindo a fazenda Nabileque, para vender posses de comum acôrdo com o Cel Moacyr Ribeiro Coelho, chéfe do S.P.I.

PAGINA 3

Linha 31 - não é Maninho e sim Manequinho, que é meu apelido. Temos ordem do nosso chéfe Fernando Cruz, para matar o Manequinho, Primitivo e Walter.

PAGINA 3

1.500.000,00 e não 1.300.000,00 como consta na pagina 3.

PAGINA 6

Linha 6 - O revolver detonado do rapaz, está com o Ducastel, funcionário do S.P.I., tão cumplice quanto o Fernando Cruz, porque instigava os índios.

PAGINA 6

Linha 25 - Foi vendido êsse gado, não só os 30 tourinhos, como as vacas todas. Todo o gado foi vendido pela metade do preço do comercio. Dinheiro êsse que ele nunca empregou em benefício dos índios. Ao ponto de mandar fazer um campo de aviação na margem do rio Miranda, para êle (Fernando Cruz) e o Cel. Moacyr Ribeiro Coelho fazerem "bacanais" com duas meninas pobres que eles seduziram á 150 km. de Campo Grande.

PAGINA 7

Linha [illegible] - Os 350 tourinhosque foram vendidos lá no campo dos índios, foram apartados e comprados pelo Snr. Omero Antunes e não Amaro Antunes, como está no depoimento.

PAGINA [illegible]

Linha 33 - Isso que disse, foi o Mario de Oliveira, que éra funcionário do S.P.I. de Marac[illegible]. Indicado pelo Fernando Luiz Alves Ribeiro, (Tico) de acordo com o Fernando Cruz, para comprar gado do pôsto, barato.

PAGINA [illegible]

Linha 37 - Éssa venda, que éra assim, feita sem prévio edital, - éra feita a preço corrente ou a preço vís, abaixo da tabéla a vigôr? Resposta: - èra feita a preço baixós ou seja a metade do valôr ao Snr. - Fernando Luiz Alves Ribeiro (Tico).

PAGINA [illegible]

Linha 3 - Tico é apelido do Snr. Fernando Luiz Alves Ribeiro.

PAGINA

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO PARA APURAR IRREGULARIDADES NO SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS.

DEPOENTE - Nilce dos Santos Couto
REUNIÃO - 15/6/1963 - Campo Grande - Mato Grosso

Aos quinze dias do mês de junho de mil novecentos e sessenta e três, perante a Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar irregularidades no Serviço de Proteção aos Índios, compareceu a Senhora Nilce dos Santos Couto, a qual prestou o seguinte depoimento: O SR PRESIDENTE (WILSON MARTINS) - Como é seu nome? A SRA NILCE COUTO - Nilce dos Santos Couto. O SR PRESIDENTE - Da. Nilce, a Senhora promete dizer a verdade do que souber e lhe fôr perguntado? A SRA NILCE COUTO - Prometo. O SR PRESIDENTE - Queremos que a Senhora exponha a esta Comissão alguns fatos de seu conhecimento a respeito do que ocorreu com seu marido, e também sôbre outros assuntos que lhe serão perguntados relativos aos problemas dos índios, sôbre a administração do Serviço de Proteção aos Índios. A SRA NILCE COUTO - Perfeitamente. O SR CELSO AMARAL - A Senhora estava presente quando houve o ataque dêsses índios em sua residência? A SRA NILCE COUTO - Estava. O SR CELSO AMARAL - A Senhora podia identificar alguns dos agressores? A SRA NILCE COUTO - Não conhecia nenhum. O SR CELSO AMARAL - Como se deu êsse ataque? A SRA NILCE COUTO - Não sei por que, quando vimos, a casa estava rodeada de índios. Não deu tempo para nada. Vinham chegando e atirando em tudo. Bastante arma. Tudo com arma comprida. O SR CELSO AMARAL - A Senhora não distingue o que é espingarda e o que é fuzil? A SRA NILCE COUTO - Não, senhor. O SR CELSO AMARAL - A Senhora ouviu alguma declaração de algum índio que entrou na sua casa? A SRA NILCE COUTO - Não falaram nada. Eu pedia, eu implorava; êles debochavam pra mim. Diziam que não queriam fazer nada, mas queriam matar os homens que estavam lá. O SR CELSO AMARAL - Declararam quem eram os mandantes? A SRA NILCE COUTO - Não, senhor. Pedimos que êles nos deixassem sair com vida. Responderam pra mim que não queriam nada, mas matar o meu marido. O SR PRESIDENTE - E por quê? A SRA NILCE COUTO - Não sei. O SR PRESIDENTE - Tinha havido alguma coisa entre êles e seu marido? A SRA NILCE COUTO - Nunca houve nada, nenhum atrito, nada, nada. Os índios nunca foram para aquêles lados que o lugar é muito longe da aldeia. O SR CELSO AMARAL - Quer dizer que não conhece o nome de nenhum dos índios agressores? A SRA NILCE COUTO - Não conheço. O SR CELSO AMARAL - Irregularidades, não conhece nenhuma? A SRA NILCE COUTO - Não conheço. Porque era tudo misturado aquêles índios. Não falavam mesmo com a gente. Só debochavam. Estavam gritando muito, mas não falavam nada. Um dêles me disse: " A Senhora pode ficar com calma,

a Senhora pode sair com vida." O SR PRESIDENTE - Todos armados? A SRA NILCE COUTO - Todos armados, quase todos com duas armas. O SR PRESIDENTE - Não diziam se iam mandados por alguém? A Senhora não ouviu? A SRA NILCE COUTO - Não diziam. O meu marido perguntou o que êles queriam e êles respondiam que queriam matar o meu marido. O SR PRESIDENTE - E o que causou essa revolta? O que a Senhora pensa? A SRA NILCE COUTO - Só pode ser banditismo ou roubo. O SR PRESIDENTE - Bem. Parece que são só êsses os esclarecimentos que desejávamos da Senhora. A Senhora está dispensada. Agradecemos o seu comparecimento.

Nilce dos Santos Couto

641

ERL/

642

~~646~~

1393

907

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO PARA APURAR IRREGULARIDADES DO SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS.

DEPOENTE: Walter Sortica dos Santos (Campo Grande-Mato Grosso)
REUNIÃO : 15 de junho de 1 963

642

Aos quinze dias do mês de junho do ano de mil novecentes e sessenta e três, compareceu perante à Comissão de Inquérito o Sr. Walter Sortica dos Santos.-O Senhor Presidente(Wilson Martins): Seu nome?-O Depoente(Sr.Walter dos Santos):Walter Sortica dos Santos- O Senhor Presidente: O senhor promete dizer a verdade do que souber e lhe fôr / perguntado?- O Sr.Walter dos Santos: Prometo - O Sr.Presidente: O senhor está perante uma Comissão Parlamentar de Inquérito que veio a Campo Grande investigar irregularidades no Serviço de Proteção aos Índios. O senhor vai depor a respeito de fatos que deve conhecer, / ocorrências entre os índios eo Sr.Primitivo, que morreu num incidente. O que o senhor sabe a repeito? Estava presente? - O Sr.Walter / Santos: Quando aconteceu êsse incidente, eu não estava presente, porque tinha vindo trazer o gado. O Sr.Presidente:O senhor é empregado/ do Manequinho?-O Sr.Walter dos Santos: Não senhor. Eu arrendava terras dêle, Tinha arrendamento por cinco anos, para mim e para o Primitivo. - O Sr.Presidente: O senhor era sócio dêle? - O Sr.Walter dos Santos: Não, senhor. Eu tinha uma posse e êle outra. O Sr.Presidente Como se chama o lugar em que o senhor morava? - O Sr.Walter dos Santos: Santa Marta. - O Sr.Presidente:Qual a área dessa parte que o senhor tomava conta? - O Sr.Walter dos Santos: Podia ser três mil e poucos hectares. - O Sr.Presidente: Estavam plantando lavoura? - O Sr.Walter dos Santos: Não, senhor. Tinha lavoura para o gasto. O problema era criar gado. - O Sr.Presidente: O gado era seu? - O Sr.Walter dos Santos: Meu e do Primitivo. - O Sr.Presidente: O Manequinho/ não tinha nada lá? - O Sr.Walter dos Santos: De gado, não. Era meu e de meus pais. - O Sr.Presidente: Quando os índios invadiram o senhor estava onde? - O Sr.Walter dos Santos: Tinha ido trazer bois para / venda. - O Sr. Presidente: Quem lhe contou alguma coisa sôbre isso ? - O Sr.Walter Santos: As pessoas que estavam lá. Os índios chegaram/ correndo, perguntando por mim, dizendo que queriam me matar. Já tinham matado o Primitivo. - O Sr.Presidente: E quem estava a sua procura? - O Sr.Walter Santos: Quem chefiava a turma era o Antônio Mendes. - O Sr. Presidente: E quantos índios eram, mais ou menos, sabe? - O Sr. Walter Santos: Êles contaram quarenta. - O Sr.Presidente: E porque acha o senhor que isso aconteceu? - O Sr.Walter Santos: Êles/ falaram que era porque estavam em terras dêle, que éramos gente do Manequinho. - O Sr.Presidente: Mas o Manequinho teve algum atrito /

643
907

com êles? - O Sr.Walter Santos: Que eu saiba, não. - O Sr.Presidente: Essas terras eram de fato apossadas pelos índios? - O Sr.Walter Santos: Não, senhor. Não apossavam nada. Eram campe jogado, ninguém apossava. Os índios de vez em quando caçavam, pescavam e também roubavam. O meu gado roubaram. - O Sr.Presidente: E qual a distância / da terra dêles, da aldeia dêles a essas terras? - O Sr.Walter Santos: Mais ou menos quatro léguas. - O Sr.Presidente: Alguma vez não estacaram lá para dizer que as terras eram dêles - O Sr.Walter Santos: Me falaram, antes de acontecer aquilo, que devíamos mudar, que as terras eram dêles, que o Manequinho era sujo na Inspetoria. - / O Sr. Presidente: Quem disse? - O Sr.Walter Santos: Antônio Mendes. - O Sr.Presidente: Quando estêve antes? - O Sr.Walter Santos: Vinte dias mais ou menos. Eu fui à Inspetoria e falei com o Inspetor Castelo Branco. - O Sr.Presidente: E que disse êle? - O Sr.Walter Santos: Índio não sabe. Índio só sabe a coisa mandada. Acho que vamos fazer isso para vocês. Isso é banditismo. Não precisa mais pensar / nisso. Estou esperando o Fernando, porque vamos fazer a medição e vamos ver se as terras são do Manequinho ou não; se fôr, vocês fi-/cam; se não fôr, vocês têm de sair ou arrendar. Agora, não sabemos/ se vamos arrendar a vocês, porque entraram lá como intrusos. Eu disse "Intruso, não, porque nós viemos por ordem do Manequinho. Agora, se não fôr, nós pagamos renda para o Serviço, desde o dia em que entramos. - O Sr.Presidente: Os índios deram grandes prejuízos a vo-/cês com as coisas que tiraram? - O Sr.Walter Santos: Tiram muita / coisa. Só de nosso gado faltou trezentas reses que os índios leva-/ram. - O Sr.Celso Amaral: Foram do Primitivo? - O Sr.Walter Santos: Sim. - O Sr.Celso Amaral: Quantas mais ou menos o Primitivo tinha , não sabe? - O Sr.Waltes dos Santos: Acho que umas quinhentas reses. - O Sr.Celso Amaral: E suas? - O Sr.Walter dos Santos: Mil e poucas reses. - O Sr.Presidente: Para criar em que área de terra? - O Sr. Walter dos Santos: Nesses trêsmil e oitocentos hectares. O Sr.Presidente: Propuzeram ação contra o Serviço de Proteção aos Índios para pedir indenização dêsse gado? - O Sr.Walter Santos: Conversei / como Coronel, vim aqui falar com êle. - O Sr.Presidente: Como vai o processo? Está em andamento? - O Sr.Walter Santos: Não, senhor.Viemos aqui para ver se êles pagavam em acôrdo, para não ter de mover/ ação. Êles prometeram que pagavam. Mandaram a gente trazer prova, / testemunha de que tinha o gado. Eu disse que tinhas as provas e que ia trazer. Mas o Coronel nunca mais apareceu aqui. - O Sr.Celso Amaral: Na ocasião que procuraram sua casa para queimar, o senhor Joel é quem estava lá? Quem estava? - O Sr.Walter Santos: Era o João Paim e o Aldo Jaques que moravam comigo lá. - O Senhor Celso Amaral : O senhor conhecia os índios que estavam lá? — O Senhor Walter San

644

O Sr.Walter Santos: Conheço bem só dois: Antônio Mendes e Xito Rafa el. Aliás, três: tem um tal de João Cabeça também. - O Sr.Celso Amaral: E que disseram ao rapaz? - O Sr.Presidente; digo, O Sr.Walter/ Santos: Disseram que foram mandados pelo Fernando para matar nós e queimar a tralha que tinha na casa, queimar tudo, não era para tirar nada. E, se quisesse retirar o gado, era aquêle dia; depois,não podia mais retirar. - O Sr.Celso Amaral: Junto aos índios, tinha algum branco, algum sujeito de botas amarelas, com chapéu panamá? - O Sr.Walter Santos: Tinha, sim. Inclusive lá em casa tiraram fotografias da casa queimando. - O Sr.Celso Amaral: Quem tirou? - O Sr. Walter Santos: Os bugres. - O Sr.Celso Amaral: Os bugres ou êsse sujeito? - O Sr.Walter Santos: Não sei dizer. - O Sr.Celso Amaral: / Quem informou? - O Sr.Walter Santos: O Aldo e o João Paim que estavam lá. Êles viram. - O Sr.Celso Amaral: O Joal e êsse outro rapaz/ conheciam o Fernando Cruz? - O Sr.Walter Santos: Não, senhor. Um dia antes ainda tinha sobrevoado um avião lá em cima do Retiro. - / O Sr.Presidente: E êsses dois onde estão? - O Sr.Walter Santos: Trabalhando numa fazenda para os lados de Miranda. - O Sr.Celso Amaral: Quer dizer que não conheciam o Fernando? - O Sr.Walter Santos: Não, senhor. - O Sr.Celso Amaral: E nem de traços, nem de fisionomia não descreveram como era essa pessoa que tirou as fotografias? - O Sr./ Walter Santos: Não, senhor. Só quem nós conhecíamos era o Castelo / Branco que tinha ido lá. - O Sr.Celso Amaral: Depois disso, estêve/ com o Fernando Cruz? - O Sr.Walter Santos: Estive. - O Sr.Celso Amaral: Que lhe disse êle? - O Sr.Walter Santos: Conversando, êle falou: "É você, Walter, que estava lá?" Eu disse: "Era nós mesmos". / Êle falou: "Mas eu não esperava que era vocês; se não,não tinha mandado fazer isso pra vocês. Nunca pensei que fôssem vocês. Passei / uma vez na cada de vocês e vocês me trataram muito bem. Se eu soubesse, não mandava. Isso aconteceu só porque o Manequinho quer ficar dono daquelas terras". - O Sr.Celso Amaral: Declarou isso onde? - O Sr.Walter Santos: No Serviço de Proteção aos Índios. - O Sr.Presidente: Tinha alguém perto? - O Sr.Walter Santos: Estava o Paulo / Simões e um outro. - O Sr.Presidente: O Paulo Simões ouviu isso? - O Sr.Walter Santos: Ouviu, sim, senhor. - O Sr.Celso Amaral: Ouviu/ o Fernando declarar que, se soubesse que era o senhor que estava lá, não teria feito aquilo? - O Sr.Walter Santos: Sim, senhor. - O Sr./ Presidente: Se o Paulo Simões confirmar isso, é problema da maior / gravidade. - O Sr.Walter Santos: O Fernando falou: "Se você me conta, eu tinha arrumado tudo. Você por que não me falou no dia em que passei na sua casa?". - O Sr.Presidente: Por que êles sempre negaram que tivessem mandado? - O Sr.Walter Santos: Ainda flou, digo, / falou: "Você não tem culpa nenhuma. O outro era bandido, matou ba-

645
907
649
1396

bugres". Eu falei: "Não matou, não, senhor". - O Sr.Presidente: O Primitivo já tinha sido processado alguma vez? - O Sr.Walter Santos: Não, senhor. - O Sr.Celso Amaral: Êle declarou que o Primitivo tinha aleijado um bugre. - O Sr.Presidente: Sabe de alguma venda feita pelo Serviço de Proteção aos Índios a outras pessoas? - / O Sr.Walter Santos: Não, senhor. - O Sr.Celso Amaral: Só tem conhecimento sôbre êsses fatos, mais nada? - O Sr.Walter Santos: Só. A gente ouve falar de outras coisas, mas não tem certeza. - O Sr.Celso Amaral: De fatos concretos, não sabe? - O Sr.Walter Santos: Não, senhor. - O Sr.Presidente: As informações que chegaram a nós diziam que o Manequinho ocupava área muito maior do que três mil e oitocentos hectares - O Sr.Walter Santos: Sei que a medida não é essa. - O Sr.Presidente: A área ocupada deve ser maior? - O Sr.Walter Santos: Deve ser maior, porque não tem divisa com ninguém, é fundo de campo. - O Sr.Presidente: E os comentários da vizinhaça / ali, conversas que vocês tinham com as pessoas lá por perto — o / que elas diziam sôbre aquelas terras, que eram dos índiso, digo, / índios? - O Sr.Walter Santos: Diziam que não eram do Manequinho, / que nós devíamos ir ao Pôsto pagar arrendamento. - O Sr.Presidente: E sabe de algum atrito entre o Manequinho e os índios? - O Sr.Walter Santos: Não, senhor. - O Sr.Presidente: Quer dizer que tôda a briga surgida foi porque os índios achavam que a terra era dêles? O Sr.Walter Santos: Sim. - O Sr.Presidente: E tinham avisado vinte dias antes, e vocês não saíram e êles voltaram? - O Sr.Walter Santos: Sim, senhor. E o Castelo disse que nós podíamos ficar tranquilos lá. - O Sr.Presidente: Deu garantias a vocês? - O Sr.Walter / Santos: Deu garantias. - O Sr.Celso Amaral: Declararam ao senhor / que os índios estavam armados com fuzís? - O Sr.Presidente: Fuzís/ ou espingardas? - O Sr.Walter Santos: Fuzil, mosquetão. Todos êles têm mosquetão lá. - O Sr.Celso Amaral: Havia fuzís novos? - O Sr. Walter Santos: Novos também. - O Sr.Celso Amaral: O Fernando declarou que não conhecia a região, que não tinha estado lá. - O Sr.Walter Santos: Mas êle estava lá quando os índios foram mandados. / Êles falaram: "Temos pressa de ir, porque o Chefe está esperando". O Fernando foi visto. Um tal de Antônio Martins, pessoa do Pôsto , viu o Fernando lá. - O Sr.Celso Amaral: Quem é? - O Sr.Walter Santos: É arrendatário dos índios. - O Sr.Celso Amaral: O inspetor / era o Castelo Branco? - O Sr.Walter Santos: Lá era o Castelo Branco, lá no Presidente Alves. - O Sr.Celso Amaral: Sr.Presidente, estou safisfeito. - O Sr.Presidente: Sr.Sortica, nós agradecemos o seu depoimento. O senhor está dispensado.

Walter Sortica dos Santos

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO PARA APURAR IRREGULARIDADES NO SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS

Presidente: WILSON MARTINS
Depoente: BENEDITO CAMPOS COUTO
Reunião: 17 de junho de 1963 (Campo Grande - Mato Grosso)

Aos dezessete dias do mês de junho do ano de mil novecentos e sessenta e três, perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito compareceu o Senhor Benedito Campos Couto que prestou o seguinte depoimento: O SENHOR PRESIDENTE: Declaro aberta a presente reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar irregularidades no Serviço de Proteção aos Índios. Devemos aqui ouvir hoje algumas testemunhas já arroladas. Em primeiro lugar, será ouvido o Major Benedito Campos Couto, Delegado Especial de Polícia da Zona Sul do Estado de Mato Grosso, a quem peço que tome lugar à mesa. (Pausa). Major Benedito, esta Comissão, requerida pelo Deputado Edson Garcia e constituída pela Câmara dos Deputados, deve fazer o exame da situação geral do Serviço de Proteção aos Índios. Transportamo-nos para Mato Grosso, para esta cidade onde funciona a sede da 5ª Inspetoria, a fim de, em contato direto com as provas, poder tirar uma impressão exata daquilo que realmente se passa no Serviço. O senhor vai fazer declarações sob o compromisso de dizer a verdade do que souber e lhe fôr perguntado. O SR. MAJOR COUTO: Pois não . O SENHOR PRESIDENTE: Inicialmente, eu lhe pergunto se são verídicas as declarações do antigo Chefe da 5ª Inspetoria, Sr. Fernando Cruz, declarações a esta Comissão Parlamentar, em Brasília, de que sofreu aqui em Campo Grande, quando no exercício de suas funções, coação por parte de fazendeiros, motivada pelo seu desejo de implantar a moralidade no Serviço e fazer com que as terras ocupadas por êsses fazendeiros fôssem delimitadas, de modo a que o Serviço pudesse receber um rendimento de sua propriedade. O SR. MAJOR COUTO: Não posso informar ao senhor com certeza. Veladamente, observei que de fato existia uma má vontade dos fazendeiros para com o Sr.Fernando Cruz. Mas, não levando em consideração êsse movimento, que não sei se deu início,não estou a par, soube que êles ficaram aborrecidos com êle, em virtude daqueles fatos ocorridos da morte de um rapaz, o Primitivo. Dali surgiu uma espécie de má vontade, porque também se sentiram ameaçados; mas êles providenciaram pelos canais competentes, ao que me parece solicitaram à Associação dos Criadores que desse conhecimento a quem de direito dessa atitude do Fernando, para ver se evitava o mal maior. O SENHOR PRESIDENTE - E o senhor teve oportunidade de prestar alguma assistência policial ao Chefe da Inspetoria do Serviço de Proteção aos Índios aqui? O SR. MAJOR COUTO - Em novembro de 1962, tive conhecimento por intermédio de políticos de Campo Grande, notícias vagas, de que ha

havia ocorrido um crime no município de Mutum, na região de Nioa. Procurei entrar em contato com o Sr. Fernando Cruz para saber dos fatos e inclusive pedir recursos a êle a fim de irmos até lá, porque a Polícia não dispõe de meios. Êle não estava; encontrava-se num pôsto de índios em Aquidauana, perto de Aquidauana, em Taunay. Disseram-me no Serviço que iam chamá-lo pelo rádio. Tão logo êle chegou, imediatamente conseguiu um avião e fomos lá para o Pôsto Presidente Alves de Barros. Ali, encontramos vários índios, cêrca de oitenta. Fomos ao Pôsto de Nalique e lá tomamos contato com, digo, contato da situação. O rapaz encarregado do Pôsto disse que os índios estavam revoltados, que tinham passado por ali e tomado umas carabinas, que lhe tinham pedido uma vaca e êle mandou matar, que êles desarmaram os colonos, tomaram o que tinham e foram em frente. Disse que estavam os índios atrás de um agrimensor que estava querendo medir. Acho que era o Dr. Serônio, que naquela época estava por lá medido, digo, medindo a fazenda do Doutor. Êsse Doutor andava por lá de avião, sobrevoando a região para fazer a medição. Os índios andavam atrás dêle. De início pensei que fôsse isso e fomos ao Pôsto Presidente Alves. Ali tomei conhecimento de que andaram atrás dêsse pessoal mas não conseguiram localizar; queriam pegar, tomar os aparelhos e botar todo mundo para correr, a fim de impedir a demarcação. Era demarcação fora da reserva, era no Niotaca, na terra do Dr. Ovídio. Aí tomamos conhecimento de que haviam matado um posseiro lá, o Primitivo Couto. O local era de muito difícil acesso e quando fomos já era tarde. Voltamos para tomar outras providências, e regressando a Campo Grande, determinei ao Delegado que instaurasse inquérito em Aquidauana. Êle fêz e encaminhamos para Corumbá. No decorrer do inquérito, constatamos que o lugar do crime era o município de Corumbá; então remetemos os autos para a Justiça de Corumbá. O SENHOR PRESIDENTE - Em que fase se encontra? O SR. MAJOR COUTO - Não sei informar. O SENHOR PRESIDENTE - E por que os índios se levantaram contra os fazendeiros e foram para lá e mataram o Primitivo? Qual a razão disso? Que determinou êsse levante, êsse crime, no seu modo de entender? O SR. MAJOR COUTO - Quero crer que queiram cobrar renda daquelas terras. Quem faz a cobrança em certas tribos são os próprios índios, a mando da Chefia. Êles devem ter ido receber por duas ou três vêzes e o rapaz não concordou, porque tinha acêrto com o Manequinho, que se dizia dono das terras e havia colocado êsse rapaz lá. O SENHOR PRESIDENTE - E a opinião dominante na região é de que as terras são dos índios ou do Sr. Manequinho? O SENHOR MAJOR COUTO - A conversa de um índio velho dizia que aquelas terras são da Inspetoria. Sgundo constava. o Sr. Aldo Barbosa, que foi chefe dos índios, certa vez colocou um marco lá. O SENHOR PRESIDENTE - Quer dizer que o levante se deu porque os índios queriam receber rendas e os fazendeiros não queriam pagar a êles, mas ao Manequinho?

O SR. MAJOR COUTO - Sim. O SENHOR PRESIDENTE - Isso o senhor observou em conversa com os índios lá? O SENHOR MAJOR COUTO - Sim. Uma ou duas vêzes não conseguiram. Na terceira, fizerram isso. O SENHOR PRESIDENTE - Na sua opiniaão e, digo, sua opinião e por conhecimento direto ou indireto, acha que o Sr. Fernando Cruz, ou algum chefe de serviço ou algum chefe graduado incitou, estimulou os índios para atacarem aquêles fazendeiros? O SR. MAJOR COUTO - Para matar, não; para receber o arrendamento devido, acho que sim. A intenção dos índios parece que era fazer despejo, o que fizeram com dois mais, além da vítima; fizeram despejo, queir, digo queimaram a casa e deixaram tudo limpo. O SR. CELSO AMARAL - O senhor, a mim pessoalmente, ontem, declarou que os índios tinham ido lá, segundo êles mesmos diziam, a mando do chefe, e não diziam quem era o chefe? O SR. MAJOR COUTO - O "chefe" deve ser o Sr. Fernando Cruz, que então era o Chefe da Inspetoria aqui. O SENHOR PRESIDENTE - Naquela ocasião que o Fernando Cruz estêve aqui e se julgava ameaçado pelos fazendeiros, essas ameaças, pelo que o senhor teve conhecimento em virtude das suas funções, eram fundadas? Êle tinha razão de se dizer ameaçado, inclusive de morte? O SR. MAJOR COUTO - Certa vez, aqui e em Aquidauana, observei que vários fazendeiros vieram falar comigo e estavam revoltados. Eu me senti até coagido. Eu até defendi o Fernando, porque não queria que houvesse atritos. Senti que êles estavam realmente brabos. Inclusive o pai da vítima, que, depois disso tudo, vinha trazendo gado, morreram quarenta e tantas cabeças com um raio que caiu. O SR. PRESIDENTE - E o procedimento do Fernando, pelo que o senhor precebeu, era procedimento correto? Êle foi injustiçado ou êle deu causa a essa revolta dos fazendeiros? O SR. MAJOR COUTO - Acho que, em virtude dêsses fatos, surgiu a má vontade dos fazendeiros. O procedimento dêle lá dentro não tenho conhecimento. O SENHOR PRESIDENTE - Conhecimento funcional não tem? O SENHOR MAJOR COUTO - Não tenho. O SENHOR PRESIDENTE - Conhece alguma irregularidade, algum ato dêle que possa auxiliar a Câmara, esta Comissão a ver a verdade de seu procedimento, alguma coisa que possa servir de base a uma situação. O SR. MAJOR COUTO - Dêle não sei nada. O SENHOR PRESIDENTE - Teve oportunidade de mandar uma pessoa para ficar ao lado dêle? O SR. MAJOR COUTO - Sim. O SENHOR PRESIDENTE - Quem era? O SENHOR MAJOR COUTO - Um plicial, um auxiliar de polícia que temos aí, o Sr. João Edgard de Oliveira. O SENHOR PRESIDENTE - Pessoa de confiança? O SR. MAJOR COUTO - Exato. O SENHOR PRESIDENTE - Essa pessoa ficou ao lado dêle com que objetivo? O SR. MAJOR COUTO - Para garantir. O SENHOR PRESIDENTE - Em outra ocasião houve uma intervenção por parte da Região Militar, que mandou buscar o arquivo do SPI; qué foi aquilo? O SR. MAJOR COUTO - Como se diz na gíria, aquilo foi "fofoca". Não havia nada e surgiu um boato tremendo. Um dia eu fui chamado quando me encontrava no cinema. Diziam que estava havendo uma revolução em Aquidauana, que os índios estavam em pé

de guerra, que a polícia estava indo para lá. A minha, não; só a de Aquidauana. Que estavam aconselhando os índios a que se mantivessem calmos. Mas foi tudo história, não havia nda disso, digo, não havia nada disso. O SENHOR PRESIDENTE - Demóstenes Martins teve ocasião de falar a respeito? O SR. MAJOR COUTO - Teve. Foi à Delegacia e perguntou o que havia, porque ouvira dizer que eu estaria ganhahdo dinheiro para mandar assassinar o Fernando quando êle estêve aqui. Em Aquidauana, quando estive lá, fora da Delegacia, estava fazendo inquérito com relação não me recordo se foi com a morte do rapaz ou outro fato, um elemento que estava na calçada gritou: "Um dia vou lá e vou matar o Sr. Fernando". Eu disse: "Não vai, não. O que é isso". O negócio estava nesse pé. Eu, vendo isso, deixei um rapaz com o Fernando. Isso conversando com êle lá no Pôsto, à noite:"É interessante que você fique com uma pessoa." Êsse rapaz ficou com êle muito tempo. O SENHOR PRESIDENTE - E isso serenou o ambiente? O SR. MAJOR COUTO - Completamente. Êsse homem de hoje é o reverso dêle: calmo, sereno. O SENHOR PRESIDENTE - Não há hoje problema na 5ª Inspetoria do SPI? O SR. MAJOR COUTO - Nenhum. O SR. RACHID MAMED - O senhor disse que, quando constatou que tinha ido destacamento policial, previu que tinha sido de Aquidauana e previu que tinha sido o Deputado Edison Garcia, por quê? O SR. MAJOR COUTO - Porque êle estava interessado em que essa gente mantivesse a posse do Maquinho lá. Essa posse entrou em atrito com a área dos índios. O SR. RACHID MAMED - O senhor previu isso? O SR. MAJOR COUTO - O Deputado Edison Garcia estava na Delegacia e deu a entender que a Polícia no caso era para manter a posse, fazer com que o fazendeiro voltasse com o gado. Eu falei: "Não faço isso porque vai dar confusão. Os índios disseram que não ficava mais lá, porque êles tiravam. Acho melhor reclamar judicialmente." O Fernando viu que o Deputado Edison aqui não conseguiu a polícia, ou talvez estivesse pensando que fôsse a polícia de Aquidauana. Mas não foi ninguém para lá. Posteriormente, mandei a polícia para uma fazenda completamente fora da reserva. Os índios estiveram lá e saquearam os empregados, largaram tudo. O meu pessoal ficou lá uma semana. Depois, não tive mais novidade. O SR. RACHID MAMED - O Deputado Edison Garcia teve oportunidade de procurar o senhor mais de uma vez, para tratar dêsse assunto? O SENHOR MAJOR COUTO - Acho que só uma vez. O SR. RACHID MAMED - Parêce que devia ser coisa judicial? O SR. MAJOR COUTO - Se não tivesse tanta confusão até daria para a polícia manter. O SR. RACHID MAMED - E depois do atrito que culminou com a morte daquele empregado, o Deputado Edison Garcia estêve a sua procura? O SR. MAJOR COUTO - Foi exatamente nessa época. Antes nunca se falou nisso. O SR. RACHID MAMED - Mas V. Sa. havia dito que fôra até aquela região, porque se iria efetuar ali uma medição e supôs que fôsse em virtude dessa medição que os índios tivessem assaltado. O SR. MAJOR COUTO - Fomos até lá, porque sabíamos. Recebi um seletivo de Guaicurus que dizia: uma melhor veio

650
659

por aqui e disse que um grupo de índios havia matado um fazendeiro, que haviam matado fazendeiros. Foi essa a notícia. Então procurei o Fernando. O SR. RACHID MAMED - Desejava que o senhor me desse explicação sôbre os armamentos. Por que fizeram compra disso aqui? O SR. MAJOR COUTO - Armaram os índios depois da confusão, porque êles tinham mosquetões, digo, tinham medo que os fazendeiros fôssem lá acabar com os postos. Antes, êles tinham mosquetões muito velho, nada de armas novas. Eu não vi nenhuma. O SR. RACHID MAMED - E que pessoa era êsse Primitivo? O SR. MAJOR COUTO - Era criminoso no município de Bonito, fugitivo da polícia, matou um velho num baile. O SENHOR PRESIDENTE - Sem motivo? O SR. MAJOR COUTO - Não sei da particularidade. O SR. RACHID MAMED - Sr. Presidente, estou satisfeito. O SENHOR CELSO AMARAL - Major Couto, o senhor tem conhecimento de que o Fernando conhecia bem a região, a reserva dos cadiuéus? O SENHOR MAJOR COUTO - Não tenho. Vi um dia êle lá na Inspetoria com o Deputado Edison, discutindo a respeito. O Dr. Edison mostrou um mapa e êle mostrou outro. O Deputado Edison disse: Não sabia dêste. Inclusive mostrou o ato que o nomeou, escrituras, etc., isso o Fernando. O SENHOR CELSO AMARAL - O Sr. Fernando Cruz declarou que foram pedidas medidas para a prisão de criminosos existentes na reserva, índios, e que nenhuma providências foi tomada por parte da polícia. O SENHOR MAJOR COUTO - Êle nunca fêz uma solicitação nesse particular. Logo que chegou aqui, estêve na Delegacia, disse que era o nôvo Chefe da Inspetoria, declarou que ia passear por aquela zona e que parecia que tinha muita gente por lá. Falei: "Realmente, a informação que temos é de que lá se escondem muitos criminosos. Se o senhor quiser trabalhar de acôrdo comigo, vamos acabar com aquêles bandidos lá." Até poríamos destacamento lá para essa finalidade, êle sugeriu, e poderei , digo, e eu ponderei sôbre a deficiência de verbas para manter destacamento tão longe. Êle disse que dava jipe, alimentação para presos, etc. Mas tudo isso ficou só em conversa. O SENHOR CELSO AMARAL - Na reunião dos pecuaristas de Mato Grosso, da Associação dos Criadores do Sul de Mato Grosso, o senhor estêve presente? O SENHOR MAJOR COUTO - Estive. O SENHOR CELSO AMARAL - E declarou que, na diligência que fêz àquela região, verificou que os índios assassinaram bàrbaramente o Primitivo, etc. Tenho aqui escritas suas declarações. O SENHOR MAJOR COUTO - Achei prudente manter certa tolerância. O SENHOR CELSO AMARAL - O senhor teve um cabo no destacamento, um policial que foi para o Amazonas com o Fernando — sabe por que êle foi para o Amazonas? O SENHOR MAJOR COUTO - Não. Após êsses fatos todos, o Fernando ficou com mêdo que os fazendeiros fôssem atacar os índios. A situação aqui estava perigosa. Prometi criar um destacamento lá para garantir os índios. Então, conseguimos quatro elementos e mandamos para lá, com a finalidade de manter a ordem, isto é, não permitir que os fazendeiros fôssem matar. Então, os soldados começaram a desarmar quem

passasse por lá. Desapareceram até nisso dois revólveres que ninguém sabe para onde foi. Uma das causas da reunião dos fazendeiros era que desarmasse os índios. Mas eu disse que tinha de haver colaboração da Chefia dos índios. O Fernando não estava. Pedi ao Jurandir que colaobra, digo, colaborasse comigo. Fiz ofício ao Fernando pedindo as armas que o Jurandir havia trazido de lá, porque o cabo afirmou que tinh entregue ao Sr. Jurandir. Quando o Coronel chegou, fui falar com êle. Êle me entregou os revólveres. Mas quando cheguei junto aos donos os revólveres estavam todos trocados. O SENHOR PRESIDENTE - E essa troca teria sido feita pelo Serviço? O SENHOR MAJOR COUTO - O Cabo disse que entregou ao Jurandir e o Jurandir disse que recebeu aquêles. O SENHOR CELSO AMARAL - Êle desertou, o cabo? O SENHOR CELSO AMARAL - Estou satisfeito, Sr. Presidente. O SENHOR PRESIDENTE - Desejo agradecer ao Major Couto a colaboração que troxe à Comissão Parlamentar de Inquérito. Nosso propósito aqui é esclarecer a verdade, a fim de fazer com que o SPI funcione normalmente e preste os serviços que todos esperam. Não temos o objetivo de pressionar ninguém, mas também não queremos que se esconda a verdade. Queremos levar para a Câmara elementos que permitam ao nosso Relator, Deputado Celso Amaral, apresentar um trabalho completo. O SENHOR MAJOR COUTO - Estou inteiramente às ordens da Comissão Parlamentar para quaisquer outros esclarecimentos. O SENHOR PRESIDENTE - Grato a V. Sa. O Sr. Major está dispensado.

Ratificaçoes: As Fls. 2, deve-se ler, no Municipio de Murtinho e não Mutum.
Acho que era o Dr. Sorrente , e nao Sêronio.
Dr. Horta Barbosa, e não Aldo Barbosa.
As Fls. 3 - Deve-se ler João Miguel de Oliveira e não João Edgard Oliveira.
As. Fls. 4- Uma mulher veio, e não uma mlhor veio.
As. Fls. 5- O áto que doou, e nao áto que nomeou.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO PARA APURAR IRREGULARIDADES NO SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS.

Presidente: DEPUTADO VALÉRIO MAGALHÃES
Depoente : Sr.FILISBINO XIMENES
Relator : DEPUTADO CELSO AMARAL
Reunião : 17 de junho de 1963
Local : Campo Grande - Mato Grosso

652

Aos dezessete dias do mês de junho de mil novecentos e sessenta e três perante a Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar irregularidades no Serviço de Proteção aos Índios o Sr. FILISBINO XIMENES, prestou o seguinte depoimento: Sr.VALÉRIO MAGALHÃES - Vamos ouvir agora a seguir, o Sr. Filisbino Ximenes, a quem cumprindo preceito do nosso Regimento, encareço o compromisso de que irá dizer a verdade, sòmente a verdade, sôbre tudo que lhe seja perguntado. Sr. FILISBINO XIMENES - Sim, senhor. Sr.VALÉRIO MAGALHÃES - Iremos naturalmente formular algumas perguntas ao senhor e depois será dada a palavra ao Sr.Relator, para que possa relamente abordar êsses problemas de gado ao Serviço de Proteção aos Índios, principalmente no que diz respeito a êsses arrendamentos. Melhor seria também o Relator fazer as suas perguntas, e ao final solicitaremos de nossa parte algumas informações. Com a palavra o Deputado Celso Amaral, Relator. Sr.CELSO AMARAL - O senhor é arrendatário na Reserva dos Índios? Sr. FILISBINO XIMENES - Sou. Sr CELSO AMARAL - Qual a área que tem atualmente? Sr.FILISBINO XIMENES - Na medição que fizeram, tenho 4 mil e 600 hectares. Sr.CELSO AMARAL- E está pagando arrendamento agora sôbre 4.600 hectares? Sr. FILISBINO XIMENES - Sim. Sr.CELSO AMARAL - E paga êsse arrendamento anterior ao atual, digo, de 3.000 hectares, desde quando? Sr.FILISBINO XIMENES - Desde 1959.Sr.CELSO AMARAL - O senhor ouviu falar nesse atrito com os índios, de que resultou a morte de um criador? Sr.FILISBINO XIMENES-Ouvi. Sr.CELSO AMARAL - E poderá dar algumas informações sôbre êsse fato? Sr.FILISBINO XIMENES - O que é de meu conhecimento posso dizer ao senhor. Sr. CELSO AMARAL - Quando mataram êsse rapaz, soube se os índiosforam influenciados por alguém? E qual a razão dêsse ataque? Sr FILISBINO XIMENES - A razão não sei, mas, segundo informações foi mandado pelo Fernando. Sr.CELSO AMARAL - Mas havia mandado? O senhor ouviu essa informação de onde? Sr. FILISBINO XIMENES - Foi dada pelos - próprios índios que assaltaram, que executaram o serviço.Sr. CELSO AMARAL - Deram essa informação de que o Fernando Cruz tinha mandado matar? Sr.FILISBINO XIMENES - Sim. Sr. CELSO AMARAL - Deram essa informação a quem? Sr. FILISBINO XIMENES - Informaram a pessoas mais che-

Felisbino Ximenes

chegadas, que tinham mais contacto com êles. Sr. CELSO AMARAL - Conhe ce algumas dessas pessoas que nos pudessem auxiliar nesse esclareci - mento? Sr.FILISBINO XIMENES - Tenho um elemento que possa indicar, sim. Sr.CELSO AMARAL - Mora lá? Sr. FILISBINO XIMENES - Não; está numa al deia. Êsse elemento é um índio, o João Príncipe. Sr. CELSO AMARAL- Em que aldeia? Sr. FILISBINO XIMENES - Bananal. Sr. CELSO AMARAL - è pes soa séria que fale a verdade? Sr. FILISBINO XIMENES - Essa parte não sei. Sr.CELSO AMARAL - Já está civilizado? Sr. FILISBINO XIMENES- É índio que tem um pouco mais de esclarecimento, e na aldeia tinha o pos to de capitão. Sr.CELSO AMARAL - Êle estava presente no dia do massa cre, no dia do ataque â casa do Primitivo? Sr.FILISBINO XIMENES - Êle foi solicitado a fazer o massacre e se negou. Sr. CELSO AMRAL digo A MARAL - Os arrendamentos nunca foram pagos a índios, sempre foram di retamente ao Inspetor? Sr.FILISBINO XIMENES - Aos encarregados. Sr CEL SO AMARAL - Da Inspetoria? Sr. FILISBINO XIMENES - Encarregado de lá, com ordem do Inspetor. Sr.CELSO AMARAL - Já ia recibo pronto? Sr. FI- LISBINO XIMENES - Geralmente, êsses encarregados fazem os recibos lá. Os primeiros eram dados lá e a gente apresentava aqui. Últimamente, re cebíamos os recibos aqui. Sr.CELSO AMARAL - Essa delimitação de área cercando êsse levantamento, foi feita por que - pelo senhor ou pelo Serviço de Proteção aos Índios? Sr. FILISBINO XIMENES - Pelo Serviço- de Proteção aos Índios. Sr. CELSO AMARAL - E deu 4.600 hectares? Sr. FILISBINO XIMENES - Sim. Sr. CELSO AMARAL - Quem foi o engenheiro, re corda-se? Sr. FILISBINO XIMENES - Conheço, mas não me recordo o no- me agora. Sr.CELSO AMARAL - É nome sério? Sr.FILISBINO XIMENES - É nome sério. Sr. CELSO AMARAL - Todos os arrendatários fazem benfeito- rias nas terras? Sr.FELISBINO XIMENES - Todos - Sr. VALÉRIO MAGALHÃES Inclusive plantam árvores frutíferas? Sr. FILISBINO XIMENES - Plantam. Sr. CELSO AMARAL - Não tem conhecimento de qual é hoje o número de ga- do do Serviço de Proteção aos Índios? Sr. FILISBINO XIMENES - Não, se- nhor. Sr. VALÉRIO MAGALHÃES - Mas tem diminuído sempre? Sr. FILISBI- NO XIMENES - As informações que a gente tem são de que têm diminuído.- Eu estou distante da sede do serviço de criação, de modo que não tenho contacto direto. Mas informações são essas - que há questão de seis me ses tinham 2.000 reses e atualmente não tem nem 1.000. Sr.CELSO AMARAL O senhor fica longe daquela linha em que há dúvida com a terra do Sr. Manoel Aureliano? Sr. FILISBINO XIMENES - Fico. Essa dúvida é na parte norte e eu estou na parte sul. Sr. CELSO AMARAL - Não teve conhecimen to da ação do delegado especial da zona sul do Estado, quando houve ês se massacre? Sr. FILISBINO XIMENES - Êle estava lá, mas não tomou a- titude nenhuma. Sr. CELSO AMARAL - Não foi só atrito com um fazendeiro queimaram a casa de outro, não é? Sr. FILISBINO XIMENES - Invadiram u ma casa fora da Reserva dêles. Sr. CELSO AMARAL - O ano passado? Sr.FI

Felisbino Ximenes

Sr. FILISBINO XIMENES - Não,êste ano de 1963. Sr. CELSO AMARAL - E qual a atitude do Serviço de Proteção aos Índios? Sr. FILISBINO XIMENES - Sôbre êsse ato? - Sr. CELSO AMARAL - Foi paga indenização? Sr. FILISBINO XIMENES - Não que me conste. Sr. CELSO AMARAL - E êle reivindicou indenização? Sr. FILISBINO XIMENES Ao que eu saiba, não.Sr CELSO AMARAL - Houve inquérito policial? Sr. FILISBINO XIMENES - Houve. Sr. CELSO AMARAL - Acha que essa confusão ocasionada pelo Serviço de Proteção aos -Índios é com intuito de obrigar a retirada dos atuais arrendatários para permitir a entrada de outros com os arrendamentos majorados? Sr. FILISBINO XIMENES - Pelo menos, o que observamos - foi isso, porque, quando se deu êsse atrito, logo depois houve outro- atentado fora da Reserva, e mesmo houve ameaças a outros arrendatários feitas pelos Índios - Sr. CELSO AMARAL - Aos arrendatários por contrato? Sr. FILISBINO XIMENES - Sim. Sr. CELSO AMARAL - Ameaças de que?- Sr. FILISBINO XIMENES - De massacre também, se não saíssem da terra . Sr. CELSO AMARAL - Agora isso ? - Sr. FILISBINO XIMENES - Não;logo depois que houve êsse atrito. Sr. CELSO AMARAL - Agora, não tem havido ameaças? Sr. FILISBINO XIMENES- Depois que o Fernando saiu, isto aqui acalmou. Sr. CELSO AMARAL - Acalmou? - Sr. FILISBINO XIMENES - Acalmou. Aliás, o Sr. Alísio de Carvalho tem sido ótimo. Sr.CELSO AMARAL- O Senhor acha que o Fernando incitava os Índios a tomar essas atitudes? Sr. FILISBINO XIMENES - Notavamos isso, porque anteriormente nunca existiu essa animosidade, que se criou na administração dêle aqui, na 5a. Inspetoria. Sr.CELSO AMARAL - Êle chegou a armar os Índios?Sr. FILISBINO XIMENES - Armou sim. Sr.CELSO AMARAL - Estou satisfeito.Sr VALERIO MAGALHÃES - Pode informar se o Serviço de Proteção aos Índios tem recebido reprodutores comprados lá em baixo? Sabe se veio no ano passado algum reprodutor de fora? Sr. FILISBINO XIMENES - Não é de meu conhecimento. Sr.VALERIO MAGALHÃES - E quando o Coronel vinha aqui procurava, ou procurou alguma vez ter contacto com os Senhores, com os arrendatários para acalmar os ânimos, inclusive procurando saber como era feita a renda? Sr. FILISBINO XIMENES - O Coronel nunca procurou - entrar em entendimento conosco, sempre procurou nos hostilizar.Sr.VALERIO MAGALHÃES - Quer dizer que da parte dêle nunca houve entendimento para a demarcação ser feita o quanto antes, para também se acalmassem os Índios dessa animosidade contra os senhores? Sr.FILISBINO XIMENES - Não, senhor. E quanto à demarcação êles tomaram a iniciativa e mandaram fazer. Aliás, não comunicaram a nenhum arrendatário que estavam lá fazendo por conta própria. Sr.VALÈRIO MAGALHÃES - Sempre tem pago com pontualidade os arrendamentos? Sr. FILISBINO XIMENES - Aliás pago imediato. Sr.VALERIO MAGALHÃES - Mas ouviu dizer que êles não tinham escriturado êsses pagamentos? Sr.FILISBINO XIMENES - De modo geral, a gente tinha essas notícias. Sr. VALERIO MAGALHÃES - Alguma ve-

pagavam em cheque, ou era sempre dm dinheiro, ou gado? Sr.FILISBINO-XIMENES - Eu paguei os primeiros em gado. Depois, passei a pagar em dinheiro. Tenho os recibos todos. Sr. VALERIO MAGALHÃES - Mas dava o dinheiro ou o cheque? Sr.FILISBINO XIMENES - O cheque. Sr.VALERIO MAGALHÃES - Em nome de quem? Sr.FILISBINO XIMENES - Do Serviço de Proteção aos Índios; em nome dêle é que eu fazia os cheques. Sr.VALERIO MAGALHÃES - Não dava os nomes? Sr.FILISBINO XIMENES - Ultimamente, tinha dado ao portador, cheque ao portador. Sr. VALERIO MAGALHÃES - Tem mais algum fato que lhe pareça de interêsse desta Comissão Parlamentar? Sr.FILISBINO XIMENES - Aí, a gente não tem uma prova, um fundamento. O que a gente tem conhecimento como caso verídico são as informações vagas, a gente não tem fundamento. Sr.VALERIO MAGALHÃES - Acha que, na administração do Sr.Fernando Cruz, houve muita vantagem para o Serviço de Proteção aos Índios? Êle começou a restaurar aquilo, a melhorar as casas dos índios até a construir algumas casas? Foi, enfim, útil para o SPI a administração do Sr.Fernando aqui em Campo Grande? Sr. FILISBINO XIMENES - Pode ser que em alguns postos que não conheço, mas naquela região, onde tem alguns postos, nada êle fêz, não conheço serviço dêle. Sr.VALERIO MAGALHÃES - Na região que o senhor conhece bem não houve trabalho do Serviço de Proteção aos Índios na gestão do Sr. Fernando Cruz? Sr. FILISBINO XIMENES - Nenhum. Sr.VALERIO MAGALHÃES - Mas êle andava sempre viajando por lá de avião? Sr.FILISBINO XIMENES - Sempre andava de avião de um lado para outro, mas em benefício dos índios nada. Eu mesmo, por diversas vezes, apelei junto a êle sôbre índios doentes lá na aldeia. A gente mora bem perto da aldeia. Eu nunca consegui que êle tomasse uma providência, sempre alegando falta de recursos, de verbas. Sr.VALERIO MAGALHÃES - Tem conhecimento de que êle tenha distribuido aos índios ferramentas, durante o tempo em que esteve na 5a. Inspetoria? Sr.FILISBINO XIMENES - Se distribuiu, não tive conhecimento disso. Sr. VALERIO MAGALHÃES - Eu estou satisfeito também e consulto ao Deputado WILSON MARTINS se ainda tem perguntas a fazer ao depoente. Sr. WILSON MAGALHÃES - Não, Sr.Presidente. O Sr. RELATOR, nosso colega CELSO AMARAL, já inquiriu convenientemente a testemunha. De forma que estou satisfeito. Sr. VALERIO MAGALHÃES - E o Deputado RACHID MAMED? Sr. RACHID MAMED - Também estou satisfeito. Sr. VALERIO MAGALHÃES - Então, agradeço ao Sr. FILISBINO XIMENES sua presença a esta Comissão. O senhor está dispensado. Sr.FILISBINO XIMENES - Grato a V.Exa.

Felisbino Ximenes

deg.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO PARA APURAR IRREGULARIDADES NO SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS
Presidente - Deputado Valério Magalhães.
Depoente - Janes Monteiro Leite.
Reunião de - 17 de junho de 1 963 (Noturna)
Local - Campo Grande - Mato Grosso.

Aos dezessete dias do mês de junho do ano de mil novecentos e sessenta e três, perante a Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar irregularidades no Serviço de Proteção aos Índios, o Janes Monteiro Leite, prestou o seguinte depoimento:- O SR VALÉRIO MAGALHÃES, Presidente -Sr Janes Monteiro Leite, o senhor deve inicialmente assumir o compromisso de que dirá perante esta Comissão a verdade, sòmente a verdade, do que souber e lhe fôr aqui perguntado. O SR JANES MONTEIRO LEITE - Prometo. O SR VALÉRIO MAGALHÃES - Vou dar a palavra ao Relator, Deputado Celso Amaral, para que inicie o interrogatório. O SR CELSO AMARAL - Sr. Janes Monteiro Leite, qual a área que o senhor ocupa na Reserva Nabileque? O SR JANES MONTEIRO LEITE - Tenho contrato de 3.000 hectares, e estou esperando a medição. O SR CELSO AMARAL - E alguma já foi feita? O SR JANES MONTEIRO LEITE - Já. O SR CELSO AMARAL - Que acha do ex-Inspetor da 5a. Inspetoria, Sr. Fernando Cruz? Foi um homem que ajudou realmente o Serviço de Proteção aos Índios? Deu assistência de fato aos índios, ou só veio trazer discórdia? O SR JANES MONTEIRO LEITE - Numa zona êle parece que deu assistência. Não conheço, a não ser por informações. Dizem que êle fêz algumas construções. Agora, lá na Reserva êle só fomentou discórdia. O SR CELSO AMARAL - Alguma vez foi incomodado pelos índios? O SR JANES MONTEIRO LEITE - Não, senhor. O SR CELSO AMARAL - Nem sumiram rêses, nada do senhor? O SR JANES MONTEIRO LEITE - Antes do Fernando, os índios andavam perseguindo o Sr. Manoel da Costa, Manequinho. Foram lá no Retiro três índios e exigiram pagamento de renda. Meu empregado respondeu que com o patrão em Campo Grande não podia resolver isso; que eu acertaria aqui. Isso antes da vinda do Fernando. Êles então pediram uma vaca gorda para comer. O rapaz carnou a vaca e êles acabaram com a vaca. O SR CELSO AMARAL - Era comum êles acabaram, digo, êles irem lá pedir renda? O SR JANES MONTEIRO LEITE - Não, senhor; foi a primeira vez. Tanto que depois eu já deixava a documentação lá para evitar algum atrito. O SR CELSO AMARAL - O senhor declarou lá naquela reunião que havia luta interna muito grave no Serviço de Proteção aos Índios, e que a Inspetoria fazia verificação no desejo de obrigar a saída dos atuais arrandatários para permitir a entrada de outros. Pôr que o senhor chegou a essa conclusão? O SR JANES MONTEIRO LEITE - Havia diversos funcionários que estavam se sentindo com

coagidos. Agora, êle vendeu posse lá. O SR CELSO AMARAL - Sabemos que êle vendeu posse ao Sr. Ivo Mota e outros dois. Êles não passaram adiante essa posse? O SR JANES MONTEIRO LEITE - Nem se localizaram. Quando iam para se localizar, houve essa morte e ssas ameaças que fizeram a êles no caminho. Então, êles abandonaram. O SR CELSO AMARAL - Mas chegaram a pagar a posse? O SR JANES MONTEIRO LEITE - Chegaram. O SR CELSO AMARAL - Sabe a importância? O SR JANES MONTEIRO LEITE - Um milhão e meio, mais ou menos; a quantia exata não sei. O SR CELSO AMARAL - Quer dizer que o Serviço de Proteção aos Índios recebeu o dinheiro e não entregou as terras? O SR JANES MONTEIRO LEITE - Não entregou. Nesse caso, parece que o Fernando mandou que essas pessoas se localizassem lá; quando êles iam, houve isso. O SR CELSO AMARAL - E o que senhor poderia informar sôbre êsse massacre de que foi vítima o Primitivo Couto? Teve conhecimento dos fatos ocorridos lá? O SR JANES MONTEIRO LEITE - Tive. O SR CELSO AMARAL - Acha que os índios foram induzidos por alguém a fazer isso? O SR JANES MONTEIRO LEITE : Os próprios índios com quem conversei depois disso -- porque êles são tratáveis, chamam a gente de patrãozinho, essas coisas -- êles mesmo falavam lá que aquilo era mandado, chegaram a declarar para mim mesmo que eram mandados. O SR CELSO AMARAL -Mas diziam por quem? O SR JANES MONTEIRO LEITE - Pelo "chefe", diziam, e o chefe que êles conhecem seria o chefe daqui. O SR CELSO AMARAL - E o residente lá no Pôsto, Sr. Ducastel - chegou a conhecê-lo? O SR JANES MONTEIRO LEITE - Cheguei a conhecer depois. Nunca fui lá no pôsto. Aqui no Fomento, quando invadiram a Fazenda do Auro Pereira. Depois dessa invasão, massacraram o Primitivo e começaram a mandar recados por um vizinho lá de casa, para que desocupasse as terras. Alguns vizinhos foram lá em casa pedir auxílio. Meu empregado disse que não podia, porque tinha ordem do patrão para não se envolver com índios, mas que, se precisassem de algum mantimento, alguma coisa, estava pronto a dar; que brigar não podia. Foi quando procuramos as autoridades e pedimos uma providência para acalmar, e aí justamente a gente presumiu que o Fernando estava querendo que a gente abandonasse essas posses, para êle colocar outros pagando mais. O SR CELSO AMARAL - O senhor também paga arrendamento desde o ano de 1 959? O SR JANES MONTEIRO LEITE - Sim, senhor. O SR CELSO AMARAL - Tem recibo? O SR JANES MONTEIRO LEITE - Tenho. O SR CELSO AMARAL - Os pagamentos eram feitos em cheque ou em dinheiro? O SR JANES MONTEIRO LEITE - Em dinheiro. Aliás, ùltimamente, paguei em cheque para o Leôncio. O SR CELSO AMARAL - Cheque ao portador ou nominal? O SR JANES MONTEIRO LEITE - Dava ao portador, mas tenho recibo do Leôncio; era como se fôsse dinheiro. O SR RACHID MAMED - Dos primeiros pagamentos também tem recibo? O SR JANES MONTEIRO LEITE - Tenho. Paguei ao Fernando a quantia de 360 contos. O SR RACHID MAMED - E antes? O SR JANES MONTEIRO LEITE - Antes, não paguei. De 1 959? O SR RACHID MAMED - Começou dessa época para cá? O SR JANES MONTEIRO LEITE-

658
1412
1412

Começou em 1 961, a vencer em 1 962. Quando foi em 1 962, entregamos a porcentagem, mandei entregar no Pôsto. Tenho recibo assinado pelo encarregado do Pôsto lá. O SR CELSO AMARAL - Quem era? O SR JANES MONTEIRO LEITE - Alcebíades Ferreira. Aliás, êle conhecia todo o movimento lá. O SR CELSO AMARAL - Ouviu falar em alguma irregularidade do Fernando no Pôsto, na Inspetoria? O SR JANES MONTEIRO LEITE - Escutava muitos comentários; negócios de venda de gado. E êsse Ferreira, quando chegou foi a primeira pessoa que mandou desocupar o pasto. O SR CELSO AMARAL - Sabe onde êle está hoje? O SR JANES MONTEIRO LEITE - Não posso afirmar. Me parece que um está em Aquidauana e os outros dois estão em Ponta Porã. Êsses homens, quando entregaram, contados por êles, tinham mais de 3.000 rêses o pasto. E agora também é notícia que corre que não tem mais que 500 a 700 rêses. O SR EDISON GARCIA - O senhor fêz quantos pagamentos ao Serviço de Proteção aos Índios? O SR JANES MONTEIRO LEITE - Três pagamentos: um em gado, no total de 12 rêses; outro em dinheiro, no total de 360 contos... O SR EDISON GARCIA - A quem? O SR JANES MONTEIRO LEITE - Ao Sr. Fernando. E agora últimamente ao Leôncio, no total de 108 contos. O SR EDISON GARCIA - Em que época pagou êsses 300 contos ao Fernando? O SR JANES MONTEIRO LEITE - Logo que chegou aqui. Ao Alísio vamos ter que pagar agora o excesso de área, conforme está combinado. O SR CELSO AMARAL - Mas, desde que o senhor está nessa área, desde 1 959, fêz quantos pagamentos? O SR JANES MONTEIRO LEITE - Três. Fui realmente para lá no ano de 1 961. O SR CELSO AMARAL - Mas pagou 1 959? O SR JANES MONTEIRO LEITE - Sim. O SR CELSO AMARAL - Já pagou cinco anos? O SR JANES MONTEIRO LEITE - Cinco anos. O SR CELSO AMARAL Em média, quanto por ano? O SR JANES MONTEIRO LEITE - Em média, 108 contos. Mas pagamos entecipado. O SR CELSO AMARAL - Estou satisfeito, Sr. Presidente. O SR VALÉRIO MAGALHÃES - Algum dos senhores Deputados ainda quer fazer perguntas ao depoente? O SR WILSON MARTINS - Estou satisfeito. O SR RACHID MAMED - Também eu, Sr. Presidente. O SR VALÉRIO MAGALHÃES - Então, considero encerrado o depoimento do Sr. Janes Monteiro Leite, a quem agradeço o comparecimento perante esta Comissão Parlamentar. Está encerrada a sessão.-

Janes Monteiro Leite

Observações: Onde se lê: Auro Pereira, leia-se Ayres Pereiras.
Onde se lê: Em cheque para Leoncio; leia-se Para ALISIO.

Janes Monteiro Leite

/IABM.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO PARA APURAR IRREGULARIDADES NO SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS.
Presidente - Deputado Valério Magalhães.
Depoente - João Isidoro Paim.
Reunião de - 17 de junho de 1 963. (Noturna)
Local - Campo Grande - Mato Grosso.

659

Aos dezessete dias do mês de junho do ano de mil novecentos e sessenta e três, perante a Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar irregularidades no Serviço de Proteção aos Índios, o Senhor João Isidoro Paim, prestou o seguinte depoimento:- O SR VALÉRIO MAGALHÃES - Sr. Isidoro Paim, o senhor deve prestar o compromisso perante esta Comissão Parlamentar de que vai dizer a verdade do que souber e lhe fôr perguntado. O SR JOÃO ISIDORO PAIM - Sim, senhor. O SR VALÉRIO MAGALHÃES - Dou a palavra ao Relator, Deputado Celso Amaral, para fazer a inquirição. O SR CELSOAMARAL - O senhor conhecia o chefe dos índios que foi a sua casa? O SR JOÃO ISIDORO PAIM - Conhecia. O SR CELSO AMARAL - Quem era? O SR JOÃO ISIDORO PAIM - O chefe era Antônio Mendes. O SR CELSO AMARAL - Um prêto? O SR JOÃO ISIDORO PAIM - Um bem moreno, alto. Para mim êle me disse que estava cumprindo ordens: " O nosso chefe chegou e nos mandou aqui". Êle falou assim. O SR CELSO AMARAL - Mas não falou quem era o chefe? O SR JOÃO ISIDOROO PAIM - O nome não disse. Mas quem tinha chegado lá que nós soubemos era o Fernando. O SR CELSO AMARAL - E êles declararam que precisavam levar tudo para o pôsto? O SR JOÃO ISIDORO PAIM - Quando me encontraram me disseram que saísse. Eu disse que não podia sair assim; que amanhã dava um jeito. Disse êle: "Até as seis horas, porque até essa hora vem gente do Exército. Precisa sair hoje, porque aí vem gente do Exército e gente do Exército não é nós." O SR CELSO AMARAL - Sr. Presidente, de minha parte, estou satisfeito. O SR EDISON GARCIA - Sr. Presidente, eu desejava fazer algumas perguntas, com permissão de V.Exa. O SR VALÉRIO MAGALHÃES - V.Exa. pode fazer as perguntas. O SR EDISON GARCIA - A SenhoraMadalena, sua espôsa, estava na casa, quando o avião sobrevoou o local? O SR CELSO AMARAL - Ela disse que foi no mesmo dia. A SRA MADALENA PAIM - Dias antes, de manhã. Passou baixinho, baixinho, por cima da casa. O SR EDISON GARCIA - Sr. João Paim, qual a quantidade de reses que o Walter tinha lá? O SR JOÃO ISIDORO PAIM -Na minha contagem, entre tudo, bezerrinho recém-nascido, eu tinha contado, eu com aquêle capataz do Antônio Martins, contamos até na mangueira dêle, contamos 1.025. O SR EDISON GARCIA - E êsse gado? O SR JOÃO ISIDORO PAIM - Agora fomos buscar e trouxemos 600 e poucas reses. Trouxemos do Serviço dos Índios. E tem o capataz do Antônio que me aju-

ajudou a contar. O SR EDISON GARCIA - Quantos hectares acha que o Walter ocupava lá, entre os dois? O SR JOÃO ISIDORO PAIM - Calculo mais ou menos 3.800ou 4.000 hectares. O SR EDISON GARCIA - Além dos dois, naquela zona de Lontra, quem mais tinha lá? O SR JOÃO ISIDORO PAIM - O Antônio Martins era o mais perto de todos. O SR EDISON GARCIA - Quem mais? O SR EDISON GARCIA - O Solamanze, o corr, digo, SR JOÃO ISIDORO PAIM - O Solamanze, o correntino. O EDISON GARCIA - Que benfeitorias tinha lá, além das duas casas? O SR JOÃO ISIDORO PAIM - A casa do Finado era casa boa. Tinha um piquete, duas mangueiras boas, tinha casa de táboa, tinha uma invernada. O SR EDISON GARCIA - A invernada tinha que área? O SR JOÃO ISIDORO PAIM - Era uma invernada pequena: uns cento e poucos hectares do finado. O SR EDISON GARCIA - E do Walter? O SR JOÃO ISIDORO PAIM - Era uma invernada grande: regulava mais ou menos 400 a 500 hectares. O SR EDISON GARCIA - O Finado foi apontado pelo Serviço de Proteção aos Índios como homem brigador, assassino, criminoso e que batia em índios; dizem até que há um índio aleijado por causa de uma surra que levou do Finado - que sabe a respeito? O SR JOÃO ISIDORO PAIM - Lá eu nunca soube isso. O SR EDISON GARCIA - O senhor conhecia o Finado desde que época, desde quando? O SR JOÃO ISIDORO PAIM - Desde garotote, desde que êle tinha uns 15 ou 16 anos, e não conheço caso dêsses, não. O SR EDISON GARCIA - Aquêle caso que houve quando êle era garoto como foi? O SR JOÃO ISIDORO PAIM - Eu não estava presente. O SR RACHID MAMED - Sabe que êle matou? O SR JOÃO ISIDORO PAIM - Sei por ouvir dizer. Parece que êle tomou um tapa na cara. O SR RACHID MAMED - E essa questão de ter batido num índio, que pode o senhor nos dizer? O SR JOÃO ISIDORO PAIM - Nunca ouvi falar nisso nem pelos próprios índios. Sempre ouvi índio dizer que gostava dêle. O SR EDISON GARCIA - Êsses índios vinham sempre a sua casa antes dessa encrenca? O SR JOÃO ISIDORO PAIM - Vieram duas vêzes. Uma vez o Walter encontrou com êles e êles pediram ao Walter para pegar uma rês, e o Walter pegou. O SR EDISON GARCIA - E os índios estavam todos armados; O SR JOÃO ISIDORO PAIM - Todos. O SR EDISON GARCIA - Que qualidade de arma? O SR JOÃO ISIDORO PAIM - Fuzis, carabinas, fuzis Mauser bons, novos. O SR EDISON GARCIA - Puseram arma no seu pescoço? O SR JOÃO ISIDORO PAIM - Um índio meteu a arma no meu pescoço, e um que eu tinha salvado me recomendou: "Não façam nada no Velhinho, que êle me tratou bem." O SR EDISON GARCIA - Como é o nome dêsse índio? O SR JOÃO ISIDORO PAIM - Esqueci. O SR CELSO AMARAL - O senhor conhece armas? O SR JOÃO ISIDORO PAIM - Conheço. O SR CELSO AMARAL - E que armas êles tinham, os índios? O SR JOÃO ISIDORO PAIM - Fuzis, carabinas, fuzis Mauser. Vi até uma arma que para mim era nova: era bala de cartucho, pente de bala Mauser. Êle falou: "As nossas armas agora quase tôdas é dessa." Porque os índios fazem prosa O SR EDIZON GARCIA - Êles acusam que apanharam Mauser nova, digo, pen

pentes de Mauser nova na casa do Finado. O SR JOÃO ISIDORO PAIM - Êle não tinha Mauser, que eu saiba. O SR EDISON GARCIA - O senhor viu - êles armarem as Mauser com pentes? O SR JOÃO ISIDORO PAIM - Vi, sim, senhor. O SR EDISON GARCIA - Novas. O SR JOÃO ISIDORO PAIM - Novas, e armas bem novinhas até. O SR EDISON GARCIA - Era o que eu desejava perguntar, Sr. Presidente. O SR VALÉRIO MAGALHÃES - Não havendo mais quem queira fazer perguntas, vou dispensar a testemunha. (Pausa). Está dispensado o Sr. João Isidoro Paim, a quem agradeço pelo comparecimento a esta Comissão Parlamentar. -.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-
-.-
-.-

João Isidoro Paim